

FILOSOFIA E HISTÓRIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

travessias especulativas e praxiológicas

LENA VANIA RIBEIRO PINHEIRO
MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ
GUSTAVO SALDANHA

ORGANIZADORES

Filosofia e história da Ciência da Informação

travessias especulativas e praxiológicas

Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port).

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do projeto “Ampliação e Modernização das Ações do IBICT relacionadas às Atividades de Coleta, Armazenamento, Sistematização, Análise, Disseminação e Preservação de Dados e Informações Relativos à Ciência, Tecnologia e Inovação” (Prodoc 914BRZ2005). As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.



COLEÇÃO PPGCI 50 ANOS

CONSELHO EXECUTIVO

- › Gustavo Saldanha (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- › Paulo César Castro (Escola de Comunicação – ECO/UFRJ)

CONSELHO CIENTÍFICO DA COLEÇÃO

- › Cecília Leite (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT)
- › Miguel Ángel Rendón Rojas (Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM)
- › Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- › Ivana Bentes (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- › Naira Christofoleti Silveira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- › Rafael Capurro (Unesco)

CONSELHO CIENTÍFICO DO LIVRO

- › Rafael Capurro (Stuttgart University)
- › Miguel Ángel Rendón Rojas (Universidad Nacional Autónoma de México - Unam)
- › Rosa San Segundo (Universidad Carlos III – Madrid – Espanha)

Filosofia e história da Ciência da Informação

travessias especulativas e praxiológicas

Lena Vania Ribeiro Pinheiro
Maria Nélide González de Gómez
Gustavo Saldanha
organização



Rio de Janeiro
2022

Capa: Fernanda Estevam
Ilustração: GK Vector (br.freepik.com)
Projeto Gráfico: Paulo César Castro
Normalização e catalogação: Selo Nyota
Diagramação: Fernanda Estevam

Essa obra tem o financiamento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa Científica do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Ficha Catalográfica: Selo Nyota

F488

Filosofia e história da Ciência da Informação: travessias especulativas e praxiológicas / Lena Vania Ribeiro Pinheiro; Maria Nélida González de Gómez; Gustavo Saldanha (org.). – Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

213p. – (Coleção PPGCI 50 anos)

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://ridi.ibict.br/>

ISBN 978-65-89167-57-0 (digital)

1. Ciência da Informação - Filosofia. 2. Ciência da Informação - História. I. Pinheiro, Lena Vania Ribeiro. II. González de Gómez, Maria Nélida. III. Saldanha, Gustavo. IV. Título.

CDD 020



Projeto editorial em colaboração com o Programa de Educação Tutorial (PET) da Escola de Comunicação (ECO-UFRJ): Paulo César Castro (tutor) / aluno(a)s: Carolina Torres, Dandara Campello, João Maurício Maturana, Juliana Sorrenti, Kethury Santos, Lianne Henriques, Mariana da Paz, Moniqui Frazão, Robertha Braga, Sabrina Oliveira e Sara Maluf.



Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (IBICT/MCTI) em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).

Rua Lauro Muller, 455 - 4º andar
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
<http://www.ppgci.ufrj.br>

A pesquisa que resulta nesta publicação obteve o fomento de

CNPq
FAPERJ
Capes

& com o apoio de

UNESCO
IBICT
CENACIN
UNIRIO
UFRJ

*A todas as pesquisadoras que construíram e
consolidaram o campo de estudos epistemológicos
e historiográficos em Ciência da Informação no Brasil.*

No Brasil [...] raros são os estudos teóricos e históricos, mais concentrados na linha de pesquisa Epistemologia e Interdisciplinaridade da Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação do IBICT. A exigência de conhecimentos e de fundamentos filosóficos para estudos nesse enfoque podem explicar o panorama atual. A pós-graduação brasileira da área deve investir em disciplinas, principalmente a Epistemologia, para possibilitar o desenvolvimento dessa linha de pesquisa, fundamental para a compreensão do domínio epistemológico da Ciência da Informação e sua interdisciplinaridade e, portanto, de sua história como campo científico.

PINHEIRO, Lena Vânia R. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. *Informação e Sociedade*, v. 15, n. 1, 2005. p. 17.

Da ciência da informação se espera, portanto, a definição do que propriamente pode ou não chamar-se informação e da reflexão epistemológica acerca da ciência da informação, o esclarecimento das condições de possibilidade de um conhecimento da informação que possa chamar-se de científico. Em que medida a epistemologia poderia contribuir para esse esclarecimento?

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001. p. 6.

Sumário

- 13** APRESENTAÇÃO
Desde o horizonte da escola ibictiana de epistemologia e história da Ciência da Informação: diálogos diacrônicos e sincrônicos
Gustavo Saldanha
- 17** PREFÁCIO
A grande experiência filosófica e historiográfica brasileira em Ciência da Informação
Gustavo Saldanha
- 21** A documedialidade: o novo realismo de Maurizio Ferraris
Maria Nélida González de Gómez
- 53** Da epistemologia à criação de conceitos na Ciência da Informação
Solange Puntel Mostafa
- 65** Um caminho de questões nos estudos informacionais
Lídia Silva de Freitas
- 81** Informação, memória, instituição: a construção conceitual e os diálogos entre teoria e campo empírico nos estudos históricos
Icléia Thiesen
- 93** Epistemologia emancipatória e Ciência da Informação nativa
Luciana de Souza Gracioso

- 105** Movimentos migratórios em regimes de vigilância:
repensando o conceito de regime de informação à luz da
teoria crítica
**Arthur Coelho Bezerra, Bruno Nathansohn,
Thiara dos Santos Alves, Ana Lúcia Alexandre Borges**
- 121** Crisis of truth in the disinformation society
Marco Schneider, Anna Brisola
- 145** Reflexões sobre o conceito de informatividade nas práticas
curatoriais em museus
Sabrina Damasceno Silva
- 163** Elementos para uma estória menor do conceito de
informação
Vinícios Souza de Menezes
- 185** O *devir* simbólico revisitado
Gustavo Silva Saldanha

APRESENTAÇÃO

**Desde o horizonte da escola ibictiana de
epistemologia e história da Ciência da
Informação: diálogos diacrônicos e sincrônicos**

Gustavo Saldanha¹

ESTA OBRA É FRUTO DE DUAS DIMENSÕES: UMA DIACRÔNICA, OUTRA SINCRÔNICA. A diacronia que nos acolhe em sua longa tradição provém da tradição ibictiana em epistemologia e história da Ciência da Informação. Criadora do primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* de América Latina e Caribe no campo, a “escola de pensamento” fundada na e para as ações teórico-aplicadas no território informacional resultou em gerações de dissertações e de teses, e produções científicas derivadas das mesmas, desde 1970, orientadas para questões como correntes filosóficas, conceitos disciplinares, interdisciplinaridade, epistemologia histórica da Ciência da Informação.

No plano da sincronia, o livro é o resultado do encontro histórico desse diálogo a partir do evento que integrou as comemorações, em 2020 e 2021, do jubileu da Ciência da Informação em nosso macro-continente. Trata-se do “Simpósio Internacional de Filosofia e História da Ciência da Informação”, realizado entre 17 e 18 de novembro de 2020, em formato remoto, na plataforma youtube.

O marcante evento, com o perdão da redundância, contou com a mesa de abertura formada por Lena Vania Ribeiro Pinheiro (IBICT), Maria Nélide González de Gómez (IBICT) e Gustavo Silva Saldanha (IBICT – UNIRIO). O Prof. Dr. Miguel Ángel Rendón Rojas, do Instituto de *Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información* da *Universidad Nacional Autónoma de México* (IIBI UNAM) apresentou a conferência de abertura do simpósio, sob o título “*Filosofar sobre la Ciencia de la Información. Retos, oportunidades, resultados y prospectiva*”.

¹ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

A mesa-redonda 1 do evento tratou das dimensões epistemológicas, contando com as palestras “Paisagens filosóficas na História da Ciência da Informação”, Lena Vania Ribeiro Pinheiro (IBICT); “A filosofia e seus contextos: Ontologia, epistemologia e ética da informação”, de Maria Nélide González de Gómez (IBICT); “Epistemologia histórica da Ciência da Informação e organização do conhecimento”, de Gustavo Saldanha (IBICT – UNIRIO) e “Da epistemologia à criação de conceitos na Ciência da Informação”, de Solange Puntel Mostafa (USP).

A mesa-redonda 2, por sua vez, abordou as “dimensões históricas”, sendo aberta com o trabalho “A Documentação e sua história no Brasil: 1895-1930, o pioneirismo de Peregrino da Silva”, de Carlos Henrique Juvêncio (UFF); seguido das palestras “Uma estória menor do conceito de informação: elementos ameríndios para uma Ciência da Informação”, de Vinícios Menezes (PPGCI IBICT UFRJ); “Por uma história da Ciência da Informação”, de Edivânio Duarte de Souza (UFAL); “Ciência da Informação; história, temáticas e perspectivas”, Gustavo Freire (UFRJ); e “Estratégias e motivações de uma trajetória de pesquisa”, de Nanci Oddone (UNIRIO).

A terceira mesa-redonda do Simpósio, “dimensões críticas”, colocou em diálogo as perspectivas “Decolonialidade, Epistemologia emancipatória, Ciência da informação nativa”, de Luciana Gracioso (UFSCAR); “Ética, Liberdade e Razão: contribuições de Hegel no combate à desinformação”, de Marco Schneider (IBICT - UFF); “A estética e o desafio do ‘tornar visível’ a informação: perspectivas históricas do analógico ao digital”, de Ricardo Medeiros Pimenta (IBICT); “Ciência da Informação e Competência em Informação: convergências históricas e epistemológicas”, de Arthur Coelho Bezerra (IBICT).

A mesa-redonda número 4, intitulada “dimensões sociais e conceituais”, trouxe à superfície os horizontes “Ciência da Informação em sentido restrito e em sentido amplo: questões a discutir”, de Cristina Dotta Ortega (UFMG); “Dimensões material e institucional da informação: caminhos e perspectivas”, de Rodrigo Rabello da Silva (UNB); “A(s) teoria(s) do discurso no campo da Ciência da Informação: a Análise do Discurso em foco”, de Evelyn Dill Orrico (UNIRIO); e “Informação, Memória, Instituição - a construção conceitual e os diálogos entre teoria e campo empírico nos estudos históricos”, de Icleia Thiesen (UNIRIO).

Por fim, a quinta e última mesa-redonda do evento, “dimensões socio-históricas”, deu voz às pesquisas “Responsabilidade social na Ciência da Informação: perspectiva histórica e epistemológica”, de Isa Freire (UFPB); “O campo da informação no Brasil”, de Angélica Marques (UNB); “Um caminho de questões nos estudos informacionais”, de Lídia Freitas (UFF); “Reflexões sobre o conceito de informatividade nas práticas curatoriais em museus”, de Sabrina Damasceno (UFBA).

Para encerrar o “Simpósio Internacional de Filosofia e História da Ciência da Informação”, no bojo das comemorações do cinquentenário da Ciência da Informação em América Latina e Caribe, a Profa. Dra. Rosa San Segundo, da Universidade Carlos III Madrid, Espanha “*Hacia la deconstrucción epistemológica de las Ciencias de la Información*”.

Esta obra é, pois, fruto do evento e homenagem aos colegas convidados que puderam ou não estar conosco em 2020, bem como a toda a comunidade de Ciência da Informação dedicada ou interessada nas searas epistemológicas e historiográficas do campo.

O capítulo primeiro do livro nos traz o trabalho da filósofa Maria Nélda González de Gómez, colocando em discussão ontologia e documentalidade a partir do pensamento de Maurizio Ferraris, o que nos permite recompreender a noção de documentação na contemporaneidade do digital. Os argumentos de Nélda nos conduzem à atualização da metafísica na filosofia ocidental, em especial, as abordagens que atribuem um certo potencial noumênico às tecnologias, e a sua implementação e efeitos em dispositivos digitais, desenhando uma zona de interseção da investigação tecno-filosófica com os estudos dos documentos, dos dados e da informação, questionando as premissas paradigmáticas da Ciência da Informação.

No segundo capítulo, pela via do pensamento de Solange Mostafa, encontramos a questão da criação de conceitos na Ciência da Informação. Redigido como tessitura da trajetória de suas ideias até chegar aos questionamentos da epistemologia pela via deleuziana, Mostafa aponta para o exercício de experimentação do conceito que marca sua travessia no campo e seus profundos diálogos teóricos, entrelaçando vida e conceitualidade até as lutas contemporâneas.

O terceiro capítulo do livro encontra a obra de Lídia Freitas, com sua reflexão retrospectiva e prospectiva sobre a trajetória dos estudos informacionais via seus 45 anos de estudos entre a práxis como documentalista e atividade acadêmico-científica, refletindo as questões inerentes à construção epistemológica do campo e o discurso, em fontes como Foucault, Frohmann, Derrida, Pêcheux e Orlandi.

O quarto capítulo traz à baila as ideias de Icléia Thiesen, com foco nas relações entre informação, memória e instituição. A pesquisadora constrói uma trilha de reflexão sobre os conceitos em diálogo com a historiografia, via sua trajetória teórica e suas escolhas metodológicas na Ciência da Informação, no caminho de releitura de fragmentos da memória vivida na pesquisa informacional.

O quinto capítulo, “Epistemologia emancipatória e Ciência da Informação nativa”, de Luciana Gracioso, é fundamentado nos estudos críticos decoloniais que visam à transformação do horizonte epistemológico do campo informacional. Linguagem e arranjos comunicativos como fenômenos centrais do processo

emancipatório na seara informacional são as janelas principais discutidas pela pesquisadora.

O sexto capítulo reflete a construção dialética desenvolvida sob a liderança do pesquisador Arthur Bezerra no âmbito do grupo de pesquisa “Escritos: Estudos críticos em informação e organização social”. O documento, redigido pelo pesquisador Bruno Nathansohn, Thiara dos Santos Alves, Ana Lúcia Alexandre Borges, integrantes do Escritos, coloca em debate diferentes estudos orientados para a crítica dos movimentos migratórios em regimes de vigilância.

O sétimo capítulo, de Marco Schneider e Anna Brisola, fundamenta a crise da verdade na chamada sociedade da desinformação, tendo como perspectiva a alfabetização crítica da informação. A proliferação de notícias falsas se coloca como o ponto de partida para um diagnóstico, via a economia política da informação, da cultura e da comunicação, da contemporaneidade contaminada pelos métodos de desinformação.

O oitavo capítulo questiona o conceito de “informatividade” nas práticas curatoriais em museus. A pesquisadora Sabrina Damasceno, em diálogo com Michel Foucault, centralmente via os conceitos de “dispositivo” e “heterotopia”, debate as ações de curadoria em suas narrativas, questionando os regimes de verdade que sobressaem no contexto das exposições. A reflexão nos leva à compreensão dos processos curatoriais como dispositivos heterotópicos de memória onde o elemento acionado estaria na informatividade.

O nono capítulo, do pesquisador Vinícios Menezes, tensiona o conceito de “informação” a partir de uma crítica filológica. Os sentidos daquilo que é ‘informe’, sem forma, é discutido como possibilidade desconstrutiva e, ao mesmo tempo, imanente. A crítica da linguagem “redonduz” o fundamento metafísico do conceito para vivências pragmáticas do termo, indicando as brechas decoloniais anti-ontológicos de uma perspectiva ameríndia do ‘informe’.

Por fim, o décimo e derradeiro capítulo, relê a produção sobre a questão do simbólico na Ciência da Informação, ou, em outras palavras, a ciência da simbólica como questão central para os estudos históricos e contemporâneos do campo, a partir do percurso de estudos de Gustavo Saldanha.

A grande experiência filosófica e historiográfica brasileira em Ciência da Informação

Gustavo Saldanha¹

A REFLEXÃO FILOSÓFICO-EPISTEMOLÓGICA E A PESQUISA HISTORIOGRÁFICA em Ciência da Informação no território latino-americano e caribenho se confundem com o desenvolvimento da pesquisa pura e aplicada do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e sua pós-graduação. No contexto do jubileu da pesquisa e pós-graduação em Ciência da Informação em América Latina e Caribe (1970 – 2020), a partir do início das atividades do primeiro programa *stricto sensu* no território multicontinental, desenvolvido no então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), a pesquisa em filosofia, em epistemologia e em história do campo se consolidam pela sua profundidade, pela sólida travessia e pelo efeito multiplicador de suas ações, constituindo mentalidades, disciplinas, instituições e centenas de publicações a partir dos egressos do programa de pós-graduação em Ciência da Informação, passando por docentes que vão de Hilton Japiassu a Muniz Sodré e Márcio Tavares d’Amaral, e, centralmente, a partir do trabalho de Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Maria Nélida González de Gómez.

Em uma de suas primeiras publicações, o filósofo e parceiro desta trajetória teórica do IBICT, o Prof. Dr. Rafael Capurro, nos conduzia ao problema da interpretação no campo informacional. Em *Epistemology and Information Science*, apresentado em 1985 na *Royal Institute of Technology Library*, em Estocolmo, Suécia, o pesquisador discutia a hermenêutica como disciplina filológica orientada para os problemas da interpretação de textos em sua longa tradição. Sua discussão se concentrava na hermenêutica filosófica, ou seja, na questão da compreensão humana, do modo como podemos entender a realidade.

¹ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Capurro recorria a Hans-George Gadamer, Edmund Husserl e Martin Heidegger, grandes interlocutores influentes de seu trabalho, para nos lembrar da relação entre o desenvolvimento da hermenêutica e suas críticas (principalmente, os riscos potenciais da mesma se configurar como uma substituta das metodologias em ciências sociais pela via dogmática; como um método de superconsideração do sentido das palavras como um dado objetivo; ou, ainda, como lacuna no questionamento dos problemas políticos e psicanalíticos). Em sua reflexão de contraposição às críticas imediatistas à hermenêutica, ali, em 1985, Rafael Capurro parece nos abrir uma resposta para o destino da epistemologia e da historiografia da Ciência da Informação trilhado no IBICT: a interpretação depende dos usos e contextos, e seu foco está em nossa capacidade de mudar o mundo, pela via do seu entendimento.

Distintos são os olhares para interpretação das principais estruturas teórico-metodológicas dos 50 anos de Ciência e Informação em nosso jubileu. Todos esses olhares, no entanto, terão como um dos horizontes a paisagem da epistemologia e da história das ideias, pessoas, instituições, suas abordagens, seus experimentos, suas transformações. Esta obra procura, de modo panorâmico, remontar percursos e tecer releituras dos registros historiográficos e das fontes memoriais dessa travessia.

Merece destaque aqui o grupo de pesquisa Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade em Ciência da Informação (TEICI), criado por Lena Vania e Maria Nélida em 1996. Ali são compartilhadas teorias, metodologias, conceituações que marcam a história do campo no Brasil. Ali está sede de uma escola ibictiana em epistemologia e história da Ciência da Informação. O grupo é, por sua vez, é criatura e criador (no sentido dos colégios invisíveis) da linha de pesquisa pioneira, junto de outras do cenário internacional, dedicada, no programa de pós-graduação, à Epistemologia e à Interdisciplinaridade da Ciência da Informação. Dali surgem publicações que figurarão como parte das mais adotadas em disciplinas de fundamentação e teoria geral da Ciência da Informação, bem como das mais citadas.

Podemos apontar algumas dessas obras em formato de artigo científico ou capítulo de livro que são inaugurais e abrem janelas para o desenvolvimento do campo no país, constituindo parte de um cânone de nossa tradição, como

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993;

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Comentários ao artigo “Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia”. *Transinformação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 44-56, set./dez. 1996a;

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Da organização do conhecimento às políticas de informação. *Informare*: caderno do programa de pós-graduação em ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez. 1996b.;

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. *DataGramaZero* – Revista de Ciência da Informação, v. 1, n. 6, dez. 2000;

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001;

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Dos Estudos Sociais da Informação aos Estudos do Social desde o ponto de vista da Informação. In: Miriam de Albuquerque Aquino. (Org.). *O Campo da Ciência da Informação: Gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora UFPB, 2002. p. 25-47;

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p. 61-86;

PINHEIRO, Lena V. R.; LOUREIRO, José M. M. Traçados e limites da ciência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abr. 1995;

PINHEIRO, Lena Vânia R. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. *Informação e Sociedade*, v. 15, n. 1, 2005;

PINHEIRO, Lena Vânia R. Campo interdisciplinar da ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. *Investigação Bibliotecológica*, v. 12, n. 25, p. 132-163, dez. 1998.

Do TEICI e de sua prática multiplicadora de mentalidades e correntes de pensamento, chegamos ainda àquela que pode ser considerada uma das maiores de suas obras: o Grupo de Trabalho Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), hoje GT1. Não coincidentemente, grande parte das lideranças que coordenaram esse GT na ANCIB ao longo dos últimos 20 anos estiveram presentes no Simpósio Internacional de Filosofia e História da Ciência da Informação, em 2020, e-ou estão presentes nesse livro. São, em sua maioria, igualmente mentalidades oriundas da pesquisa em pós-graduação do IBICT, seja no mestrado, seja no doutorado, seja no pós-doutorado.

Essa obra é, antes de uma assertiva sobre o que vem a ser a epistemologia do campo, e-ou sobre como se deve recontar a sua história segundo os fenômenos do tempo vivido, um relato de uma longa, corajosa e profunda experiência teórica constituída na América Latina, centralmente por filósofas e epistemólogas.

A docuemedialidade: o novo realismo de Maurizio Ferraris

Maria Nélida González de Gómez ¹

1 Introdução

Com certa indulgência histórica, podemos admitir que em ocidente, durante um longo tempo, a ciência manteve, não sem antagonismos e clausuras, a aura racional que herdara da modernidade, como uma das principais expressões do discurso público.

Robert Merton (citado por SERRES, 1990) afirma que existe entre as ciências uma concorrência sobre a qual, entre todas elas, há de ser reconhecida como porta-voz daquilo que Heidegger denominava “a interpretação pública da realidade”. No Ocidente, certamente, a definição preferencial e imperativa do mundo real foi concedida oficialmente à ciência, de modo que a competição se realiza entre as versões especializadas da cientificidade. A partir da modernidade, porém, instaurou-se uma outra arena meta-discursiva, onde o que estaria em disputa seria a interpretação pública da própria cientificidade. E seria a epistemologia, durante muito tempo, a reclamar para si o direito e a competência de dizer da ciência um algo a mais que a ciência não diz e não compreende sobre ela mesma. Se a ciência definia o real, a epistemologia definia a verdade. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p. 6)

Não foi sempre, de fato, que a *epistemologia*, como guardiã da legitimidade do conhecimento, tiver prestígio e prioridade sobre outro saber que demandava sua potência no domínio do que é real, a *ontologia*. Caberia lembrar que nos tempos de Platão, nos que o antecederam e ainda em Aristóteles, a excelência do conhecimento se estabelecia pela excelência de seu objeto. À luz desse otimismo ontológico,

¹ Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI IBICT UFRJ. Contato: marianelidagomez@gmail.com.

a ignorância (*agnoia*) ou a cegueira enganosa (*até*) eram questões existenciais, e forneciam assunto para a dramaturgia, capaz de transformar as encruzilhadas catastróficas da experiência humana, em peripécias teatralizadas nas *tragédias*.

É na modernidade em que o conhecimento se converte em objeto de preocupação, e a racionalidade, o uso público e crítico da razão se convertem na marca de uma certa inovação social, de um novo imaginário político, que podemos denominar o ideário do iluminismo.

Se o conhecimento sempre teve uma posição central no pensamento e nos projetos da modernidade, a ponto de caracterizar durante séculos as sociedades ocidentais, com sua dupla referência aos modelos da ação racional e à ciência, aconteceria que, a fins do século XX, ganharão prioridade os modos de conhecer que tem como objeto o próprio conhecimento.

O que é específico do modo de desenvolvimento informacional, porém, é que neste caso o conhecimento atua sobre o conhecimento nele mesmo com o fim de gerar uma maior produtividade. Em outras palavras, se nos modelos de desenvolvimento pré-industriais o conhecimento se utiliza para mobilizar maiores quantidades de trabalho e meios de produção, e no modo de desenvolvimento industrial o conhecimento se utiliza para prover novas fontes de energia e para reorganizar de forma correspondente a produção, no modo informacional de desenvolvimento o conhecimento mobiliza a geração de novo conhecimento (...)

(CASTELLS, 1997, p.34)

Já no século XX, os novos desafios teriam como referências as tecnologias, a Internet, a Web, a expansão disruptiva da automatização e da robótica. Sandra Braman (2004) caracteriza esse *phylum* tecnológico como meta-tecnologias. As meta-tecnologias seriam aquelas que aumentam o grau de liberdade com que os homens podem atuar nos mundos social e material. Sendo sociais em sua produção, permitem que desde um único ponto se possa intervir em uma vasta rede de relações, com múltiplas consequências no mundo social e material. Para Sandra Braman (2004), “As meta-tecnologias são sempre informacionais e a Internet é o primeiro exemplo de uma meta-tecnologia usada com propósitos de comunicação” (BRAMAN, S., 2004).

Alguns termos afinados nos discursos acadêmicos são indicativos de certo reencaminhamento das tendências investigativas. Pouco a pouco, fala-se menos de *capitalismo cognitivo* (VERCELLONE, 2005), fala-se de *capitalismo das plataformas* (VERCELLONE, 2015), e aos poucos, surgem termos como *capital semântico* (FLORIDI, 2018) e *capital documental* (FERRARIS, 2020).

Sem pretender avançar pelo território escarpado da economia e da política, essas mudanças de superfície compõem o macro cenário em que aconteceria uma espécie de “conflito das faculdades”, nas cearas da filosofia. Podemos entender esse debate como reposicionamento das relações entre epistemologia e ontologia, mas também como posicionamento antagônico ao pós-modernismo, dando lugar a uma nova tendência, que se apresenta como *novo realismo* (Maurizio Ferraris, 2012), *realismo especulativo* (Markus Gabriel, 2016) ou *filosofia pós-continental* (Castro Córdoba, 2019). Para Sferraza Papa (2017), a opção pelo realismo, de Maurizio Ferraris, resultaria de uma dupla oposição, à *falácia transcendental*, do idealismo, e à *falácia hermenêutica* do pós modernismo (enquanto não diferenciasse ontologia e epistemologia, nem a ontologia da axiologia).

Já avançando na segunda década do século XXI, num terreno preparado pela crítica acirrada às epistemologias prescritivas, na esteira do realismo, as críticas dos excessos do pós-modernismo caminham junto com a atribuição de prioridade as questões ontológicas, não somente no repertório investigativo da filosofia vigente, mas afetando aquelas premissas filosóficas onde ancoravam suas matrizes paradigmáticas os mais diversos campos disciplinares. A Antropologia, um dos campos disciplinares mais envolvidos no reposicionamento da ontologia, é prolífero em análises reflexivas sobre premissas alternativas. Para Tola e dos Santos (2020), tem fatores específicos que desencadeiam esse revisionismo: superar o dualismo natureza/cultura, seria uma demanda e expressão da crise ecológica que anunciava a evolução do Antropoceno, acertando em cheio os procedimentos descritivos da antropologia. Existiria também uma crítica geral à prévia ênfase na linguagem e a generalização das análises interpretativas das culturas, a serem decifradas como se foram textos. Em geral, perspectivas e temas desprestigiados pelo pós-estruturalismo, tal como o realismo e a ontologia, reaparecem assim sob novas investidas.

Para Martin Holbraad, cujas referências conceituais dialogam com as perspectivas da antropologia ameríndia e latino-americana, a Antropologia tem vivido esses ajustamentos de rumo. A intervenção ontológica, neste caso, teria uma função heurística, de trazer a luz as diferenças e reverter os efeitos colonizadores da tradução cultural. O giro ontológico, na antropologia, surge de uma preocupação metodológica, sobre o fazer etnográfico, e não tem como origem questões propriamente metafísicas ou ontológicas.

A autodeterminação ontológica significa devolver o ontológico “aos povos” e não os povos ao “ontológico”. A política da ontologia como autodeterminação do outro é a ontologia da política como descolonização de *todo pensamento em face de outro pensamento*— pensar no

pensamento ele mesmo como “sempre já” em relação ao pensamento dos outros. (HOLBRAAD, PEDERSEN, VIVEIRO DE CASTRO, 2019)

Os objetivos deste texto nos encaminham numa outra direção, considerando a atualização da metafísica na filosofia ocidental, e em especial as abordagens que atribuem um certo potencial noumenico às tecnologias, e a sua implementação e efeitos em dispositivos digitais, desenhando uma zona de interseção da investigação tecno-filosófica com os estudos dos documentos, dos dados e da informação. Neste texto, iniciamos a reconstrução crítica dessa tendência, a partir do Novo Realismo de Maurizio Ferraris (2012, 2020), para melhor analisar seus possíveis referencias e efeitos sobre as premissas paradigmáticas da Ciência da Informação e o entorno de questões que lhe são próximas, tal como a Teoria dos documentos e as Humanidades Digitais.

2 O realismo contemporâneo

Conforme o entendimento aristotélico, o que denominamos *metafísica* designava a episteme de maior alcance e excelência que for concebida, pela dignidade de seu objeto:

‘...Há uma ciência que estuda o ser enquanto ser, e o que propriamente lhe pertence. Esta ciência não se confunde com nenhuma das chamadas ciências particulares, porque nenhuma delas considera o ser enquanto ser, mas unicamente uma parte do mesmo (ARISTÓTELES, *Metafísica*, I, 10003 A 20)

De maneira muito geral, sob o nome de “ontologia”, designou-se o estudo de todas as questões que afetam o ser dos entes, em princípio os “gêneros supremos das coisas”, nos usos contemporâneos, as taxonomias regionais.

Se muitas razões poderiam ser dadas para justificar as novas expressões das teorias metafísica e ontológicas, que na verdade, nunca deixaram de existir, cabe lembrar que desde a dita modernidade, e durante séculos, a indagação pela excelência dos modos do conhecer consistiria em estabelecer as condições de possibilidade do sujeito do conhecimento. Para Kant, a possibilidade de conhecer um objeto x, estaria delimitado a priori pelas categorias, regras e esquematismo da imaginação, que pré-formam o objeto de conhecimento possível. E após o sucesso da humildade ontológica de Kant, a negação dos juízos sintéticos a-priori pelo pensamento analítico, as abordagens pós-metafísicas mantiveram sua centralidade na filosofia contemporânea, tendo como expressão mais acirrada de suas críticas, os movimentos da

pós-modernidade (LYOTARD, 1979). Isso parece estar mudando no século XXI, onde o chamado “giro ontológico” é acompanhado por novas concepções do realismo.

O reposicionamento das perspectivas ontológicas e epistemológicas, acontece também em nossa área de estudo e de pesquisa. Autores como Frohmann (2012) e Buckland (2018), entre outros, sustentam a prioridade ontológica do documento, ao mesmo tempo que criticam o caráter mentalista da informação e a atribuição de imaterialidade, (FROHMANN, 2012; BUCKLAND, 2018). Nestes casos, as críticas se dirigem a uma versão “entitativa” e idealista da informação, que temos denominado a versão fregeano-poppereana, seja a informação entendida como equivalente ao “sentido” fregeano, ou como “conhecimento objetivo”, nos termos de Popper. Podemos lembrar outros autores que, como Dretske (1981) ou Floridi (2011), consideram a informação como princípio estruturante do real, e optam por pluralizar as categorias ontológicas que qualificam suas diferentes manifestações, como entidades reais ou discursivas: informação in re, informação in dito, informação instrumental (DRETSKE, 1981; FORIDI, 2011).

Os novos esquemas ou “inventários” do realismo contemporâneo, tem reavaliado a posição dos traços, registros e documentos, nas taxonomias ontológicas, instalando um novo e instigante domínio reflexivo na Ciência da Informação. Com essas perspectivas, realizamos uma leitura introdutória das teorias de Maurizio Ferraris (2012, 2017, 2020), filósofo e docente da Universidade de Turin, Itália, o autor do *Manifesto do Novo Realismo* (2012), quem outorga um papel protagonista as inscrições e aos documentos, e concebe a WEB como mega arquivo, secundarizando sua função comunicacional, entre algumas das ressignificações conceituais que nos propomos reconstruir. Neste texto, daremos ênfases as dissociações fortes da ontologia e da epistemologia, do *Novo Realismo*, cujos conceitos e abordagem (por vezes sobre dimensionados) contribuem ao entendimento de outros discursos tecno-filosóficos contemporâneos (FERRARIS, 2012, 2017, 2020).

A obra de Maurizio Ferraris, tem certa repercussão na Ciência da Informação, em autores como Buckland, 2018; Hanson, 2015; e também no Brasil, presente em trabalhos de Cardoso Coelho, K.C. (2017), Cardoso Coelho e Almeida (2017), e Ortega e Saldanha (2019), entre outros.

O Novo Realismo, outorgando realidade ontológica aos traços, registros, documentos e novas medialidades, não os considera como diversificações de uma ontologia regional (informacional ou documentária), mas faz deles grandes categorias metafísicas, suficientes em escopo e abrangência para descrever em sua totalidade o que é real.

Castro Córdoba (2019), situa o *Novo Realismo* de Ferraris (2012), junto ao realismo especulativo, como uma das expressões do realismo *post-continental*, com

diversas versões ontológicas (materialistas, naturalistas, dialéticas), mas todas elas compartilhando uma relação crítica com a tradições filosóficas europeias, com certo viés do pensamento analítico². Castro Córdoba trata de estabelecer “as semelhanças de família” que, pelas inclusões e exclusões, delimitam o espaço de construção conceitual do realismo contemporâneo.

[...] realismo filosófico es la posición filosófica que defiende que una cierta realidad existe independientemente de nosotros y, sin embargo, puede ser conocida por nosotros. El realismo filosófico se opone, por ende, tanto al nominalismo (que niega la existencia de esa cierta realidad) como al idealismo (que acepta su existencia, pero niega su independencia respecto de nosotros), así como al escepticismo (que acepta tanto su existencia como su independencia, pero niega que pueda ser conocida por nosotros). (CASTRO CÓRDOBA, 2019, p. 2)

De modo geral, o novo realismo teria como um de seus principais motivos contrapor-se ao pós-modernismo. Ferraris, com caso exemplar, vê na pós-modernidade a radicalização de duas teses, que representariam seu núcleo teórico: as teses kantianas da *Crítica da razão pura* (“pensamentos sem intuições são vazios, intuições sem conceitos são cegos”), e o aforismo que sintetizaria o pensamento crítico de Nietzsche (“não existem fatos, só interpretações”). (citações de SFERRAZA PAPA, 2017)

3 O realismo de Maurizio Ferraris e o novo mapa da investigação filosófica

Neste trabalho, abordamos a extensa (e sempre em mutação) obra de Ferraris, seguindo três eixos temáticos: 1) A dissociação crítica da ontologia e da epistemologia; 2) a ontologia social, entendendo a *documentalidade* como a construção do mundo social- incluindo um subitem para falar da hermenêutica *neorrealista*; 3) A teoria da *documentalidade*, e a convergência de suas abordagens na concepção da histerese e do *Web Arquivo*. Estamos cientes que seu conceito de Web Metafísica ou Web Arquivo (sem coincidência necessária com a definição dos arquivos pela Arquivologia ou pelas instituições arquivistas), deveria ser analisado com maior explicitação de seus referenciais filosóficos, mas também requiere certa vinculação

2 “En resumidas cuentas, “realismo poscontinental” expresa mejor la genealogía intelectual de filósofos tan distintos como Markus Gabriel y Maurizio Ferraris (los sedicentes “nuevos realistas”) o como Quentin Meillassoux, Ray Brassier, Graham Harman e Iain Hamilton Grant (fundadores involuntarios del “realismo especulativo” en 2007)”. (CASTRO CÓRDOBA, 2020, p 219).

ao cenário de debates da Europa e da Itália, e mesmo à atmosfera político-econômica de Torino³, todos assuntos só circunstancialmente mencionados neste texto,

3.1 Dissociação ontologia- epistemologia

Em 2012, Ferraris publica o *Manifesto do Novo Realismo*, sendo que a denominação “Manifesto” antecipa sua consideração do *realismo* como um acontecimento a ser constatado, e não “uma teoria minha, nem uma direção filosófica específica, nem uma *koiné* do pensamento, mas simplesmente a fotografia (que sim considero realista) de um estado de cosas...” (FERRARIS, 2012, p IX-X). Como manifesto, usa uma linguagem combativa, enfrentando as hostes mais bem plurais e por então mais bem dispersas, dos promotores da pós-modernidade.

Num texto de 2014, *New Realism, Documentality and the Emergence of Normativity*, enumera cinco movimentos que caracterizariam a posição do novo realismo frente ao que, nesse texto, denominará “falsificação epistemológica” ou “falácia transcendental”, indutora dos equívocos do pós-modernismo.

Primeiro movimento: se trata do esclarecimento conceitual que visa a

ênfatar a diferença entre *ontologia* (o que existe, que é independente de nossas representações) e *epistemologia* (o que pensamos que sabemos e que pode ser dependente de nossas representações - mas o que torna nossas afirmações verdadeiras não são nossas representações, senão aquilo a que essas representações se relacionam). (FERRARI, 2014, p 110).

Como exemplo, trata de esclarecer a ação conceitual que efetuamos quando *reconhecemos* uma constelação a partir de três estrelas que *vemos* no céu. A constelação pertenceria ao que denomina “*realidade epistemológica*”, mas a cada uma das três estrelas lhes corresponde uma “*realidade ontológica*”, de nível superior.

Isso não é para argumentar que as constelações não são reais, mas sim para traçar uma diferença (que obviamente se origina da diferença entre ontologia e epistemologia) entre duas camadas de realidade que desaparecem uma na outra. O primeiro é o que eu chamaria de s-realidade, ou seja, essa “*realidade epistemológica*”, ou o que os alemães chamam de *Realität*. É a realidade ligada ao que pensamos saber sobre o que existe (por isso chamo de “*epistemológica*”). Esta é a realidade a que se refere Kant quando afirma que “as intuições sem conceitos são

3 ENGLERT, 2020.

cegas”; ou por Quine quando diz que “ser é ser o valor de uma variável”. Mas ao lado, ou melhor, abaixo, da *realidade-s*, também defino a realidade-m no sentido de ...realidade ontológica, ou o que os alemães chamam *Wirklichkeit*, que se refere ao que existe, quer o saibamos ou não, e que se manifesta tanto como resistência quanto como positividade. (FERRARIS, 2014, p. 201).

Segundo movimento: destaca e habilita à observação empírica. Existe uma quantidade indefinida de coisas que *preexistem* a qualquer pensamento meu. E ainda quando eu penso, certa classe de representações *resiste* nossos esquemas conceituais. Pessoas com diferentes esquemas conceituais (como pessoas que falam diferentes línguas), podemos interagir num mesmo meio ambiente, trocar objetos, ou ainda podem interagir com animais, aos que não poderíamos atribuir esquemas conceituais (jogamos bola com nosso cachorro). Os argumentos da pré-existência, da resistência e da interatividade, e do caráter de *imedavel* da realidade, requerem duas observações: Se bem as coisas não deixam de existir independentemente do que pensemos delas, podemos porem afetar sua existência por nossas ações, seja no mundo físico ou social. As coisas no mundo atuam de maneira causal, e nós, como parte da materialidade do mundo, produzimos efeitos.

Terceiro movimento: “O real não se manifesta apenas como resistência e negatividade: toda negação comporta uma determinação e uma possibilidade”. A disponibilidade (*affordance*) refere-se à viabilidade que o Mundo oferece por meio dos objetos e do ambiente. Uma das consequências seria que, partir dos objetos (entre os quais os sujeitos), podemos “reduzir o fosso entre as nossas teorias e a nossa experiência de mundo”. O argumento afirmativo do realismo, seria assim “um devido reconhecimento da positividade na qual todos nós confiamos, mas sobre a qual raramente refletimos” (FERRARIS, 2014). Noção de “confiança” ontológica, num conceito próximo do que Floridi denomina a “confiança ôntica” (FLORIDI, 2013).

Quarto movimento: Visando “articular a oferta que nos chega dos objetos”, este seria um argumento taxonômico, uma distribuição das *affordances* ontológicas entre categorias de objetos:

OBJETOS NATURAIS	existem no tempo e no espaço
OBJETOS IDEAIS	existem fora do tempo e do espaço e independentemente dos sujeitos
ARTEFATOS	existem no tempo e no espaço, dependendo dos sujeitos para suas gênesis
OBJETOS SOCIAIS	existem no tempo e no espaço, dependendo dos sujeitos para suas gênesis e persistência

Conforme Ferraris, 2014, 2020b

Ferraris diferenciaria assim ‘democracia’ ou o ‘mercado de valores’, que são dependentes de representações coletivas, dos “dinossauros”, que quiçá dependem das representações dos paleontólogos, mas não dependem do mesmo modo das representações das crianças que visitam os museus, e incorporam as visualizações da ciência a suas coleções de animais fantásticos.

Quinto movimento: consiste em isolar o conceito de *meio ambiente*, como uma totalidade que reúne restrições e disponibilidades: “existir é produzir efeitos, causais ou normativos, num meio ambiente”. Denominará *entorno* a cada uma das esferas que, como estruturas diferenciadas de resistência e capacidade, ficam disponíveis para a interatividade - sendo que, em certos casos a causalidade pode devir normatividade (e não o inverso). Seria interessante comparar o mundo objetivo de Popper, onde circulam livros e teorias, com os *entornos* de Ferraris, onde o natural, o social e o tecnológico se misturam, configurando enxambros de previsibilidades e imprevisibilidade.

Estabelecida a falácia epistemológica, Ferraris reposiciona epistemologia e ontologia, no que entende seja seu lócus apropriado, em sua reformulação paradigmática da filosofia:

O que a reflexão do século XX há definido como uma *diferencia ontológica*, indicando com essa expressão a diferencia entre o ser e o ente, deve definir-se com maior precisão como *diferencia epistemológica*, ou seja, como diferencia entre os entes e o conhecimento que temos de eles. (FERRARIS, 2020).

3.2 A Ontologia Social

Buckland (2018), situa brevemente Ferraris, na árvore genealógica da Teoria do Documento:

A documentação designa o processo ou o resultado do documentar. Documentário, enquanto adjetivo, refere-se ao que tem o caráter de um documento, a saber, representar ou explicar algo, sobretudo quando se usa o filme como médium. A documentalidade foi usada por Frohmann(2011) para designar as propriedades e traços pelos quais um objeto obtém seu papel documentário, e por Ferraris, para (designar) o caráter de traços e inscrições em suas teoria da ontologia social (Ferraris, 2013; Ferraris e Caffo, 2014). (BUCKLAND, 2018, p. 2)

Para Hansson (2015), o resgate da tradição do movimento documentalista europeu de início do século XX, e a compreensão das *funções agentivas do documento*, em contextos *institucionais*, teriam aberto o caminho ao que FERRARIS chamaria uma *documentalidade ontológica* (HANSSON, 2015)

O horizonte de problematização de seu trabalho é, quiçá, mais complexo. Conforme Marcelo (2020), Ferraris, um filósofo cuja formação parte da hermenêutica, com relações fortes com a filosofia francesa - via Derrida e o pós-estruturalismo-, investiga, em sua obra a vinculação do mundo social com a cultura material e a tecnologia. Seu pensamento remete às teorias que outorgam um papel agentivo aos objetos no século XX, enfatizando o papel preponderante alcançado pela tecnologia e o mundo das coisas. E em seus últimos trabalhos, ancora sua concepção na tese forte de uma *Web metafísica*.

No percurso conceptual de Ferraris, teria um papel principal a reconstrução crítica da teoria dos “atos de fala”, de John L. Austin, *Como fazer coisas com palavras* (1962), e seu desenvolvimento posterior por John R. Searle. De fato, a premissa wittgensteiniana de que o significado se esclarece pelos usos da linguagem (“Mas quanta espécies de frases existem?”⁴), e a teoria dos *atos de fala*, vão compor uma complexa família de esquemas conceituais, na filosofia contemporânea, na que poderia incluir-se a *teoria da ação comunicativa* de Habermas, a teoria dos *atos documentales* de Barry Smith e a teoria da documentalidade de Ferraris, a que agora nos ocupa. Habermas refere-se a dupla articulação dos atos de fala, como um dos aspectos que atraíram sua atenção sobre Searle, num texto que reproduz:

Uma situação de entendimento possível exige que pelo menos um dos locutores/ouvintes estabeleça em simultâneo uma comunicação em dois planos, tanto no plano da intersubjetividade em que os sujeitos *falam uns com os outros* como no plano dos objetos (ou estados de coisas) sobre os quais se entendem”. (SEARLE, 1971, citado por HABERMAS, 2009, p 17).

A diferencia de Habermas, que enfatiza a função comunicativa do uso da linguagem como matriz e *a priori* histórico da socialidade, Barry Smith (2003, 2014) e Maurizio Ferraris (2014, 2017, 2020) seguem outro caminho, ponderando o caráter efêmero do proferimento de uma sentença, enfatizando a temporalidade pontual do ato ilocucionário. Problematizando a fluidez temporal dos atos sociais e significativos, assim como sua interdependência com agenciamentos coletivos e insti-

4 Wittgenstein, Investigações filosóficas, aforismo 23.

tucionais e com os meios materiais e tecnológicos que sustentam sua constituição, dirige-se, nesse quadro, a atenção aos modos da *duração*.

Um autor que cria uma passagem entre a *teoria dos atos de fala* e o conceito de documentalidade de Ferraris, seria Adolf Reinbach, com sua *teoria dos atos sociais*.

Na medida em que a filosofia é ontologia ou a teoria a priori dos objetos, ela tem a ver com a análise de todos os tipos possíveis de objetos como tais. Veremos que a filosofia aqui se depara com objetos de um tipo totalmente novo, objetos que não pertencem à natureza no sentido próprio, que não são nem físicos nem psíquicos e que são ao mesmo tempo diferentes de todos os objetos ideais em virtude de sua temporalidade. (REINBACH, p. 6, citado por DUBOIS, 2018)

A obra referenciada, *The A priori Foundation of the Civil Law* (1913), trata de demandas e obrigações que, sem serem objetos físicos nem mentais, são tão reais como qualquer entidade do mundo natural. De fato, dívidas e compromissos seguiriam sendo reais, ainda quando cessasse as lembranças, os sentimentos e emoções que provocaram em seus portadores, e poderão ser cobrados, por médio de testemunhos e/ou documentos (como letras de câmbio ou contratos).

Barry Smith, provavelmente um dos principais responsáveis pelo ressurgimento e disseminação da Ontologia na academia, desenvolve a teoria dos *atos documentais*, com marcações importantes sobre tipos documentários e seus efeitos agentivos, assim como acerca das funções dos recursos meta-documentares e meta-informacionais, tanto na gestão dos grandes agregados de documentos como na governança de seus entornos sociais e organizacionais. O ato documental, utilizando diagramas e as artes cartográficas, não somente coordena, quanto faz possível a realização de planos coordenados de ação em contexto de multi-agências, exercendo um *poder deôntico*:

Nossa proposta é que, com o crescimento em extensão e alcance da civilização, os poderes mnemônicos dos indivíduos tem sido estendidos proteticamente através dos documentos, de modo que deram origem a uma diversidade de novos artefatos da realidade social. Documentos de diferentes formas, porque devido a ser portadores de poderes deônticos, duradouros e reutilizáveis, permitiram a evolução de novas e mais complexas formas de ordem social. Além disso, esse processo foi repetido, assim que ordens sociais mais complexas dariam origem a novas formas de documentos e a tecnologias associadas aos documentos, que,

por sua vez, não originar novas e mais complexas instituições sociais. (SMITH, 2014, p. 23).

Ao mesmo tempo, Smith expande sua teoria numa concepção da ontologia como lógica instrumental de gestão e governança informacional, linha analítica e investigativa fora do escopo e abrangência deste trabalho.⁵

Ferraris denomina *documentalidade* a sua ontologia social, significando “o ambiente em que são gerados os objetos sociais”.

A regra constitutiva dos objetos sociais é Objeto= Ato Inscrito. ...um objeto social é o resultado de um ato social (envolvendo ao menos duas pessoas ou uma máquina delegada e uma pessoa, que se caracteriza por ser registrado, em um pedaço de papel, um arquivo de computador ou apenas na mente das pessoas envolvidas no ato”. (FERRARIS, 2014, p. 22-23).

Os documentos podem configurar-se num *sentido forte*, quando são inscrições de atos, e em *sentido fraco*, quando são registro de fatos.

A *Documentalidade* denomina o ambiente em que tais objetos sociais são gerados, sendo três os conceitos que a definem: ofício (*Craft*), escrita e registro. Por ofício refere-se a toda forma de registro, o que especifica a possibilidade de serem iterativos, e a principal forma da tecnologia estar vinculada a nossa experiência, sendo a escrita a expressão paradigmática de toda tecnologia (FERRARIS, 2014, p 113)

Ferraris contrapõe a perspectiva da documentalidade à perspectiva de Searle e sua sustentação da regra da *intencionalidade coletiva* como premissa:

Com o termo “intencionalidade” designo a teoria proposta por John Searle,¹ que explica a construção da realidade social através da regra “X conta como Y em C”, ou seja, o objeto físico X conta como objeto social Y no contexto C. Por exemplo, este bloco de papel (X) conta como um livro (Y) no outono de 2012 (C). [...] Chamo essa teoria de “intencionalidade” porque a imposição de uma função - isto é, considerar X como Y, o físico como social - depende da ação de uma faculdade que Searle

5 Barry Smith (2009, 2014), desenvolve a teoria dos atos documentos, teoria dos atos de fala e do conceito de intencionalidade coletiva, de Searle (com que mantém diálogo e compartilha pesquisa). Autor prolífico, além de renovar e hierarquizar o estudo da Ontologia, oferece recursos analíticos, críticos e metodológicos para a Ciência da Informação e para o desenvolvimento de sistemas de informação, com impacto na pesquisa internacional e no Brasil (CARDOSO COELHO, 2017; CARDOSO COELHO e ALMEIDA, 2017).

define como “intencionalidade coletiva” e que supostamente consiste na capacidade de compartilharem coletivamente a crença de que um pedaço de papel é uma nota de banco, que um bloco de papel é um livro ou que um corpo humano vivo é um professor. (FERRARIS, 2017, p1).

Ferraris reitera sua crítica a *teoria da intencionalidade coletiva* de Searle, em diversos momentos e arguições, contrapondo a “regra da intencionalidade coletiva” à sua “regra da documentalidade”. Sua principal objeção seria que não é suficiente o ato de produção de uma sentença ou declaração, para o acontecer concreto de um objeto social: é preciso que seja registrado. Ferraris, com forte referência às teses de Derrida, afirma que “Não se sustenta que “nada exista fora do texto” (já que os objetos naturais e os objetos ideais existem sem as inscrições), antes bem, que “nada social existe fora do texto”.

Situa logo a premissa de Searle, sobre a precedência da intencionalidade coletiva na constituição do objeto social, como tendo correspondência com o horizonte conceptual hegeliano, onde o do espírito objetivo encarna-se, *a posteriori*, em sociedades, linguagem e instituições. Em contraposição, reafirma a prioridade ontológica dos documentos, os quais não registram, mas constituem a realidade histórica da sociedade.

Na mesma direção argumentativa, afirma que todo esforço para encontrar uma justificativa da intencionalidade coletiva na natureza anatômico-fisiológica da mente humana, um elo que operasse como nexos genético entre o mundo físico e o mundo social (tal como imitação, empatia, neurônios-espelhos), só teria o valor de um *deus ex machina*.

Por outro lado, ocorrências relatadas na psicologia popular e na jurisprudência, sem necessidade de recorrer a algo oculto, podem exemplificar casos de manifestações (emotivas) duma multidão, equivalentes ao que Searle denomina *intencionalidade coletiva*.

Ferraris mantém sua tese da prioridade do registro, e não da comunicação, como princípio constitutivo das ações sociais. Tomando como exemplo ações coletivas coordenadas, como a interpretação musical de uma grande Orquestra, ou mesmo, em caso contrário, uma improvisação jazzística, por trás das duas encontraríamos partituras e treinamento, já que ambos tipos de executantes e virtuosismo, resultaria de esquemas interiorizados e regras próprias das composições orquestrais interpretadas e das modalidades instrumentais.

(...) de onde deriva a intencionalidade coletiva? Minha hipótese é que ela deriva de inscrições, tanto em sentido estrito (escrita) quanto em

sentido amplo (arché-escrita). A educação, as leis e os documentos formais possibilitam que tenhamos estados de intencionalidade coletiva: permitem que nos reconheçamos como parte de uma sociedade ou de uma ação comum. (FERRARIS, 2017, p. 36-37)

Ferraris agrega outras proposições, ao reafirmar sua tese: Primeiro, se a intencionalidade coletiva, finalmente, for equivalente aos textos inscritos na memória ou na mente de indivíduos, caberia aplicar a regra da documentalidade para considerar que nesse caso também se constituem objetos sociais. E em segundo lugar, seguir uma regra não requer de modo necessário um estado de consciência intencional.

Seguimos as regras »cegamente«: aqui está o traço distintivo da nossa relação com o mundo. Tal como ninguém necessita de conhecer o funcionamento de um elevador para o utilizar, muito poucos conhecem as normas a que aderem, as quais são inculcadas pela educação e pelos hábitos, nomeadamente os elementos essenciais da construção do social. Sem considerar circunstâncias excepcionais como as revoluções, a realidade social está longe de ser construída ativamente: é vivenciada passivamente (FERRARIS, 2017, p. 43)

As proposições de Ferraris tem certa proximidade com a concepção dos poderes exteriorizados e o modelo Foucault-Deleuze da sociedade de controle, mas admite outras referências. Assim, afirma que recebemos e aceitamos algo como real, “desde afora”, pelo mesmo mecanismo que por exemplo, uma criança aceitaria que o Rio Amazonia é o rio mais longo do mundo porque o professor o diz ou reconhecemos o valor intrínseco de uma nota de papel moeda porque tem o selo do Banco Central. Seguir normas de maneira não intencional (mimética?), nos remete, aliás, as teorias dos *objetos limítrofes* (*boundary objects*), de Susam Leigh Star (2010), onde objetos sociais, como mediadores, facilitam ações colaborativas sem a formação de consenso dos atores envolvidos, de modo que seria possível compartilhar ações onde cada um dos participantes persegue diferentes objetivos (logo, sem compromissos intencionais e *a priori*).

O que Searle parece não levar em conta em sua valorização hiperbólica do consenso na política e na sociedade é que, na maioria das vezes, longe de negociar ou oferecer consenso, seguimos as normas sem pensá-las, questioná-las ou mesmo - é muito comum, além de ser pressuposto pela lei - sem concordar com elas. (FERRARIS, 2017, p. 43)

Ferraris critica as premissas antropológicas de Searle, por sua semelhança com à tipologia da ação social de Habermas (1987), na qual o agir comunicativo parte da busca de entendimento mutuo, sustentando a possibilidade de alcançar consenso ou acordos negociados, que, se difíceis, seguiriam a lógica do melhor argumento. Para o autor, tais orientações, se são opostas à hiper politização pós-modernista, levariam a despolitizar a filosofia social.

A humanidade de Searle seria imune à falsa consciência e, aparentemente, livre de esforço. Sua principal atividade é a deliberação racional. Em outras palavras, o modelo de Searle continua sendo o do contrato social - aliás, um contrato bastante singular, pois não é um ato escrito e se naturaliza pela intencionalidade coletiva. Mas a dinâmica do mundo social parece ser muito melhor capturada pelos modelos do conflito, que retomam a dialética senhor-escravo de Hegel, onde não se trata de decidir juntos qual sociedade queremos fazer, mas sim de aceitar - e eventualmente se rebelar contra - uma sociedade já feita na qual nos encontramos. (FERRARIS, 2017, p. 45-46)

Ferraris reitera sua tese da *documentalidade*, como a função constitutiva da escrita e do registro, que estende seu valor evidencial em esferas como a economia e a formação do capital, e estaria em oposição à noção, para ele prejudicial, de *intencionalidade coletiva*.

Se a intencionalidade coletiva não consegue transformar pedras em dinheiro com a mesma facilidade com que o faz com as notas e moedas, é porque estas últimas (ao contrário das primeiras) apresentam inscrições cujo valor é simplesmente imposto pela autoridade emissora, e é a posterior reconhecida, e não constituída, pela intencionalidade coletiva. (FERRARIS, 2017, p. 43)

Para Ferraris, as premissas apriorísticas sobre as formações sociais, incluídas as concepções do caráter intersubjetivo da ação comunicativa, não seriam sustentáveis frente a duas premissas que lhes são contraditórias: o caráter originário do conflito (e não de formas comunicativas de busca de entendimento), e a falácia da intencionalidade coletiva. A isto deve somar-se sua concepção do caráter irredutível do indivíduo, sua hierarquia ontológica frente as figurações do social. Devemos considerar, aliás, que se trata de um dos axiomas de sua teoria: o caráter “in- emendável” da individualidade, que se realiza de modo pleno no contexto da WEB, onde

cada indivíduo constitui uma entidade monádica, podendo ser ao mesmo tempo consumidor e produtor.

3.2.1 (Addendum) A Hermeneutica neorrealista

Para Marcelo (2020), a *Web Metafísica* (2020) deve ser compreendida no contexto da investigação de Ferraris acerca dos possíveis vínculos da Filosofia, Ontologia e Tecnologia. Ele trabalha a tríplice relação, a partir da complementariedade de duas de suas proposições principais: a superação da filosofia pós-moderna e a abordagem realista dos objetos criados pelo homem (documentos e artefatos). Nessa linha investigativa, visa a desenvolver uma nova hermenêutica, onde a vinculação entre *ontologia* e *epistemologia* é instrumentada por um terceiro componente, a *tecnologia*, a qual comunica “a esfera do ser e do saber”. (MARCELO, 2020, p 30).

Um dos textos onde o autor esclarece essa função da tecnologia, é *Hermenêutica neorrealista* (2020), onde explicita aquela triangulação ontologia-epistemologia-tecnologia. O ponto de partida seria uma teoria positiva da verificação, entendendo que verificar (relativo ao fazer algo verdadeiro), tanto pode invalidar ou convalidar, outorgando-lhe uma função própria à tecnologia: “...a verdade é relativa as ferramentas de verificação técnica, mas absoluta com respeito a esfera ontológica a que se refere, e a necessidade epistemológica a que responde” (FERRARIS, 2020b, p 14).

Buscando certa centralidade entre as concepções da interpretação e o pensamento analítico, no que denomina uma “meso verdade”, Ferraris vai justificar sua argumentação, com o recurso à trilogia peirceana, que será “declinada em sentido ontológico”. A “primariedade” corresponderia ao estrato ontológico, que subministra a “matéria prima”, e que denomina o *portador de verdade*. A “secundidade” é outorgada aos *enunciadores de verdade*, função da epistemologia, que responde pelo que se sabe ou se acredita saber, e a “terceridade”, própria *dos fatores de verdade*, seria o papel da tecnologia, mediando entre ontologia e epistemologia.

Com ‘tecnologia’ [...] designo a ampla esfera de ações que levamos a cabo de maneira competente sem ter nenhuma cognição prévia. Tais ações são muito variadas, desde encender uma chaminé sem nenhuma noção de física até falar uma língua sem conhecimento gramatical ou sintático... (FERRARIS, 2020b, p. 15)

A introdução da tecnologia no rol das disposições ou habilidades do equipamento genérico do homem, que poderiam mapear-se da gestualidade às mais abs-

tratas figuras da lógica ou das matemáticas, permite avançar na apresentação dos *esquemas interpretativos*, em substituição dos esquemas conceituais,

Falar uma língua, acender uma fogueira, escrever um romance, contar e interagir socialmente: essas habilidades não usam esquemas conceituais, mas *esquemas interpretativos*, que em alguns casos (por exemplo, encontrar um trevo de quatro folhas em um prado) medeiam entre os conceitos (abstrato e geral) e percepção (concreto e individual), mas em muitos outros casos - na grande maioria, na verdade - eles se aplicam a percepções ou operam no mundo independentemente de conceitos. (FERRARIS, 2020b, p. 15)

A hermenêutica neorrealista seria para o autor, a que propriamente traz à luz o caráter originário do *esquema interpretativo*, ilustrando sua qualidade prática pela comparação do fazer do hermeneuta com a do carteiro que leva uma mensagem (Hermes, o mensageiro, na origem do termo).

Se Susan Leigh Star (2010), afirma a possibilidade de ações coletivas colaborativas sem consenso, com a mediação de *objetos limítrofes* (*boundary objects*), Ferraris vai mais longe, afirmando que os recursos interpretativos da hermenêutica, aproximados à modos de manipular, não requerem esquemas conceituais nem pressuposições de intencionalidade. O hermeneuta é um carteiro cuja operação é levar mensagens (objetos sociais, artefatos). O aferimento das tarefas da hermenêutica como operação de transporte (tradução/translação), e o reposicionamento da técnica como disponibilidade operacional, excluiria as formas intersubjetivas de reconstrução do sentido, das práticas hermenêuticas, descartando a prioridade dos usos comunicativos da linguagem, com suas implícitas referências as comunidades discursivas em que se sustentam. Operação em vez de ação, transporte em lugar de compreensão, agregados em vez de categorias, a hermenêutica neorrealista antecipa ou prepara um novo domínio para o exercício investigativo das humanidades, adequando seus paradigmas metodológicos ao crescimento exponencial das ferramentas inteligentes de mineração de dados, e a proliferação de volumosos arquivos digitais.

Após o desprestígio das lógicas inferenciais e das argumentações intersubjetivas, a *texné* terá que recorrer uma obscura passagem desde uma competência elemental (como manipular e agarrar), ao complexo *poiético* do *Moisés* de Miguel Angel ou o gol de mano de Maradona - ou entre a *práxis* e a *poiesis* (a produção de resultados). Ferraris menciona a Hegel, mas também ressoam ecos do naturalismo da Escola de Chicago (MEAD, 1934).

As mãos compreendem, tomam (Hegel o sabia muito bem quando reconhecia que o *Begriff* alemão, *conceito*, era herdeiro do verbo *greifen*, *agarrar*), apontam e indicam sem colher, ou seja, fazendo gestos, iniciam a produção de símbolos..(FERRARIS, 2020b, p. 10)

3.3 A documentalidade, a histerese e a Web Arquivo.

Em trabalhos atuais, como WEB METAFÍSICA, Ferraris desloca as perspectivas críticas do Novo Realismo, enquanto projetadas sobre problematizações bem desenhadas nos cânones da filosofia sistemática, para compor sua argumentação no plano do que seria uma missão superior da filosofia, colocar os assuntos de preocupação nos macros-contextos em que as questões encontrariam suas referências essenciais, além das aparências históricas: para o autor, numa teleologia metafísica.

Trata-se, porém, de uma revelação que se mostra como tal num processo revolucionário em andamento e cuja finalidade não seria transformar o mundo, mas por em evidencia suas formas essenciais. O Neorrealismo se apresenta, em Ferraris, como parte de um processo de des-ocultamento. Após incluir a tecnologia como fator de transporte numa concepção operacional da heurística hermenêutica, são procurados traços evidenciários da função atemporal da tecnologia, na investidura de Web Metafísica: inicia-se um processo de elucidação, do que nos parece uma arriscada viagem teleológica, onde os peregrinos buscam as rotas entre as metas da *Cidade de Deus* e as promessas das *Smarts Cities*.

Em seu esquema, de certeza metafísica e de projeção histórica, Ferraris (2020) elenca três grandes categorias que articulam sua espiral teleológica, da qual o Novo Realismo e a Ciência Nova seriam anunciações. A *revolução*, processo que desencadeia a des-ocultação do potencial noumenico da tecnologia, a *revelação*, que repositona a taxonomia das categorizações sistemáticas da filosofia, ressignificadas e reposicionadas na espiral teleológica, e fecha com a *especulação*, como a fase em que se realizaria o encontro das necessidades com finalidade.

Neste texto só trataremos da *documentalidade*, e seus desdobramentos (Automação, capitalização, mobilização, histerese). (FERRARIS, 2020). A *documentalidade* é apresentada como a fase presente de uma sequência de transformações, em princípio visualizáveis em suas manifestações econômicas, partindo do *capital industrial*, nos fins do século XVIII, caracterizado pela produção de mercadorias, com fábricas ruidosas e trabalhadores alienados, e seguido pelo *capital financeiro*, gestado no alvoreço dos operadores do mercado de valores.

Hoje se apresenta um novo capital, o *capital documental*: produz documentos, gera mobilização e não faz ruído. É um capital mais rico que o financeiro, o qual está tendo -e seguirá a ter- um impacto sem precedentes na criação de valor, nas relações sociais e na organização da vida das pessoas e, evidentemente, não falo só de sua existência profissional. (FERRARIS, 2020, p. 38)

Para o autor, a nova configuração do capital resulta da agregação da força dos documentos, à automação de sua produção e à horizontalidade das relações comunicacionais ancoradas na disponibilidade reticular da Web.

Confirmando sua ontologia social, a documentalidade se caracteriza pela explosão de registros e, pelo tanto, por um volume cada vez maior de objetos sociais: nunca teriam existido tantos documentos. Se muitas coisas ainda não estão muito claras, o certo é que “o novo mundo se caracterizará por uma melhora técnica da memória humana, tal como o mundo industrial se caracterizou por uma melhora técnica da força humana”. (FERRARIS, 2020, p. 39).

Quando todo se registra e se realiza como inscrição, registro e arquivo, a hiperdocumentação altera o *locus* ontológico e a prospecção finalística da humanidade, que vai definir-se agora pela produção de documentos (produção de valor e significado). Nessa condição, sucede e supera à humanidade produtora de mercadoria, sob o paradigma da produção industrial, e submetida ao estigma bíblico do trabalho.

Seguindo o roteiro da *Web Metafísica*, a *documentalidade* pressupõe a *automação*: “¿qué ha hecho posible esta automatización tan perfecta? La respuesta es simple: la capacidad de producir documentos”. (FERRARIS, 2020, p. 40). Sem dúvida, numa referência indireta aos fracassos iniciais dos experimentos de tradução automática do MIT (BAR-HILLEL E CARNAP, 1952), o autor destaca a eficiência dos atuais sistemas de tradução automática, mencionando o Google Translator, cujo sucesso, superando os modelos baseados em regras lógicas ou linguísticas, se deve em grande parte à acumulação de volumosos arquivos de múltiplas e históricas traduções, mais as correções com que nós, usuários, seguimos ensinando à máquina de tradução. “Precisamente por esta razón, se nos ofrecen continuamente servicios gratuitos, porque al usarlos aumentamos la eficiencia del servicio y, por lo tanto, la automatización”. (FERRARIS, 2020, p. 40). As tecnologias inteligentes operam com eficácia sobre as memórias extensas, sendo a memória nela mesma a forma elemental e essencial da inteligência, como capacidade para registrar e de aproveitar o que se tem registrado:

Em um regime totalmente automatizado, as máquinas não se limitam a substituir a força humana realizando trabalhos mortos que integram o trabalho vivo de operários e empregados. Ao contrário, algo profundamente diferente acontece, também e principalmente do ponto de vista conceitual, algo que não havia sido previsto nem mesmo em *Fragment on Machines* de Marx: trabalho morto, automação, torna-se tão perfeito e autônomo - graças à coleta de dados que instrui os processos de produção e distribuição - o que não exige, pelo menos na aparência e nas formas tradicionais de esgotamento ou alienação, qualquer trabalho vivo. (FERRARIS, 2020, p 41)

A *automação*, em qualquer caso, é uma atividade-meio, que leva a um estágio de feitura finalística: a *capitalização*. A tecnologia, ao registrar o consumo, pode volver a convertê-lo em produção, mas agora de *dados*, que serão úteis para manter ativos os ciclos da automação e da distribuição.

A maior riqueza atual não deriva da produção de bens ou de seu financiamento, mas da criação artificial de processos de documentação, da coleta de dados que antes não se pensaria em preservar e agora desempenha as mesmas funções que o dinheiro (depósito de valor, unidades de conta, coleção de dados que não se pensava anteriormente para serem preservados e agora desempenham as mesmas funções que o dinheiro (reserva de valor, unidades de conta, meio de troca) e que, além disso, uma vez que são informacionalmente muito mais ricos do que dinheiro e finanças, eles contribuem para a automação da produção e a melhoria da distribuição. (FERRARIS, 2020, p. 42)

A capitalização acontece pela acumulação, análise, intercambio, venda “dos documentos produzidos por nosso consumo e nosso ócio”, documentos produzidos de maneira deliberada e voluntária (não de modo automático).

Para Ferraris, essa nova modalidade de capitalização seria a segunda característica do que ele denomina a revolução documental. O neoliberalismo estava certo ao considerar o capital como essencial, mas tinha errado ao identificar, como protótipo do capital, ao capital financeiro. Do mesmo modo erraria o marxismo, considerando o capital como produção de bens e de trabalho.

O capital é a forma essencial da cultura humana, por tanto, da natureza humana (já que não haveria natureza humana for a da cultura), porque

é a condição de possibilidade da tecnologia e dos objetos sociais: sem o arquivo, ou seja, sem capital, não estaríamos livres da escravidão do dinheiro, antes bem (como a imagem da desgraça Segundo Homero), estaríamos “sem família, sem lei, sem hogar”. Com a revolução docu-medial, o dinheiro, que representava de maneira incompleta o arquivo, foi substituído pelo arquivo enquanto tal. (FERRARIS, 2020, p. 43).

Ferraris compara o capital docu-medial a uma espécie de louça universal, onde todos os atos sociais ficariam registrados de maneira indelével, de acesso universal, algo assim como o mapa do império a constituir-se e expandir-se pela própria potência em perpetua expansão da inscrição dos dados

Apareceria então, quase como problema residual, o que seria dos humanos, o que poderão fazer, nesse futuro iminente? Professores, cozinheiros, cuidadores, jogadores de futebol, desempregados?

Neste ponto, Ferraris propõe uma “invenção conceitual”. Se a produção está totalmente no domínio das máquinas, com a plena competência do trabalho morto, os seres humanos estariam mobilizados, produzindo dados, gerando valor, aperfeiçoando a automação. Na verdade, essa seria a grande descoberta dos gestores das plataformas, que se primeiro investem em publicidade ou venda, logo advertem o verdadeiro processo de capitalização: a coleta e apropriação dos dados. (Em nossa humilde avaliação, dadas as perspectivas ocupacionais na docu-medialidade, não achamos que sermos treinadores de *machine learning* seja mais empolgante que atendente de *telemarketing*, por exemplo).

Para Ferraris, a mobilização seria uma terceira transformação, dentro da fase da *Docu-medialidade*, e a invenção conceitual requerida, tem a função de trazer à luz uma ressignificação dessa mobilização permanente dos humanos, que deve ser reconhecida como a nova figura do *trabalho vivo*, fundamental para manter em funcionamento os novos ciclos da revolução docu-medial.

[...] as máquinas podem fazer tudo, mas não por si mesmas, porque requerem a temporalidade e a finalidade que vem das necessidades humanas. E o ser humano, consumindo e vivendo (isto é, realizando um grande número de atos que antes não deixavam rastros, e que por isso surgiram e foram inúteis ou fúteis), produz documentos, ou seja, atos que em ambiente digital (diferentemente de um ambiente analógico) pode ser capitalizado de forma econômica e automática. (FERRARIS, 2020, p. 43)

Em princípio, parece tratar-se de um retorno à concepção de Platão, no Cratilo, quem achava que o consumidor, o tecelão que usava uma lançadeira, era o mais apto para definir em que propriamente consiste uma boa lançadeira, e não o artesão que a constrói ou produz (FLORIDI, 2019). Ao mesmo tempo, aconteceria uma transferência do descrédito moral que outrora for a outorgado ao consumo (Marcuse, 1964), sendo agora a produção objeto de desprestígio, ao mesmo tempo em que é cada vez mais prerrogativa do sistema de máquinas.

Lembremos as duas proposições associadas a esta transformação, em andamento. Primeiro, as *necessidades humanas*, são precondição do desenvolvimento das máquinas, já que “todo o aparelho econômico, social e tecnológico encontra seu fim último em satisfazer as necessidades dos humanos enquanto organismos.” (FERRARIS, 2020, p. 43).

Não podemos deixar de perguntarmos como o autor entende as necessidades: são constantes genéricas, emergências evolutivas, formações culturais e históricas? ainda que sua naturalização (as necessidades são próprias dos organismos) pareça pelo momento suficientemente explicativa. Difícil entender que os objetivos dos aparelhos econômicos, sociais e tecnológicos estejam principalmente adequados às necessidades, quando ao menos por enquanto, acostumam visar ao lucro.

A segunda proposição refere-se à transformação do que se entende de modo geral por trabalho, que hoje consiste numa atividade de mobilização que, produzindo constantemente registros, produz valor (traços/dados/documentos)

[...] enquanto o consome, segue sendo uma prerrogativa insuperável dos organismos e se converte em economicamente importante a nível social, entre os organismos humanos. Quando a vida direta se converte também, ao mesmo tempo, numa vida diferida, uma vida registrada, calculada e arquivada, no somente os dados que produz podem capitalizar-se nas plataformas, antes, a vida mesma se converte em mobilização. (FERRARIS, 2020, p. 44)

Na mobilização, a vida humana, toda ela, se transforma em produção e trabalho, ao mesmo tempo que, sem cumprir horários, viajando, constantemente interagindo com os aparelhos de registro e documentação, vida e ócio se confundem. Não se trata de idealização: a vida teria tanto ou nenhum sentido, como antes e sempre (consumo, ansiedade, curiosidade, diversão, tédio), mas não se poderia falar de colonização sistêmica ou alienação. E agora “se volve útil, porque registrada” (FERRARIS, 2020, p 44). Se zapear na televisão é perda de tempo, não é o mesmo ficar navegando no *smartfone*, porque tal fala deixa rastros, e isso gera valor.

Entre as consequências, não seria necessário preocupar-se pensando no que se ocupariam as pessoas, num tempo de plena automação, porque estaria visto que, com um recurso técnico adequado, elas preferem a mobilização.

O segundo aspecto da mobilização, menos óbvio, mas mais essencial, é que a documentação pode transformar o que antes era apenas passivo e inútil em atividade e utilidade: sono, diversão, consumo. Quando a produção e a distribuição forem cada vez mais automatizadas, o pólo decisivo passará da produção para o consumo e da negociação para o otium. (FERRARIS, 2020, p. 44)

Se não se há conceitualizado adequadamente essa produção de valor (dados), resultante da mobilização documedial, é porque ainda entendemos o trabalho conforme suas formas previas. como na era industrial, e o projetamos como constante genérica do homem -quando seria somente uma etapa em processo de superação.

O que estaria ficando revelado, sob a progressiva consolidação do capital documedial, não teria alcançado ainda uma formulação que lhe seja justa, em parte pelo entendimento errôneo da WEB, que é interpretada (e se auto-interpreta), como tecnologia de informação e comunicação. Não por acaso tem sido entendida como um mundo virtual ou realizada como infoesfera, um domínio diferenciado do mundo da vida, ainda que possa inclui-la, ainda a excederia. Para Ferraris, é melhor tomar como exemplo a chegada dos descobridores as Américas, acreditando sempre que estão nas costas da Índia.

A automação, a capitalização e a mobilização -as três características chaves da revolução documedial- manifestam a natureza e a estrutura de um processo que em si mesmo vai além da conservação e da revolução, apresentando-se como a natureza profunda do mundo natural e do mundo social. (FERRARIS, 2020 p. 45).

Para Ferraris, a Web não é uma mera proliferação de perfis e avatares, um reino de Self's imaginários sujeitos a curadoria identitária dos indivíduos reais. Lembrando sua ontologia social, o autor reafirma “A Web, desde um ponto de vista ontológico, não é uma representação da sociedade, antes bem, é a sociedade, ja que a sociedade está composta de objetos sociais como atos registrados e o registro hoje em dia se realiza cada vez mais na Web”. (FERRARIS, 2020, 46). Apresenta assim sua concepção da Web, em seis características:

1. A Web é acima de tudo o registro e não apenas a comunicação; Não funciona como uma televisão, mas como um arquivo;
2. É ação e performatividade e não informação, não se limita a acumular conhecimentos, mas define um espaço no qual ocorrem atos sociais como promessas, compromissos, ordens;
3. É real e não virtual, ou seja, não é uma simples extensão imaterial da realidade social, mas sim se define como o espaço eletivo para a construção da realidade social;
4. É mobilização e não emancipação, ou seja, não proporciona libertação imediata (como se acreditava quando a Web deu os primeiros passos) nem se configura simplesmente como ferramenta de dominação, mas sim um aparelho que mobiliza, ou seja, ele executa ações;
5. É muito mais emergência do que construção, no sentido de que não é um projeto deliberado de alguém, mas o resultado de muitos componentes que se juntaram de forma não programática;
6. Por fim, é opacidade e não transparência, isto é, não se esclarece, mas, pelo contrário, pede ser esclarecida, também neste caso revelando um estreito isomorfismo com a realidade social e, em particular, com a sua pico emergente que é capital. (FERRARIS, 2020, p. 48)

É preciso ainda estabelecer por que a WEB Arquivo é uma WEB Metafísica: por ser manifestação de um princípio ainda mais essencial, a *histerese*. Usado em muitas áreas, o que lhe dá um caráter trans categorial, do ponto de vista metafísico “designa a circunstância pela qual um evento preserva os eventos que o precederam, de modo que os efeitos sobrevivam as causas”. (FERRARIS, 2020, p 49)

A histerese pode acontecer como fenômeno mental (traços interiorizados da memória) e como fenômeno da natureza, caso da lava que deixa os traços da erupção de um vulcão, ou rastros de animais marinhos no alto das montanhas: “a natureza é um espírito inconsciente assim como o espírito é uma natureza inconsciente”.

Ferraris por vezes exhibe o poder da histerese no mais ínfimo dos traços de um molusco marinho encontrados na montanha, retidos na perseverança da pedra. O que pareceria ser, num momento, uma etapa finalística de um devir progressivo, num outro, se apresenta como revelação de algo que tem estado sempre ali, mas invisibilizado por faltar-nos a perspectiva do devir como memória. Se o princípio ontológico chave é a histerese, nada escaparia a circularidade do eterno retorno.

O universo é o resultado da expansão de uma memória que deu origem à matéria. Portanto, não é surpreendente que os humanos tenham uma

tendência a ser conservadores; O que é surpreendente é que essa tendência também condiciona aqueles humanos que querem ser revolucionários. O que está por trás dessa propensão para a conservação? Em uma primeira aproximação, a capitalização é apenas a cima emergente de uma estrutura transversal e apropriadamente metafísica. (FERRARIS, 2020, p. 49)

Aproximando-se ao realismo especulativo, Ferraris avança argumentos de cunho cosmológico, temática que excede os objetivos deste texto.

Não podemos, porém, ignorar saberes correntes sobre o estado das coisas no mundo. Uma das afirmações de Ferraris, por exemplo, estabelece uma equivalência entre a descoberta do disco rígido e a invenção da máquina de vapor, tecnologia que incrementa a disponibilidade da energia física e dos meios de transporte, assim como agora as potencialidades das memórias tecnológicas mudariam as perspectivas da sobrevivência humana sobre a terra: como consequência visível, teríamos o corte de todo investimento nas tecnologias espaciais. Nos parece que nem podemos dizer que foram totalmente suspensos os voos interestaduais, nem que foram eliminados os problemas climáticos e ambientais que ameaçam vida do homem sobre a terra.

Nos próprios termos de Ferraris, pode corresponder ao disco rígido, como dispositivo tecnológico, um caráter transitório, mesmo com sua referência a uma constante metafísica. A histerese, por sua vez, tem um caráter trans categorial que, por sua transcendentalidade, escapa das delimitações das categorizações ontológicas, entre o natural e o artificial, o perene e o efêmero, ou mesmo, das categorias sistemáticas da filosofia, como gnoseologia e ontologia. Entendida como princípio, a histerese poderia considerar-se um parâmetro e medida de valor que dá sentido à algumas das principais estratégias civilizatórias de ocidente, as matemáticas e a escrita.

A histerese é, portanto, candidata a ser o nome do princípio unificador do acontecimento com mil nomes e faces com que nos medimos nas últimas décadas. Um princípio que, não vamos esquecer, se formos à análise de meados do século passado - que previa o próximo desaparecimento da *escrita* - nunca deveria ter aparecido no cenário mundial. Aconteceu exatamente o oposto. A representação ideológica da sociedade em que a escrita teria sido substituída por meios mais quentes, como a oralidade e a imagem, foi negada pela realidade tecnológica da *explosão da histerese*, que não desceu do céu das ideias. do terreno de

práticas concretas; e, justamente por isso, constitui uma contingência histórica que, ao mesmo tempo, *revela uma estrutura metafísica que hoje se torna legível*, da mesma forma que a *matematização tornou legível a estrutura física do mundo*. (FERRARIS, 2020, p. 49)

4 Apontamentos críticos

Após a reconstrução de algumas das premissas e enunciados do novo realismo de Maurizio Ferraris, e de sua contextualização, nos limitaremos a apresentar breves apontamentos críticos, como abertura de duas linhas investigativa, uma, na perspectiva crítica da filosofia da história, outra, conforme seu reflexo na filosofia da informação, e em decorrência, do que denominamos Ciência da Informação. Nos referimos, especificamente, a suas afirmações sobre o novo sitio ontológico do Capital, e a sua reconstrução do dualismo da modernidade entre um mundo exterior e um sujeito intencional.

Gostamos lembrar que, por longos que nos pareçam certos processos históricos, os tempos humanos são relativamente breves. Um dos nossos professores de Epistemologia, nos repetia sempre a pergunta: “imaginem se o homem desaparecer, desapareceria (por exemplo) o *objeto possível* kantiano?”. Esse distanciamento entre o conhecer e a ordem absoluta do Ser, era promovido ora falando das diferenças culturais, ora através dos mundos circundantes de Von Uexkull. De fato, o *a priori* kantiano sempre nos pareceu de uma fragilidade histórica maior que a do gênero humano, mas tem casos em que caberia repetir o jogo, para diferenciar, por exemplo, os vetores que caracterizam a ordem cosmológica e aqueles que remetem a processos históricos.

A concepção do capital documédial, além de situar o capital numa nova ambiência, de cunho não econômico nem cultural, mas maquínico-tecnológico, outorga à sua nova figuração um lugar de privilégio, numa perspectiva teleológica. Como mutação de uma fase precedente, a forma dinheiro deveria dar lugar a uma nova forma, substantivação abstrata do que tem de essencial a mudança revolucionária, exibindo-se como expressão da histerese. Memória, documento, serão situados como traços evidenciários desse transvasamento ontológico.

Por um lado, não é nova a associação do capital e o documento. Para De Soto (2006), o documento possui um papel na formação dos regimes capitalistas. Ao analisar a dualidade dos regimes de propriedade em Tanzânia (formal/informal), o autor preconiza a unificação de ambos sistemas, pela regularização da economia informal, mediante a transformação das “ferramentas documentais” da economia informal de Tanzânia, em formas documentais legalizadas e reconhecidas pelo Estado.

Encontramos milhares e milhares de *documentos extralegais*. E como são eles? Como Wittgenstein disse sobre as ferramentas intelectuais, “elas não são diferentes das ferramentas na caixa de ferramentas de um carpinteiro...” No entanto, as *ferramentas documentais* da Tanzânia, em vez de juntar pedaços de madeira, reúnem as pessoas para fazer coisas particulares, como: criar propriedade, extrair crédito e liquidez de ativos físicos e estruturar associações empresariais onde podem dividir trabalho internamente e comércio externamente. (DE SOTO, 2006, p. 26).

Nessa direção, o novo realismo assume também um papel na crítica da economia representacional, das relações estabelecidas entre o capital e a linguagem, tal como a atribuição de um uso performático da semioses na esfera das finanças (MARAZZI, 2014; BRAMAN, S., 2011).

O capital documental, dissociado da comunicação e do que Ferraris entende como falácias interpretativistas, encontra sua potencialidade metafísica no apogeu da memória, manifesta nas funções e efeitos da Internet, com capacidade indefinida de coleta, acumulação e preservação de dados, sustentada na onticidade digital da forma documentária.

De fato, outros autores, como Furner (2016), sustentam a prioridade ontológica do documento, sobre a informação e sobre os dados, sem recorrer a projeções metafísicas:

[...] não é o caso de que os documentos sejam compostos de dados, nem que o documento seja uma espécie de conjunto de dados: antes bem, é o contrário, em ambos os aspectos. Um conjunto de dados é composto de documentos; e o conjunto de dados é uma espécie de documento. (FURNER, 2016, p. 288).

Lembremos Ferraris atribui a Internet a função evidenciária de revelar uma essência trans histórica do real, na figura do *arquivo universal*, ainda quando descrito com termos e fenômenos que remetem ao estado das coisas no mundo atual, como *capital e moeda*: “Com a revolução documental, o dinheiro, que representava de maneira incompleta o arquivo, foi substituído pelo arquivo enquanto tal”. (FERRARIS, 2020, p. 43)

Se a naturalização do capital não é exclusiva desse novo realismo, agora o capital é apresentado como manifestação do noumenico, em sua figuração de Web Arquivo (que não seria, aliás, denominável como arquivo em nenhuma versão da

Arquivologia, nem a Web seria o repositório universal de conservação da totalidade do Capital Semântico, sem seletividade nem perdas).

A ênfase no *hardware* (o “disco rígido”) sem maior referência ao *software*, parece outro desdobramento de sua oposição *epistemologia-ontologia*, com suficiente correspondência (se não exata) com escolas filosóficas para o autor, também opostas, que denomina *intencionalistas e documentalistas*.

Intencionalistas são aqueles que “vem a sociedade como o resultado de uma intencionalidade coletiva”, como Hobbes, Rousseau e Searle. Para eles, o capital e seu poder normativo são derivados do contrato social. Dar valor a um pedaço de papel ou uma moeda de ouro, ou estabelecer por acordo um marco referencial regulatório de vigência social, teriam a mesma origem e liturgia procedimental. E existiria uma correspondência entre estas formulações, e o postulado da mutua independência da *res cogitans* e da *res extensa* – um, do lado de “dentro”, ao que pertencem significado, espírito, consciência; outro, do lado de “fora”, ao qual pertencem a escrita, a expressão, a ação.

Documentalistas são justamente os que consideram que o princípio formativo da sociedade se encontra no documento - entre os quais, Ferraris. Nessa perspectiva, os significados derivam de fatos e registros, e não os precedem. Numa inversão copernicana do esquema do intencionalismo, normas e intenção, agora considerados como derivações, são precedidas pela realidade instituinte do ser documental (*Record*, etimologicamente, remete ao coração, “cor”).

Ao mesmo tempo, se não ignora o que a inovação tecnológica tem de processual e contingente, ao colocar as redes de redes digitais, a Internet, como desvelamento de uma essencialidade, lhe atribuiria uma eficácia de reprodução de uma ordem social e histórica a priori equivalente aos *aparelhos*, num entendimento raso do termo de Althusser. Sua concepção não só esquece ou negligencia a relação da Internet com as telecomunicações, sua ideação por programadores e designers, ou da função e efeitos dos algoritmos: o que é mais grave, esquece que as redes digitais estão inseridas em redes semânticas e pragmáticas, que as possibilitam e precedem. (CAPURRO, 2019)

É interessante que essa abdicação de relações cruzadas, intersubjetivas e inter-objetivas, é justamente o espaço onde trabalha a Ciência da Informação, atenta aos documentos e as interpretações, a tecnologia e aos argumentos, a ações, agentes e infraestruturas sociotécnicas.

Não temos como intenção contrapor outras apostas aos antagonismos dualistas de Ferraris. Chamamos a atenção, a um outro fato: o deslocamento de uma querela filosófica e até mais bem acadêmica, ao plano de uma filosofia da história.

Por que essa feliz associação de automação e capital buscaria o resguardo defensivo da teleologia, a ser projetada como a fase final e progressiva de uma filosofia da história?

O recurso à filosofia da história e a metafísica não deve ser ocasião para postergar os debates necessários na esfera da economia, do direito, das políticas públicas, assim como das orientações investigativas das ciências humanas e sociais que, aliadas da memória social, não se conformam com ser um grande arquivo, onde a humanidade obteria sua forma ontológica atemporal.

Referências

AUSTIN, J. L. **How to do Things with Words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BRAMAN, Sandra. A economia representacional e o regime global da política da Informação. IN: MACIEL, Maria Lúcia, ALBAGLI, Sarita. **Informação, conhecimento e inovação: mudanças tecnológicas e inovação social**. Rio de Janeiro: Garomond, 2011. p. 41-66.

BUCKLAND, Michael. Document Theory. **Knowledge Organization**, v. 45, p. 425-36, 2018.

CAPURRO, Rafael. The Age of Artificial Intelligences. **International Review of Information Ethics** (IRIE), may p. 8-10, 2019.

CARDOSO COELHO, K., BARCELLOS ALMEIDA, M. “Atos dos Documentos e sua natureza teórico-filosófica”. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v. 11, n. 3, p. 66-78, 2017.

CARDOSO COELHO, Katia. **Princípios ontológicos dos atos dos documentos aplicados à modelagem Demo: uma investigação no contexto da ontologia corporativa**. Tese. Belo Horizonte, UFMG, 2017.

CASTRO CÓRDOBA, E. **Realismo poscontinental: ontología y epistemología para el siglo xxi**. Segovia: Materia Oscura. 2020.

DE SOTO, Hernando. The challenge of connecting informal and formal property systems: some reflections based on the case of Tanzania. In: de SOTO, H., CHENEVAL, F. (Eds.). **Realizing Property Rights**. Rüffer & Rub, Zurich. 2006. p. 18-62.

DRETSKE, F. I. **Knowledge and the flow of information**. Cambridge, MA: MIT,

1981.

DUBOIS, James; SMITH, Barry. **Adolf Reinach**, The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Winter 2018.

FALLIS, D., FURNER, J., MATHIESEN, K., & RENEAR, A. Philosophy and information science: The basics. **Proceedings of the ASIST Annual Meeting**, n. 43, 2006.

FERRARIS, M. New Realism, Documentality and the Emergence of Normativity. In.: BACCHINI, F., DELL'UTRI, M.; CAPUTO, S. (eds.). **Realism and Ontology without Myths**, Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2014. p. 110-124.

FERRARIS, Maurizio. Documentality as the construction of social reality. In.: WERNER ET SUNTRUP, Gephart; CHRISTOPH, Jan (dir.). **The Normative Structure of Human Civilization**. Frankfurt: Klostermann, 2017. p. 3347.

FERRARIS, Maurizio. **Metafísica de la web**. Madrid, Editorial Dykinson. 2020.

FERRARIS, Maurizio. Hermenéutica neorealista. **Disputatio**. Philosophical Research. Bulletin Vol. 9, no. 14, 2020b. p. 15-34.

FERRARIS, Maurizio. From Capital to Documediality. In: Andina, Tiaziane; Bojanic, Petar (Ed). **Institutions in action**. The nature and the role of institutions in the real world. Springer, 2020c. p. 107-122.

FLORIDI, Luciano. **The philosophy of information**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FLORIDI, L. Semantic capital: its nature, value, and curation. **Philosophy & Technology**, v. 31, n. 4, p. 481-497, 2018.

HANSSON, J. Documentality and legitimacy in future libraries: na analytical framework for initiated speculation. **New Library World**, v. 116, n. 1-2, p. 4-14, 2015.

HERNÁNDEZ MARCELO, J. 2020. Posmodernidad y Nuevo realismo: El giro realista de Maurizio Ferraris. **Disputatio. Philosophical Research Bulletin**, v. 9, n. 14, p. 35-72, 2020.

HOLBRAAD, M.; PEDERSEN, M.A; VIVEIROS DE CASTRO, E. A política da ontologia: posições antropológicas. **Ayé: Revista de Antropologia**, n.1, v. 1, 2019.

MARAZZI, Christian. **Capital y lenguaje**: hacia el gobierno de las finanzas.

Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.

MARCUSE, H. **One-dimensional Man**: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society. London: Routledge, 1964.

MEAD GH. **Mind, Self, and Society**: From the Standpoint of a Social Behaviorist. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

PLATAÃO. **A República** (Ou: sobre a Justiça, Gênero Político). Editora Universitária UFPA, Belém, 2000.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SMITH, B. Document acts. In.: A. Konzelmann Ziv & H. B. Schmid (Eds.), **Institutions, emotions, and group agents**: contributions to social ontology. Dordrecht, The Netherlands: Springer Science, 2014. p. 19-31.

SMITH, Barry. 'Diagrams, Documents, and the Meshing of Plans', in: A. Benedek and . Nyíri (eds.). **How To Do Things With Pictures: Skill, Practice, Performance**, Frankfurt: Peter Lang, 2013. p. 165-179.

STAR, S. L. This is not a boundary object: Reflections on the origin of a concept. **Science, Technology, & Human Values**, n. 35, p. 601–617, 2010.

TOLA, F., & DOS SANTOS, A. Ontology and ontologies. Theoretical, political, and methodological debates. **América Crítica**, v. 4, n. 2, p. 163-172, 2020.

VERCELLONE C. The hypothesis of cognitive capitalism. Paper presented at the Historical Materialism. **Annual Conference**, London. 2005.

VERCELLONE C. Les plateformes de la gratuité marchande et la controverse autour du Free Digital Labour: une nouvelle forme d'exploitation. **Revue Ouverte de l'Ingenierie des Systemes d'Information** (ROISI), n. 201, n. 2, 2020.

Da epistemologia à criação de conceitos na Ciência da Informação

Solange Puntel Mostafa¹

1 Introdução

O TÍTULO ESCOLHIDO PARA ESTE TEXTO DIZ RESPEITO A UMA PASSAGEM TEÓRICA que vai da Epistemologia à Filosofia de criação de conceitos, à filosofia de Deleuze. Posso considerar que estive envolvida com a Epistemologia na maior parte da vida acadêmica e ando experimentando a criação de conceitos nos últimos anos.

A minha estória com a Epistemologia começou no mestrado do Ibict na disciplina oferecida com o mesmo nome. Fui terminando o mestrado com muita vontade de estudar as teorias da sociedade, as ciências sociais em geral. Logo comprei o livro do professor Japiassu e fui pra sua disciplina. O livro era bem apropriado para nós, iniciantes no tema pois tinha uma linguagem simples e capítulos bem delineados, mas a proposta era mais ligada à filosofia da ciência do que propriamente o que eu procurava. Havia capítulos para Piaget, Bachelard, M. Foucault ou Karl Popper no livro do professor. Mas eu queria mesmo era estudar a dialética marxista. E ao perguntar ao professor se ele abordaria a dialética marxista, prontamente ele me corrigiu, com certa irritação: a dialética não é marxista a dialética é do Hegel. A minha pergunta não foi muito simpática já que estávamos diante de uma tradição predominantemente francesa da Epistemologia, mas eu talvez não conseguia, na época, ter este discernimento. Apenas percebi a irritação do professor.

Mas como eu já estava agradecida a tudo o que o Ibict tinha me dado, terminei a disciplina Epistemologia sem dedicar-me tanto a ela e após o mestrado, fui assistir umas aulas, como ouvinte, na Fiocruz, em Manguinhos. Soube do programa deles de saúde pública através de um anúncio de jornal e fui ouvir algumas aulas. Não foram muitas aulas mas me marcaram. A disciplina era ministrada por dois professores que vinham de São Paulo e pertenciam à Medicina

¹ Doutora em Educação (Filosofia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora da Universidade de São Paulo - USP- FFCLRRP. Contato: smostafa@terra.com.br.

Social da Usp de São Paulo. Eram pioneiros no marxismo na área da saúde. Um dos professores falava em 'processo de trabalho em saúde'; ele analisava os três elementos do trabalho médico tal como Marx analisava n'O Capital. Eu folheava com curiosidade a dissertação de Ricardo Bruno Gonçalves. Terminado o mestrado fui trabalhar em Campinas e outra vez tive sorte em assistir algumas aulas de filosofia no mesmo corredor em que eu ministrava as minhas no programa de pós-graduação da Puc-Campinas, pois ali também funcionava o mestrado em Filosofia.

Resumindo passei por 3 universidades: Puc-Campinas, Univali (Santa Catarina) e Usp-Ribeirão, presentemente.

Na Puc-Campinas foi quando estudei mais os autores da Ciência da Informação nas décadas de 80 e 90. Sempre noto o interesse de alguns colegas pelo o que eu escrevi nos anos oitenta. Talvez porque consegui desenvolver, no doutorado em Educação da Puc de São Paulo, um pouco mais de marxismo que eu procurava desde o mestrado. Já na década de noventa, eu seguia as necessidades vinda dos mestrados, suas demandas.

A ideia de Grupo de pesquisa, linhas e áreas de concentração tudo isto só foi ficando mais claro a partir da segunda metade dos anos noventa. Portanto o que eu estudava nem sempre coincidia com a demanda dos alunos. Mas eu mantive uma interlocução interessante com os colegas da Ciência da Informação através da Revista Transinformação pois era a editora responsável. Por exemplo convidei o Marcos Dantas para integrar um número da revista assim que tomei conhecimento do título de sua dissertação de mestrado que continha a expressão 'o trabalho com informação' no título. O processo do trabalho médico já tinha me encantado há 15 anos atrás. Me apoiava em Gramsci quando entendia serem as publicações um trabalho de organização da cultura.

E assim troquei segredos de liquidificador com muitos autores importantes da Ciência da Informação que me fortaleceram nas análises teóricas do campo. No mesmo ano de 1996 a revista teve o prazer de receber textos na forma de um debate entre o conferencista deste nosso Evento, Miguel Angel e a nossa mestra para assuntos filosóficos, Maria Nélide. São textos que não envelhecem. São textos fundadores que fazem o orgulho de uma revista.

Atravessei os anos 90, em Campinas com um certo murmúrio a minha volta: seria a filosofia uma disciplina necessária num programa cuja área de concentração era Administração de Sistemas de Informação?

Fiquei confortada quando li no livro da Marilena Chauí aquilo que falei no evento de Londrina: ninguém pergunta para que serve a Biologia, a Física, a Química, mas todo mundo acha muito natural perguntar para que serve a Filosofia.

(CHAUI, 2000 p. 10). Foi um desabafo. Estávamos em 1996 e o quando surge o Grupo de Trabalho em Epistemologia nos anos 2000, percebi o GT como um contraponto importante à Administração de Sistemas de Informação. Mas justo no ano 2000 eu já estava saindo da área.

Saio de Campinas nos anos 2000 já doutora em Educação e num momento em que as palavras mágicas da Capes como aderência e área de conhecimento já estavam bem mais consolidadas. O que me valeu a inserção num programa de pós-graduação em Educação e em uma universidade de caracter comunitário como era a Puc de Campinas. Portanto numa cidade portuária do litoral norte de Santa Catarina, e a convivência com os educadores renovou os ânimos para novos horizontes teóricos. Cuidando de longe a Ciência da Informação, como brinquei na mesa de memórias, mas também alargando os horizontes. Quando voltei para a Ciência da Informação, dez anos depois, eu já estava apegada ao Deleuze e tinha a sensação de ter chegado a um lugar permitido. E portanto, confortável.

Também não quer dizer que eu entendia todo o Deleuze. Mas o que eu entendia já me deixava feliz. Como comecei com o livro *testamento*, é quase como se não precisasse de outro livro. Havia um desafio no livro 'O que é filosofia' que era justamente a criação de conceitos. Filosofar era criar conceitos. Como fazer isso na Ciência da Informação?

Comecei pensando nisso em 2010 e estou até hoje envolvida com isso. Falei em *Linguagem Documentária Menor* (fiquei quase 10 anos falando nisso) pensei em *Informação-afeto*, outro conceito que penso pode ajudar-nos a compreender a pós-verdade. Pensei também a leitura com o conceito de *esquizo-leitura* e estou escrevendo, com as colegas da Usp e Unirio sobre a 'biblioteca not only', que é nossa mais recente criação conceitual à moda deleuziana.

O conceito filosófico não é um termo que inventamos aleatoriamente. O conceito expressa um problema, uma ideia. O importante é termos direito aos problemas. Os problemas não estão dados. Eles precisam ser colocados. Eles precisam ser criados. É a tal problematicidade do problema que fomos banalizando nos cursos de metodologia da pesquisa. Mas que em Deleuze possuía uma densidade maior porque levava à noção de acontecimento e de mudança de mundo e de uma certa lógica que ele dizia ser a lógica do sentido. A lógica acontecimental do conceito pois o conceito é acontecimento.

Em Itajaí consegui ler com os alunos de mestrado, o livro 'OQF' e os livros de cinema de Deleuze. As nossas anotações viraram livros. Primeiro um livro tipo '*companion*' para destrinchar um pouco todas as novidades sobre a nova filosofia e após cada dupla de alunos escreveu sobre seu cineasta preferido, num livro específico sobre cinema.

Chegando na terceira universidade onde estou atualmente, a USP de Ribeirão Preto, retomei recentemente as análises fílmicas com Miriam Paula Manini que nos deixou recentemente e a quem presto homenagens póstumas. Homenagens sinceras de muitas saudades. Fiquei com a Miriam em Brasília em 2017 na UNB, num estágio de pós-doc. Comecei com o filme *Blow Up* porque era um filme que ela gostava e que ela trabalhava também na disciplina Leitura de imagens.

E estendi para outros quatro filmes do mesmo cineasta Michelangelo Antonioni. Eu já tinha criado o conceito de Linguagem Documentária Menor em 2010. Mas só fui experimentar o famoso ‘funciona’ do pragmatismo sete anos depois, na companhia da Miriam. E também do dileto Igor Soares Amorim. Nestas análises destacamos vários termos, cerca de vinte termos, já intuídos pelo Deleuze como conceitos filosóficos das imagens-tempo. Foram 5 filmes de imagens tempo e um de imagem movimento. Todas estas análises fílmicas constituem uma maneira de experimentar os conceitos filosóficos presentes nos dois livros de cinema de Deleuze.

Para que servem os novos termos? Respondo como o colega Gustavo Saldanha fez com sua transgramática: estes termos antecipam uma linguagem de especialidade. Não deixa de ser uma ótima saída para ligar a filosofia dos conceitos com a ciência da informação.

Pois bem para criar conceitos era necessário abrir mão de comentar teorias, por mais críticas que fossem. Aquela coisa de cotejar autores que fazemos tão bem na Ciência da Informação ou nas Ciências Sociais. Podia abrir mão da epistemologia, seja a normativa cujo maior exemplo era a presença de Karl Popper nos textos do professor Bertram Brooks, seja a epistemologia histórica de Thomas Kuhn.

Ainda que reconheço sempre as intuições de Kuhn sobre a incomensurabilidade dos paradigmas. Como é difícil considerar crenças justificadas diferentes das nossas, como é difícil! Sempre admirei esta intuição de Thomas Kuhn porque me deparo com ela quase que diariamente, ao ler os autores e perceber suas diferenças.

Criar conceitos dispensava as demarcações se é ou não é ciência, se é ou não é verdade, qual paradigma satisfaz mais; eu podia me afastar destas preocupações e caminhar mais na linha do devir.

Além do mais, Deleuze dizia que o conceito não era da ordem da verdade mas do notável e do interessante. Tratava-se então de tentar, de experimentar. Não quer dizer que eu tenha criado conceitos notáveis ou importantes. Apenas importa que me pus a caminho.

Na Ciência da Informação estudamos a Epistemologia social do Jesse Shera ao lado das Epistemologias tradicionais. Então eram muitas epistemologias. A novidade da Epistemologia social era justamente ela tocar no agenciamento mais amplo do regime de informação, como o demonstrou Nanci Oddoni.

Mas eu talvez tenha lido mal o Jesse Shera de tanto que algumas frases dele eram repetidas nos textos e isto também fez com que eu me afastasse da Epistemologia. Não é o caso de fazer uma autocrítica. Não chega a tanto.

Reconheço admiráveis as preocupações de Shera ao contrapor a epistemologia social à teoria geral de sistemas da época dizendo que ele estava falando de algo diferente do que dizia o pessoal da informática. Mas talvez minha incessante busca em torno do materialismo histórico dos anos oitenta ajudou a perceber o liberalismo de Shera e demais autores da escola americana de Chicago. Tanto quanto os rasgos liberais da nova ciência da informação.

Quando li no Deleuze que a Epistemologia era também inimiga da Filosofia, isto bastou para eu partir para a criação de conceitos sem nenhum temor de perdas.

2 E hoje, como andam as coisas hoje?

Um pouco antes da pandemia localizei na bibliografia de uma disciplina da Unicamp sobre o Feminismo Negro, uma autora americana chamada Linda Martín Alcoff. Ela é da City University, não a de Londres onde estão os cientistas da informação que conhecemos. A City University de Nova York.

Linda Martín Alcoff defende uma epistemologia política para a próxima revolução. E pede que voltemos aos filósofos da linguagem, estes que lidaram afinal com a verdade das coisas ditas. Um dos indicados por Linda é Putnan, Hilary Putnan, de quem nós, os cientistas da informação ouvimos falar através da famosa visita que Bernd Frohmann fez ao Documento de Buckland.

A questão de Linda Alcoff é que precisamos novamente da noção de verdade e aquela desconstrução pós-moderna dos universais precisa de uma reconstrução. Parece-lhe que Karl Marx, apesar de ter reformulado a economia política da sua época, ele não teria oferecido uma crítica radical do processo de legitimação do conhecimento.

Quem conhece, diz Linda Alcoff é talvez uma pergunta esquecida e tal esquecimento seja responsável pelo retorno do marxismo ao positivismo e outros autoritarismos que atravessaram o século 20. “Cientificismo, positivismo, autoridade masculina, elitismo e eurocentrismo devem ser desembaraçados do processo pelo qual um conhecimento libertador é desenvolvido”. (ALCOFF, 2016, p.130).

Linda Alcoff mexe outra vez naquela confrontação de saberes a que me referi na mesa de memórias.

Linda Alcoff convoca os teóricos sociais críticos a retomarem a noção de verdade porque ela diz que deveríamos fazer com a Epistemologia o mesmo que Marx fez com a economia política. Torná-la crítica. Invocando Henrique Dussel, um dos marcos do decolonialismo latino-americano, Linda Alcoff pede que fa-

çamos uma Epistemologia da Libertação. Não somente dando voz aos oprimidos do Sul global mas também dando voz aos teóricos sociais críticos para que eles não abram mão de um trabalho epistemológico normativo. No contexto da justificação.

Estou até agora pensando neste contexto da justificação mas Linda Alcoff (idem p.131) é firme em sua proposta e denuncia: 'os teóricos sociais críticos descrevem com grande precisão a conexão entre as matrizes de poder, conhecimento e desejos... mas a epistemologia propriamente dita que possui componentes normativos e não meramente descritivos e críticos tem sido delegada a filósofos analíticos.'

Compartilho o impasse com vocês. Pois os estudos deleuzianos me levaram para o contexto da descoberta e não da justificação. O que é o livro de Deleuze Diferença e Repetição, senão um esforço para entender como uma ideia nova vem ao mundo? Mesmo Bachelard, o que é o novo espírito científico senão um esforço para entender como uma nova ideia científica vem ao mundo? Quando vamos saber quando uma nova função entra no mundo?

Mas Linda Alcoff nos convida a visitar a epistemologia pós-Quine, citando cinco linguistas, dos quais conheço apenas um e o conheci num texto de Ciência da Informação. É ali, no artigo 'Revisiting' artigo de revisitação, ali no texto de Frohmann que o Putnam entra para apoiá-lo na sua justificativa em não definir o documento, contra as definições e contra as regras que usamos para falar. Putnam seria um crítico de Wittgenstein. Ao mesmo tempo Hilary Putnam não é tão contrário ao filósofo austríaco Wittgenstein mas neste texto do Frohmann, Hilary Putnam entra como o grande vilão, aquele que recusou as regras dos jogos de linguagem. Mais tarde Putnam aceita as regras, os jogos, dando prioridade à ciência, ao conhecimento científico. De maneira que Frohmann exagera um pouco ao falar nos seguidores ortodoxos de Wittgenstein, neste texto.

Putnam passa por várias fases, mas termina no pragmatismo, sendo considerado o neopragmatista de Harvard. Putnam inicia com um realismo que podemos chamar de metafísico, aquele que acredita na existência do mundo lá fora, independentemente de nosso olhar. Todo realista acredita nisso. Ser realista em termos epistemológicos é acreditar na realidade do mundo lá fora.

E todos nós acreditamos nisso, num primeiro momento.

Após uns anos, Putnam descobre fragilidades nesta postura e avança para um realismo mais epistemológico porque agora envolve necessariamente o sujeito que olha o mundo lá fora, podendo haver vários olhares (ou várias teorias sobre a realidade) e após um tempo ele também vê problemas nesta abordagem epistêmica e kantiana, por ela permitir a pergunta sobre qual das teorias é a melhor ou mais verdadeira?

Conclue que a verdade é um regulador ideal e tem status normativo. Putnam não pratica um cientificismo positivista mas advoca que a verdade depende de uma aceitabilidade racional. E esta aceitabilidade parece estar centrada na ciência, nos jogos de linguagem científicos. Talvez por isso Linda Alcoff o recomenda. Ela como todos nós estamos preocupados com a verdade neste momento de fakenews e outras news.

Mas será esta aceitabilidade racional suficiente para chegarmos à verdade do mundo?

É aqui que Putnam recebe umas críticas de Habermas por não distinguir juízos éticos de juízos de valor, embora Habermas também está de acordo com a aceitabilidade racional dos falantes. E ambos concordam com a distinção entre Verdade e Justificação. Uma coisa é a verdade. Outra coisa é nosso esforço por justificá-la.

Os linguistas pós-Quine sugeridos por Linda Alcoff, são todos neopragmatistas mas isto não descomplica o diálogo. Pelo contrário há inúmeras diferenças entre todos eles. E há debates públicos entre eles. Apenas para não nos perdemos, a noção de verdade de Habermas não é tão diferente da de Putnam e nem da de Charles Peirce: a verdade é o que encontramos no fim ideal de uma investigação. Mas há outros inúmeros elementos no debate entre estes filósofos e no interior de cada filosofia por eles desenvolvida.

A questão do pragmatismo em linhas gerais não é a definição da verdade ou da realidade, há um eco austríaco de Wittgenstein em todos estes pragmatistas pós-Quine. Estão mais interessados no significado dos termos em diálogos específicos.

Concluo que o conselho de Linda Alcoff não é tão simples até porque inclui também os epistemólogos pós-colonialistas e as epistemólogas feministas. Defende todos eles pois estes trabalhos ‘não cometem o erro de individualizar a agência epistêmica nem descontextualizar a verdade, mas mostram como as considerações políticas podem, em alguns casos, ser legitimamente muito importantes para a justificação’. (ALCOFF, 2016 p.134)

Defende então uma ‘epistemologia decolonial e reconstrutivista sem ignorar a identidade e sem ignorar a localização dos sujeitos de conhecimento, mantendo, contudo, sua capacidade normativa’ (p.134). Afirma mesmo que a epistemologia política requer uma noção de verdade fortemente normativa.

Todo o artigo de Linda Alcoff é dirigido aos teóricos sociais críticos (eu não conhecia o termo, fiquei um pouco em dúvida, mas a bibliografia lista dois frankfurtianos famosos).

Estas são recomendações de uma feminista americana branca, posicionada no decolonialismo (Henrique Dussel, um dos autores latinos mais importantes do decolonialismo, modificando a dialética hegeliana está presente também no texto de

Linda). E resumindo, temos uma feminista americana dirigindo-se aos teóricos sociais críticos para que a classe social não seja analisada de forma imaculada, sem raça, sem gênero e sem linguagem.

Do mesmo modo que vimos Frohmann advertindo os seguidores ortodoxos da Wittegstein, vemos agora Linda Alcoff mandando recado para os seguidores da maior teórica marxista do feminismo americano Nancy Fraser.

Com profundo respeito aos movimentos identitários ou minoritários eu ainda acho que o importante na discussão das minorias é tornar-se menor. No sentido de desviar do modelo. Não é uma questão quantitativa. As minorias não são menores por serem em menor quantidade. São menores por se desviarem do modelo.

Talvez por isso falei em Linguagem Documentária Menor na minha primeira modesta criação conceitual. Tornar-se menor é sair do padrão dominante. Quer estejamos falando de linguagem, quer estejamos falando de profissões, gênero, raça ou áreas de conhecimento.

Digo isso porque percebo nos movimentos minoritários uma forte atração pelas identidades. É importante conferir valor às nossas particularidades por uma questão de representação. Temos que ser representadas e então é importante se dizer mulher, lésbica ou negra. É muito importante.

Mas não basta ser mulher, é preciso devir-mulher. Todos, inclusive os homens. Não basta ser negro, índio, empregado ou desempregado. É preciso devir todos eles. O que interessa é a possibilidade é o poder de ser outra coisa. Não é tanto a identidade porque se esta identidade se torna maior, molar, fixa e padronizada, ela vira outra vez modelo.

O importante é poder entrar em devir-minoritário. Ser tomado por ele a ponto de dizermos somos todos Marielle Franco. Somos todos Lgbtbs. Somos todas maricas. Naquele mundo onde desaparecem nossas diferenças e deixamos de ser um problema. Quer para os que são diferentes de nós, quer para a Classificação Decimal de Dewey.

Mas aí, nesta identidade cultural está uma grande polêmica entre Linda Alcoff e a mais famosa marxista americana branca Nancy Fraser. Nancy defende uma justiça social que vá além do reconhecimento dos valores culturais, portanto que vá além das identidades, se negro, se homoafetivo, se mulheres, além de todas as subalternidades que ficariam secundarizadas frente a sua condição de classe social. O texto citado na bibliografia de Linda Alcoff já tem quase vinte anos e é co-autorado por Axel Honneth: Redistribuição ou reconhecimento? Uma troca filosófica política.

A questão toda está nestes dois sintagmas, nas relações entre reconhecimento e redistribuição.

Linda Alcoff torce o nariz para este marxismo frankfurtiano dizendo que precisamos nos aproximar das minorias e seus coletivos antes de essencializá-los pois isto acaba enfraquecendo a luta e impedindo uma nova epistemologia reconstrutiva. Afinal, há movimentos sociais baseados em identidades que se tornam estreitos e conformistas e há movimentos que levam a uma ampliação da participação política e da formação de coalizões.

As réplicas e tréplicas entre filósofos da linguagem e entre teóricos sociais só nos deixam uma certeza: nós não podemos parar de conversar. Temos que falar, falar, falar ...

Entusiasta das revistas eu acabo de ler a revista Liinc do IbiCT e a entrevista do professor inglês Graham Murdoc da economia política da comunicação. Entrevista coordenada pelo colega Marco Schneider.

Gostei muito e quero destacar a filosofia moral de Adam Smith presente na pergunta de número 04.

Ao responder sobre valores éticos na economia política da comunicação o professor responde ter sido a filosofia moral absolutamente central para o projeto original da economia política. Menciona então o projeto civilizatório de Adam Smith presente em sua filosofia moral. Acrescenta o prof. Murdoc: 'o projeto dele estava correto porque o ponto principal de investigação partiu da pergunta mais importante: o que é uma boa sociedade?'

Sociedade boa para Adam Smith é aquela em que o egoísmo natural dos homens possa ser aplacado na troca comercial. A troca de bens no mercado faz os homens perceberem as necessidades alheias e isto ameniza o seu egoísmo tornando os homens morais e a sociedade estável.

Claro que o prof. Murdoc, como teórico social crítico, discorda da solução de Adam Smith, tanto mais que o mercado e sua mão invisível torna-se cruel ao aprofundar as desigualdades sociais, uma vez que o egoísmo humano é difícil de ser contornado.

Dizendo-se herdeiro do iluminismo Murdoc destaca os três princípios da revolução francesa liberdade, igualdade e solidariedade. A sociedade boa seria a que conseguisse equilibrar os três princípios. A economia política da comunicação defende então tecnologias e mídias que estimulem a 'reciprocidade, a generosidade e a sociabilidade social, em oposição a um individualismo tacanho'.

Me ocorreu então que Adam Smith é escocês e contemporâneo de David Hume. As biografias dão conta de que foram amigos diletos e muito da filosofia moral de Smith tem origem nas idéias de Hume.

Como Deleuze (2001) foi um estudioso de Hume, dirá que, para Hume, os seres humanos são menos egoístas e mais parciais. E para Hume a questão é 'como

inventar instituições que forcem nossas paixões a ir além de nossas parcialidades. Estamos voltados para nosso próprio interesse, depois o interesse da família, da vizinhança o que mostra nossa simpatia, este outro sentimento que é diferente do egoísmo.

Pergunta Deleuze: Que consequências acarreta dizer que o homem não é egoísta, mas simpatizante?

Responde Deleuze: ...os desejos egoístas tem que ser limitados através dos contratos. Mas com as simpatias, o caso é outro, elas teriam que ser integradas em totalidades positivas' (DELEUZE, 2001 p.33).

Daí que David Hume aprecia as instituições inventivas e não as contratuais, aposta mais na invenção do que na lei e nos contratos. Lembra a generosa entrevista do professor Murdoc na revista Liinc. Pois Murdoc diz se interessar hoje pelo trabalho colaborativo em uma sociedade mais aberta e mais generosa em ações que passem fora do Estado e fora do Mercado.

Economistas brasileiras feministas já analisam o futuro do trabalho em situações informais reformuladas. Não entendem mais a informalidade como precarização do trabalho somente, mas como invenção de redes de proteção informais. Informalidade como habitabilidade (olha o conceito filosófico aí, mudando o mundo; Habitabilidade: é um conceito filosófico usado por uma economista do IPEA, Joana Mostafa, numa live chamada – O futuro do trabalho). Por referência a uma antropóloga Anna Tsing.

Informalidade como formas de habitar, de expandir nossas parcialidades. Redes de convívio na família, na vizinhança, no ponto de ônibus, na porta da escola das crianças, entre migrantes e imigrantes. As mulheres que fazem da sua casa creches em dias alternados, enquanto outras vendem bolo com café nos parques, ao passo que outras cuidam dos idosos do grupo. Muitas redes reunindo muitos saberes postos a serviço de uma nova maneira de viver.

São redes que se transversalizam em escalas pequenas e elas não podem ser integradas diretamente em cadeias de valor propriamente capitalistas. Pois são instáveis e múltiplas. Mas faz pensar que o futuro do trabalho talvez esteja no passado. Na colaboração já vivida no passado. A lei universal da troca não precisa ser aquela envolvendo a total mercantilização dos agentes. Não sem lutas e lutas.

3 O devir-revolucionário em questão

As posições do prof. Murdoc na entrevista da revista Liinc e as redes informais das mulheres brasileiras são o que chamo de devir-revolucionário, isto é, um movimento para sair da dominação capitalista. Mas o autor italiano Maurizio Lazzarato em seu último livro e através de uma pergunta radical (Fascismo ou revolução?)

defende uma relação mais estreita entre o devir revolucionário e a revolução. Com vários argumentos. Lazzarato dispõe de quatro livros em português: no primeiro livro (Idem, 2006) apresenta a noção de trabalho como acontecimento, numa clara adesão às teses deleuzianas e no segundo livro (Idem, 2014) recupera as noções de sujeição social e servidão maquínica trazidos do d'O Anti-Édipo de Deleuze e Guattari. A sujeição social nos dá identidade (sou um professor, um ativista, um cabelereiro) e a servidão nos faz peça de uma máquina (a simples comanda no restaurante nos coloca nesta posição). Trabalhei partes dos dois livros em disciplinas sobre Cultura e Informação em nível de graduação no curso da USP-Ribeirão nos anos 2016-2019. No terceiro livro voltam as categorias do Anti-Édipo com a desconfiança de que o signo linguístico ou a linguagem possa ser suficiente para o bom andamento da esfera pública. “A servidão maquínica define um sujeito que não é mais exclusivamente reflexivo, consciente e produzido pela ‘intersubjetividade’” (LAZZARATO, 2017 p.188). Com o quê dialogaremos com os autores pós-Quine. Maquinismos de todo tipo o atravessam como música, roupa, gestos e dados digitais em semióticas a-significantes que, na compreensão de Lazzarato desqualifica a linguagem como a categoria central do capitalismo pós-fordista.

E neste quarto livro (LAZZARATO, 20109) o autor coloca em xeque o devir revolucionário no item reatar com a revolução: a teoria da revolução que advoga está por vir, mas é urgente que a formulemos. Sem ela todas as nossas demandas dos últimos quarenta anos correm o risco de serem preenchidas pelos novos fascismos.

Daí a necessidade de fortalecermos as relações entre o devir revolucionário e a revolução. Bem como fortalecer o papel da Ciência da Informação nos dois processos.

Referências

ALCOFF, L. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. **R. Soc. e Estado**, v. 31, n. 1, p. 129-143, 2016.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo, Ática, 2000.

DELEUZE, G. **Empirismo e subjetividade**; ensaio sobre a natureza humana. São Paulo, Ed. 34, 2001.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia**. São Paulo, Ed. 34, 1992.

LAZZARATO, M. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

LAZZARATO, M. **O governo do homem endividado**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

LAZZARATO, M. **Fascismo ou revolução?**; o neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

MOSTAFA, J. **Conférence Pour le Brésil** - Futuro do Trabalho 3. 11.2020 (vídeo). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=E4-lduNS-rs&t=3612s>. Acesso em 12 nov. 2020.

SCHNEIDER, M. A. Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura: dimensões cruzadas entre ética e epistemologia: entrevista com Graham Murdock. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2020.

Um caminho de questões nos estudos informacionais

Lídia Silva de Freitas¹

*À memória da Profa. Heloísa Tardin Christóvão,
que me ensinou a ser orientada e que a orientação de
alunos é trabalho pedagógico dos mais refinados e fundamentais.*

SUBLINHO A HONRA E A ALEGRIA DE PARTICIPAR DO EMPREENDIMENTO ACADÊMICO comemorativo do cinquentenário do Curso de Mestrado do IBICT, que inaugurou e segue incrementando com dedicação a Ciência da Informação no Brasil, na América Latina e no Caribe. No convite para participação no Simpósio que deu origem à presente coletânea, para os pesquisadores com longa trajetória de produção no campo da Ciência da Informação (CI), foi solicitado que direcionassem as contribuições para suas reflexões no contexto dos estudos filosóficos e historiográficos da Ciência da Informação.

Assim, neste texto tento perseguir a lógica do caminho de questões que venho colocando para os objetos e objetivos de estudos e pesquisas no campo informacional nos últimos 45 anos, passados entre a práxis como documentalista e a atividade acadêmica na Ciência da Informação. Escolhi tratar das questões porque penso que elas são mais permanentes que as respostas, sempre provisórias. Além disso, as propostas de enfrentamento de questões costumam estar acessíveis em publicações, muitas referenciadas aqui. O complexo das questões e suas mutações costuma ser menos visível. Esse ponto de entrada também permite mostrar os caminhos que conduziram a estudos que demandaram perspectivas filosóficas e históricas, já que não sou especializada nessas disciplinas.

Desculpem por retroceder tanto no tempo, mas, infelizmente, o primeiro contato com a relação entre poder político, documentos e acervos se deu através de

¹ Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: lidiasilvade Freitas@gmail.com.

atividade conjunta com as 3 irmãs, de rasgar, em pedaços bem pequenos, livros e papéis políticos dos nossos pais dias após o golpe de 1964. Materiais que eu, com nove anos, pensava um dia poder compreender...

Posteriormente vieram as questões que surgiam no trajeto profissional de documentalista – no sentido clássico de especialista em uma área que trabalha com documentos e acervos relativos a essa área. No meu caso, foram ligados às Ciências Sociais, que cursei na UFRJ em meados dos anos 1970 em que, desde o primeiro estágio, – no Museu do Índio – iniciou-se o contato com acervos.

A continuidade dessa experiência colocou nosso grupo, inicialmente de estagiários e depois de jovens recém-formados, em contato com o antropólogo Carlos de Araújo Moreira Neto e um de seus projetos a favor da causa indígena: a “reconstrução”, se isso é possível, do arquivo do Serviço de Proteção ao Índio, cobrindo quase sessenta anos das ações indigenistas no Brasil, cujo arquivo fora criminosamente incendiado em 1967 (FREIRE, 2011).

Ali, naquele projeto, vivemos uma experiência quase épica: da chegada dos latões de aço com os documentos coletados pelo Exército em Postos Indígenas e Inspetorias Regionais da Funai de todo o país; a sua abertura; a análise de pedaços de história ignóbil do país e suas atrocidades; o recebimento de demandas de informação de grupos indígenas, de cineastas, de historiadores, de prepostos de fazendeiros; e o medo que nos assombrava de novos “acidentes” com a documentação, sem maior segurança já no novo prédio do Museu do Índio em Botafogo.

A participação, que durou quatro anos, no Centro de Documentação Etnográfica, terminou em 1980 com a “ordem superior” de não renovação dos contratos de trabalho da equipe após nosso envolvimento com a criação e direção da Comissão Pró-Índio do Rio de Janeiro, a qual, em conjunto com outras entidades regionais do mesmo viés criadas em grande parte do país, buscava reverberar a questão indígena nos centros urbanos e mobilizar a opinião pública em seu apoio.² Felizmente a salvo, desde 2008, o Fundo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) é um dos acervos documentais do país que fazem parte da Nomenclatura do Comitê Regional da América Latina e Caribe do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

As experiências profissionais subsequentes no campo documental não cessaram de indicar a relevância estratégica dos acervos documentais nas relações sociais e políticas.

2 Dos dados colhidos pela Comissão Nacional da Verdade, a população indígena brasileira emergiu como o segmento social brasileiro mais brutalmente atingido pelas políticas do regime militar, de 1964 a 1985. Também através do trabalho dessa Comissão surgiram documentos que endossam a hipótese do caráter repressivo das demissões que sofremos.

Na década de 1980, trabalhei por quase seis anos, inicialmente como documentalista e depois Coordenadora do Centro de Documentação da Editora do Terceiro Mundo. A Editora havia sido criada na década de 1970 por um grupo de jornalistas latino americanos exilados políticos. Neste centro de documentação, pude acessar análises e debates internacionais sobre os monopólios e formas de controle de fluxos informacionais no auge das disputas internacionais, cristalizados em documentos, tanto do Movimento dos Países Não Alinhados, quanto da UNESCO e seu crítico Relatório McBride (1980), além da luta por uma Nova Ordem Informativa Internacional – que, infelizmente, pouquíssimo repercutiam em nossa área, nacional e internacionalmente. Hoje, de tão silenciados e dessignificados histórica e politicamente, parece que estes debates se deram há séculos e não há poucas décadas. Aquele importante acervo também foi preservado, encontrando-se hoje no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Ao longo dessas experiências, lidava constantemente com uma contradição que acabou por determinar as escolhas profissionais e acadêmicas: quanto mais claro era para mim – e para os movimentos sociais³ – o lugar documentário informacional nas graves disputas históricas, culturais, econômicas e políticas no Brasil e no mundo, mais fortemente notava a ausência de bibliotecários e arquivistas nos grupos que trabalhavam diretamente e/ou debatiam essas questões em organizações não governamentais, assessorias a movimentos sociais e nas próprias entidades desses movimentos. Nos momentos nos quais cheguei a expressar essa estranheza e a defender a importância da sua contratação, invariavelmente a proposta era rechaçada com argumentos que iam desde a velha imagem (e, infelizmente, ainda em vigor para alguns) de que “esse trabalho não requer formação específica”, “as tecnologias disponíveis substituem suas expertises”, até com relatos preconceituosos relacionando esses profissionais ao desconhecimento ou alienação dos aspectos político sociais em jogo no trabalho com acervos documentais ou bases informacionais de tais movimentos.

Essa argumentação e suas consequências negativas para o trabalho sobre acervos terminaram reconhecidas, a ponto de entidade como o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)⁴ em 1983, publicar documento-base em que

3 No período, várias entidades dos movimentos sociais, diretamente ou em sua assessoria, – como FASE, IBASE, Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, além do próprio CEDI – constituíam e/ou assessoram a criação centros de documentação para consulta e memória de suas atividades.

4 O CEDI teve origem no CEI (Centro Evangélico de Informação, criado em 1964) em 1974. ONG criada por religiosos protestantes progressistas. No Rio de Janeiro, em 1994, seus membros criaram a nova ONG Koinonia., <https://kn.org.br/quem-somos/historia>

buscava levantar e desfazer os estereótipos que cercavam os profissionais da informação no imaginário de lideranças de movimentos sociais. Vale a pena reproduzir a capa e o sumário dessa pequena joia histórica:

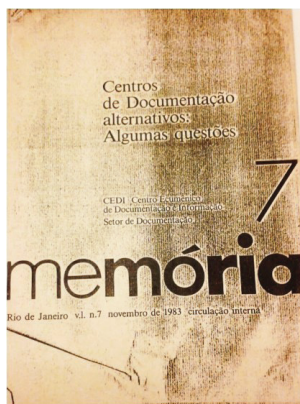


Ilustração 1

APRESENTAÇÃO	3
"DOCUMENTAÇÃO NÃO É ARQUIVO"	5
"TUDO QUE SE CONHECE EM MATÉRIA DE TÉCNICAS DE DOCUMENTAÇÃO E COMPROMETIDO COM O SISTEMA, DESDE O DISCURSO ATÉ AS PRÁTICAS..."	7
"A MEDITAÇÃO DO TÉCNICO ENTRE O ACERVO E O MOVIMENTO POPULAR E UMA FORMA DE MANIPULAÇÃO"	8
"ROTINAS SÃO NECESSARIAMENTE BIROCRÁTICAS... BIBLIOTECÁRIOS - POETRA E ALIENAÇÃO"	9
"NUMA PRÁTICA DE DOCUMENTAÇÃO, TODO MUNDO DEVE FAZER DE TUDO E ENTENDER DE TUDO"	11
"SÓ SÃO VÁLIDOS OS CENTROS POPULARES DE DOCUMENTAÇÃO"	13
"NÃO ATENDEMOS ACADÊMICOS"	15
"TODAS AS PESSOAS QUE DESEJAM PRESTAR SERVIÇO AO MOVIMENTO POPULAR, DEVEM ESTAR INSERIDAS NO TRABALHO DE BASE, COLADAS A ESTA PRÁTICA..."	17
"O MOVIMENTO POPULAR NÃO DISPÕE DE INFORMAÇÃO"	19
"BIBLIOTECAS SÃO ESTÁTICAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO SÃO DINÂMICOS..."	21
"E O MOVIMENTO POPULAR QUEM DEFINE O QUE SE DEVE DOCUMENTAR..."	23
CONCLUSÕES	25
BIBLIOGRAFIA DE APOIO TÉCNICO	26

Fonte: CEDI (1983)

Tais fatos foram configurando e amadurecendo o desejo tanto de conhecer e aprofundar estudos sobre temas informativo-documentários – obscurecidos como objeto pelas ciências sociais – quanto de poder contribuir no enfrentamento de questões ético políticas na formação de futuros bibliotecários e arquivistas.

A busca por respostas e interlocução me conduziram ao Mestrado em Ciência da Informação do convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia com a Escola de Comunicação da UFRJ, no qual ingressei em meados dos anos 1980 e pude conhecer aspectos do estado-da-arte das temáticas da Ciência da Informação à época.

Ainda durante o curso no IBICT, envolvida, de acordo com minha formação marxista, com inúmeras questões ligadas ao poder econômico da informação e seus desdobramentos, realizei disciplinas do Mestrado do Instituto de Economia (*Industrial*, na época), como *Economia do Trabalho* e *Economia da Tecnologia*. Naquele Instituto, já como auxiliar em pesquisas coordenadas pelos profs. José Ricardo Tauile, falecido em 2006, e Paulo Bastos Tigre, tomei como temática da pesquisa de dissertação as formas de busca e os fluxos de informação sobre o que se chamava, na época, de 'os impactos das tecnologias de informação', temática essa que no Brasil agenciava e articulava – inclusive transversalmente – diferentes setores: acadêmicos, sindicais, industriais e governamentais para sua compreensão e enfrentamento. Diante da ausência, no período, de fundamentação sobre usos de

informação por setores diversos dos ligados à ciência e à tecnologia e, especialmente, fora de contexto de serviços de informação já instalados, desenvolvi estrutura analítica que desse conta dos variados setores sociais pertencentes à comunidade usuária deste tipo de informação. (FREITAS, 1989)

A face político-tecnológica da informação presidiu algumas de minhas atividades de pesquisa entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990 (FREITAS; LIANZA, 1992). Mais recentemente (FREITAS, 2013) fiz um balanço analítico retrospectivo das formas políticas que a abordagem de tais questões assumia na época e sua posterior neutralização – recobertas pelos discursos de uma naturalização tecnocrática globalizante. Hoje assisto muito esperançosa o retorno do reconhecimento da politicidade das tecnologias de comunicação e informação e de suas formas de controle e usos – inclusive por pesquisadores daqui do PPGCI IBICT-UFRJ. Igualmente hoje encontramos essas abordagens nos debates sobre a ética da informação e na ciência – felizmente co-capitaneados academicamente no Brasil pela Ciência da Informação, especialmente através da produção e pesquisas da profa. Nérida González de Gomez. (GONZÁLEZ DE GOMEZ; CIANCONI, 2017 e FREITAS; FONSECA; LIMA, 2018)

Entre 1991 e 1992 trabalhei, ainda como documentalista, no acervo sobre meio ambiente do CEDI, já citado. Lá pude acompanhar, pelo viés informacional documentário, a organização e a efetivação do Evento Paralelo da Rio 92, congregando movimentos sociais e ONGs voltados para os debates sobre meio ambiente de grande parte do mundo.

Ainda no final de 1991, um ano após o término do Mestrado, abriu-se a possibilidade da concretização do sonho profissional de levar questões e refletir sobre elas com futuros profissionais da documentação e informação: a Universidade Federal Fluminense (UFF) abriu vagas docentes no antigo Departamento de Documentação, hoje de Ciência da Informação. Ingressei na UFF em 1992, junto com vários colegas igualmente empenhados com a renovação e com a excelência na formação em nosso campo,

Nesse contexto, como não poderia deixar de ser, aceleraram-se e multiplicaram-se as questões que mobilizavam as atividades desenvolvidas: as disciplinas a mim delegadas e as temáticas de orientação de alunos apontavam para um número cada vez maior de aspectos para estudos. Um desses temas foi a problemática da leitura. Tanto como professora, às voltas com a produção de sentido na leitura de textos por parte dos alunos (FREITAS, 1994 e FREITAS; SILVA, 1998), quanto como pesquisadora sobre a relação sentido/informação, terminei conhecendo a análise do discurso de linha francesa: dispositivo teórico e analítico fundamental para campo disciplinar interpretativo, envolvido com produtos e processos de lingua-

gens, mas também fundamento teórico que auxilia na desnaturalização de nossos objetos, processos técnicos e objetivos, e no reconhecimento da sua historicidade e processos de produção de sentidos (FREITAS, 2003a e 2010a).

Essa vertente da análise do discurso, ao buscar as relações de força nos discursos, utiliza como base teórico metodológica o tripé materialismo histórico, como teoria das formações sociais; a psicanálise, para compreensão dos processos da constituição do sujeito, através de perspectiva não subjetiva deste, passando a incorporar analiticamente o inconsciente e a ideologia; além de traçar fundamentação não imanente dos sentidos com relação à linguagem, fundamentando a abordagem não apenas linguística da semântica. Tem fundamentos em Marx, Foucault, Pêcheux, Eni Orlandi no Brasil, entre outros teóricos da histórica, da psicanálise e da filosofia.

Esse tipo de problematização passa a iluminar todo um campo de possibilidades de reflexão sobre as práticas sociais da escrita, os documentos e seus funcionamentos, os efeitos de informação e sua institucionalidade, construindo pontes para o pensamento crítico do campo informacional e documentário, como Bernd Frohmann, Ronald Day e Terry Cook, além dos estudos de parte de seus inspiradores diretos ou indiretos, a exemplo de Foucault, Derrida, Pêcheux e outros.

Em meados dos anos 1990, notamos o sumiço de nosso “outro discursivo” – foco de debates teóricos – nas questões ligadas à cultura e à leitura na Ciência da Informação – na forma do quase desaparecimento desse tipo de temática da pauta da produção de conhecimento do campo. A observação do deslocamento de sentidos, objetos e objetivos prioritários do campo informacional, do âmbito público ou coletivo – mesmo quando tratava de temas controversos, como o ‘desenvolvimento’ – para perspectivas privadas ou mercadológicas, juntamente com a ascensão dos discursos sobre os “novos tempos”, como *era da informação, sociedade da informação* em contexto da ‘desregulamentação’, ‘Estado mínimo’ e de naturalização da ‘globalização’, envolvendo “novas tarefas” para o profissional da informação, me rendeu o problema e as hipóteses de estudo do doutorado, na Universidade de São Paulo (USP). (FREITAS, 2001, 2003b, 2004, 2005 e 2012b)

Um dos achados de pesquisa foi que tal deslocamento temático-discursivo se dava na produção intelectual brasileira e estrangeira, com os mesmos cortes temporais e com as mesmas estratégias discursivas de produção de evidência atuantes no discurso neoliberal – o “discurso único”, em seu auge na virada do milênio. Também foi possível analisar a historicidade destes remanejamentos de sentidos do campo informacional e documentário (FREITAS, 2002).

Para tanto, foi necessário igualmente analisar os movimentos históricos do próprio campo informacional, em sua constituição e disputas pelos sentidos de “informação”: pública, mercadológica, qual a “utilidade” da chamada “informação

útil”?, sublinhando seu sentido cultural – salvacionista e universalizante ou múltiplo e diverso?. As disputas são permanentes, especialmente por linhas de formação profissional e de recursos para pesquisa (FREITAS, 2003a e FREITAS; MORAES, 2018). Estes movimentos históricos dos sentidos de ‘informação’ pelo campo informacional não vêm sendo postos à luz pelos textos da historiografia clássica da área – a nosso ver, fundamentalmente teleológica em suas narrativas. O esforço compreensivo desses trajetos tem sido empreendido pelos teóricos de nosso campo que buscam prioritariamente sua historicidade, através de análises arqueológicas, no sentido foucaultiano, como Frohmann (2004 e outros), Day (2001, 2014b) e Rayward (1996, 1997) – mesclando, assim, a abordagem filosófica com a análise histórica das possíveis epistemes em jogo.

Com o prosseguimento do ensino e na realização de pesquisas, retorna a problemática da leitura, acompanhada agora do reconhecimento de outros desdobramentos dos poderes da escrita, como o próprio funcionamento do documento e seu corolário institucional e disciplinar, a escrita da história *versus* os canais memoriais da oralidade, a institucionalização da educação formal, a lei escrita etc.

Todas essas questões apontavam para a centralidade da escrita, em suas formas de legitimidade, exclusões e regimes de verdade. Considerando os efeitos de tais jogos de poder sobre o campo informacional em suas práticas e reflexões, mais uma vez com a contribuição da Teoria do Discurso e da perspectiva neodocumentalista da Ciência da Informação, parti para estudos pós-doutorais com novas questões sobre os principais efeitos e, ao final, as implicações dos funcionamentos das práticas documentárias na produção do imaginário da “informação-fato” de forma concomitante à objetivação do sujeito-de-direito e seu correlato, a literalidade de Estado. (FREITAS, 2009 e 2010b)

O desenvolvimento teórico da noção de ‘dispositivo de arquivo’, traçado por nós com base na concepção foucaultiana de dispositivo para a compreensão dos poderes da escrita, em suas formas de legitimidade e institucionalidade, foi recentemente empreendido pela orientanda Thays Lacerda em sua tese de doutorado. (LACERDA, 2019)

É importante sublinhar que as respostas às questões que se colocavam nestes trajetos, viabilizadas seja pela via do pós-estruturalismo, seja pela via do materialismo histórico, sempre se apresentaram como caminhos teórico metodológicos harmoniosos entre si, como desenvolvido por Pêcheux (1995), Orlandi (2009) e outros teóricos da análise do discurso de linha francesa – diferentemente dos que incompatibilizam tais abordagens.

Ao longo dos estudos, amadurecendo determinadas articulações entre as práticas e saberes do campo informacional e suas instituições, ressurgiu a questão do

grande descompasso entre o lugar estrategicamente situado de seus profissionais nas políticas de acervo e informação e sua persistente invisibilidade social e científica – descompasso que não se dá apenas no Brasil (ROGGAU, 2006 e LOPEZ LOPEZ, 2010). Retomamos, assim, nossa questão inicial sobre a pouca visibilidade profissional e intelectual deste setor e a nossa hipótese a relaciona às representações de: uma ‘literalidade’ na leitura profissional, também caudatária da crença em uma ‘leitura técnica’, não interpretativa; a crença na neutralidade dos registros documentais – os ‘fatos’ administrativos e científicos; o recorte cultural dos tipos de registros e “memórias” priorizados por nossas instituições etc. (FREITAS, 2017b). Mais uma vez, uma abordagem arqueológica do campo informacional foi articulada a concepções discursivas do texto escrito e sua leitura, especialmente pela via analítica de uma ‘divisão social do trabalho de leitura’, traçada por Pêcheux (1994).

Anteriormente a estes investimentos reflexivos, em conjunto com a profa. Sandra Rebel Gomes, desenvolvemos trabalho sobre aspectos a serem priorizados em uma possível formação ético-política do profissional da informação, apresentado ao 1. Foro Social de Información, Documentación y Bibliotecas (FREITAS; GOMES, 2004). Neste trabalho foram tratamos de concepções de memória e seus caminhos societários, principalmente baseados em estudos de Pierre Nora (1993) e Michel Pollak (1992). Quatro anos mais tarde, o recém-criado *Colectivo de Docentes de Información y Documentación por el Compromiso Social* lançava manifesto com sua própria listagem de conteúdos pedagógicos – em seu sentido de formação de cidadãos – básicos na formação do profissional da informação, que também subcrevemos, bem próxima da nossa. (COLECTIVO, 2008)

Atualmente desenvolvo pesquisa intitulada *Sujeito e informação: agenciamentos, funcionamentos, efeitos*, de caráter bibliográfico e de análise teórico conceitual. A partir de resultados de pesquisa anterior já citada, na qual, buscando as bases da permanência da centralidade do funcionamento documental em disciplina que afirma a informação como foco analítico, concluí pela implicação constitutiva do sujeito-de-direito burguês com a informação-fato. Agora, incentivada pela emergência de produções recentes no Brasil – Rabello (2013 e 2017), Gonzalez de Gomez (GONZALEZ DE GOMEZ; RABELLO, 2017) e Araújo (2013a e 2013b) – e externamente – Day (2014a e 2014b) e Frohmann (vários textos) – articulando por diferentes vieses o sujeito e os estudos de informação, retomo a temática através da análise dessa produção, assim como via análise de diferentes conceptualizações de sujeito. A pesquisa objetiva conhecer as articulações entre informação e sujeito traçadas pela literatura em Ciência da Informação – tanto no nível macro, como a constituição da ‘forma-sujeito’, quanto no nível dos micro agenciamentos de suas correntes teóricas na constituição dos ‘sujeitos informacionais’. Considera-se que o estudo

contribuirá para a análise da atuação e inserção sócio política e cultural da Ciência da Informação, assim como para seu autoconhecimento epistêmico.

No ensino buscamos tratar da historicidade do campo informacional documentário e a politicidade explícita ou implícita das diversas abordagens, correntes teóricas e programas de pesquisa às suas questões, buscando contribuir para a compreensão de suas vertentes e especificidades, assim como dos lugares sociais de seus profissionais. Nas graduação e pós-graduação, venho introduzindo temas histórico filosóficos, não apenas com as abordagens dos autores-fonte citados até aqui, mas também com a apresentação de resultados de pesquisas alcançados.

Em suma, estas são algumas das questões que, penso, nos permitem pensar nosso campo do exterior dos meros efeitos do dispositivo de arquivo, para analisarmos eticamente os acervos, sua composição, acesso, usos sociais e o estatuto de seus profissionais – o ponto de partida dessa empreitada.

Encerro congratulando os pesquisadores do viés crítico da nossa área – alguns do próprio Programa de Pós-Graduação do qual aqui celebramos os 50 anos. Vemos que o campo informacional e documentário atualmente, não apenas oferta mais espaço para o pensamento crítico, mas o vem incentivando. Venho, com grande interesse, buscando acompanhar suas contribuições ao campo com novas questões e reflexões.

“Evoé, jovens à vista!”

Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A perspectiva de estudos sobre os sujeitos na arquivologia, na biblioteconomia e na museologia. Porto Alegre: **Em Questão**: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, v. 19, n.1, p. 213-238, jan./jun. 2013a. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/37518>> Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. O sujeito informacional no cruzamento da ciência da informação com as ciências humanas e sociais. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 14, 2013b. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/40403>> Acesso em: 21 fev. 2021.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO – SETOR DE DOCUMENTAÇÃO. Centros de documentação alternativos: algumas questões. Rio de Janeiro: **Memória**, v.1, n.7, nov., 1983.

COLECTIVO DE DOCENTES DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN POR EL COMPROMISO SOCIAL. **Manifiesto**. 2008. Disponível em: <http://>

docentesdocumentacioncompromiso.blogspot.com/p/manifiesto.html Acesso em: 21 fev. 2021.

DAY, Ronald E. The data – It is me! In: CRONIN, Blaise ; SUGIMOTO, Cassidy (eds.). **Beyond Bibliometrics: harnessing multidimensional indicators of scholarly impact**. Cambridge: MIT, 2014a . p. 67-84.

_____. **Indexing it all: the subject in the age of documentation, information and data**. Cambridge: MIT Press, 2014b.

_____. **The Modern Invention of Information: discourse, history, and power**. Illinois: Southern Illinois University Press, 2001.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.

FREITAS. A análise do discurso e o campo informacional: usos atuais e alcance epistemológico – uma atualização. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v.1, n.1, p. 32-55, 2010a. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42304>> Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. O campo informacional e a memória social: recíproca invisibilidade? – um ensaio analítico. In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. (orgs.) **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: Editora da Unb, 2017b.

_____. A constituição histórica de área problema: articulações sócio políticas e informacionais sobre os chamados impactos da informatização nos anos 1980 no Brasil. In: Scientiarum Historia VI Filosofia Ciências e Artes: conexões interdisciplinares, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013. Doc. Eletrônico.

_____. O dispositivo de arquivo: a construção histórico-discursiva do documento e do fato. In: FREITAS, Lídia S. de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (orgs.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: Eduff, 2010b. P. 141-160. Disponível em: <<http://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2019/11/PPGCI-ISEI-livro1.pdf>> Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. Documento e poder: uma arqueologia da escrita / The document and power: na archeology of writing. **Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v.9, n. 14, p. 58-73, 2012a. (Edição especial

bilíngue) Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4830/4320>> Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. Entre o público e o privado: trajetos temático-discursivos da área de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 14, n. 1, 2004. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_9b51843974_0013124.pdf> Acesso em: 21 fev. 2021

_____. O inter-dito fundador do campo informacional: efeito-documento e efeito-informação na construção discursiva do fato (e do sujeito). X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. João Pessoa, 10.2009. **Anais...** João Pessoa, 2009a. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/95>> Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. Uma leitura crítica da crise da leitura. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, Lisboa, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, n.3, p.39-47, 1994. (Publicado no Brasil na coletânea LÜCK, Esther H. et al. A informação: questões e problemas. Niterói: EDUFF, 1995. P. 39-49. (Estudos e Pesquisas; 1) Disponível em: <<https://bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/2392>> Acesso em 21 fev. 2021.

_____. A memória polêmica da noção de Sociedade da Informação e sua relação com a área de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 2, jul. 2002. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91346>> Acesso em: 21 fev.2021.

_____. **Na teia dos sentidos**: análise do discurso da ciência da informação sobre a atual condição da informação. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Área Ciência da Informação, ECA-USP, 2001. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-19072005-165907/publico/TeseLidiaFreitas.pdf>> Acesso em: 21 fev.2021.

_____. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação. **Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, 18 p., 2003a. <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4085/3734>> Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. Sociedade da informação no ensino de história: roteiro de uma abordagem crítica. In: Ana Maria MONTEIRO, A.M.; GASPARELLO, A.M.; MAGALHÃES, M. (orgs.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2009b. p. 218-224.

_____. A teia dos sentidos: análise do discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação. 5. ENANCIB, Belo Horizonte, **Anais...** 2003b. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/22?show=full>> Acesso em: 21 fev. 2021. Também publicado como _____. (2005) La telaraña de los sentidos: el discurso de la Ciencia de la Información sobre la actual condición de la información. **Ciencias de la Información**, La Habana, v. 36, n. 3, p.13-27, dez. 2005. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/69925>> Acesso em: 21 fev. 2021

_____. Tematizando o objeto da Ciência da Informação: uma arqueologia da escrita. In: IV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais...** São Paulo, 2008. (também publicado na coletânea LARA, Marilda L. G.de; SMIT, Johanna W. (orgs.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: ECA-USP, 2010. P. 49-65.) Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1031/Tematizando.pdf?sequence=1>> Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. **Usuários de informação sobre os impactos da informatização:** um estudo exploratório-metodológico. 1990. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, ECO-UFRJ/IBICT-CNPq, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/9036/1/276825.pdf>> Acesso em: 21 fev.2021.

_____; FONSECA, Vitor Manoel Marques; LIMA, Marcia Heloisa Tavares de Figueredo. (orgs.) Ética e políticas de informação: agentes, regimes e mediações. Niterói: EDUFF/IACS, 2018. Disponível em: <<http://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2020/05/Etica-e-politicas-da-informacao-Agentes-regimes-e-mediacoes.pdf>> Acesso em: 21 fev. 2021.

_____.; GOMES, Sandra L. Rebel. Quem decide o que é memorável?: a memória de setores populares e os profissionais da informação. 1. Foro Social de Información, Documentación y Bibliotecas. **Anais...** 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/3637631/Quem_decide_o_que_%C3%A9_memor%C3%A1vel_a_mem%C3%B3ria_de_setores_populares_e_os_profissionais_da_informa%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 21 fev. 2021.

_____.; LIANZA, Sidney. Novas tecnologias: velhos poderes? **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v.14, n.263, maio/jun. 1992. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/961072/tempo-e-presenca_263> Acesso em: 21 fev. 2021.

_____.; Lima, Marcia Heloisa Tavares de Figueredo; ROSA, Berta Jaqueline

Rosa; Salek, Lídia Martini Coelho Brandão. Questões em rede: trajetos temático-discursivos do campo informacional brasileiro e internacional – 1968-2009. XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012b. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1077>> Acesso em: 21 fev. 2025.

_____.; MORAES, Rosana P.T.de. Melvil Dewey – entre o dito e o não dito: sujeito e historicidade do campo informacional. **Liinc em Revista**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 213-225, nov. 2018. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4309/3947>>, acesso em: 21 fev. 2021.

_____.; SILVA, Maurício. Leitura e universidade: reflexões para a construção de uma outra história. In: **Algumas reflexões sobre o ensino e práticas na área de Informação**. Niterói: EDUFF, 1998. P. 83-95. (Estudos e Pesquisas; 2) Disponível em: <https://www.academia.edu/463429/Leitura_e_universidade_reflex%C3%B5es_para_a_constru%C3%A7%C3%A3o_de_uma_outra_hist%C3%B3ria>

FROHMANN, Bernd. A Documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v.9, n.14, p. 219-240, 2009. Disponível em: http://www.unirio.br/morpheusonline/numero14-2009/artigos/frohmann_pt.pdf . Acesso em 16 mar. 2012.

_____. **Deflating Information: from science studies to documentation**. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide; CIANCONI, Regina de Barros (org.). Ética da informação: perspectivas e desafios. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. Disponível em: <http://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2020/04/Livro_Etica_da_informacao.pdf> Acesso em: 21 fev. 2021.

_____.; RABELLO, Rodrigo. **Informação: agentes e intermediação**. Brasília: IBICT, 2017. Disponível em: <<https://livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/1068/2/Informacao%20agentes%20e%20intermidacao.pdf>> Acesso em: 21 fev. 2021.

LACERDA, Thays. **(Re)Pensando o arquivo a partir da noção de dispositivo: um estudo epistemológico**. Tese de Doutorado. PPGCI-UFF, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/13877/1/Thays%20lacerda_Tese_2019.pdf> Acesso em: 21 fev. 2021.

LÓPEZ LÓPEZ, Pedro ¿Reconocimiento social sin compromiso social?

Educación y Biblioteca: Revista Mensual de Documentación y Recursos Didácticos, Madri, n. 176, p. 36-37, mar./abr. 2010. Disponível em: <http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/119715/1/EB22_N176_P36-37.pdf>. Acesso em 21 fev. 2021.

MACBRIDE, Sean et al. **Un Solo mundo, vocês múltiplos:** comunicación e información en nuestro tiempo. México: Fondo de Cultura Económica/UNESCO, 1980.

NORA, Pierre. Entre Memória e História – a problemática dos lugares. **Projeto História; Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**, São Paulo, n.10, pp.7-28, dez. 1993.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org.) **Gestos de leitura:** da história no discurso. Campinas: Ed.da UNICAMP, 1994. (Repertório). p.55-66.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed.da UNICAMP, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>> Acesso em: 21 fev. 2021.

RABELLO, Rodrigo. Noções de sujeito em modelos teóricos na ciência da informação: do enfoque no sistema à consideração à agência em contexto. João Pessoa: **Informação & Sociedade:** Estudos, v. 23, n. 3, p. 57-71, set./dez., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/15144/10206>> Acesso em: 21 fev.2021.

_____. Sujeito e agência informacional: comportamento, prática e ação. In: GONZALEZ DE GOMEZ, M. Nélide; RABELLO, Rodrigo. **Informação:** agentes e intermediação. Brasília: IBICT, 2017. p. 101-152. Disponível em: <<https://livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/1068/2/Informacao%20agentes%20e%20intermidacao.pdf>> Acesso em: 21 fev. 2021.

RAYWARD, W.B. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography / International federation for Information and

Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, n.4, p.289-300, 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/220434198_The_Origins_of_Information_Science_and_the_International_Institute_of_BibliographyInternational_Federation_for_Information_and_Documentation_FID Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. The history and historiography of Information Science: some reflections. **Information Processing & Management**, Elmsford (NY), v. 32, n. 1, p.3-17, 1996. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.136.1963>> Acesso em: 21 fev. 2021.

ROGGAU, Zunilda. Los bibliotecarios, el estereotipo y la comunidad. **Información, Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, n. 15, p. 13-34, dez. 2006 . Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2630/263019683002.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2021.

Informação, memória, instituição: a construção conceitual e os diálogos entre teoria e campo empírico nos estudos históricos

Icléia Thiesen¹

1 Introdução

NA OPORTUNIDADE DE PARTICIPAR DO I SIMPÓSIO DE FILOSOFIA E HISTÓRIA DA Ciência da Informação, durante o cinquentenário do PPGCI/IBICT-UFRJ, que traz a marca da comemoração, somos levados aos movimentos do tempo, suas idas e vindas, enfim ao universo da memória. Trata-se aqui do relembrar de trajetórias no âmbito da Ciência da Informação, ou melhor, da Filosofia e da História da Ciência da Informação. Momento também de homenagens e agradecimentos aos que não apenas acompanharam nossas trajetórias, mas foram e são coatores e coautores que testemunham o que Bruno Latour denominou de “ciência sendo feita”, para distingui-la da “ciência feita”. Uma não prescinde da outra. A ciência sendo feita evidencia os processos de construção dos fatos sociais, o construtivismo, e a ciência feita enfatiza os resultados, os produtos ou o que ele denominou de “caixa-preta” (LATOUR, 2000).

Minha gratidão aos professores do IBICT pela acolhida na área, desde 1987, quando aluna do CDC- *Curso de especialização em informação e documentação*, souberam valorizar meu desafio ao entrar na área da informação científica pelas portas da Memória. Às Professoras Maria Nélide, que me acompanha desde então e constitui uma interlocutora permanente, Heloisa Tardin Christóvão, de saudosa memória, orientadora no CDC e no Mestrado, Lena Vania Ribeiro Pinheiro que me deu a primeira oportunidade de ensinar, Regina Marteleto, a quem devo inumeráveis parcerias e abertura de portas no campo da Ciência da Informação no Brasil e na França, no âmbito da Rede Mussi de pesquisadores franco-brasileiros,

1 Doutorado em Ciência da Informação, 1997. Pós-doutorado em Ciência da Informação, 2008. Professora Titular da UNIRIO, Departamento de História e PPGH. Contato: icleia.thiesen@unirio.br. Agradeço ao CNPq pelo apoio concedido com Bolsa de Produtividade.

além da oportunidade do estágio de pós-doutorado em Toulouse, sob a supervisão da profa. Viviane Couzinet.

Para atender ao foco do Seminário, ou seja, direcionar a palestra para a “trajetória teórica histórica e contemporânea no contexto dos estudos filosóficos e historiográficos do campo”, o movimento que faço me leva do presente ao passado, mobilizando minha própria memória, com apoio em alguns fragmentos do passado que me permitem selecionar o que hoje considero mais expressivo para explicar minhas escolhas teóricas e metodológicas nesses 34 anos de estudos e pesquisas no campo.

Meu laboratório original foi o IBGE, instituição que, em 1986, comemorou seu Cinquentenário e, na ocasião dos preparativos para uma grande exposição realizada no Palácio Gustavo Capanema, reuniu uma equipe encarregada de evidenciar essa trajetória histórica com base na materialidade documental. Naquela oportunidade surgiu a primeira pergunta, que me levou posteriormente, já no mestrado em Ciência da Informação, a formular o problema da Memória Institucional – no caso a do IBGE. Tais respostas busquei não apenas na literatura, mas entre funcionários e ex-funcionários da instituição, no âmbito do projeto de história oral que, aliás, nasceu no CDC, em 1987, e até hoje vem sendo desenvolvido no núcleo criado naquele momento, também denominado Memória Institucional. O objetivo, naquele contexto, era o de analisar a experiência de atores institucionais e suas visões sobre os elementos constitutivos da memória do IBGE. Tratou-se de um estudo exploratório-metodológico (COSTA [THIESEN], 1992). O trabalho de campo deixou evidente não apenas o que os entrevistados entendem por memória, seus elementos primordiais, marcos relevantes, mas ainda a existência de uma identidade institucional, expressa no gentílico apontado por eles - *ibgeanos*.

A experiência já se consagrou como elemento fundamental nos estudos históricos e memorialísticos, por sua natureza reveladora das vivências nos processos narrativos, desde Walter Benjamin. De que nos serve toda a cultura se não houver uma experiência que nos ligue a ela? (BENJAMIN: 1986 p.86). Trata-se da experiência como fundamento do testemunho do vivido, da narração, do patrimônio e da memória. Contra a História dos vitoriosos que integram o cortejo triunfal dos vencedores, característica da escola positivista, Benjamin recomenda recolher os despojos do cortejo, do que ficou pelo caminho, e que “geralmente lhes é dado o nome de patrimônio cultural”. (BENJAMIN: 2012, p.12)

Pesquisas sobre a experiência de moradores de bairros do Rio de Janeiro (Urca, área portuária e Santa Teresa, respectivamente) foram inauguradas em 1995 e tiveram prosseguimento durante e depois do doutorado, no Mestrado em Memória Social e Documento (hoje PPGMS), por uma equipe interdisciplinar de pesqui-

sadores. Foi utilizada a metodologia da História oral, com ênfase em entrevistas temáticas mescladas com questões de histórias de vida. Os resultados demonstram que é possível captar experiências, vínculos sociais e visões de mundo, problematizando as relações da memória com o espaço, revelando disputas, conflitos, identidades e diferenças².

As experiências de uns podem ser as experiências de muitos. Constituem estudos de caso que muitas vezes escapam a abordagens e linhas teóricas mais voltadas para grandes personagens e acontecimentos, ignorando os anônimos da história, as singularidades das diversas formas de solidificação das lembranças ancoradas no espaço da cidade.

Apesar dos primeiros embates entre historiadores no processo de legitimação desse novo campo de estudos - a História do Tempo Presente, institucionalizada no final da década de 1970, na França³ - que tem a metodologia da História oral como principal entrada no campo empírico dos acontecimentos, já se consagrou como uma via privilegiada para o confronto e o diálogo com os vestígios vivos do passado - a memória dos atores. Nas seções seguintes são destacados alguns autores, conceitos e questões que perpassaram minha experiência de ensino e pesquisa.

2 Memória institucional: da informação à memória, da memória à instituição

Ao retomar os estudos sobre o fenômeno da memória no âmbito das instituições, a partir de alguns problemas e resultados surgidos na dissertação defendida no PPGCI/IBICT-UFRJ (COSTA [THIESEN], 1992), alguns autores se destacaram, sobretudo Michel Foucault na sua concepção de instituições disciplinares, das relações de saber-poder em práticas sociais. Ao estudar a formação das técnicas disciplinares, como o exame, a vigilância e a inspeção, no contexto da peste negra do século XVII em Londres, o filósofo verificou a existência de um conjunto de procedimentos disciplinares que denominou de panoptismo. O panóptico de Bentham é a figura arquitetural ótica dessa composição que se desenvolveu e se instituiu em diversos países.

Trata-se do modelo médico da quarentena a ser aplicado quando a peste ou uma doença epidêmica violenta aparecesse numa cidade. Diferentemente do mo-

2 Alguns resultados estão publicados em (COSTA [THIESEN], 1998; BOM MEIHY; SIQUEIRA, 1998; ALMEIDA, 1998; THIESEN; BARROS; SANTANA, 2005).

3 “Sua história se inscreve em um duplo contexto: a anamnese coletiva que viu o despertar de uma memória europeia e internacional da Segunda Guerra Mundial e dos grandes traumas do século XX, e o concomitante surgimento de uma nova historiografia do contemporâneo, entendida em seu sentido etimológico, que ganhou plena e completa legitimidade no campo científico.” Disponível em: <https://www.ihtp.cnrs.fr/>. Acesso em 14 nov. 2020.

delo da lepra, que exclui e segrega, como prática de rejeição, dando de certa forma origem ao grande fechamento, a peste suscitou esquemas disciplinares e o grande encarceramento, onde o prisioneiro é “objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação” (FOUCAULT, 1975, p.194). A inspeção e a vigilância apoiam-se num sistema de registro permanente, constante e centralizado. A cidade pestilenta promovia o esquadramento e o isolamento dos indivíduos, como uma “máquina de punição e vigilância que se aplicou às escolas, hospitais, manicômios” (FUÃO, 2019, p.4).

A leitura de *Vigiar e Punir* marcou minhas escolhas seguintes, uma vez que o autor evidenciou a importância do panóptico de Bentham para a formação das instituições disciplinares, cujas características, práticas e funcionamentos em muito se assemelhavam à forma-prisão, tal como Deleuze destacou no seu livro sobre Foucault (DELEUZE, 1991).

A pesquisa desenvolvida sobre prisões no Rio de Janeiro do século XIX trouxe como resultados, não apenas a existência de um sistema de informação com valor de inteligência, que circulava entre diversas instituições disciplinares do Império – as prisões, a polícia, o judiciário etc., funcionando na Casa de Correção da Corte, na Casa de Detenção, no Instituto de Menores Artesãos, mas a utilização do próprio texto conhecido como Panóptico, de Jeremy Bentham expresso no modelo arquitetônico da prisão e nas regras de funcionamento da Casa de Correção claramente refletidas em seu Regulamento⁴, publicado em 1850, juntamente com a inauguração da prisão.

Conhecida posteriormente como Complexo Penitenciário da Frei Caneca, essa foi a primeira prisão no Brasil a instituir o trabalho como forma de correção, acolhendo o modelo formulado por Jeremy Bentham, jurista inglês cuja obra foi bastante lida e debatida nos tempos imperiais, quando das discussões sobre o Código Criminal de 1830.

Entre os diversos prédios que integraram o complexo, havia a prisão posteriormente denominada Milton Dias Moreira, transformada em prisão política durante a Ditadura militar de 1964. Essa prisão foi demolida em 2006 e em 2010 todas as demais prisões que integravam o complexo já tinham sido demolidas. Há considerável documentação preservada no Arquivo Nacional, inclusive fotografias produzidas e utilizadas, em meados do século XIX, pelo diretor-médico, que ali criou um ateliê fotográfico, com a finalidade de estudar as características dos prisioneiros,

4 Ver Decreto n.678, de 6.7.1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-678-6-julho-1850-560002-publicacaooriginal-82510-pe.html>. Acesso em 14.11.2020.

cujos traços físicos poderiam indicar tendências à criminalidade - muitos dos quais escravos - sobretudo para serem utilizadas pela polícia e o judiciário em caso de fugas.

Conhecer para melhor controlar os chamados “criminosos-natos” é parte de um projeto que tem reflexos nas bases de diversas ciências, como a antropologia, a estatística criminal, a medicina legal, entre outras. Se hoje esse modelo ótico-arquitetural se encontra disperso na sociedade ocidental, para além da forma-prisão e instituições correlatas, nem por isso deve ser ignorado nas lutas e resistências. Um dispositivo banóptico caracterizado pelo desenvolvimento de “práticas de excepcionalidade: separação de estrangeiros e imperativo de normalização da mobilidade” aperfeiçoa a vigilância panóptica. Os autores explicam que o termo “ban”, originário do antigo alemão, significa ao mesmo tempo exclusão da comunidade e distintivo de soberania. É aquele que é excluído pelo alto como exceção à regra e o que é excluído por baixo como discriminado, rejeitado, expulso, banido. (CRETTEZ; PIAZZA: 2006: 263). Trata-se de um imenso sistema de informação com valor de inteligência nascido nas instituições prisionais, nos oitocentos, expandindo-se no século seguinte nas ações de repressão das ditaduras do Cone Sul e posteriormente generalizando-se nas cidades, tendo como alvo os novos indesejáveis.

As relações entre informação, memória e história nos fluxos e refluxos do tempo constituem o desafio atual, como veremos na próxima seção.

3 Informação, memória, história

No campo da memória, enquanto fenômeno relevante para a compreensão do funcionamento da sociedade e das instituições, a continuidade dos estudos se constituiu de quadro teórico acumulado nas práticas de pesquisa e ensino. Autores diversos foram sendo incluídos num quadro referencial de apoio às análises vindas do trabalho de campo e dos arquivos.

A leitura direta dos textos de Henri Bergson foi se modificando à medida que outros autores eram colocados no mesmo tema e na mesma problemática, ou seja, a memória e suas configurações possíveis. Diferença e repetição, tese de doutorado de Gilles Deleuze, foi a primeira abertura para a desnaturalização do fenômeno da memória, em geral entendida como mera volta ao passado, num movimento de “resgate” daquilo que ficou retido do passado no presente – heranças, persistências, legados. Se a memória é uma construção social, o trabalho a ser feito para acessar essa memória e identificar onde ela se ancorou, como se solidificou, pressupõe sua reconstrução, ou o que Benjamin denominou de “escavação da terra”, jamais “resgate”.

Trata-se de colocar entre parênteses o que em geral o senso comum toma como natural, problematizando tais noções, a fim de entender e revelar os mecanismos

subjacentes às tramas sociais, no âmbito das quais ocorrem as múltiplas variações do esquecimento – censura, repressão, exclusão – nas disputas políticas por narrativas sobre o passado.

Destaco, ainda, a noção bergsoniana de virtual, não no seu significado técnico/tecnológico, mas o virtual pensado como uma reserva infinita de acontecimentos evanescentes, que podem ou não se atualizar no campo social, pois depende das condições do contexto histórico. É como se houvesse uma memória-mundo, relativa a um passado que nunca foi presente. É o novo. Lembremos que para Bergson memória é duração! É criação! A contribuição de Deleuze foi decisiva para recuperar a obra de Bergson. É o pensamento que leva a essa reserva de acontecimentos.

Haveria nesse processo depósitos preciosos de história não contada e memórias imemoriais não acessadas. O elemento-síntese nessa tríplice fronteira, ao que parece, é a informação que tem uma natureza própria e constitui o elemento de acesso ao passado. Não se confunde com notícia (que só tem valor enquanto nova) e não se propõe a interpretar o passado, conforme crítica de Benjamin, mas sobretudo a organizar, conservar e construir dispositivos de acesso aos materiais da memória e da história. A teoria da informação, dada a sua complexidade, ainda não é inteiramente conhecida.

Outra relevante contribuição para a compreensão e a construção de conceitos se deve a Deleuze e Guattari, em *O que é filosofia*, mas sobretudo em sua obra *Mil Platôs*, a partir das noções de sistemas arborescentes e sistemas rizomáticos. Árvore e rizoma. Com base na teoria das organizações acentradas, de Jean Petitot, Deleuze afirma que, diferentemente do modelo da árvore, centrado, fechado, funcionando como centros de significância, o rizoma é acentrado, nem hierárquico, nem significante, mas aberto, conectável, desmontável, suscetível de receber experimentações e modificações.

Em *Conversações*, Deleuze explica: “Um sistema é aberto quando os conceitos são relacionados a circunstâncias e não a essências”. (DELEUZE: 1992, p.45) Crítica, portanto, a univocidade. Estruturas epistêmicas condicionam o que pode ser dito na ordem do discurso e a produção do saber historicamente construído. São noções determinantes em minhas escolhas teóricas e metodológicas, a partir do final do mestrado e desde o doutorado. Os conceitos são operadores do pensamento e não podem ser aprisionados na esfera do conhecimento. Os universais não explicam nada, eles é que devem ser explicados. Os personagens conceituais devem ser inventados. Um rizoma reflete variações intensivas da vida em sociedade, se desloca e se diferencia, vive nos entretempos, entre acontecimentos, em processo.

No que se refere ao conceito de Memória Institucional, ao final da pesquisa-tese ficou claro que, para além de características próprias às instituições, em cada

abordagem da memória no campo das instituições deveria ser identificada e analisada a singularidade da instituição em foco, bem como aquilo que ela fala sobre si e o que não revela. A instituição é um corpo em processo e, como tal, necessita que suas células trabalhem solidárias para que seu funcionamento seja padronizado (passível de se repetir) e criativo (que possa contemplar a diferença). (THIESEN: 2013 [1997], p. 268)

A questão da representação, pelo seu papel determinante na configuração dos imaginários sociais, bem como seu poder de consolidar fenômenos representados, ajuda a formular análises esclarecedoras sobre como as pessoas se informam, o que lembram e o que esquecem, como se apropriam do conhecimento a que têm acesso, de que maneira formam convicções. Roger Chartier entende apropriação “ao mesmo tempo como controle e uso, como vontade de posse exclusiva pelas autoridades e como invenção pelos consumidores comuns” (CHARTIER, 2011, p. 26). Ao discutir a força dinâmica das representações, explica que

As representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm energia própria que persuade seus leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram. (CHARTIER, 2011, p.27)

O modelo da representação, por si só, não dá conta desses fenômenos aqui apontados, mas o esquema rizomático, por suas características de formação contínua e sua imprevisibilidade e abertura para o novo permite configurar tendências, mudanças, rupturas e permanências. A ciência em ação, como a denomina Bruno Latour.

O impacto dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende largamente da sua difusão, dos circuitos e dos meios de que ela dispõe. Baczko explica que

Para alcançar a dominação simbólica, é de importância capital controlar esses meios que são tanto instrumentos de persuasão, de pressão, de inculcação de valores e de crenças. [...] As modalidades de emissão e de controle eficazes mudam, entre outras razões, em função da evolução da armadura tecnológica e cultural assegurando a circulação das informações e das imagens. (BACZKO, 1984, p.132)

As relações entre informação, memória e história – suas fronteiras, alcances e complementações constituem um permanente desafio a ser enfrentado pelos pesquisadores que se debruçam sobre temas sensíveis da história recente. Nesse senti-

do, a verdade entra em cena. Mas, qual verdade? Quais os mecanismos que regem os regimes de verdade, usando uma noção de Michel Foucault em *A verdade e as formas jurídicas*, onde o autor assinala os efeitos específicos dos discursos ditos verdadeiros, “os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir uns dos outros, as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade” (FOUCAULT, 1996, p.104).

Os regimes de verdade se refletem e se traduzem não apenas na produção documental, mas nos dispositivos que lhe permitem circular em práticas discursivas dinâmicas. Regimes de verdade e regimes de informação vem sendo abordados no campo da Ciência da Informação, no Brasil, sobretudo por Gonzalez de Gómez, leitora de Foucault. Dialoga com a noção de dispositivo, ressignificando o conceito à luz dos estudos informacionais. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ: 2003, p.61). Historiadores experimentados nos arquivos – os Profs. Renato Venâncio e Georgete Medleg Rodrigues, atuantes no campo da Ciência da Informação, alertam para a existência de dois regimes de verdade – verdade documental e verdade histórica. Importante atentar para essas nuances na análise dos documentos recontextualizados e formular questões em torno das condições de produção documental preexistentes à sua origem, organização e circuito infocomunicacional (COUZINET: 2009), pois estas podem explicar aspectos negligenciados na análise de conteúdo empreendida no cotidiano da pesquisa.

Nesse mesmo sentido, Bernd Frohmann, também leitor de Foucault, lembra que o documento possui uma materialidade que o reinscreve no processo de construção da ciência, gerando fatos e representações. Ao analisar “as possibilidades produtivas da tensão entre a materialidade do documento e sua função representacional”, alerta para a visão ingênua do documento como mero condutor de informação. Explora, portanto, as complexidades das relações do documento com o real. (FROHMANN, 2011)

Importa refletir sobre a mobilização dos arquivos para a evidência de verdades históricas. Objeto de disputas entre diferentes grupos envolvidos com o passado recente de diferentes países, os arquivos tornam-se objeto de tensão nas lutas entre a memória e a história. Quanto mais estejam protegidos por leis que normalizam e restringem o acesso aos documentos sob sua custódia, mais despertam a curiosidade e o desejo dos grupos que neles depositam esperanças de uma possível reescrita da História onde se vejam contemplados. Fonte inesgotável de pesquisas contemporâneas, os chamados documentos sensíveis – produzidos em regimes de exceção, expressam verdades, meias-verdades e mentiras. Verificar o que o regime diz de si mesmo e o que ele esconde é o grande desafio. (THIESEN, 2014)

Roger Chartier, que no seu texto reafirma a influência de Foucault em suas pesquisas, recoloca a questão.

Nossa obrigação não é mais reconstruir a história, como exigia um mundo duas vezes em ruínas, mas compreender melhor e aceitar que os historiadores não têm mais o monopólio das representações do passado. As insurreições da memória, bem como as seduções da ficção competem duramente com eles. [...] A história deve respeitar as exigências da memória, necessárias para curar as feridas infinitas, mas deve, concomitantemente, reafirmar a especificidade do regime de conhecimento que lhe é próprio. Vale dizer, o exercício da crítica, a confrontação entre as razões dos atores e os empecilhos que eles ignoram e a produção de um saber proveniente de operações dirigidas por uma comunidade científica. (CHARTIER, 2011, p.257).

De fato, o conhecimento é sempre fruto de uma batalha. (FOUCAULT, 1996) Mais do nunca é hora de reler Hannah Arendt que, em *Vérité et politique*, explica: “Conceitualmente, podemos chamar de verdade aquilo que não podemos modificar; metaforicamente, ela é o solo sobre o qual nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós.” (ARENDR, 1972, p. 336).

Para além das políticas de informação e memória, sem dúvida imprescindíveis no contexto das lutas sociais para inscrever a verdade nos anais da história, importa também politizar os debates, evitando-se a falsificação ideológica dos acontecimentos, reinstituídas para apagar o passado recente e reescrever a história.

A produção do esquecimento como política de Estado constitui meu desafio atual e talvez a síntese das pesquisas desenvolvidas ao longo das últimas três décadas. Gestões coordenadas, na tentativa de ultrapassar impasses causados por traumas e marcas da memória, supõem a possibilidade de apagar, rasurar ou negar o passado, falsificando a história. “Contudo, seria o esquecimento passível de se impor, em definitivo, no campo social? Ou seria falha momentânea no processo de recuperação seletiva de informações inscritas em documentos e testemunhos que se transformam em memória arquivada?⁵ É sobre esse conjunto de ideias que trabalho agora, problematizando os paradoxos do esquecimento.

5 Paul Ricoeur denomina memória arquivada “a inscrição do testemunho, momento em que as coisas ditas oscilam do campo da oralidade para o da escrita [é também o do nascimento do arquivo, coligido, conservado, consultado]”. (RICOEUR, 2007, p. 155).

Referências

- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. **Fragmentos discursivos de bairros do Rio de Janeiro**: mapas e fotos. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1998.
- ARENDDT, Hannah. Vérité et politique. In : _____. **La crise de la culture**. Paris : Gallimard, 1972.
- BACZKO, Bronislaw. **Les imaginaires sociaux** : mémoire et espoirs collectifs. Paris : Payot, 1984
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Lescov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 197-225.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia, Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241-252.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre as relações do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe; SIQUEIRA, Sonia A. de. **Fragmentos discursivos de bairros do Rio de Janeiro: história oral**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1998.
- CHARTIER, Roger. A realidade da representação. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). **Roger Chartier: a força das representações: história e ficção**. Chapecó (SC): Argos, 2011. (Grandes Temas, 13).
- COSTA [THIESEN], Icléia. **Memória institucional do IBGE**: um estudo exploratório-metodológico. 1997. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, UFRJ-ECO/CNPq-IBICT, Rio de Janeiro, 1992.
- COSTA, Icléia Thiesen Magalhães (org.). **Fragmentos discursivos de bairros do Rio de Janeiro: entrevistas**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1998.
- CRETTEZ, Xavier ; PIAZZA, Pierre (dir.) **Du papier à biométrie** : identifier les individus. Paris : Presses de Sciences Politiques, 2006.
- COUZINET, Viviane. Dispositifs info-communicationnels : contributions à une définition. In : _____. COUZINET, Viviane (dir.). **Dispositifs info-**

communicationnels : questions de médiation documentaires. Paris: Lavoisier, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Os postulados da linguística. In: _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. (Coleção Trans, v.2).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 4. ed. Petrópolis : Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau, 1996.

FROHMANN, Bernd. The public, material and social aspects of information in the contemporaneity. In: **Anais do VII ENANCIB** A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. Marília (SP), 19-22 de novembro de 2006.

FROHMANN, Bernd. Reference, representation, and the materiality of documents. In : COLLOQUE SCIENTIFIQUE INTERNATIONAL DU RÉSEAU MUSSI, II, 2011, Toulouse – France. **Actes...** Toulouse, Université Paul Sabatier, 2011.

FUÃO, Fernando Freitas. Sobre domesticação: a cidade pestilenta e o panóptico. **Revista Estética e Semiótica**, Brasília, UnB, v.9, n.2, p.26-57, 2019.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, v.32, n.1, p.60-77, 2003.

LATOUR, Bruno. **A ciência em ação.** São Paulo: UNESP, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2007.

THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgar de Oliveira Cavalcanti; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). **Vozes do porto: memória e história oral.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

THIESEN, Icléia (Org.). **Documentos sensíveis**: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

THIESEN, Icléia. Dispositifs info-communicationnels : le cas des archives du Service National d'Information au Brésil (1964-1990). In : FRAYSSE, Patrick ; GARDIÈS, Cécile ; FABRE, Isabelle. **Sur les sciences de l'information et de la communication : contributions hybrides autour des travaux de Viviane Couzinet**. Toulouse : Cepadué-Éditions, 2017. p. 353-369.

THIESEN, Icléia. Document par intention : réflexions sur les « documents sensibles ». In : 11^e colloque ISKO France 2017 Fondements épistémologiques et théoriques de la science de l'information-documentation, 2018, Paris. **Actes du 11e colloque ISKO France 2017**, v. 11, p.239-250, 2018.

Epistemologia emancipatória e Ciência da Informação nativa

Luciana de Souza Gracioso¹

“Nós temos que escrever a nossa própria história”

Olívio Jekupé

(Encontro Decolonialidade e Ciência da informação: veredas dialógicas, 2020)

1 Introdução

EM DIÁLOGO COM SILVIO ALMEIDA, EM SEU PROGRAMA “ENTRE-LINHAS”², LUIZ ANTONIO Simas, durante sua fala sobre a brasilidade libertária, destaca uma expressão que, segundo o historiador, aprendeu com seu grande mestre Joel Rufino do Santos: “Muitas vezes negociar é a forma mais efetiva de resistência”. E, por concordarmos que as resistências, como também as ações emancipatórias, se dão no lugar das negociações subjetivas e intersubjetivas das esferas de comunicação e dos usos das linguagens, seguiremos na construção de nosso texto, sugerindo alguns percursos argumentativos relacionados aos desafios, mas também as prerrogativas, envoltas a construção de epistemologias emancipatórias, nativas e *relativas* na Ciência da informação. A postura decolonial irá configurar como fenômeno e forma, que justifica a busca por este encontro emancipatório com as epistemologias e por isto, como ponto de partida para situar as motivações que levaram a constituição dos questionamentos que serão construídos ao longo deste texto, retornaremos, para nos orientar nas questões decoloniais dentro do campo, ao “Encontro Decolonialidade e Ciência da informação: veredas dialógicas”³.

1 Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI IBICT UFF), Professora associada da Universidade Federal de São Carlos. Contato: luciana@ufscar.br.

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dnM5J5wWePs>

3 “Encontro Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas” organizado em parceria com Andre Vieira de Freitas Araujo (UFRJ), Lucia Maciel Barbosa de Oliveira (USP), Marco

Dos posicionamentos assumidos seguiremos então em um percurso que irá buscar contextualizar as diferentes formas de colonização do mundo da vida pelo mundo dos sistemas, tal como explicado por J. Habermas. Situiremos os usos da linguagem e a delimitação dos arranjos comunicativos, como fenômeno central de análise e ponderação para a defesa da retomada da emancipação epistemológica. E, justamente por isto, a hipótese que baliza o processo argumentativo construído, é a de que a busca, a reivindicação por epistemologias emancipatórias passará necessariamente pela retomada e reconquista das esferas de comunicação, das atmosferas de usos da linguagem e de fortalecimentos dos mundos da vida. Pensaremos sobre como *relativizar*, no sentido aferido por Viveiros de Castro, as epistemologias para que sejam emancipatórias e nativas e disto concluiremos, refletindo sobre a Ciência da informação na composição desta libertação.

2 Insurgências decoloniais na Ciência da Informação

A *exuzilhada* é um não lugar, ou um outro espaço, que nos foi apresentado pela profa. Maria Aparecida Moura em sua palestra intitulada: “*Exuzilhar saberes: informações, tecnologias e pluriepistemologias*” no Encontro Decolonialidade mencionado na introdução deste texto. No percurso argumentativo que se tentará desenvolver, arriscaremos aproximar este espaço das atmosferas pragmáticas que iremos reconhecer como cosmo de retomada discursiva para a construção de epistemologias emancipatórias. Cogitamos ainda reconhecer esse espaço como sendo o ambiente mais propício para se pensar as interseccionalidades (THOMPSON, 2002) e as conceituações multidimensionais (BROWNE, MISRA, 2003). *Lócus* dos saberes diversos, espaço transcultural, universo das cosmovisões, atmosfera das práticas performáticas e também, a esfera dos estranhamentos, das diferentes forças, a *exuzilhada* aclamada por Moura é a resistência a um conjunto de imparcialidades da Ciência da informação que teria sido edificada em um invólucro de aceitação, por vezes pouco refletida, sobre os mecanismos de controle e colonização do seu fazer e do seu pensar. É uma ciência que “[...] surgiu e se insere em contexto de apaziguamento dos estranhamentos”. (MOURA, 2020).

No referido evento, o pesquisador e pensador Gustavo Saldanha reconheceu uma reprodutibilidade de métodos e técnicas no campo que confirmam, em alguma medida, certa trajetória da área na “Colonialidade do saber” (Aníbal Quijano). As raízes coloniais, a colonialidade epistemológica, o epistemícidio constantemente

Donizete Paulino da Silva e Luciana de Souza Gracioso (UFSCar), em outubro de 2020. Programação disponível em: <https://www.dci.ufscar.br/events/encontro-decolonialidade-e-ciencia-da-informacao-veredas-dialogicas>

te praticado e reproduzido em nosso campo, foram, de modo intenso e sensível, reivindicados pelo autor em sua fala, ao mesmo tempo, em que apresentou ações de resistência, de insurgências, experiências em Organização dos Saberes que operacionalizam outras práticas possíveis. A partir de trabalho sistemático e rigoroso, desenvolvido em parceria com integrantes de seu grupo de pesquisa, Saldanha trouxe à tona, ações informacionais emancipatórias, reais. Lançou ainda, como perspectivas para uma base de libertação epistemológica, a Pragmática, a Semiótica, a Hermenêutica, a Gramatologia, o Feminismo, as lutas antiracistas como bases para a constituição epistemologias horizontais.

A palestrante, profa. e pesquisadora Nancy Sanchez Tarragó, de modo evidente e contundente, fez uma crítica sobre as formas eurocêntricas de conhecimento e as hierarquias epistêmicas que se articulam simultaneamente com hierarquias étnico-raciais e de gênero interseccionando as questões da colonialidade do poder, do saber e do ser, refletidas nas categorias da geopolítica do conhecimento enquanto instrumentos, métricas, normas, protocolos de avaliação e mensuração hegemonicamente impostos, sugerindo uma desqualificação epistêmica e ontológica do outro, da outra. Dessa forma a pesquisadora nos instiga a pensar a sobre a colonialidade da geopolítica do conhecimento.

Recuperamos ainda os discursos produzidos por outros interlocutores neste evento. Um deles é a posição de outra potente interlocutora destes posicionamentos, Franciéle Carneiro Garcês da Silva⁴ que durante a sua participação no Painel Escritos e Escritores, apresentou obras que estão sendo construídas com a responsabilidade de trazer muitos saberes ainda silenciados na Ciência da informação. Neste sentido, a partir deste movimento, Garcês contribui com o campo ajudando-o a pensar sobre o que considerou ainda ser alguns dos mitos que “enfeitam” (no sentido sugerido em L. Wittgenstein) o discurso desta área, como o do branqueamento, da democracia racial, da inviabilização de saberes e da própria meritocracia.

Sem ser justa a todas as falas e provocações compartilhadas no referido Encontro⁵, fizemos destes interlocutores e de suas posições, o lugar de partida para aquilo que seguiremos refletindo, pois eles confirmaram a urgência para expandirmos as perspectivas epistemológicas para as ciências, incluindo nestas, as das

4 ³ Idealizadora e gestora do Quilombo Intelectual e Coordenadora de Selo Editorial Nyota.

5 Outros importantes interlocutores deste evento foram Bianca Santana, Cayo Honorato, Cristiane Portela, Giulia Crippa, Isabel Taukane, Marília Librandi, Olívio Jekupé, Paulo Farah. O evento ainda contou com a participação de talentosos artistas na produção das Plataformas Virtuais para Penar.

informações. Vinicius Menezes, neste evento, encerrou sua fala com a fala de outrem, Exu: “quem anda em linha reta não pode encontrar vereda” e, assim, concluiu que encontrar veredas é sua contra conduta decolonial. Disto, tentaremos seguir, então, motivadas por estes atores autores, pensando em veredas possíveis para uma Ciência da informação emancipada, nativa e *relativa*.

3 Dos desafios da emancipação e da comunicação

Para continuar neste percurso de transgressão sobre os mecanismos de dominação que podem ser percebidos de modo mais contundente entre nações do norte e nações do sul, a obra de Boaventura de Souza Santos apenas neste momento introdutório (embora seria justo o avanço em suas conceituações) é chamada especialmente pela postura defendida sobre a justiça global que conclama e que só se daria, na medida em que houvesse uma mudança epistemológica que contemplasse a justiça cognitiva (epistemologias emancipatórias). “Se relação de poder transcende o conhecimento, então a não divulgação dos conhecimentos dos sujeitos subalternos trata-se também de uma dominação epistemológica”. Seria isto, o que o filósofo identificou como “(...) um epistemicídio, destruição do conhecimento e saberes não assimilados pela cultura ocidental.” (SANTOS, 2010 parafraseado em LIMA, ALMEIDA, 2019, p. 1). Temos então a árdua missão de também descolonizar os colonizadores, se almejamos os encontros, as interseccionalidades, as *exuzilhadas*, a emancipação.

Procuraremos compreender rapidamente o percurso da emancipação, na sua construção social e também semântica. Para tanto recorreremos essencialmente, neste momento, aos trabalhos de Beltrame: “A teoria da emancipação em Karl Marx e Jürgen Habermas” (2017) e “Emancipação e sua problemática trajetória conceitual” (2017), que por sua vez se apoia em autores como Elias, Koselleck, Bombassaro, Bullock, Cassirer, Fourez, dentre outros. O percurso conceitual da emancipação

[...] mostra-se originariamente como um termo que tem sua origem na tradição do Direito Romano, estendendo-se ao período medieval, com seu apogeu na Idade Moderna, ao mesmo tempo em que mantém esta característica jurídica e será profundamente ressignificado no século XVIII, no movimento iluminista, com a compreensão da necessidade de emancipação do “indivíduo” e o surgimento desta categoria sócio-histórica no processo civilizatório ocidental. (ELIAS, 1993, citado por BELTRAME, AZEVEDO, 2017)

Beltrame e Azevedo (2017) complementam indicando que é neste momento que o uso verbal reflexivo da noção de emancipação aparece: emancipar-se – constituída enquanto possibilidade de autoemancipação.

Mais recentemente, as colonizações pós-humanas e tecnocráticas reivindicam por esferas emancipatórias. A hipermodernidade atual nos faz repensar a semântica da emancipação porque “A ordem do capitalismo globalizado está afinada com as ideias de exclusão, nacionalismo exacerbado, xenofobismo (...)” (PRADO, 2014 p. 17).

(...) a ciência e tecnologia em seu desenvolvimento metodológico fundamentado numa racionalidade de meios e fins, em termos de funcionalidade e de eficiência, se liga à noção de emancipação de formas diversas, positivas - como sinônimo de liberdade e negativas - enquanto forma de controle e domínio, como forma de não emancipação (BELTRAME, AZEVEDO, 2017, p.101).

Esse mundo vigente pós-industrial, da tecnocracia e do hipercapitalismo, tem interferido na configuração das ações comunicativas, que tem sido estratetizadas, instrumentalizadas e cada vez mais colonizadoras do mundo da vida. Na última década, vivenciamos sensivelmente, a extrapolação dos limites das esferas privadas e públicas, via digitalização da vida. Temos a entrada do digital no espaço privado e a saída do espaço privado, via digital, para o espaço público. Não se está dizendo aqui, algo novo, mas é que identificamos, justamente neste lócus, nesta atmosfera, um dos principais ambientes de ascensão dos silenciamentos e das colonizações contemporâneas.

A fragilização das fronteiras das situações ideias de fala (por não se saber mais os limites das esferas de ação comunicativa), complexificam os modos como temos tido que aferir sentido, significado as nossas ações comunicativas ou, ainda, as nossas ações. A crise da esfera pública (J. Habermas), que seria o espaço das reivindicações e das resistências, decorre destas fragilidades de fronteiras (mas não só disto). Neste sentido, a propensão a aceitação pela não-verdade, está se intensificando na medida em que, como dito, se desintegram as atmosferas pragmáticas do agir comunicativo. Muito desta desintegração tem sido promovida pela introdução abrupta de múltiplas ações instrumentais, via recursos digitais, no cotidiano. A perda de espaços e tempo, para construção das situações ideais de fala, tem inibido a cadeia de pretensões de validação da comunicação, dificultando então as condições de entendimento.

É a era das suposições da verdade, da suposição da autoridade e que pode ser, em alguma medida, justificada justamente pela proliferação atômica de dados e

informações em todas as esferas da vida. Estas são inclusive as principais características malélicas da atual condição de pós-verdade, vivenciada coletivamente. Segundo Dunker, é a era funcional, icônica e principalmente – acelerada. (DUNKER, 2018). E, para nós, é justamente essa aceleração um dos riscos a que estamos sujeitos enquanto atores comunicativos, de sermos absorvidos e reconduzidos nas nossas ações comunicativas, para incorporarmos, passivamente, as ações estratégicas que nos colonizam. A perda da experiência da fala, no seu processo completo de construção de sentidos e significados, limita-a a um artefato comunicacional, uma vez que tem havido uma perda do contexto de enunciação, uma ausência de escuta do outro (do processo de escuta completo). A ecologia da comunicação fica contaminada, frágil, em risco. (DUNKER, 2018).

A pesquisadora Oliveira (2020), em seu artigo sobre como enfrentar a desinformação científica, contextualiza suas discussões sobre os desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia, traz algumas discussões bem recentes sobre os impactos dessa era, na redefinição orientada estrategicamente das nossas relações com a informação e a sua significação. A autora faz uma análise interessante sobre como as teorias deliberativas, que sugerem a participação horizontal de cidadão nas esferas democráticas mediadas pelas plataformas interativas, podem não ser suficientes para combater as ações estratégicas de promoção a desinformação, sendo esta condição, em nosso entendimento, terreno fértil para múltiplas colonizações. Uma das estratégias utilizadas pela ciência, segundo Oliveira, na luta contra a esta condição informacional que se impõe, é alimentar aos ambientes informacionais virtuais, a web propriamente, com informação correta, considerando que esta ação neutralizaria a desinformação. Mas, segundo os estudos analisados pela autora, este contra-ataque não tem surtido os resultados almejados.

A atmosferas pragmáticas de validação do discurso na web têm sido cristalizadas e circunscritas a partir de algoritmos e filtros ao mesmo tempo em que as vozes isoladas e desconexas, manifestadas por indivíduos nestas redes, por diferentes canais, passam a encontrar interlocutores nesta atmosfera desequilibrada. São vozes isoladas que se tornam fortalecidas pelo Eco. Convivemos com uma “gramática esquizoparanóica” (dividir para perseguir e perseguir para dividir) (DUNKER, 2018). Percebemos então que a comunicação é o lócus da emancipação, mas também pode ser o espaço de colonização. Comunicação, Linguagem e Emancipação se articulam e são indissociáveis e neste contexto, a revolução e a emancipação se daria, inclusive, via linguagem. E por isto neste momento, chamamos J. Habermas, pois sua teoria está estruturada a partir da relação da comunicação com a emancipação. A sua linha condutiva é a ideia de emancipação relacionada à comunicação

que por sua vez é intermediada pela razão como sendo esta a condição para o entendimento. (BAUMGARTEN, 1998).

A teoria de Habermas, enquanto teoria do agir, é construída a partir da teoria dos atos de fala (dentre outras – hermenêutica, filosofia analítica e a própria pragmática, para destacar somente estas, neste momento) e tem como ponto de partida que: “falar é agir” e a força ilocucionária, performática, do ato de fala é o que é determinante na construção dos entendimentos. O social em Habermas é produto dos atos de fala, é de ordem pragmática e não semântica. Daí a trazermos para esta análise a distinção sugerida por Habermas, entre mundo da vida e mundo dos sistemas uma vez que no ponto central desta distinção está a linguagem e os processos de comunicação “entre os mundos” como ideal emancipatório. Todavia, “acima” das ações racionais haveria, segundo Habermas, uma força emancipatória que conduziria o uso dessa razão e que se estabelece, se institui e se manifesta na intersubjetividade comunicativa entre sujeitos, em uma ação de comunicação. (GRACIOSO, 2009).

Mas os processos colonizadores históricos somados aos processos colonizadores mercadológicos e tecnológicos tem colocado em risco a cadeia de processos envolvidos na construção de uma comunicação: a constituição de uma atmosfera pragmática, a manifestação da força emancipatória, a intenção de demanda de autenticidade, o advento da racionalidade comunicativa; o compartilhamento do ideal de consenso; a busca pelo compromisso ilocucionário, a construção compartilhada da situação ideal de fala, os atos de fala em si e as pretensões de validade, estão em risco. O esvaziamento das condições de pretensão de validade, tornam a ação comunicativa descoordenada e presa fácil para entrada abrupta das ações estratégicas, instrumentais e colonizadoras.

Esta fragilidade abre espaço para a proliferação ainda maior de ações instrumentais de uso da linguagem, ações estratégicas, colonizantes, paralisando a linguagem sobre a sua capacidade de criar novos vínculos ilocucionários, restringindo então, as condições de construção de outras epistemologias.

A crítica de Habermas sobre a instrumentalização do mundo a partir do pensamento fenomenológico: (...) desde Husserl, da *Crise das Ciências Europeias*, e do Heidegger, de *Ser e tempo*, sem esquecer a posterior *Fenomenologia da percepção* de Merleau-Ponty, vem alertando para essa dominação do pensamento técnico-tecnológico. (PRADO, 2014, p. 13).

A linguagem tem sido utilizada como instrumento do *expert*, do poder/saber e isto cria o lugar do *não expert*, daquele que não domina a linguagem instrumental

do saber/poder. A vida cotidiana passa a se tornar cada vez mais refém da linguagem do *expert*. Todos os produtos e processos que adentram a nossa cotidianidade, estão cada vez mais instrumentalizados, decodificados em uma linguagem instrumental, tecnológica, externa. (PRADO, 2014). É a nova forma de colonização do cotidiano, da esfera privada. Entendemos então que a ausência do espaço de comunicação no mundo da vida, sufoca a linguagem cotidiana impedindo, sucumbindo a possibilidade de um reposicionamento dos sujeitos no mundo simbólico (da linguagem). Outras possibilidades epistemológicas ficam cada vez mais sufocadas e fica sufocada também sua emancipação. Mas talvez pudéssemos encontrar alguma outra perspectiva para resistir “(...) se entendéssemos a relação de conhecimento como suscitando uma modificação, necessariamente recíproca, nos termos por ela relacionados, isto é, atualizados.” como nos ensina Viveiros de Castro (2002, p. 125).

4 Ciência da Informação nativa relativa

Nos apropriamos do *relativo* proposto por Viveiros de Castro em seu texto *Nativo Relativo*, mas sem sermos justos sobre todo o percurso percorrido por décadas pelo antropólogo na construção de suas explicações, argumentações e conceitos que orientaram esta constituição, da qual nos apropriamos. Viveiros de Castro neste seu texto tenta extrair, como ele mesmo sugere: “(...) as implicações teóricas do fato de que a antropologia não apenas estuda relações, mas que o conhecimento assim produzido é ele próprio uma relação.” Viveiros de Castro tem como um de seus pontos de partida, a obra *The Invention os Culture*, de Roy Wagner, atribuindo a este autor o pioneirismo na constatação de que antropólogo e nativo teriam uma condição em comum – a de pertencerem a uma cultura, independente da origem da cultura de cada um. Desta constatação Roy Wagner, explica Viveiros de Castro, irá definir o lugar do antropólogo, em seu lócus de produção científica com uma objetividade *relativa*, no sentido de ser relacional. As ideias elencadas por Viveiros de Castro, para explicar com mais afinco este reposicionamento, são reproduzidas no intuito de validar os recortes feitos pelo antropólogo sobre os argumentos mais contundentes de Roy Wagner.

Tal postulado chama-se ‘relatividade cultural’. [...] A combinação dessas duas implicações da idéia de cultura, isto é, o fato de que nós, antropólogos, pertencemos a uma cultura (objetividade relativa) e que somos obrigados a postular que todas as culturas se equivalem (relatividade cultural), leva-nos a uma proposição geral a respeito do estudo da cultura. Como atesta a repetição da idéia de ‘relativo’, a apreensão de outra cultura envolve o relacionamento [relationship] entre duas variedades

do fenômeno humano; ela visa a criação de uma relação intelectual entre elas, uma compreensão que inclua a ambas. (...) (WAGNER 1981, p. 2-3 citado por VIVEIROS DE CASTRO 2002, p. 128-129). (Consultado também em WAGNER, 2018).

Estes outros percursos possíveis para pensarmos as relações entre sujeitos e as suas posições de agir no mundo, nas relações entre as culturas e os conhecimentos, nos instiga a transferir tais reflexões para o pensamento informacional, questionando sobre como se daria a construção de uma base epistemológica da Ciência da informação latina, por exemplo, “relativizando” (no sentido aqui exposto) a vantagem do discurso europeu e norte americano, sobre as bases estruturais e históricas que comporiam o conjunto de ações informacionais (classificadas e categorizadas como Ciência da informação) e entendêssemos essa Ciência a partir da relação destas bases, relativizados com os conhecimentos já existentes, sobre os fenômenos informacionais, mas não caracterizados enquanto parte do domínio da Ciência da informação. Sabendo dos limites sobre os recortes apresentados, argumentamos que a construção de epistemologias emancipatórias, decoloniais, poderiam ser sempre *relativas* (não aferindo a relatividade do verdadeiro, mas a verdade do relativo, tratando os relativismos como “relacionismos”).

5 Conclusão relativa

A Ciência da informação é a ciência da ética e do compromisso ético com a produção e a circulação dos saberes. Ela age, produz e transforma tanto o mundo da vida quanto o mundo dos sistemas. Nosso desafio é o de cuidar para não cooptarmos com a criação de uma Ciência da informação esquizoparanóica (recuperando o conceito de Dunker), uma vez que compomos uma Ciência que se ocupa das gramáticas da vida, de suas representações, manifestações. Precisamos estar aptos a fazer proposições que desenfeiticem (no sentido de L. Wittgenstein) a linguagem e a partir dela, a comunicação e decorrente dela, as ações. E é no lugar das ações comunicativas que se defende poder se manifestar os usos da linguagem que expressem formas de vida nativas *relativas* e que possam compor as narrativas, sobre todo e qualquer fenômeno que se queria entender. A partir de um legítimo processo de comunicação e interação, subjetividades derivariam das intersubjetividades construídas neste processo, abrindo com isto, as condições necessárias para outras construções sociais e culturais, outras construções epistêmicas.

Assim, as condições necessárias para a construção de epistemologias emancipatórias seriam *a priori*, em alguma perspectiva de nosso entendimento, as condições da ação comunicativa – sem instrumentalizá-las. Ela é condição para a ma-

nifestação da força emancipatória que irá determinar os movimentos comunicativos que se irá estabelecer. A racionalidade comunicativa seria acionada então e os processos comunicativos seriam desenvolvidos e evoluídos a partir do ideal de consenso estabelecido subjetivamente entre os interlocutores. O compromisso ilocucionário entre estes criariam então a situação ideal de fala, permitindo mais concretamente que atos de falas possam ser proferidos e assim, com o cumprimento das pretensões de validade (justificabilidade; verdade; inteligibilidade, veracidade) se desenvolveria a ação comunicativa.

Na atual conjuntura das lutas decoloniais por espaços para outras narrativas, que não as coloniais, nas esferas de comunicação tanto no mundo da vida e principalmente no mundo dos sistemas, a reivindicação ainda se dá sobre o direito de usufruir da esfera, da atmosfera pragmática de usos da linguagem. Esta esfera seria então um lugar a perseguir e construir como sendo esta a condição para a construção de outras epistemologias emancipatórias, nativas e *relativas*. “Nós temos que escrever a nossa própria história” nos diz Olívio Jekupé, sem interferências, sem interventores. A epistemologia emancipada, não prescinde do epistemólogo “autorizado”, e sim, requer um epistemólogo *relativo*. Buscar condições para viabilizar cada vez mais a construção de epistemologias libertadoras, parece inclusive, ser o movimento urgente para que possamos reconhecer, sob diferentes óticas, os mecanismos de controle que por hora, se materializam via tecnologias da informação, em redes virtuais em nosso mundo da vida.

Os propósitos da Ciência da informação giram em torno da construção de ações que diversifiquem e fertilizem de modo transversal e plural, a produção dos saberes. Não lhe cabe priorizar um ou outro fenômeno informacional, mas toda a cadeia, todos os jogos informacionais devem lhe interessar, não só pelo o que são, mas pelo modo como se relacionam e significam, interferindo e remodelando as próprias ações cotidianas deflagradoras dos processos comunicativos, e resultado deles.

Temos então a possibilidade de ação e intervenção da Ciência da informação, entendendo-a também como a Ciência dos usos da linguagem, para buscar processos, produtos e serviços que possibilitem a retomada dos espaços comunicativos do mundo da vida. Este movimento coordenado, nos parece, fortalecerá os espaços privados e também as esferas públicas e defenderá estes territórios das investidas instrumentais neoliberais de imposição estratégica que condicionam os sujeitos a omissão, a ausência de percepções críticas, tornando-os cada vez mais susceptíveis ao consumo. Precisaremos investir, cada vez mais, na retomada do lugar do livre saber, que antecede o saber tecnologicamente e instrumentalmente mediado. Colaborar na retomada da fenomenologia da experiência de vida, sendo este o lugar

da nascente da linguagem, o berço das significações e, da informação. Nos cabe ressurgir, fortalecer, retomar as permanências das ações cotidianas, contribuindo então para garantir a constituição de sujeitos fortalecidos em suas bases de observação, significação e negociação pois como aprendemos com Luis Antonio Simas, negociar também é forma de resistência.

Pensamos então, uma Ciência da informação emancipada, na medida em que ela se vincula, a priori, no mundo da vida, no lugar de manifestação da força emancipatória mais elementar e se dedica a compreender as intersubjetividades que pertencem a natureza de uma ação comunicativa genuína. Para uma Ciência da informação emancipada e nativa, há de se ser *relativa* no sentido aqui apresentado, primando pela garantia pragmática, pelas esferas públicas e pelas *exuzilhadas* como espaços de enunciação e escuta de “Todas as vozes todas”.

*“Todas las voces todas, todas las manos todas
Toda la sangre puede ser canción en el viento
Canta conmigo, canta, hermano americano
Libera tu esperanza con un grito en la voz”*

Musixmatch. Compositores: Julio Cesar Isella / Armando Tejada Gomez. Letra de Canción Con Todos. © Editorial Lagos. Intérprete: Mercedes Sosa.

Referências

BAUMGARTEN, M. Habermas e a emancipação: rumo à democracia discursiva? **Cadernos de Sociologia**, n. 10, Porto Alegre: PPGS, 1998. p. 137-178.

BELTRAME, M. M. A concepção de Emancipação em Jürgen Habermas.

Problemata - Revista Internacional de Filosofia: v. 9 n. 1, 2018: A FILOSOFIA ALEMÃ: Edição especial.

BELTRAME, M. M. **A teoria da emancipação em Karl Marx e Jürgen**

Habermas. 2017. 299 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BELTRAME, M. M.; AZEVEDO, E. A. Emancipação e sua problemática trajetória conceitual. **Problemata**: Revista Internacional de Filosofia, v. 8, n. 2, 2017, p. 72-103.

DUNKER, C. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: DUNKER, et al. Ética e pós-verdade. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

GRACIOSO, L. de S. Considerações sobre filosofia da linguagem e ciência da informação: jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais. In: FREIRE, G. H. de A. (org.). **A responsabilidade social da Ciência da informação**. João Pessoa: Ideia, 2009.

LIMA, G. D. S.; ALMEIDA, C. C. Perspectiva pós-colonial e decolonial no campo da organização do conhecimento: reflexões para a construção de SOCs multiculturais. In: **Anais...** ISKO Brasil. Organização do Conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas, 2019, v. 6, 2019. p. 524-530, Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/125408>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

MOURA, M. A. Exuzilhar saberes: informações, tecnologias e pluriepistemologias. In: ENCONTRO DECOLONIALIDADE E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: veredas dialógicas, 2020. Disponível em: <https://www.dci.ufscar.br/events/encontro-decolonialidade-e-ciencia-da-informacao-veredas-dialogicas>

OLIVEIRA, T. M. de. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, 2020.

PRADO, J. L. A. **Habermas com Lacan**: introdução crítica a teoria da ação comunicativa. São Paulo: Educ, 2014.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. DE S.; MENESES, M. P. (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

THOMPSON, B. **Multiracial feminism**: recasting the chronology of Second Wave Feminism. *Feminist Studies, Inc. Feminist Studies*. v. 28, n. 2, p. 337. 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana** [online]. 2002, v.8, n.1 p.113-148.

WAGNER, Roy. **The Invention of Culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

Movimentos migratórios em regimes de vigilância: repensando o conceito de regime de informação à luz da teoria crítica

Arthur Coelho Bezerra¹, Bruno Nathansohn²,
Thiara dos Santos Alves³, Ana Lúcia Alexandre Borges⁴

1 Introdução

O CAMPO BRASILEIRO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ESTÁ BEM FAMILIARIZADO com o conceito de “regime de informação”, apresentado por Bernd Frohmann em 1995 em uma conferência em Alberta, no Canadá, e tema de pesquisas e publicações de Maria Nélide González de Gómez desde 1999 até os dias de hoje. Outras autoras e autores desenvolveram suas próprias reflexões sobre o tema nos últimos vinte anos, com diferentes perspectivas que remontam, em sua maioria, ao pensamento de sociólogos como Bruno Latour e Michel Callon (citados por Frohmann), Michel Foucault (uma das referências de González de Gómez e de Sandra Braman) e Luc Boltanski e Laurent Thévenot (fontes de inspiração para Hamid Ekbia). Embora partilhem da mesma nacionalidade, os citados autores franceses se distanciam no desenvolvimento de suas perspectivas filosóficas e sociológicas, o que confere, por sua vez, uma multiplicidade de abordagens para o termo “regime de informação”.

1 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), coordenador do grupo de pesquisa Estudos críticos em informação, tecnologia e organização social (Escritos). Contato: arthurbezerra@ibict.br.

2 Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI IBICT UFRJ), integrante do grupo de pesquisa Estudos críticos em informação, tecnologia e organização social (Escritos). Contato: bnathansohn@gmail.com

3 Mestra em Ciência da Informação, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI IBICT UFRJ), integrante do grupo de pesquisa Estudos críticos em informação, tecnologia e organização social (Escritos). Contato: thialves@yahoo.com.br.

4 Mestra em Comunicação pela UFRJ, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI IBICT UFRJ), integrante do grupo de pesquisa Estudos críticos em informação, tecnologia e organização social (Escritos). Contato: alborges@gmail.com

Em que pese a influência foucaultiana nas referências à “genealogia dos regimes de informação” feitas por Frohmann (1995) e González de Gómez (2019), é a filósofa quem empreende uma primeira aproximação do conceito com a fortuna crítica marxiana, ao incorporar a ideia de “modo de informação”, do historiador e professor de mídias norte-americano Mark Poster (2007), para definir regime de informação como um “modo de produção informacional dominante numa formação social” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012a, p. 32). Podemos afirmar que empreender uma análise do modo de produção dominante em uma formação social é o que propõe, em seus termos e categorias, a crítica da economia política de Marx e Engels, referencial teórico-metodológico que servirá de base para a teoria crítica de Horkheimer, Adorno, Marcuse e outros filósofos da chamada Escola de Frankfurt.

Seguindo a mesma vereda, argumentamos que repensar o conceito de regime de informação à luz do referencial trazido pela teoria crítica contribui para consolidar, no âmbito da Ciência da Informação, uma proposta de teoria crítica da informação (cf. BEZERRA, 2019) na qual a produção de diagnósticos sobre as relações de poder inseridas nos modos de produção informacional dominantes esteja atrelada ao “reconhecimento crítico das categorias dominantes na vida social [que] contém ao mesmo tempo a sua condenação” (HORKHEIMER, 1980, p. 131).

De forma resumida, podemos dizer que a leitura de poder em Foucault está centrada nas relações interindividuais, nas quais o poder encontra-se socialmente difuso em redes específicas e institucionalmente disperso, estando o foco de suas análises na manifestação do poder, nas técnicas e nos métodos para seu exercício (FOUCAULT, 1987; BOITO JUNIOR, 2007). Em Marx, por sua vez, a discussão do poder situa-se no campo da luta de classes e nas relações sociais de produção, estando o poder concentrado nas instituições econômicas e políticas que agem em favor dos interesses das classes economicamente dominantes, em termos repressivos, jurídicos, políticos, econômicos, sociais e ideológicos (MARX; ENGELS, 1998).

A princípio, portanto, pode parecer inconciliável inserir, em um conceito com fortes elementos foucaultianos, uma leitura de aproximação com a teoria crítica, marcada pelo materialismo marxiano. Contudo, cabe esclarecer que o que se pretende é aproveitar, dentro das possibilidades epistemológicas emergentes do diálogo teórico, as diversas contribuições sobre a problemática do poder, para explorá-las a contento nas análises informacionais. Para ilustrar empiricamente esse esforço de aproximação teórico-metodológica, dentro dos limites possíveis deste capítulo, iremos propor, após a apresentação da teoria crítica e do conceito de regime de informação, um breve diagnóstico do regime global de vigilância que recai sobre os movimentos migratórios contemporâneos.

2 A construção de uma teoria

A teoria crítica, originária das ideias do materialismo histórico e dialético de Marx e Engels (1998), é um movimento teórico que teve sua proposta de pesquisa e reflexão sistematizada, inicialmente, na década de 1930, pela tradição filosófica conhecida como Escola de Frankfurt. O foco da teoria crítica, a partir dos estudos do pensamento marxiano, é a reflexão, a conscientização e a denúncia dos laços de dominação existentes nas realidades e em suas relações, com objetivo de emancipar o ser humano. Tal teoria opõe-se, assim, à teoria tradicional – baseada, principalmente, na leitura do positivismo, do materialismo contemplativo e do determinismo – direcionada para compreender as realidades e as relações sociais com o objetivo de alcançar maior controle e produtividade (HORKHEIMER, 1980; ARAÚJO, 2014).

Anteriormente ao materialismo histórico, trabalhado por Engels e Marx, Feuerbach desenvolveu o materialismo contemplativo que se concentrava no humanismo naturalista, no homem como ser natural, de forma a considerar o mundo sensível como objeto ou intuição (de forma teórica) e não como atividade humana concreta, como prática. O materialismo histórico, também chamado de materialismo prático, por seu turno, tem o intuito de produzir revoluções, partindo do ponto que os indivíduos são seres sociais, atores da história, e que a existência humana e a sua consciência dependem de condições reais de vida e materiais de produção (GORENDER, 1998).

A dialética, núcleo racional da teoria de Hegel, converte-se, na concepção materialista, em um método de pensar o real na totalidade inacabada de seus elementos e processos. O materialismo histórico e a dialética de Marx e Engels apreendem o mundo sensível enquanto prática da atividade humana concreta, sendo a transformação do mundo dependente da interpretação e da ação dos sujeitos. Ao criticar o materialismo contemplativo, Marx (1998, p. 100) destaca que “são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado”. A vida social é vista como essencialmente prática e o ser humano passa ser visto como sujeito da história, construído e construtor das circunstâncias em uma ação dialética. Assim, “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias” (MARX; ENGELS, 1998, p. 36).

Eagleton (2012) situa o marxismo como uma crítica investigativa, rigorosa e abrangente do capitalismo. Seguindo o método de crítica da economia política, conduzido de forma mais abrangente por Marx (2017) em sua obra magna, *O Capital*, a teoria crítica desenvolve diagnósticos de época ao mesmo tempo em que pensa a práxis transformadora. A elaboração de tais diagnósticos permite ancorar sentidos de uma orientação emancipatória e identificar os processos, as práticas e

as instituições que compõem o mundo social. A práxis pode ser entendida como “um modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los” (CHAUÍ, 2006, p. 23 apud ARAÚJO, 2009, p. 112). De acordo com Horkheimer (1980), a teoria crítica traz centralidade para a práxis social, a divisão social do trabalho, a historicidade da vida humana, a luta de classes, o ser humano como sujeito histórico. O quadro teórico é alicerçado em conceitos críticos – tais como classe, exploração, mais-valia (também traduzido como mais-valor), lucro, pauperização – que têm seus sentidos construídos a partir da busca pela transformação da sociedade e da emancipação dos seres humanos.

No contexto em que é formulada e aplicada, a teoria crítica se distingue dos demais posicionamentos teóricos do idealismo filosófico e do positivismo científico pelo seu interesse na apreensão crítica da realidade e no ímpeto à prática orientada para o alcance das condições emancipatórias socialmente existentes. Desta forma, a teoria crítica analisa e diagnostica as contradições da realidade social, do ponto de vista imanente, sob as condições materiais de possibilidades e de obstáculos à emancipação dos indivíduos (MELO, 2011). Ao se deter sobre um regime de informação, portanto, caberia a uma teoria crítica da informação inspirada no materialismo histórico a tarefa de identificar, analisar e denunciar tais obstáculos, com vistas à superação dialética dos mesmos e a construção de novos regimes de informação.

3 A construção de um conceito

Inspirado na Teoria Ator-Rede (TAR) dos sociólogos Bruno Latour e Michel Callon, o filósofo da informação Bernd Frohmann se vale originalmente do termo “regime de informação” para caracterizar sistemas ou redes que possuem canais, estruturas, produtores e consumidores específicos, cujo grau de estabilidade, no entanto, é relativo. Frohmann afirma que “descrever um regime de informação significa mapear os processos agonísticos que resultam em difíceis estabilizações de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até mesmo artefatos científicos e tecnológicos” (FROHMANN, 1995, p. 6, tradução nossa).

Em concordância, González de Gómez irá argumentar que a ênfase nas dinâmicas, antes que nas estruturas do regime de informação, permite “associar a ancoragem espaço-temporal e cultural das ações de informação aos contextos regulatórios e tecnológicos que intervêm e perpassam diferentes domínios de atividade, agências e organizações” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p. 56). O alerta da filósofa contribui para a formação de uma visão crítica que, evitando enxergar as estruturas de um regime de informação de forma desencarnada, opere com este conceito

como “um dos recursos interpretativos para abordar as relações entre política, informação e poder” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p. 50).

Ao definir regime de informação como “modo de produção informacional dominante numa formação social, que prescreve sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, meios e recursos preferenciais de informação, padrões de excelência e critérios para seu processamento seletivo” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012a, p. 32), ou simplesmente como “modo informacional dominante” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b), a autora introduz o conceito de “modo de informação” de Mark Poster, que ocuparia o lugar discursivo prévio dos “modos de produção” segundo a concepção de Marx, para abordar, sob uma ótica pós-estruturalista, as relações entre economia e cultura.

Poster (2007) entende que o conceito de modo de produção em Marx é apresentado como categoria histórica que divide e periodiza o passado segundo as variações no modo de produção, e serviria “como metáfora para a época capitalista que privilegia a atividade econômica conforme, na frase de Althusser, ‘determinação em última instância’” (POSTER, 2007, p. 6, tradução nossa). Com a noção de modo de informação, o autor sugere que “da mesma forma a história pode ser periodizada por variações na estrutura, neste caso de trocas simbólicas, mas também que a cultura atual dá uma certa importância fetichista à informação” (POSTER, 2007, p. 6, tradução nossa). González de Gómez reitera tal entendimento ao mencionar que “as sociedades contemporâneas, de uso intensivo de informação, caracterizam-se por diferentes modos de informação, os quais seriam contingentes e temporais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p. 49-50).

Pensar nas contingências dos diferentes modos de informação das sociedades contemporâneas nos permite retornar à concepção de Frohmann que, como vimos, admite a estabilização dos regimes de informação como algo conflituoso. Analisando esse caráter na perspectiva do materialismo histórico que subjaz a teoria crítica, é possível perceber que os tais “conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até mesmo artefatos científicos e tecnológicos” (FROHMANN, 1995), aos quais Frohmann credita a instabilidade dos regimes, estão, na verdade, inscritos nas lutas dos grupos econômicos pelo poder de interferir nas políticas de informação de modo a preservar suas posições de dominação nos mercados em que atuam, estando os discursos e os artefatos científicos e tecnológicos figurando como representações imateriais e materiais dos interesses que orientam tais lutas (BEZERRA, 2020).

Frohmann (1995), por fim, defende que os estudos sobre políticas de informação devem levar em conta o fato de que a dominância da informação é alcançada e mantida por grupos específicos, e que formas específicas de dominação estão

implicadas no exercício do poder sobre a informação. Conforme já afirmamos, o mapeamento desses processos conflituosos e a atenção às “genealogias dos regimes de informação”, cuja importância é destacada tanto por Frohmann quanto por González de Gómez, podem ser postos em prática no âmbito da teoria crítica da informação a partir da proposição de diagnósticos de época.

4 Informação, vigilância, identificação e mobilidade humana

Com o intuito de abordar um caso concreto em que a construção de um regime de informação específico esteja sob a ótica da teoria crítica, apresentamos aqui uma discussão inicial sobre a temática da identificação humana e da vigilância nos movimentos migratórios. Seguimos o entendimento, destacado por González de Gómez, do caráter amplo e flexível do recorte para a delimitação do escopo e da abrangência do conceito de regime de informação, que se constitui por uma relação de forças e define “uma direção e arranjo de mediações comunicacionais e informacionais dentro de um domínio funcional (saúde, educação, previdência etc.), territorial (município, região, grupo de países) ou de sua combinação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 40).

A luta por direitos e justiça de pessoas em situação de vulnerabilidade está ancorada numa realidade que conjuga intervenção neocolonial, expansão do capital, exploração de mão-de-obra e de recursos primários em regiões caracterizadas como periféricas ao sistema de poder. Um dos resultados imediatos dessa conjugação de fatores, capitaneada pelos modos de produção irradiados dos centros de poder do capitalismo mundial, é a migração humana.

Dentro de um regime de informação mais amplo, a vigilância se define como ação política que depende do arcabouço tecnológico e informacional disponível. Segundo David Lyon (2007), vigilância é um conjunto de ações interdisciplinares dedicadas ao “monitoramento do comportamento, atividades ou outras informações, geralmente de pessoas, com o objetivo de influenciar, gerir, dirigir ou protegê-las” (LYON, 2007, p. 1). De acordo com o diagnóstico de Shoshana Zuboff (2021, p. 18-19), vivemos a era do “capitalismo de vigilância”, modo de produção que “reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima para a tradução em dados comportamentais” a serem manufacturados em produtos de predição de nossos passos e comercializados num “mercado de comportamentos futuros”.

Se no capitalismo industrial as matérias-primas da natureza eram transformadas em mercadorias, hoje “é a natureza humana que é raspada, arrancada e tomada para o projeto de mercado de um novo século” (ZUBOFF, 2021, p. 115). Com vistas a atender aos interesses dos grandes conglomerados digitais, observa-se, na atualida-

de, a ação do poder instrumentário, assentado sobre a extração e a utilização de dados também para interferir nos fluxos informacionais e moldar comportamentos.

Pressões de natureza competitiva provocaram a mudança, na qual os processos de máquina automatizados não só conhecem nosso comportamento, como também *moldam* nosso comportamento em escala. Com tal reorientação transformando conhecimento em poder, não basta mais automatizar o fluxo de informações *sobre nós*; a meta agora é *nos automatizar*. Nesta fase de evolução do capitalismo de vigilância, os meios de produção estão subordinados a “meios de modificação comportamental” cada vez mais complexos e abrangentes. Dessa maneira, o capitalismo de vigilância gera uma nova espécie de poder que chamo de *instrumentarismo*. O poder instrumentário conhece e molda o comportamento humano em prol das finalidades de terceiros (ZUBOFF, 2021, p. 19, grifo da autora).

Nesse sentido, um regime de informação poderia, de certa forma, conter um regime de vigilância e um regime de identificação e, em algum momento, estar inserido em um regime de mobilidade humana. Cada um deles pode apresentar elementos constituintes do outro, definindo todo o processo de políticas e tecnologias para a gestão das migrações. Essas possíveis relações materializam-se com mais potência a partir do advento das tecnologias da informação e da comunicação, em associação com as tecnologias disruptivas: *big data*, *big analytics*, inteligência artificial (IA), aprendizado de máquina (*machine learning*), *blockchain*, dentre outras.

Sandra Braman (2004) chama atenção para o fato de que a biotecnologia e a tecnologia da informação digital, que compartilham os mesmos espaços econômico, legal e cultural na contemporaneidade, enquadram-se na categoria das metatecnologias. Flexíveis, podem processar uma gama cada vez maior de tipos de entradas (*inputs*) e produzir uma gama infinita de saídas (*outputs*). “Seu uso expande amplamente os graus de liberdade com o qual os humanos podem atuar nos mundos social e material, e caracteriza o mundo pós-moderno” (BRAMAN, 2004, p. 5), mas também abre portas para acirrar as contradições contemporâneas.

As metatecnologias, continua Braman (2004), são sempre informacionais: a internet pode ser considerada a primeira delas usada para fins comunicacionais, enquanto a biotecnologia juntou-se à categoria com o advento do DNA recombinante. É imperativo discutir a interação entre as metatecnologias por conta de suas implicações para o exercício do poder: na sociedade atual, a informação “deslocou-se para o centro do palco, dominando os usos de todas as outras formas de poder

e mudando como outras formas de poder [...] surgem e são exercidas” (BRAMAN, 2004, p. 35). Assim, às tipologias prévias de poder a autora sugere acrescentar o genético ou informacional, que “molda o comportamento humano ao manipular as bases informacionais dos mundos material, simbólico e social” (BRAMAN, 2004, p. 35) e impacta profundamente a dinâmica do regime de informação dominante na atualidade.

O poder genético é uma forma de poder particularmente importante hoje porque é aquele que tira o maior proveito das características distintas deste estágio da sociedade da informação, a harmonização dos sistemas – de sistemas de informação e comunicação de base nacional através das fronteiras geopolíticas, de diferentes tipos de sistemas de informação e comunicação entre si, e de sistemas de informação e comunicação com outros tipos de sistemas sociais [...]. Em tal ambiente, os fluxos de informação têm efeitos estruturais tão poderosos quanto aqueles tradicionalmente associados à lei. Como resultado, a capacidade de moldar esses fluxos é a forma de poder mais importante de todas (BRAMAN, 2004, p. 35-36).

A coleta biométrica de dados com uso da tecnologia *blockchain* foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do World Food Programme (WFP), no acampamento de refugiados de Azraq, na Jordânia, que reúne cerca de 40 mil pessoas (DUNMORE; AMÃ, 2020), para que os migrantes tenham acesso a produtos de supermercado, sem a exigência de utilizar dinheiro (EURONEWS, 2019). Essa ferramenta é “vendida” como um recurso libertador que possibilita a integração dessas pessoas ao mundo normalizado. Mas que mundo normalizado é esse? Um mundo onde a liberdade é vista por aqueles que consomem ou é fruto da inclusão social com acesso à cidadania plena? Claro está que a tecnologia é vista como um recurso verdadeiramente salvador por aqueles que passam as necessidades mais básicas. Porém, o que existe de substancial nessa relação ser-humano-dispositivos informacionais?

A relação entre instituição de proteção e os refugiados atendidos é marcada por determinações jurídicas, métodos de organização da informação, técnicas de coleta e registro, calcadas em princípios de classificação pré-definidos que precisam do aval das relações interestatais, pois, ao final, são os Estados que têm o poder de permitir ou impedir a entrada e a saída de migrantes. Assim, o momento, o grau e o nível decisório sobre quando atuar, sobre quem deve ser beneficiado e com qual intensidade, depende de resoluções advindas dos grandes poderes constituí-

dos em que, na ponta, muitos recebem migalhas e alguns ganham dinheiro com a comercialização de serviços e produtos, com o risco de reutilização dos dados pessoais para outros propósitos que não aqueles estabelecidos inicialmente como finalísticos.

Mesmo considerando que o *blockchain* prometa um nível alto de segurança por meio de chaves de proteção distribuídas por diversas bases de dados, e que essa logística seja conduzida por uma instituição consagrada e referência no tratamento dos direitos humanos, como a ONU, ainda assim cabe o questionamento sobre este regime de informação em escala global. Também deve ser alvo para debate a coleta por biometria, tendo em vista o grau de vulnerabilidade social do público-alvo e a estreita margem de manobra para uma tomada de decisão consciente por parte do indivíduo. Coletar e utilizar dados pessoais torna-se ato rotineiro sobre quem não tem escolha em relação ao consumo de bens e serviços que lhes são ofertados. Surge um novo modelo de gestão da informação independente de um consentimento baseado numa escolha justa, mas, contrariamente, assentado em uma concordância forçada pelas próprias circunstâncias de sobrevivência.

A racionalização de práticas econômicas, culturais, sociais e políticas visa à intervenção e controle do mundo natural, definindo as formas de vida humana. O capital, a produção e a mercadoria, como valores das relações sociais, possuem significado como valor depositado nas coisas (HARVEY, 2013). Elementos que também dão o tom às formas de representação dos meios de intervenção na natureza e, em paralelo, sobre as vidas das pessoas. Realidade que se impõe diferentemente da perspectiva sobre as formas de vida biológicas, em que existem capacidades naturais de adaptação dos seres-vivos no mundo.

Existe, com isso, um vínculo entre a informação, traduzida como um conjunto de valores e dispositivos técnicos, e a dinâmica das relações internacionais e transnacionais, tendo o fluxo de refugiados como elemento central. Disso se perfaz um regime de política de informação que se constitui globalmente de forma desigual, cuja lógica de dominação é patente, inerente às contradições do “modo informacional” capitalista. Com efeito, afirmam About e Denis (2010, p. 1, tradução nossa), “as conexões unem, fortemente, os dispositivos materiais, as concepções de identidade individual e as relações de poder, dentro das configurações que formam o que se pode chamar de regimes de identificação, que se sucedem umas às outras”.

Assume-se, então, a existência de práticas de poder localizadas no tempo e no espaço, ou seja, a partir da formação de um *modus operandi* estatal surgido no século XIX (BURCHELL; GORDON; MILLER, 1991). Foucault define essa forma de “governamentalização do Estado”, destacando a existência de micropoderes que “nem exclui o Estado, nem lhe é subordinada” (FOUCAULT, 2008, p. 520).

A gestão dos “processos biosociológicos das massas humanas”, ao contrário das disciplinas aplicadas no âmbito de instituições limitadas (escola, hospital, quartel, fábrica etc.) envolve de fato o aparelho de Estado. É no nível do Estado que se encontram os “órgãos complexos de coordenação e de centralização” necessários a esse fim (FOUCAULT, 2008, p. 520).

Por seu turno, Didier Bigo (2006) define um modelo de governamentalidade originado de práticas de poder estabelecidas por relações subjetivas e pelas ações operacionais resultantes dessas relações. Complementa, ainda, que é uma noção “caracterizada por práticas de excepcionalismo, ações para a construção de perfis e de contenção dos estrangeiros, e um imperativo normativo da mobilidade” (BIGO, 2006, p. 47, tradução nossa).

O regime global de políticas de informação parece conduzir a padrões de gestão de perfis e comportamentos também globais, normalizando a exclusão de grupos étnicos ou nacionais específicos, de acordo com a pré-classificação de características fenotípicas. A noção de que o próprio corpo humano é um produtor de informação é uma condição histórica (ABOUT; BROWN; LONERGAN, 2013) e depende da mentalidade e das tecnologias disponíveis em determinada época. Atualmente, a aliança tácita entre a burocracia estatal, as grandes corporações (notadamente as cinco *big techs* que se reúnem no acrônimo GAFAM – Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft) e os grupos financeiros, que investem em tecnologias voltadas à identificação, à vigilância e ao rastreamento de indivíduos e grupos, corroboram para o desenvolvimento de práticas de identificação e de registro biológico, condicionando comportamentos sociais.

Em um regime de vigilância, no qual pode estar inserido um regime de identificação, a gestão dos refugiados inclui diversas formas de registro de perfis, contribuindo para o discurso de prevenção de comportamentos que carreguem ameaças e riscos potenciais, através de sinais corporais e características físicas que podem ser visíveis a olho nu, ou extraídas por metrias biológicas.

Condiciona-se, nesse sentido, uma biopolítica, relacionada inicialmente à política disciplinar dos corpos nos espaços em que se localizam (FOUCAULT, 1987, 2008) e, mais recentemente, dos corpos coletivos em movimento entre espaços diferentes. Ultrapassa-se, de certa forma, uma noção estática e restrita sobre o controle dos corpos em determinado espaço, alcançando-se uma perspectiva de vigilância, com objetivos securitários sobre uma coletividade em trânsito. Processo acelerado de convergência de fluxos políticos, produtivos, comerciais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais e identitários.

O advento do panoptismo marcaria uma transição do tipo de saber anterior, o saber inquisitorial, adquirido pelas práticas judiciárias e predominante ao longo da Idade Média, para o atual, construído a partir da segunda metade do século XVIII através de um conjunto de processos estatísticos de natalidade, mortalidade e longevidade, juntamente com problemas econômicos e políticos, conforme o modelo da “biopolítica” segundo Foucault, na qual se inscreve o “biopoder” como o poder de assegurar a vida: um modo de política que não trata de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de fazer agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade, levando em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre os indivíduos mais do que uma disciplina, uma regulamentação (BEZERRA; PIMENTA; ORMAY, 2014, p. 2531).

A disseminação das “ferramentas transnacionais” (ABOUT; DENIS, 2010) de identificação e registro acompanhou o crescimento do fenômeno migratório. A informação registrada ganhou novas possibilidades de uso, com o desenvolvimento de um processo institucional exclusivamente dedicado ao controle da mobilidade humana. Para tanto, a sistematização desse fluxo, que depende de escolhas e decisões políticas, deve ser realizada por uma política de informação. Tal política precisa ser amplamente discutida, em um processo de disputas e conciliação de estratégias, de objetivos e interesses dos próprios migrantes e não apenas dos poderes hegemônicos. A inclusão dos interesses dos migrantes neste processo significa reconhecer o seu protagonismo nas disputas pela governança das ações de informação, o que visa políticas de informação que tragam centralidade para a projeção e a atuação dos cidadãos na sociedade e equilíbrio entre os aspectos que compõem um regime de informação, pacificando normas e expectativas dos atores e aproximando os discursos oficiais de práticas sociais éticas.

5 Considerações finais

A discussão apresentada sobre a temática da identificação humana e da vigilância nos movimentos migratórios traz elementos críticos do regime de informação dominante, que indicam ameaças às condições consideradas fundamentais para o exercício da cidadania. Nos diagnósticos sobre os regimes de vigilância que se impõem sobre os movimentos migratórios e sobre a mobilidade humana de forma ampla, é preciso identificar as estruturas de poder que subjazem o controle dos fluxos informacionais, a fim de confrontá-las. Assim, na práxis que visa à emanci-

pação humana, mais do que uma teoria crítica, consubstancia-se uma consciência crítica a partir de competências forjadas por dinâmicas que ensejem, dialeticamente, perspectivas de libertação coletiva e de controle securitário dos fluxos humanos e informacionais.

Formular uma ideia de “regime de informação” a partir do olhar da teoria crítica pode proporcionar condições favoráveis à dinâmica de uma reflexão problematizadora, que leve à permanente busca de práticas libertadoras de superação das contradições opressoras existentes no campo da informação, tendo com horizonte a transformação dos regimes de informação existentes. O estreitamento do vínculo entre a teoria crítica e a moldura teórica do regime de informação pode, nesse sentido, dar visibilidade à construção de novos regimes de informação e articular sentidos de emancipação voltados para a sociedade civil no âmbito da esfera pública e da democracia.

Mesmo reconhecendo que as abordagens sobre regime de informação encontram mais filiação com a concepção foucaultiana de uma microfísica das tecnologias do poder do que com a análise do poder ancorada à luta de classes que emerge da perspectiva marxiana, procuramos aproveitar a janela de oportunidade proporcionada pela diversidade epistêmica do constructo teórico para ampliar nosso campo de visão sobre o conceito de regime de informação, entendido como as lentes com as quais é possível enxergar as relações entre informação, política e poder.

A vertente crítica da leitura de regime de informação aqui desenvolvida explora não somente o exercício das estratégias do poder, mas, principalmente, os objetivos maiores dentro de uma ordem política e econômica. A busca por uma visão de totalidade, que incorpore um fluxo de análises micro e macro e procure situar interesses, valores e contradições que legitimam a ordem dominante, coloca o exercício de localizar os diversos centros de poder na superestrutura social, política, econômica, jurídica, cultural e ideológica vigente na sociedade, para compreender quais são os níveis de controle e de autonomia dos sujeitos em um dado regime de informação e quais são os âmbitos das disputas que a sociedade civil deve travar contra a sociedade política para vencer as opressões dos modos informacionais dominantes.

Finalmente, considerando a possibilidade de produção de diferentes regimes de informação “a partir de iguais ou semelhantes montagens de tecnologia, serviços e conteúdos informacionais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p. 55), as interlocuções entre teoria crítica e o conceito de regime de informação podem estimular a produção de diagnósticos que identifiquem os limites e as oportunidades de práxis emancipatórias no domínio informacional. Se para Marx a questão “não é sonhar com um futuro ideal, mas sanar as contradições no presente que impedem a ocor-

rência de um futuro melhor” (EAGLETON, 2012, p. 60), devemos considerar que, para sanar as contradições, é preciso, primeiramente, identificá-las para, seguindo o movimento dialético, negá-las e superá-las.

Referências

ABOUT, I.; BROWN, J.; LONERGAN, G. Introduction. *In*: ABOUT, I.; BROWN, J.; LONERGAN, G. (org.). **Identification and registration practices in transnational perspective: people, papers and practices**. RU: Palgrave Macmillan, 2013. p. 1- 13.

ABOUT, I.; DENIS, V. **Histoire de l'identification des personnes**. Paris: La Découverte, 2010.

ARAÚJO, C. A. A. O pensamento crítico na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 5, n. 1, p. 27-46, 2014.

ARAÚJO, C. A. A. Teoria crítica da informação no Brasil: a contribuição de Armand Mattelart. **Revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde**, v. 3, n. 3, p. 112-119, set. 2009.

BEZERRA, A. C. Reconfigurações do capital no novo regime de informação. *In*: BASTOS, M. D.; FIGUEIREDO, C.; SANTOS, A. (org.). **30 anos de Economia Política da Comunicação e o Brasil pós-golpe**. 1ed. São Cristóvão: ULEPICC Brasil, 2020. p. 60-74.

BEZERRA, A. C. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. *In*: BEZERRA, A. C. *et al.* **iKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 15-72.

BEZERRA, A. C.; PIMENTA, R.; ORMAY, L. Vigilância, vigilância inversa e democracia: do panoptismo ao midiativismo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 2528-2543.

BIGO, D. Security, exception, ban and surveillance. *In*: LYON, D. **Theorizing Surveillance: the Panopticon and beyond**. Devon: Willan Publishing, 2006. p. 46-68.

BOITO JUNIOR, A. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e**

históricos. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BRAMAN, S. The Meta-Technologies of Information. *In*: BRAMAN, S. (ed). **Biotechnology and communication: the meta-technologies of information**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2004. p. 3-36.

BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (ed.). **The Foucault effect: Studies in governmentality: With two lectures by and an interview with Michel Foucault**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

DUNMORE, C.; AMÃ, R. C. Covid-19: Refugiados sírios se adaptam ao isolamento em campos da Jordânia. **Agência da ONU para Refugiados**, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/04/21/covid-19-refugiados-sirios-se-adaptam-ao-isolamento-em-campos-da-jordania/>. Acesso em: 16 maio 2021.

EAGLETON, T. **Marx estava certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

EURONEWS. Refugees in Jordan are buying groceries with eye scans. **Euronews**, 12 abr. 2019. Disponível em: <https://www.euronews.com/2019/04/12/refugees-in-jordan-are-buying-groceries-with-eye-scans>. Acesso em: 15 maio 2021.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**: curso dado no Collège de France (1977- 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta. **Proceedings** [...]. Edmonton: UALBERTA, 1995. Disponível em: <https://sites.ualberta.ca/dept/slis/cais/frohmann.htm>. Acesso em: 6 maio 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As ciências sociais e as questões da informação. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 8, n. 14, 2012a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 137-158,

jan./mar. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012b.

GORENDER, J. Introdução: o nascimento do materialismo histórico. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. VII-XXXVIII.

HARVEY, D. **Para Entender “O Capital”**. [Livro I]. São Paulo: Boitempo, 2013.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. *In*: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. Trad. José Lino Grünnewald *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores). p. 117-154.

LYON, D. **Surveillance studies: an overview**. Cambridge: Polity Press, 2007.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I – o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MELO, R. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. **Caderno CRH**, v. 24, n. 62, p. 249-262, 2011.

POSTER, M. **The mode of information: Poststructuralism and social context**. Cambridge: Polity Press, 2007.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Crisis of truth in the disinformation society

Marco Schneider¹, Anna Brisola²

1 Introdução

THE SO-CALLED INFORMATION SOCIETY BECAME A DISINFORMATION SOCIETY. WE suddenly find ourselves surrounded by zombie dogmas.

What caused this extreme change? Was there really an extreme change or a less evident process was happening behind the attractive and friendly screens? Does this have anything to do with the appropriation of potentially libertarian digital information technologies by few giant states and corporations?

Has an information society ever existed?

The disinformation society has a mark: a crisis of truth with murderous developments, from the ecological collapse to genocide public policies on Covid-19.

Although this is not a study of philosophy, we explore a methodological hypothesis: a dialogue with philosophy on the issue of truth can be fruitful in addressing these serious practical and theoretical problems of an informational nature. We mean the various types of socio-technically mediated disinformation that plague us, from conventional media to new digital networks, which both contribute to the crisis of truth and the success of self-deception. We also resort to scientific and institutional literature in Social Communication and Information Science.

2 Self-deception, post-truth, alienation

It is not true that at some point in the past the notion of truth has been completely safe. This may never have happened. Our issue, however, is the singularity of the current crisis, in the midst of which emerge pop-star expressions such as

1 Doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), líder do grupo de pesquisa Perfil-i: Perspectivas filosóficas em informação. Contato: marcoschneider@ibict.br.

2 Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI IBICT UFRJ), integrante do grupo de pesquisa Perfil-i: Perspectivas filosóficas em informação. Contato: anna.brisola@gmail.com.

post-truth and fake news, which seek to name new modalities of old phenomena, among which self-deception plays a protagonist role.

If it has always been difficult to define what the truth is, it may be even more difficult to convince a deluded person of his mistake. We can largely explain it by the majority's lack of access to qualified information. Such difficulty may come from the material scarcity of documentary resources or from obstacles deliberately produced for access to available documents, from pure and simple censorship to the forced lack of necessary training for access and understanding. The explanation, however, even if it is correct, is not enough.

One of the statements of Darcy Ribeiro on education helps us to understand this last idea: "The crisis in education in Brazil is not a crisis; it's a project".³ In other words, together with the amplitude of the lack of qualified knowledge and material and symbolic conditions of access to it, the deliberate production and circulation of lies and conservative biases on the big data scale are the result of a project.

The current crisis of truth takes the shape of a socio-technically mediated compound, of multi-vectorial capillarity and informational acceleration, in the production, searching, recovery, manipulation, circulation, consumption, storage and reproduction of immense amounts of data. Thus, from classical religious alienation, through yellow journalism, lying propaganda, misleading advertising and stigmatizing entertainment, we get to fake news on digital networks, sometimes all mixed up, resulting in an informational ecosystem increasingly teratological.

We risk that the crisis of truth in today's world is not a crisis, but indeed a project. A project that involves, in addition to precarious education in the strict sense, the deliberate diffusion of functional illusions to the maintenance of the status quo, based on religion or otherwise, using sophisticated technologies and convincing techniques, on the big data scale, such as in the case of the Cambridge Analytics scandals. It is not a project of private individuals or secret sects, in the manner of certain conspiracy theories, but projects more or less aware of the dominant fractions of global capital, located mainly in the USA and in Western Europe. More direct conspiracies are part of the overall picture – as demonstrated by their widely documented and analysed role in the cases of Lawfare (MORENO GIMERANEZ, 2020) that have been spreading throughout Latin America –, but they are rather effects than causes of a deeper structural crisis. Which sometimes escapes the control and the conscience of the agents of hegemony, in their internal and external dispute, in class and geopolitical terms.

3 Available in: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-crise-da-educacao-no-brasil-nao-e-uma-crise-e-projeto/>

However, if these hypotheses comprise a set of credible explanations for the large-scale efficacy of the illusion, they are insufficient to clarify post-truth, the persistence of self-deception, the belief in narratives whose falsity is demonstrable based on abundant factual, documentary evidence, well established cognitive authorities (such as Science itself!), and rational type arguments. Because today, along with the disinformation tsunami that has been shaking democracies around the world, the amount of qualified information available is also more abundant than ever, with relatively simple and widely widespread (though very uneven) access. Even so, large contingents of world public opinion remain refractory to demonstrations that they are being roughly deceived by a frightening amount of ordinary, grotesque, stupid lies. We are not dealing here with complicated controversies about quantum physics or world economics (although we cannot fail to denounce the dominant conservative bias in the supposedly qualified economic discourse conveyed by corporate media), but with the surprising crushing of the most common rationality by delusions.

Indeed, yesterday and today, despite the greater or lesser amount of qualified information available, a bad or biased education contributes to the legitimation of the ruling order. It also collaborates decisively for the formation and crystallization of different levels of sympathy and aversion that constitute the affective element of worldviews, therefore playing an important role in governing our greater or lesser adherence to people, ideas, political projects. On the more conservative side of the ideological spectrum, the dominant worldviews have super individualistic, particularistic, irrational marks, which greatly favour self-deception, even in the face of documentary or argumentative evidence that should deconstruct it.

According to Froehlich:

Sartre observed presciently that bad faith is believing what you don't believe: holding or living a contradiction at the one and same time. Sartre's notion [of bad faith] is central to his philosophy, a mode of living inauthentically, where people may deceive themselves into thinking that they do not have the freedom to make choices for fear of its potential consequences, i.e., that they would have to be responsible for themselves. We might file forms of "willful ignorance" under this category, knowing something to be true but consciously or unconsciously choosing ignorance [...]

We can distinguish two types of self-deception: motivated and unmotivated.

Motivated self-deception: pushing a form of self-deception for conscious political, social, ethical or personal gain [...]

Unmotivated self-deception: succumbing to one's biases, motivated to the degree that it accords with one's a priori biases; confirmation bias. In fact, most people are inclined to information avoidance as a technique of confirmation bias. [...] (FROEHLICH, 2017, p.4)

Self-deception that ignores evidence that contradicts it is a central factor in the contemporary crisis of truth. When it mobilizes considerable contingents of public opinion, it constitutes the phenomenon popularized as post-truth. Post truth results, after all, from a combination of:

- 1) The acceleration and growth of different types of disinformation at the scale of big data.
- 2) The more or less deliberate impediment of the access of large contingents of the world population to the necessary training for the distinction between available qualified information and its opposite.
- 3) The more or less deliberate impediment of the access of large contingents of the world population for understanding the first type (training that would combine formal education of a critical kind with Critical Information Literacy).

Thus, if Agnes Heller (2004) was right in saying that we can measure the degree of alienation of an era by the distance between the great conquests and human creations then existing, material and cultural, and the access of most people to them, we are today at the pinnacle of alienation. Scarcity is one thing. Others, scarcity amid abundance.

On the other hand, although we are experiencing a crisis of truth, everything that anyone says still revolves around it, as always, including self-deception. No one assumes or admits being mistaken in what they believe in. Unless they are confronted with unmistakable evidence (and it is increasingly difficult to produce it to confront certain cases of self-deception) or have a serious intellectual commitment to the rational debate, which presupposes at least the hypothesis of common truths, arguably demonstrable and falsifiable, beyond common sense, customs or beliefs. This commitment, the scientific spirit, however, has been virulently attacked in our time, by various interest groups around the world, in the manner of classical Nazism.

We understand these new forms of anti-intellectualism as the result of the inability of the dominant blocs to produce minimally rational legitimization arguments in the face of the growing and uncontrollable spiral (within the rules of the

game) of ongoing socio-environmental calamities, from increasing poverty and environmental issues to the pandemic of the corona-virus. Usually, the contesting artistic and political expressions, along with the critical aspects of the social sciences, were the main victims of the neglect or frontal attacks of the State in times of crisis. Now, the attacks are directed even against the natural sciences! Capital needs them, but at the same time it directs them according to its own entropic interests. As a consequence, the crisis of truth, with its retinue of self-deception, affects even public health, despite and thanks to so much information in circulation.

The current crisis of truth leads to a blindness. Equivalent, or worse, to what Saramago (1995, p. 149, our translation) describes: “Why did we blind, I don’t know, maybe one day it will come to know the reason, Do you want me to tell you what I think, Say, I think we are not blind, I think we are blind, Blind who see, Blind who, seeing, do not see ”.

This blindness, which Saramago so well denounces in his novel, deals with the alienation of the human being from himself and the other, the alienation of his own humanity. As Franco Berardi put it in an interview: “Solidarity is the greatest threat to financial capitalism. Solidarity is the political side of empathy, the pleasure of being together”. Seeing the other is part of the way out of a world of manipulation and disinformation that maintains the status quo. It is part of returning to the reality of affection, care, empathy.

3 Truth, science and common sense

Never to accept anything as true if I did not have evident knowledge of its truth: that is, carefully to avoid precipitate conclusions and preconceptions, and to include nothing more in my judgments than what presented itself to my mind so clearly and so distinctly that I had no occasion to doubt it.
(DESCARTES, Discourse on Method)

Defining the truth has always been and remains a dilemma. A vital dilemma. If it is difficult to define truths, who will tell the Truth. On the other hand, we are not here proposing that there is no truth, much less denying the human capacity to recognize and establish truths. We are only proposing an update of the serious debate around the problem of truth in nowadays, given the trivialization and confusion that the meaning of truth has acquired. In order to do it, we bet on exploring a small but relevant part of the philosophical discourse on the subject.

Our knowledge of reality, whatever reality is, we develop and communicate discursively, in the form of descriptive or explanatory truths, in varying expressive ways and degrees of complexity. These truths become consensual in certain social groups, due to several factors, including their greater or lesser circulation and adherence to pre-existing worldviews and affections. Power relations largely condition it.

The role played by language in mediating the perception of the world and its discursive formulation in terms of truths is controversial. Not the role in itself, but the most active or passive performance of language in this mediation. In various formulations, the debate cuts across the history of philosophy, going back to the disputes between Socrates and the Sophists, which is why we cannot ignore it. However, we will not go into the theme, because, be the role of language intermediate or structuring in the formation of discursive truths, in one way or another, these supposed truths provide the subjects with references that they take for real, guiding their concrete action, which is what interests us.

This orientation may be more or less open to rectification and improvement. At the opening pole, there is action guided by the principle of praxis, when practice and serious theory feedback into a virtuous cycle. At the opposite extreme, we have dogmatism.

For Hegel, “dogmatism is nothing but the opinion that what is true consists of a proposition that is a fixed result, or that is immediately known” (HEGEL, 1997, p. 42). Marcuse (1973, p. 96) says something similar, in formulating the notion of “ritualized concept”, “made immune to contradiction” [by] “powers that shape the respective universe of the elocution”: “Thus, the fact that the existing form of freedom is servitude and the existing form of equality is inequality [...] is prevented from being expressed by the closed definition of these concepts [...]”.

Inspired by Hegel, Ilyenkov (Dialectical Logic) criticizes ‘thinking abstractly’ – a way of thinking that expresses itself only through current catchphrases and clichés. The similarity between this criticism and a significant part of the speeches in circulation in today’s digital networks is enormous:

To think abstractly meant to be enslaved by the force of current catchphrases and clichés, of one-sided, empty definitions; meant to see in real, sensuously intuited things only an insignificant part of their real content, only such determinations of them as were already ‘jelled’ in consciousness and functioned there as ready-made stereotypes. Hence the ‘magic force’ of current catchphrases and expressions, which fence reality off from the thinking person instead of serving as the form of its expression.

Dogmas, ritualized concepts and clichés permeate common sense. On the other hand, is the antidote in philosophy or science?

In what philosophy? In what science? Would philosophy and science be invulnerable to them?

Before moving on to this point, it is important to clarify the meaning in which we use the term “common sense” here. First, a negative definition: we do not understand common sense as necessarily opposed to scientific or philosophical knowledge in terms of content, as both can coincide, but methodologically, due to the non-systematicity and disinterest of the former towards its own fundamentals, on the contrary of science and philosophy. In this understanding, common sense comes close to the Socratic notion of *doxa*, opinion, in its difference from *episteme*, science. Plato developed this issue in the Menon (2010) dialogue: what differentiates the two types of knowledge is not the first being wrong and the other right, but the first being unaware and having no interest in its own fundamentals, becoming less firm, secure, unlike the second.

We find an approximate notion in Kant (2002), when he argues that, when it comes to ethics, it is not up to philosophy to instruct “the moral knowledge of ordinary human reason” (2002, p. 31-33) of things it already knows, that is, what is right and what is wrong to do. The problem, and here is an expressive image of Kant, is that common sense is like innocence, as admirable as it is easy to seduce.

It would, therefore, be up to philosophy not exactly to establish what is right and wrong, as this would already be common knowledge and crystallized in customs, but justify the reason for being so.

A third author who helps us to think about the relationship between a more systematic thought, committed to its fundamentals, and another of a different nature, in this case presenting the distinction in terms of critical sense and common sense, or popular culture, is Antonio Gramsci. We highlight here two contributions by Gramsci (1968, p. 183-185) on the theme:

- 1) His understanding of popular culture as a mixture of the highest and most backward produced in human culture, and not as the terrain of ignorance or redemption.
- 2) His understanding of the task of (revolutionary) intellectuals in relation to common sense consisting not only of instructing it in the Enlightenment style, although this is also important, but mainly of stimulating in it the emergence of its latent critical sense. This movement, when articulating experience, the tacit, practical knowledge acquired in everyday life, with some degree of serious formal education and critical training, would allow com-

mon sense to, autonomously, distinguish the progressive elements from the retrograde that constitute it, so becoming critical sense.

Having made these clarifications on what we understand by common sense, we will now briefly outline what scientific knowledge is and how the confrontation of both is important to update the debate around truth, self-deception and disinformation.

Starting the exhibition again in a negative way, we understand that scientific knowledge with a positivist inspiration – the dominant epistemology – far from solving the problem of truth, does neither exhausts the question of the objectivity of scientific knowledge, especially with regard to the social sciences. Thus we share with Rojas (2008) the conception that positivism in the human sciences might become even a problem, as it is impossible to obtain a rigorous knowledge of human and social phenomena in their complexity through a view, whether mechanistic, biologist, psychologist or cybernetic, which would reduce subjects to quantitative and observable data. It is clear that observation and measurement are important, as they allow us to organize and understand fundamental aspects of reality, but they do not exhaust it, and the core of science relates to the problem of truth precisely because it faces reality (ROJAS, 2008, p. 71).

In addition, the positivist demand for axiological neutrality – not to mix facts and values – ignores the unconscious influence of the scientist's ideological background in his research and parts from of a naive notion of his role in the social division of labour.

In contemporary science, it is well established that the notion of objective knowledge is not the same as the Thomist concept of truth as *adequatio res et intellectus*, or correspondence between reality and understanding. This is because, at least since Descartes, Hume and Kant, there is a consensus among scholars that the subject faculties of perception and thinking mediate insurmountably the production of knowledge. Furthermore, from Marx and Engels German Ideology to nowadays social studies of science, there is another consensus that, besides human faculties of perception and thinking, social determinations also play an important role in the production of scientific knowledge. Class position, gender, race, nationality, age, fundings and disputes for fundings and prestige in the scientific field (BOURDIEU, 1976), all these things shape a tacit hierarchic framework of themes, methodologies, reference literature and authors that forge what Thomas Khun (1998) called *paradigm*.

Nevertheless, besides these mostly unconscious social determinations, serious scientific knowledge remains the result of systematic empirical observations, quan-

tification, rational theorisation, experiments and public debates, not of arbitrary statements. Then, in this dialectics between reality and subjective and social mediations, that are part of reality, one can still talk about objective knowledge, but with open mind, keeping Descartes motto of the systematic doubt, not forgetting that knowledge is always rectifiable.

This openness, however, should not lead us to relativism, as tends to happen with certain theories that demonstrate a disagreement curiously similar to that of irrationalism in relation to the connection between rationality of the scientific type and truth or reality, in its universalizing pretensions, understood as totalitarian. These are theories located within what we can call postmodern episteme. The term generically characterizes theories of knowledge, society, culture and history that are markedly relativistic.

We do not attribute to these theories greater responsibilities in promoting the prevailing irrationalism, for two reasons:

- 1) They remain restricted to some sectors of the academic debate in Philosophy, humanities and social sciences.
- 2) Unlike the irrational forces that occupy positions of power in the economy, politics, corporate media and digital networks, these theories generally present ethical political commitments of emancipatory content.

Even recognizing this, as well as its important contribution towards demanding a self-criticism of modern Western thought in its totalizing claims, we understand that relativism is not the best antidote against dogmatism.

What would left, then, beyond dogmatic irrationalism, positivism and relativism?

We will try to answer this question departing from the very premise that the problem of the objectivity of the real remains, approaching or confronting science and philosophy, no matter the nature of the object of this or that particular science, or the underlying epistemological orientation of this or that theoretical corpus. If science prefers expressions like objectivity or verifiability instead of truth, if contemporary philosophy itself tends to show discomfort with the notion of truth, this is due to a long historical process of moving away from modern and contemporary science and philosophy in relation to metaphysics. Kant is the turning point. However, science and philosophy do not intend to produce lies.

What is not a lie can only be true. No matter if truth lies in the non-contradictory in classical logical terms, in the revealed sacred text, in the quantifiable, in the observable, in the experimentally verifiable, in the whole and in the contradiction itself, in history, in the falsifiable, in will, power, desire, authenticity, sensibility, po-

etry, or even nowhere, as influential scientific and philosophical currents postulate. What matters, at this moment of our argument, is to establish a basic distinction, which common sense knows very well, and rightly so, although without necessarily knowing how to explain this reason: what is true cannot be a lie at the same time under the same analysis angle. Angles certainly vary, as do conclusions about what is and is not true, but this does not compromise the very idea of truth.

Rider and Rojas (2004, p. 15, 16) enumerate four different conceptions of truth:

- 1) Theory of correspondence – it is only true when the state of affairs described is given.
- 2) Consensus Theory – it is only true when there is an agreement within the community that manages it as true.
- 3) Pragmatic Theory – it is only true if and only if this statement is useful for practical activities.
- 4) Theory of coherence – it is only true if and only if it is not contradictory.

The same authors also point out three types of relationship between the subject and the object:

- a) The action belongs to the subject – represented in Kant, Nietzsche and in constructivism.
- b) The action is of the object – represented by mechanists who understand knowledge as a reflex.
- c) The action is dialectical – both subject and object interact dialectically, with no liabilities and no assets, both needing reciprocity for knowledge to occur.

In an alternative line of development of the issue, Rancière (2002) distinguishes truth from veracity, and discusses the relationship between both and ethics:

The principle of veracity is at the heart of the emancipation experience. He is not the key to any science, but the privileged relationship of each one with the truth – the one that puts him in his path, in his orbit as a researcher. It is the moral foundation of the power to know (RANCIÈRE, 2002, p.67).

Veracity is so the description, the name of a fact that we see, which orbits the truth, but is not to be confused with it: “The truth exists by itself; it is what it is and not what is said. Saying depends on the man; but the truth doesn’t depend”. Thus, go-

ing around the truth from sentence to sentence, the “[...] experience of veracity connects us to its absent nucleus, makes us go around its center.” (RANCIÈRE, 2002, 68).

Then, we orbit around the truth, creating parables, which rarely intersect, having no more than points in common. Each individual describes his or her glimpse of truth and it is necessary to understand that this is just naming, not explaining. Rarely do parables coincide. They just touch on common points. When these points cross, they often fix a truth, obeying the consensus theory.

For Rancière (2002, p.68): “The essential thing is not to lie, not to say that you saw yourself when you kept your eyes closed, not to tell anything but what you saw, not to believe that an explanation was given when everything what we did was name it”.

The awareness of seeing in part, that the truth does not reveals itself fully to any individual, brings humanity to a particular relationship with truth and reality. This awareness also makes human beings remain curious and motivates an attitude of changing reality, not simply accepting anything as forever established. It is a relationship of care for the truth, never of contempt for it.

This last argument introduces a new element to the debate, the possibility of changing reality. We can call it freedom.

A way out of this crossroads would be if, instead of discussing the possibilities of defining truths or relativizing everything and the truth itself in formal terms, we think it in conjunction with freedom amidst a changing reality: history. Along this path, we are articulating in a higher level, dialectically, the theories of correspondence, consensus and pragmatics.

In a dialectical perspective, to tell the truth, differently from what Rancière postulated, is actually to produce it, not just to name it: because if reality is independent – in part – of what we say or do, truth is not. Because truth, in this understanding, is always a cut from the historical changing reality, mediated by language, but language allows us to make these cuts in multiple ways, more or less accurate, complex or arbitrary. What separates this perspective from relativism is its different appreciation of the arbitrary element underlying any discourse of truth. There is always an arbitrary element, but the speech can still be less or more realistic, in the sense of correspondence. Thus, Rancière’s idea of truth outside language refers to the Kantian thing-in-itself, denounced by Hegel (1997) as an empty formulation. Hegel points that it is absurd to say that something is out of reach of our reason and, at the same time that this something really is, based on this same limited reason.

For Hegel, truth can only be in the right concept. This does not apply to mere concepts, which would be mere denominations of understanding, not of reason. For Hegel, right concepts are not only names that we give to tangible or more ab-

stract things, but forms of being in its inner rationality, expressions of reality in its historicity, reality so reflecting on itself through us, mediating itself through us, who compose it as its thinking part.

So truth is no longer a matter of simple correspondence, but – without ceasing to be a complex and mediated form of correspondence – of expression of the real (TAYLOR, 2014). In language, which is also real. A discursive expression of reality mediated by perception and thought, which are historically mediated too, what makes them the same time relative and absolute: relative as particular moments of the whole; absolute in their singular, unique relationship, with the whole, that they can expressively encompass, in their intricate causal nexus, with greater or lesser accuracy.

The dialectical perspective of truth rejects the possibility of an unmediated correspondence between knowledge and reality; it also rejects constructivist relativism. Reality is one, dynamic and essentially knowable. Truths that claim to be above reality and reason in their historicity are lies.

Nevertheless, some truths can present themselves indeed as an alternative reality (we are not referring here to Trump's abstruse "alternative facts"), without being false. It seems a contradiction. We can surmount the contradiction by understanding its ground in the Aristotelian notions of potency and act, for which Hegel had a special appreciation (TAYLOR, 2014). It is about thinking on reality as a perpetual movement of actualizing – or not – its concrete immanent potencies. This is what Gramsci does when he articulates possibility, reality and freedom:

The possibility is not reality, but it is also a reality: that man can or cannot do a certain thing, this has an importance in valuing what is actually done. Possibility means "freedom". The measure of freedom comes into the definition of man. That there are objective possibilities of not starving and that, even so, starving occurs, this is important, it seems. But the existence of objective conditions – or possibility, or freedom – is still not enough: it is necessary to "know them" and know how to use them. Wanting to use them. In this sense, man is a concrete will: that is, an effective application of abstract will or vital impulse to the concrete means that carry out this will. (1978, p. 47)

It is true that it is ethically indefensible for any human being to starving, if there is food available or concrete conditions to produce and distribute it. This truth does not change the reality that people are still starving, but states a concrete and rational direction to the will, towards the means of accomplishing it and

contributing to modify reality. This praxis requires awareness, will and action, the effort to transform the truth of wills into realities, in conjunction with the transformation of certain potentialities of reality in actuality, effectiveness, a process through which one may formulate and debate new truths and so on.

Paulo Freire (1987, p. 31) underlines this in his critical pedagogy: “[...] educator and students (leadership and masses), co-intentioned with reality, find themselves in a task in which both are subjects in the act, not only of unveiling it and so, but also to re-create that knowledge”.

That is the dialectical way of thinking: an intercourse between logic, conscience and history.

4 The superstructures of the “truth”

How, in these times of disinformation, is it possible to know the historical reality? How to perceive reality in its complex dynamics if we only know it through eyes of screen that shape it according to hegemonic interests? If the history books tell the “truth” of the winners, if the media mainly speaks of the “truths” that interest their owners and associates, if bots spread widely throughout social media the “truth” of lunatics and scoundrels, if the believers choose the “truth” that comforts or pleases them, how can we still think about truth? If the oppressors are the owner of truth, and therefore the holders of power? How many times in history have we seen religions, states and individuals with the power of “truth”, and bastions or channels of “truth” to subdue others?

When dealing with superstructures and having observed the complexification of the bourgeois state of its time in relation to Marx’s pioneer analyses, Gramsci re-elaborates the Marxian conception of the State and introduces the notion of expanded State. It includes social and cultural institutions and practices usually associated with the civil society: churches, schools, the press, literature, social organizations, a set he calls private devices of hegemony.

For Gramsci, a historical bloc dominates and directs the expanded state. This combination of domination and direction, basically, composes his concept of hegemony. A historical bloc is a provisional and more or less unstable composition of class fractions, led by one of them, which effectively holds economic power, even when it is not evident in a given political scenario. Domination, the power of coercion, is up to the political state, and direction (cultural, moral and ideological), the power to convince, to the private apparatus of hegemony. Domination and direction are always in dispute between different classes and class fractions. Gramsci understood that in more advanced societies, direction is a condition for more stable domination, and may even precede it.

Rabel summarizes the role of superstructures in Gramsci's thought:

Its role is twofold: to ensure the historical reproduction of capitalist relations of production and to reduce or eliminate the need for state coercion to achieve this objective, ensuring the consent of the proletariat and other subordinate classes as to the legitimacy of relations of production. The superstructure is an ideological apparatus that is necessary and historically organic for a given structure. It is the glue that prevents capitalist structures from collapsing due to the tensions generated by their internal contradictions (RABER, 2010, p. 145)

The directing worldviews at a particular moment in history are the ideas of the historical bloc that dominates both the means and the relations of material and spiritual production. There are more or less strained negotiation relations between classes to maintain or subvert the status quo to varying degrees. It is in this space of dispute that hegemonic thinking and consensual truth remains or not.

For Gramsci, "the supremacy of a social group manifests itself in two ways, as 'domination' and as 'intellectual and moral leadership.'" (RABER, 2010, p.146). The idea of truth relates to moral and intellectual authorities. Each social group creates for itself one or more layers of intellectuals, who perform this function in society. At the same time, even those dedicated to non-intellectual work never cease to use their intellect. "All men are intellectuals [...] but not all men play the role of intellectuals in society" (GRAMSCI, 1982, p. 7). The social function of the professional category of intellectuals, amidst the general division of labour, establishes such a division among the population:

- 1) Each social group, born on the ground originating from an essential function in the world of economic production, creates for itself, at the same time, in an organic way, one or more layers of intellectuals that give it homogeneity and awareness of its own function, not only in the economic field, but also in the social and political: the capitalist entrepreneur creates with him the technician of the industry, the scientist of political economy, the organizer of a new culture, a new law, etc.
- 2) Each "essential" social group, however, appearing in history from the previous economic structure and as an expression of the development of this structure, found – at least in the history that has unfolded until today – pre-existing intellectual categories, which appeared, indeed, as representatives of a historical continuity that was not interrupted even

by the most complicated and radical changes in social and political forms. (GRAMSCI, 1982, p. 3-5)

Examples of intellectuals are the entrepreneurs (who create the technician of the industry, the scientist of political economy, the organizers of a new culture, a new right, etc.), the ecclesiastics (who carry the title from previous historical structure), the “traditional and vulgarized type” of intellectuals – literary, philosophers, artists. Gramsci points out that “journalists – who believe they are literary, philosophers, artists – also believe to be the ‘true’ intellectuals” (GRAMSCI, 1982, p. 8).

Gramsci referred in this passage to the conservative press of his time, in an ironic criticism that we could unfold to the current role played by certain journalists of the corporate media, intellectuals of the “traditional and vulgarized type”, alleged holders of the truth, often experts in disinformation and manipulation of realities to shape consensual truths.

Serrano (2010) points out that the media follows patterns that keep readers from truth or reality through filters that determine which information is “important”, and which should be passed on and which should not.

By way of illustration, Serrano (2010, p. 33) reproduces the narrative of the writer Santiago Alba, who ironically reports on the way in which the war in Iraq (1991) was transformed into entertainment. The irony comes from the question of what matters first, entertainment or the death of children and the appropriation of oil:

While we are distracted watching on television how the USA bombs Iraq, kills its children and takes over its oil, the US takes the opportunity to bomb Iraq, kills its children and gets hold of its oil. Or is it the other way around? While the USA is bombing Iraq, killing its children and taking over its oil, we are distracted watching on television how the USA is bombing Iraq, killing its children and taking over its oil (ALBA apud SERRANO, 2010, p. 33, 34).

The spectacle of lights crossing the sky of Baghdad, historically marked as the first war televised live, obliterates the reality of the deaths. Those who have power in the world clearly draw the information line. It is this powerful side that determines who is the enemy, the believer or heretic, the good or the bad, the right or the wrong, the just or the unjust, the lie or the truth. This Western, Anglophone, white, patriarchal, heterosexual, sexist, racist supremacy over media forces the “rest” of the world to have their view of the truth, or what the former wants to be seen as

truth (and here there is a deliberate negative weight in the choice of the word rest). The largest news agencies are examples of this mechanism.

In the 2016 ranking of the largest media conglomerates in the world of Forbes magazine, there is: Google / Alphabet; Disney Corporation (which owns, in addition to the brands with its own name, ABC, ESPN and Marvel); Comcast NBC Universal, 21st Century Fox, Facebook, Bertelsmann (German), Viacom, CBS Corporation, Baidu (Chinese) and News Corporation. Most of which are based in the United States of America.

In 2017, of the 25 largest technology companies, 15 are North American, with eight of them in the Top 10: Apple, Microsoft, Alphabet, IBM, Intel, Cisco Systems, Oracle and Facebook.

This worldview imposes itself and dominates the most propagated information, chooses the lens it uses to judge the peripherals, the others, the “rest” and its own self with “truths”. An example of this is the perspective used on human rights. When the United States and its NATO allies invade another country at war, their media corporations and news agencies sell it as necessary for the recovery of democracy and freedom. Guantánamo was a silence for human rights for many years; the American missiles and their allies that hit schools or residential neighborhoods around the planet were technical errors – calculated losses from the war; mined children are the consequence of the lack of organization of the governments they took over after their release. Thus, intervention is always sold as good, as peace. On the other hand, we recently heard that it was a violation of the Cuban government, to keep part of the payment destined to doctors who worked in Brazil in the “Mais Médicos” [more doctors] program. However how much was heard from the Cubans who were in Brazil? What reports came to the light? How many people who attacked the project knew how much of the salary was earmarked for the government and why? This “side” of the story was silenced. Likewise, what information reaches the general public more about the Israel / Palestine conflict? When this information arrives, it usually comes without context or background, as Serrano (2010) points out.

Another example offered by Serrano (2010, p. 41) is the difference in treatment given to information on scarcity deaths in China and India in the second half of the 20th century. The two countries took different economic and political paths. However, in the case of China, communism is responsible to the scarcity that plagued the country in the years 1958 and 1961. However, India had 3.9 million additional deaths compared to China, starting from very similar initial conditions. Every eight years more people would have died in India than during the Chinese famine. However, deaths in China are constantly attributed to communism, while deaths

in India are not related to capitalism, nor even mentioned. The same relationship is suppressed in the countries of Africa plagued by hunger. The propagated idea is that communism generates scarcity and kills, capitalism does not. This type of choice in the information does not lead the citizen to a fair assessment of the facts, the reality.

In times of crisis of truth, besides grotesque lies, the information that circulates most is summarized, simplified, in an increasingly conservative bias. They are the headlines of the news, calls, leads, shares in digital social networks.

According to Gottfried and Shearer (2016 apud ALLCOTT AND GENTZKOW, 2017, p.213), 62% of American adults receive news on social media. In Brazil, a survey conducted by the Chamber of Deputies and the Senate, published in December 2019, points out that 79% of Brazilians said they received news via WhatsApp, followed by television channels (50%), YouTube (49%), Facebook (44%), news sites (38%), Instagram (30%), radio (22%), print newspapers (8%) and Twitter (7%). The numbers demonstrate the new supremacy of social networks with free access provided by cell phone operators. The research was carried out with a sample of 2400 people, reproducing the composition of the population. According to the authors, the level of reliability is 95%. Most of these people do not have broadband or unlimited telephone plans, so their access to information is largely restricted to summary and impactful reports that circulate through WhatsApp or Facebook, without context. That is, even if they had the motivation to check the sources and compare versions, they would hardly have been able to do so. Add to that the sophisticated techniques of micro targeting and the obscure algorithmic logic of Facebook and Google, and we have the information bubbles, feeding back worldviews and curbing dissent within.

The hegemonic powers, in external and intestinal dispute, compose this disinformation reality. They govern the concomitantly grotesque and sweetened chorus of the superstructures, whose resonance is globally capillarized through the private apparatus of hegemony, in institutional terms, and to devices, in the technical sense, the new traps and forms of life of the emerging information ecosystem.

In this hallucinatory ambience, the monopoly of informational fabrication of truth as a consensus is a dispute between large media corporations and their sponsors, among themselves, and with new and powerful agents that operate in digital networks. All these voices that speak louder are the echo, direct or indirect, of the struggles between the different fractions of capital, in the midst of which the individual is drowned in a raging sea of indistinct or tactically directed (dis)information, which creates an absolutely unstable terrain, where the truth and even the reality become something as relative as irrelevant.

Three decades ago, Baudrillard denounced part of the internal logic of these cacophonies:

When information is confused with its source, with the (virtual) event, there is, as for sound waves, a feedback, a gigantic effect of confusion and uncertainty. When the demand for events is maximum [...] there is an effect of hypersensitivity to the initial conditions, an effect of resonance and uncontrollable turbulence. (1993, p.151).

Emotion, hypersensitivity or insensitivity, fueled by disinformation, end up confusing the notions of truth and reality. If the emotion that one feels when confronted with information is true, the information may seem to be true, creating a strong link between appearance, feeling and belief, especially if the emotion is intense, regardless of whether the outline of the reality that generated that information is true, a reliable picture of reality or a deliberately (or not) falsifying construction. And if in addition to being intense, the emotion in question reinforces beliefs and affective bonds, positive and negative, of identification or rejection, keeping the person in an emotional comfort zone, the greater the tendency to be the attribution of truth value to the information that awoke him. The cult of the image worsens this situation, sometimes reaching the verge of idolatry.

Thus, the choice of words and images lead the senses. A constructed credibility of the speaker gives authority to information. Together, they can affix positive or negative tags to subjects, groups, individuals or facts, generating stereotyping (protester / vandals; rebels / terrorists, etc.), obliterating a more accurate understanding of the complexity of the facts.

We add that the current complex of media corporations, as well as the technological giants of search, surveillance and sharing of big data, can no longer be thought only in super-structural terms, but as if stitching economic structure and ideological superstructure, in a dynamic of mutual support, although not immune to contradictions. This complex plays a role that is far from insignificant in what we call the crisis of truth.

5 Final remarks

Would it be possible for a substantial amount of individuals to stop navigating only in the foam of the border and to dive into the sea of disinformation in order to fish for reality, creating each its own singular orbit around the truth?

It is definitely not an easy or comfortable task. As Kant (2002) wrote, quoting Seneca: *sapere aude*, dare to think. This is the motto of intellectual maturity, to

which the Enlightenment should lead people – an unfinished mission, to say the least.

Standard education does not usually encourage the willingness to take the risks of freedom of thought. Paulo Freire already denounced this when he wrote about what he called “banking education”, one that sees the student as someone in whom knowledge or information is deposited by another, the teacher. “Your [educator’s] job will also be to limit the world. The ordering of what is already done spontaneously. That of ‘filling’ the students with content. Making ‘communicated’ deposits – false knowledge – which he considers to be true knowledge” (1987, p. 36).

This educational system forges individuals for the job market, in a very unequal way, reproducing the division of labour in already existing class strata for the next generations, without stimulating critical thinking.

The whole population is accustomed to receiving “truths” through speeches of authority in educational institutions, reinforced in all kind of old and new churches, in corporative media and, more recently, in social networks, including pseudo-critics ones. A Brazilian popular phrase from military origin translates this spirit: “Commands whoever can, obey whoever has judgment”.

Science is also a speech of authority, but the essence of this authority is not authoritarian. It is an invitation to criticize rationally authorities, if we keep in mind, and we should, the first principle of the scientific method of Descartes, quoted above.

Returning to Freire, although he understood that teachers, even well-intentioned ones, ended up carrying out bank education and dehumanizing deposits, he warned that in these deposits there are also contradictions that can be confronted with reality.

Freire (1987, p. 38) states that human life only makes sense in communication. Thinking only gains authenticity intersubjectively. The development of knowledge needs a dialogical construction related to being in the world. True thinking is not a specialized conscience, but a problematizing conscience towards the world.

This problematizing inspires an effort to demystify and has in dialogue “the indispensable relation to the knowing act, unveiling reality” (FREIRE, 1987, p. 41). It would then be the development of critical education the way to stimulates in citizens the curiosity and courage to dive in search of their own orbit of truth. This cannot be a personal truth based only on impressions and feelings, which hegemony would surreptitiously drive. It must derive from each one’s singular path of unveiling particular truths of a concrete universal reality, a common one, intellectually and sensitively.

From Information and Communication Sciences, there are some projects, which aim to attenuate these problems: Information Literacy; Media Literacy; Critical Information Literacy.

The European Union has brought together a group of experts to propose initiatives to combat disinformation in the online environment. The report produced by the group (HLEG, 2018) highlights Media and Information Literacy (MIL) as an effort to increase awareness and understanding of media, digital technologies and data analysis, defending the need to implement the ability to deal with this information and use them ethically.

UNESCO prioritized MIL as one of the main lines in the fight against disinformation, launching goals to promote this skill.

Only in 2015 did ACRL's definition of COINFO start to include some critical perspective, which had been defended a decade before by Elmborg, Tewell, Downey, among others, with the expression Critical Information Literacy (CIL) being coined. In Brazil, Vitorino and Piantola (2009) made the first reference to the theme. As of 2015, researchers from the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (Ibict) presented new theoretical developments in CIL, linking it to Critical Theory (Horkheimer) and Critical Pedagogy (Freire). Both aim at praxis. The ground of both is an epistemology that situates rational knowledge in historical and dialectical terms, committed to human emancipation. In other words, there is no knowledge, including scientific knowledge, that is not crossed by history, politics, economics and culture, including ethics. That is why both reject axiological neutrality as a naive chimera or a conservative bias trick.

The difficulty in distinguishing what is true from what is not comes together with the difficulty in distinguishing ethical values amidst the degradation of information. If social coexistence is impossible without confidence in shared parameters of reality, the growth of delusional parameters, produced by dominant social strata and reproduced by its supporters among all strata, lead to new bizarre, brutal forms of anomie.

The magnitude of the crisis is so serious that large media corporations, national states and international organizations such as the European Parliament and the UN (entities not properly committed to radical social transformation) are promoting various actions to fight against disinformation, some noteworthy, others not so much.

It is important to support these actions, but also to look at them with a certain distrust, for their definitions and, mainly, for the truth that they preach. In this sense, the promotion of Critical Information Literacy can be of some value.

Referências

ACRL. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. 2015. Available in <https://alair.ala.org/handle/11213/8657>. Access in 08 aug. 2020.

ALLCOTT, H., & GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-36, 2017.

BAUDRILLARD, Jean. *Televisão/Revolução: O Caso Romênia*. In.: PARENTE, André (org.). **Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

BOURDIEU, Pierre. Le champs scientifique. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 2, n. 2-3, juin 1976. p. 88-104.

CARTA CAPITAL. **A crise da educação no Brasil não é uma crise; é projeto**. Carta Capital, 05 set 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-crise-da-educacao-no-brasil-nao-e-uma-crise-e-projeto/>. Acesso em 14 out 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FROELICH, Thomas J. A Not-So-Brief Account of Current Information Ethics: The Ethics of Ignorance, Missing Information, Misinformation, Disinformation and Other Forms of Deception or Incompetence. **Textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, n. 39, dec 2017. Available in <http://bid.ub.edu/en/39/froehlich.htm>. Access in 09 jun. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HLEG - HIGH LEVEL EXPERT GROUP on FAKE NEWS AND ON-LINE DISINFORMATION. **A multi-dimensional approach to disinformation.**

Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018. Available in http://ec.europa.eu/newsroom/dae/document.cfm?doc_id=50271. Access in 09 jun. 2020.

ILYENKOV, Evald. **Dialectical Logic.** Available in <https://www.marxists.org/archive/ilyenkov/works/essays/index.htm>. Access in 09 jun. 2020.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e outros escritos.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial.** O Homem Unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MORENO GUMERANEZ, Enrique. Lawfare, la otra epidemia. **REDH-Cuba,** 2020. Available in <https://redh-cuba.org/2020/05/lawfare-la-otra-epidemia-por-enrique-moreno-gimeranez/>. Access in 09 jun. 2020.

PLATÃO. **Diálogos V: O Banquete; Mênon (ou da virtude); Timeu; Crítias.** São Paulo: Edipro, 2010.

RABER, Douglas. Hegemony, Historic Blocs, and Capitalism: Antonio Gramsci in Library and Information Science. **Critical Theory for Library and Information Science. Exploring the Social from across the Disciplines.** Gloria J. Leckie, Lisa M. Given, and John E. Buschman, Editors. Libraries Unlimited. Santa Barbara, California. 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante: Cinco lições sobre a emancipação intelectual.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Ciência bibliotecológica y de la informacion em el contexto de las ciencias sociales y humanas. Epistemología, metodología e interdisciplína. **Investigación Bibliotecológica,** v. 22, n. 44, p. 65-76, 2008.

RIDER, Rosa María Martínez; RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Algunas propuestas latinoamericanas de objetos de estudio para la investigación bibliotecológica. **Rev. Interam. Bibliot.,** Medellín, v. 27, n. 1, 2004.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira:** romance. São Paulo: Cia. das Letras, 1995

SERRANO, P. **Desinformação**: como os meios de comunicação ocultam o mundo. Rio de Janeiro: Espalhafato, 2010.

TAYLOR, Charles. **Hegel**. Sistema, método e estrutura. São Paulo: Realizações Editora, 2014.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.1 30-141, 2009.

WIKIPEDIA. **Microtargeting**. Available in <https://en.wikipedia.org/wiki/Microtargeting>. Access in 09 jun. 2020.

Reflexões sobre o conceito de informatividade nas práticas curatoriais em museus

Sabrina Damasceno Silva¹

1 Introdução

ESTA PESQUISA TEM POR OBJETIVO APROFUNDAR OS ENTENDIMENTOS QUANTO ÀS possibilidades de se identificar o *modus faciendi* das práticas curatoriais informacionais em museus. Considera-se importante a inserção dos grupos sociais como possíveis agentes de leituras de suas próprias narrativas acerca das materialidades que constituem as coleções. O foco, vale enfatizar, está no entendimento das diferentes construções discursivas a partir da percepção dos agentes, expressas nos espaços expositivos.

Ao problematizar a questão curatorial aponta-se para a necessidade de perceber, além da naturalização dos processos que recodifiquem ou traduzam a informação oriunda do conhecimento especializado, também os arranjos estético-informacionais relacionados com os processos que validam as informações selecionadas pelos curadores para serem divulgadas como verdades.

Sendo os espaços institucionais *loci* discursivos e, conseqüentemente, de múltiplos enunciamentos da informação, cabe refletir sobre uma questão destacada por Foucault de que as verdades seriam encontradas nas instituições. Os sujeitos do discurso teriam um papel essencial na construção dessa verdade por meio da instrumentalização, como neste estudo, da informação como “enunciado”, elaboradores de “formações discursivas” na construção do conhecimento e de “discursos”, que acabariam por atravessar os da Ciência da Informação.

Interrogando o que “significa hoje dizer o que dizemos” (2008, p.606) e denunciando o que nos tornamos diante da proliferação de discursos que pretendem atribuir verdades sobre nós, Foucault assinala a existência de um jogo de regras entre saberes.

¹ Doutora em Ciência da Informação (PPGC I BICT UFRJ), Professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Contato: sabrinadsilva@ufrb.edu.br.

Frohmann (2004, p. 390) apresenta duas possibilidades teóricas: uma voltada para as questões de estruturação, funcionamento, estabelecimento e cumprimento de regras desse campo do conhecimento e outra fenomênica, onde há um deslocamento para novas formas de positivação e que não possuem entidades ontológicas prontas.

Ao longo deste texto o conceito de informatividade deve ser entendido como elemento fundamental nos acionamentos informacionais realizados nos processos heterotópicos que constituem as elaborações curatoriais.

Perceber as estruturas narrativas de memória elaboradas em museus, remete às práticas curatoriais sob uma perspectiva que parta dos deslocamentos conceituais de Foucault no que tange à “heterotopia”. Os espaços museológicos acionam um dispositivo² que relaciona os sujeitos e o coletivo em uma trajetória histórica, in casu, da relação entre as heterogêneas ideias do “mundo³ envolvente”. Os desencaixes espaço-temporais na construção de uma memória dos diferentes grupos sociais nessas instituições englobam processo locais onde múltiplas temporalidades e representações espaciais são expostas, fruto de processos curatoriais que estabelecem “compressões do tempo e espaço” e estabelecem circuitos, narrativas ordenadas, lineares, onde nosso passado, representações da memória, possam ser decodificados e comunicados a partir dos saberes.

2 Os heterogêneos discursos: um dispositivo curatorial

Abordando em sua obra a produção dos enunciados verdadeiros e investigando a pertinência para o Sujeito⁴ da problematização dos opostos verdadeiro/falso na história das práticas específicas, que envolviam jogos de regras entre saberes e estratégias de poder, Foucault ultrapassa essas condicionantes ao adotar a verdade e sua relação com o Sujeito, como fio condutor de parte substancial de sua obra, operando a partir de um “deslocamento estratégico” uma história crítica da verdade.

“Ora, tem sido uma evidência significativa na filosofia moderna que o sujeito é fundamento de verdade e fonte universal de significação. Foucault quer problematizar evidências como esta, ao mostrar que tanto os discursos de verdade quanto

2 FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos III*. MOTTA, Manuel Barros da (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

3 INGOLD, Tim. *The perception of the environment*. London: Routledge, 2000.

4 “Denomina-se sujeito um ser cuja identidade é suficientemente firme para lhe permitir suportar, em todos os sentidos da palavra (sustentar, servir de fundamento, resistir à prova), a mudança, ou seja, a alteração. O sujeito permanece o mesmo enquanto se modificam as qualidades acidentais. Desde Descartes, o mais subjetivo dos sujeitos é aquele que está seguro de sua identidade, o ego do ego cogito” (DESCOMBES, 1979, p.94, grifo do autor).

o que se entende por sujeito são produzidos, constituídos a partir da articulação entre jogos de regras, mecanismos e estratégias de poder pertencentes às nossas práticas sociais e culturais “. (FOUCAULT, 1990, p. 46).

As reflexões propiciadas pelo pensamento foucaultiano possibilitam análise dos museus, suas práticas informacionais de organização e transferência, suas “formações discursivas” elaboradas por saberes que acabam por configurar um “dispositivo”. Cabe ressaltar que o arcabouço teórico de Michel Foucault buscava refletir sobre os processos de verdade, as formas de coerção estruturadas pelas sociedades para sua construção, por meio de instituições de controle, sobre os sujeitos e as formas de subjetivação, dispositivos, acionamentos desses dispositivos e ocultamentos de enunciados.

Os processos curatoriais são fruto de estratégias, escolhas, decisões de sujeitos produtores e ordenadores de “enunciados” oriundos de saber, posto que, enquanto pesquisadores e curadores, estes são igualmente geradores de saber (científico) e controladores das formas de circulação dos “discursos” elaborados a partir dos mesmos.

As práticas curatoriais se relacionam com a elaboração de “discursos” *intra et extra* pares, assim como, para a sociedade em geral, com a construção do fazer especializado enquanto elaborador de “enunciados” sobre uma determinada área do conhecimento.

Os “discursos” reconhecidos como verdadeiros em alguma época, permanecem em um lugar de enfrentamento. A verdade, no sentido da constituição de uma verdade em si, é inseparável das relações de poder entre as práticas sociais, efeito de jogos de regras entre os saberes; a verdade do sujeito passa a ser pensada como efeito de estratégias de poder de uma sociedade. A análise deixa de incidir sobre os jogos teóricos e científicos para privilegiar como ponto de partida as práticas concretas (CANDIOTTO, 2010, p. 17).

A curadoria é parte de uma rede que configura um dispositivo de que os enunciados científicos e os discursos e regimentos institucionais são parte integrante. As ações de curadoria e suas práticas de ordenação e preservação se relacionam com os jogos de regras entre os saberes e a produção de “enunciados”, assim como as formas de produção e circulação de “discursos” enquadrados em verdades produzidas em heterogêneos contextos.

A naturalização da informação, segundo Huvila (2013, p. 11), integra a rotina de trabalho dessas instituições museológicas, relacionando-se a um dispositivo onde, dentro da comunicação da informação, encontram-se os atravessamentos de como esta é transmitida, reproduzida, documentada e recodificada nos museus.

Segundo Hooper-Greenhill (1992, p.3), a ideia de museu é mediada pelas práticas do trabalho nesses espaços e há muita pouca literatura desse micro-nível de

práticas da informação e conhecimento no contexto das instituições museológicas. Os mecanismos de como os museus passam a conhecer o que vêm a mediar não são bem conhecidos. As formulações de regras, rotinas, sua elaboração como integrante do corpo das instituições de memória, os heterogêneos acionamentos da informação, as elaborações de discursos, as estratégias internas de uso da informação, as formulações de grupos internos e comissões, enfim, todas essas micro-instâncias de poder, que possuem, no caso dos museus, atravessamentos curatoriais e validações institucionais, resultam nos processos finais de comunicação pública.

3 O aporte da informatividade de Bernd Frohmann

Dentre as diversas abordagens possíveis acerca do fenômeno informação, nesta pesquisa fez-se a opção por um enfoque a partir das perspectivas de Bernd Frohmann por sua aproximação com o aporte teórico foucaultiano ao considerar possível a materialização da informação por meio da identificação de campos de força – institucional, tecnológico, político e cultural que configuram características sociais e públicas da informação na atualidade.

Frohmann (2004, 2008) estaria dentre os denominados neodocumentalistas. Suas indagações estabelecem foco nas práticas e estão mais próximas dos usos informacionais da linguagem. Este autor entende que a as práticas documentais geram a informatividade dos documentos e assim a informação emergiria como um efeito dessas práticas, encaminhando para uma reflexão sobre suas propriedades.

Inicialmente ressalta-se seu entendimento crítico ao mentalismo no que se refere à informação e às teorias delineadoras da Ciência da Informação. O questionamento desse foco nos processos que ocorrem na mente permite a percepção do ocultamento dos cruciais contextos sociais das regras. E o entendimento das regras construídas sem seus contextos sociais, ou o meio como estas se inserem no mundo social, não apontam ou propõem as intenções e interesses a que servem. O papel social dessa prática, a teoria de indexação, não pode evitar investigações das regras em seus domínios, sem que estas sejam permeadas por aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais (FROHMANN, 1990, p. 96).

Essa argumentação será posteriormente mais aprofundada em suas reflexões acerca das práticas documentárias a ponto de gerar a inserção de novos aportes teóricos como o de Foucault, em especial no que se refere ao campo dos questionamentos das formulações discursivas e suas relações com os aspectos políticos e sociais e principalmente institucionais. Em um deslocamento posterior utiliza formulações teóricas foucaultianas apontando que sua proposta de análise discursiva seria especialmente apropriada para disciplinas. Pode-se, então, entender que as elaborações dos estudos de Foucault acerca dos “discursos”, considerando-os como

oriundos de conjuntos de “formações discursivas” positivadas de “enunciados” dispersos, possibilitaram expandir o conceito de documentar. Tal conceituação já não era mais apenas uma das atividades características, um dos objetos delineadores a serem pensados na CI, mas também resultantes de práticas sociais em espaços institucionais com diferentes contextos de poder e intencionalidades discursivas, constituindo a necessidade de novas reflexões epistemológicas.

Bernd Frohmann (2004, p. 387) ao realizar seu estudo sobre a era da informação em seu texto *Documentation Redux*, utilizando as conceituações de Geoffrey Nunberg⁵ considera esse ensaio importante para sua abordagem a respeito de uma filosofia da informação, decorrente da apresentação de elaborações sobre a questão “o que é informação”, o que poderia ser um fundamento para essa filosofia, por pertencer ao fenômeno atual de informação, assim como a ideia de quantificação. A concepção de substancialidade apresentada por Frohmann (2004, p. 338) levaria o imaginário para uma busca por soluções para os efeitos do excesso da massa informacional, bem como, no âmbito de uma espécie teórica coerente, encaminharia para o entendimento de uma possibilidade de conhecimento teórico geral.

O retorno reflexivo acerca dos entendimentos das formas documentais, mantém os traços críticos sobre a necessidade de ampliar algumas das conceituações da CI no que se refere aos aspectos discursivos, políticos e sociais. Se anteriormente o autor se pautava na utilização de arcabouços teóricos estruturados em enunciados produzidos em relações de poder, após um deslocamento, sua busca foi por uma tentativa de ampliar as construções ontológicas possíveis acerca da informação e CI resultantes de práticas de informatividade, onde era possível nesse domínio do conhecimento construir e reconstruir conceitos.

Frohmann (2004, p. 390) apresenta duas possibilidades teóricas: uma voltada para as questões de estruturação, funcionamento, estabelecimento e cumprimento de regras desse campo do conhecimento e outra fenomênica onde há um deslocamento para novas formas de positivação e que não possuem entidades ontológicas prontas.

5 Em seu texto *A Informação Redviva* de 2012, Frohmann destaca que o texto “Farewell to the information age” (“Adeus a era da informação”) de Geoffrey Nunberg de 1996, propõe uma fenomenologia da informação e apresenta importantes implicações para uma filosofia da informação. Nunberg (1996, p. 115) direciona atenção para “Como é constituída a impressão de ‘informação’ [...]?”. As ideias de informação que desfrutam do rigor teórico das definições e essências não são úteis para compreender o fenômeno da informação, porque “[...] qualquer tentativa de extrair uma estrutura conceitual coerente para a noção não seria apenas fútil: seria também artificial com relação à sua fenomenologia: a ‘informação’ é capaz de realizar seu trabalho precisamente porque torna indefinidas as fronteiras entre diversas categorias de experiência originalmente distintas” (NUNBERG, 1996, p. 114).

A proposta do autor para o fenômeno informação seria complexa por entrecruzar conceitos de significados, conteúdos de documentos, a intenção dos autores, com o que a mente apreende ao compreendê-los. E a partir dessa elaboração estabelece alguns questionamentos: a informação é inerente aos documentos ou às mentes que os compreendem? Como a substância intencional está relacionada à matéria inerte e sem vida a ser transmitida? O que é para uma pessoa a ser informada? O que é para o documento ser informativo? Como devemos compreender as relações entre diversos fenômenos sociais e a produção, circulação e recepção da informação? (FROHMANN, 2004, p. 390)

Frohmann (2004, p. 390) igualmente considera o entendimento “wittgensteiniano” de que há um sopro de vida depositado na linguagem pelo ato mental de ligar signos e significados, que pode ser intimamente relacionado à ideia de informatividade de um documento, por requerer um ato mental de projeção desses signos em seus sentidos ou significados. É preciso um pensamento para transformar documentos de matéria sem vida para informação viva, o que dependeria da formação mental do leitor para que seja informativo.

A ideia de informação é pertinente para os denominados “buscadores de informação”, uma vez que a informatividade de um documento seria vista como o conteúdo apresentado a uma mente em condições de compreendê-lo. Os “usos da informação” ganhariam a estabilidade que necessitam para serem contados, tabulados e processados por métodos estatísticos. As relações sociais presentes nos processos de produção, circulação e recepção de informações podem ser, para Frohmann (2004, p. 390), explicadas da mesma forma.

O encaminhamento para as formulações de Wittgenstein (1969, p. 143) geraria um afastamento de uma teoria da informação e direcionaria às descrições de práticas documentárias. O que decorreria da elaboração de que são as pessoas reais que se encontram empenhadas em atividades de operação com as palavras - denominado “jogo de linguagem” – pressupondo um domínio de uma técnica. Essas ideias podem ser agrupadas sob a categoria “prática”.

No que se refere às descrições dessas práticas documentárias, são destacadas certas propriedades: materialidade – documentos exigem uma forma material; o aprofundamento de sua incorporação nas instituições; disciplina social – porque exigem treinamento, ensino, correção e medidas disciplinares e, por último, a historicidade, pois elas se desenvolvem, entram em declínio e desaparecem.

Como um retorno a uma sistematização, estruturada em suas reflexões críticas acerca da informação, Frohmann (2001, p. 6) estabelece que materialidade, instituições, disciplina social, e história fornecem um começo para uma filosofia da informação a partir de práticas documentárias.

Como suporte para suas formulações o autor retoma a obra de Foucault propondo sua instrumentalização no que se refere especialmente às propriedades institucionais e disciplinares. Mas ao se contrapor essas propriedades com as elaborações foucaultianas sobre a estruturação de “discursos”, percebe-se que cada um desses elementos destacados poderia ser analisado como regras geradoras de “formações discursivas” e que resultariam em um “discurso” sobre as denominadas “práticas documentárias”.

Para Frohmann (2001, p. 5-7), o interesse de Foucault não estava na documentação propriamente dita, enquanto meio de comunicação de informação, mas como uma possibilidade de instância de troca de poder, gerador e formador, pelo qual os sujeitos são construídos. Segundo Foucault, a base para a materialidade da enunciação é a institucionalização. Isto porque, uma enunciação emerge por meio de várias redes relacionais, de campos de uso e está em constante transformação. Sua materialidade é constituída como decorrência de interesses variados, de desafios e lutas, de apropriações e rivalidades. Frohmann considera ainda que para Deleuze não é só o objeto ou o fenômeno em si uma força, mas tanto um quanto o outro é sempre relatado por outra força.

[...] Por essa ótica, conclui-se que não há nenhum evento, fenômeno, palavra ou pensamento que não tenha um senso múltiplo. Esta visão leva-nos a conceber que os elementos de cultura não são uma força em si e, portanto, que não são considerados como elementos viáveis de serem preservados e mantidos para as futuras gerações pelos atributos e valores que emergem naturalmente em sua própria existência. Nesse sentido, o que pode ser preservado são os valores e funções atribuídas às coisas, para e por uma sociedade, em momentos históricos específicos (FROHMANN, 2007, p. 86).

No que tange aos museus, seria possível buscar perceber a partir da diferença entre informação e conhecimento, as regras e normas presentes nessa diferença e como nos diferentes contextos a informação é acionada intencionalmente ou não buscando constituir conhecimentos e qual a diferença nos processos de sua legitimação e saberes.

Considerados os espaços museológicos como unidades de informação, sua responsabilidade corresponde à seleção, ordenação e comunicação da informação. Cabe aos museus e seus curadores a gestão e elaboração de formas de uma comunicação de dados oriundos de pesquisas baseadas em objetos de suas coleções. O tratamento deve ser específico, para que o fluxo informacional seja mantido e estes se tornem espaços de geração de conhecimento, com o entendimento que a

informação é objeto dos processos curatoriais no âmbito das práticas que envolvem, desde a seleção até à exposição, integrando a comunicação social da ciência e entendendo que os museus de história natural e suas ações de divulgação científica são parte desse processo maior comunicacional.

4 Heterotopia: “sistemas de dispersão” temporais para ordenações discursivas

Por definição Heterotopia seria, hetero = outro e topia = espaço. O termo Heterotopia seria originário da medicina referindo-se ao deslocamento de um órgão ou parte do corpo de sua posição normal. O deslocamento e conceituação elaborado posteriormente por Michel Foucault possui como elemento essencial a referência espacial, a questão de lugares em condições não-hegemônicas, com múltiplas camadas de significação ou de suas relações com outros lugares. (LORD, 2006).

A conferência intitulada “outros espaços”, proferida por Foucault em 1967, publicada em 1984 pelo *Cercle de Études Architecturales*, apresentou o conceito de Heterotopia estabeleceu que não há culturas que não as criem em variadas formas, mesmo que não haja uma forma universal. As heterotopias são espaços de ordenação, locais de resistência, onde o autor propõe por meio da espacialidade as suas relações enquanto essas se mantêm separadas e conectadas a outros espaços. Nessas, acontecem colisões e sobreposições epistêmicas criando uma espécie de intensificação do conhecimento. (TOPINKA, 2010).

As conceituações heterotópicas possuem seis princípios intrínsecos. Por se tratar de um texto transcrito de uma palestra, ou seja, não ter a intencionalidade clara do autor de publicação, é preciso esclarecer que são reflexões e instrumentalizações e não necessariamente propostas do autor.

O primeiro princípio seria de que todas as culturas possuem locais que se caracterizam por serem universais no que tange à heterotopia; seriam locais destinados aos indivíduos em rituais de passagem e, na sociedade ocidental moderna, os idosos em casas de repouso, o serviço militar e o colégio interno. Incluem-se ainda os indivíduos em situação de “desvio”, onde eles são deslocados ou apresentam “comportamento desviante” (casas de repouso, hospitais psiquiátricos, prisões).

Como segundo princípio encontram-se em toda sociedade formas de fazer essas heterotopias funcionarem de formas diferentes, transformando seu uso ao longo do tempo. Um dos exemplos são os cemitérios que migraram das igrejas nos centros das cidades para os subúrbios e como a morte passou a ser enfrentada de forma individualizada, cada uma passou a ter o seu espaço.

Já o terceiro princípio tem por essência que as heterotopias justapõem vários reais, espaços incompatíveis em um único espaço. Seriam exemplo os teatros, onde os diferentes mundos, normas, costumes, convergem para um mesmo palco.

O quarto princípio, aqui neste artigo o foco do trabalho, tem como referencial o tempo, uma vez que as heterotopias o possuem como elemento de conexão; o exemplo seriam os museus, onde aconteceria uma justaposição de tempos em um único, buscando preservar um momento. Haveria diferentes possibilidades de compressão de tempo em um mesmo local, principalmente as pequenas parcelas de tempo - heterocronias⁶ - onde o auge é alcançado quando o homem atinge certa ruptura com sua tradição temporal.

O quinto princípio refere-se ao fato de que as heterotopias requerem um sistema de abertura e fechamento que as isola de outros espaços enquanto mantêm sua penetrabilidade; enquanto o sexto princípio estabelece que o principal de uma heterotopia é a sua relação com os outros espaços.

Para o autor, esses *loci* heterotópicos apresentam um paradoxo, uma vez que são conectados e separados de todos os espaços o que gera uma contestação acerca destes, posto que não existiriam independentes de outros espaços, incluindo os de poder.

Nesse sentido os museus podem ser abordados como uma heterotopia acumulativa de tempo que não para de se acumular e empilhar-se sobre si próprio.

No século XVII há uma tentativa de fechar em um só lugar todos os tempos, épocas, gostos, formas, ou seja, uma tentativa de construir um lugar de todos os tempos, fora do tempo – organizar uma acumulação perpétua, o que se constituiria um conceito da modernidade. Entretanto, dos gabinetes aos museus, estes seriam uma heterotopia típica do século XIX – um espaço onde a cultura é colocada junta, representada e invertida. Embora não haja sociedades sem heterotopias, estas não possuem uma permanência constante e podem assumir diferentes formas.

O deslocamento realizado por Foucault para a conceituação aqui apresentada se deu a partir de uma fala em 1966, registrada em áudio, onde o foco era “Utopia e Literatura”. No decorrer dessa palestra, o autor apresenta uma de suas concepções de “utopia” enquanto espaços que se encontravam nos jogos infantis, no fundo dos jardins etc. e tal entendimento posteriormente será deslocado conceitualmente e culminará na introdução de sua obra “As palavras e as Coisas” onde encontra-se descrito a enciclopédia chinesa de Borges onde os animais se distribuíam em quatorze classes: “(...) a) pertencentes ao imperador; b) embalsamados; c) domesticados (...)” “essa desordem de fragmentos foi considerada por Foucault como “heterotopia”, uma vez que se opunha à “utopia”, considerada um “não-lugar” – narram o que não existe, situam-se na linha reta do “discurso”.

6 Consideramos que a elaboração de uma narrativa composta por elementos de diferentes tempos e localidades cria uma memória construída pelos especialistas “curadores” que determinam uma ordenação e validação da informação em “formações discursivas”.

Os espaços da heterotopia são unidades espaço-temporais, espaços-tempo, lugares onde estou e não estou. As questões heterotópicas permanecerão em suas pesquisas, já em seu deslocamento para as relações de “Saber/Poder” onde relata “através das obsessões pelo espaço cheguei ao que é fundamental para mim, as relações que são possíveis entre poder e o saber (...)”⁷ e esclareceu que “heterotopias” eram os espaços singulares que se encontram em alguns espaços sociais cujas funções são diferentes dos outros ou terminantemente opostas.

A diferença entre coisas e palavras ou entre objetos e estruturas conceituais é o que Foucault chama de espaço de representação, esse espaço também é uma heterotopia. A interpretação em museus é o modo como objetos são conceitualmente explicados e a Representação no contexto foucaultiano é o espaço entre coisas e formas de conceitualização. O museu seria impossível epistemicamente sem o espaço de representação criado na modernidade, com a ideia que coisas e conceitos estão necessariamente conectados (LORD 2006).

A crítica foucaultiana sugere instâncias discursivas como eventos históricos, diferente da crítica kantiana baseada em estruturas formais com modelos universais. A Genealogia objetiva decompor as contingências do passado para revelar discontinuidades na história. A arqueologia trabalha com “documentos” contingentes e os encontra nos arranjos em series descontínuas (FOUCAULT, 2002).

Heterotopias dissuadem de uma centralidade da origem do pensamento e aponta para a emersão, “a tranquilidade com que são aceitos deve ser perturbada, devemos mostrar que não surgem por si só, são construções que regem o que deve ser conhecido” (FOUCAULT, 1984). Essa perspectiva para analisar os processos curatoriais e a elaboração de enunciados expositivos nos processos de publicização da ciência, podem ser instrumentais, pois voltam-se para as práticas dos sujeitos e não propriamente para os objetos como elementos informacionais.

O conceito de heterotopia é importante por permitir abordar o potencial das definições de museu sem se ater a coleções e objetos, mas atentar à questão da diferença. Um museu é uma heterotopia a partir de dois aspectos: espacial e temporal.

Museus reúnem objetos distintos de diferentes tempos em um único espaço que buscam englobar um duplo paradoxo: possuem tempo infinito em um espaço finito. O que faz um museu uma heterotopia é a justaposição de distintos objetos temporalmente. (LORD, 2006).

Ao realizar um processo de coleta de alguns objetos em detrimento de outros, ao descrevê-los e nomeá-los, ao expô-los de uma forma oposta a outra, construindo

7 FOUCAULT, Michel. Space, Knowledge, Power, entretein avec P. Rabinow. Skyline, março, 1982, p.16-20.

contextos para esses objetos, seus especialistas e profissionais da memória estabelecem seus sentidos de autoridade e influenciam nas noções de tradição e patrimônio; elaboram um processo técnico que aqui denomino desde minha tese de info-estético, o que uniria a carga simbólica, histórica, informativa, estética, científica a ser mediada em uma narrativa para a sociedade..

Uma das possibilidades para entender como as construções de narrativas expositivas se elaboram em museus é por meio do conceito de heterotopia, uma vez que, tal conceituação se refere a combinações de diferentes lugares como se fosse um. Poderíamos citar diversas exemplificações: nomeações continentais para uma única sala que comportará representações de diversas culturas em diversos países. Estilos artísticos que agrupam pessoas de heterogêneas localidades e biografias em um único salão. Aproximações de pertencimento de territorialidade para referenciais de bilhões de anos, dentre outras narrativas heterotópicas.

Uma exposição heterotópica seria um espaço com referência a múltiplas localidades e contendo coisas tão diferentes que seria impossível achar uma lógica para ele, um espaço onde tudo é de certa forma fora de lugar. Trata-se da construção de lugares e tempos por meio do deslocamento de coisas, criando uma ordem por meio da desordem, destacando-se a intencionalidade de deslocamento de contexto.

Considerar um museu como uma heterotopia pressupõe uma imposição de sentido, ordem, coerência e verdade. Significa que contextos são delineados artificialmente baseados em lógicas impostas. Os objetos são colocados juntos em uma mesma narrativa, em função de uma história que alguém tenta contar; assim, esses objetos se tornam parte de uma narrativa, formam parte de um discurso no qual ele mesmo é um elemento em uma rede mais complexa de sentidos. Não há como qualquer normatização relacionada a museus pleitear qualquer privilégio de neutralidade ou universalidade, uma vez que representação é um ato político e trabalhar em museu é um ato político

Ater-se à definição de museus como espaços de diferença e de representação permite perceber a implementação de um “espaço de dispersão”. No campo da arqueologia, a heterotopia no que se refere às “formações discursivas” e aos “discursos” foca nos sistemas de regras que permitem palavras e coisas estarem juntas; sistemas de representação entre as palavras e as coisas; o ponto de análise está em revelar esses sistemas de regras, expor esses sistemas de representação, determinar as formas contingenciais na qual coisas foram conceitualmente ordenadas e as heterotopias seriam espaços de diferença entre palavras e as coisas.

A proposta de museu a partir das definições foucaultianas como espaço de diferença e de representação seria aquele onde a diferença entre palavras e as coisas é colocada em exposição e disponibilizada para contestação pública (LORD 2006).

A possibilidade analítica de museu como uma heterotopia pode ser uma possibilidade de entendimento, por superar os problemas de definições de museu exclusivamente em termos de objetos, práticas de formação de coleção, ou métodos de exposição que são historicamente contingentes (LORD, 2006); essa mesma definição pode ser útil na reflexão de como os museus podem progressivamente se tornar espaços de crítica, contestação e transgressão das problemáticas políticas de universalismo ou “história total” presentes nas bases de sua linhagem iluminista.

As “heterotopias” são descrições sistemáticas numa dada sociedade ao serem tomadas como objeto de estudo. Estas são um deslocamento das “utopias” - que se encontram fora de todos os lugares e se constituem locais de diferença apontando para uma localização geográfica na realidade, refletem e as discutem. O espaço é tratado como fixo, não dialético e imóvel, enquanto o tempo é visto como fecundo, vivo e dialético (FOUCAULT, 1984). Essa perspectiva analítica acerca do tempo encaminha para uma perspectiva em termos de progresso e eventos, não permitindo perceber os “sistemas de dispersão”.

A curadoria voltava-se inicialmente aos estudos e pesquisas dos diferentes campos do conhecimento e salvaguarda (conservação e documentação) das coleções em museus de heterogêneas tipologias. A partir da segunda metade do século XX as ações curatoriais passaram a incluir práticas especificamente com enfoques comunicacionais e educacionais.

Esta pesquisa ressalta que o conceito de curadoria possui significados variáveis em diferentes áreas do conhecimento e espaços de preservação da memória. Há, contudo, um ponto de convergência, especificamente nas instituições museológicas, que se encontraria presente em meio a essa diversidade: a atribuição a uma figura decisória (o especialista), possuidora de expertise, poder de ordenação dos “enunciados” oriundos de saberes, práticas específicas e, por conseguinte, das “formações discursivas” que irão compor os “discursos” autorizados. Esse sujeito enunciativo estabelece critérios de “verdade”, gestão e comunicação dos bens materiais e simbólicos integrantes de acervos e ações institucionais.

A curadoria no interior dos museus determina a formação, gestão e comunicação pública de narrativas de memória por meio das evidências do mundo sensível. Esses processos balizam a integração dos objetos materiais aos acervos institucionais a partir de suas potencialidades informativas (“enunciados”) e estabelecem critérios de organização e salvaguarda.

No que tange aos aspectos relacionados à comunicação da informação no âmbito dos museus, alguns estudos exploram a informação relacionada à atividade humana. Tal foco torna necessária sua análise como um ciclo, desde sua emersão até sua organização e uso. Esta percepção considera que o processo informacional

pode ser gerido direta ou indiretamente em diferentes fases de seu curso. A gestão não necessariamente denota um estado total de controle, mas a capacidade de direcionar, guiar e antecipar sinergias e dissonâncias nas interações entre humanos e informação (HUVILA, 2006, p.11).

O processo de organização da informação é fundamentalmente como uma sequência ordenada de interações informacionais com propósitos específicos. Segundo o autor, as finalidades podem ser de heterogêneas potencialidades, implícitas ou explícitas, relacionadas com a vida cotidiana ou meramente com a vida profissional do sujeito. Estas interações não necessariamente seguem a sequência produção, aquisição e uso. Por outro lado, a complexidade, ambiguidade, volatilidade e situacionalidade das mesmas e das interações individuais tendem a fazer o gerenciamento dos processos informacionais mais difíceis, mas necessários no que tange às suas formas de validação (HUVILA, 2006, p.11).

5 Considerações gerais

Primeiramente a categoria⁸ “interdisciplinaridade”, tão presente e considerada um dos elementos de fundamentação teórica essenciais de caracterização do campo dos museus, informação e memória, permitiria analisar os espaços museais como interdisciplinares e integrantes de narrativas sobre a memória, identidade, patrimônio e nação. Suas coleções e exposições podem ser compreendidas como instrumentos de representação de diferentes contextos históricos, socioculturais e ideológicos.

Ao serem integrados às coleções museológicas, os objetos são submetidos a diferentes processos de ressignificação, “pedaços do mundo físico” que são caracterizados por meio da agregação de valores culturais (PEARCE, 1994 p.9). Uma das funções essenciais das instituições museológicas é, portanto, a de construir narrativas expositivas de modo que esses vestígios e fragmentos formem conjuntos significativos e contribuam para a elaboração de uma rede de sentidos.

No que se refere aos processos curatoriais de uma exposição museológica – a elaboração do conceito expositivo, como essa narrativa será estruturada, quais os objetos pertencentes aos acervos integrarão essa narrativa, que informações e textos serão disponibilizados - diferentes contextos de geração de enunciados infor-

8 Categorias são elementos constitutivos de processos sociais, como percebidos por uma teoria ou visão do mundo (*Weltanschauung*). De particular interesse são as categorias fundamentais, a partir das quais podem se construir categorias derivadas. Em uma teoria, as categorias da existência são cobertas por conceitos. Conceitos de uma teoria que não correspondem a categorias concretas são pseudo-conceitos. (DEÁK, Csaba. The price of urban land/ Spatial organization in a capitalist economy. PhD Thesis, University of Cambridge. 1985).

mativos em suas origens devem ser considerados para que seja possível perceber os contextos de interrelação saber-poder que geraram sua constituição e validação como “enunciado”, sob que condições de agenciamento esse enunciado foi aceito e instrumentalizado nos discursos desse domínio do conhecimento.

Sendo os espaços institucionais, loci discursivos e conseqüentemente de múltiplos agenciamentos enunciativos por meio da elaboração de narrativas heterotópicas, cabe refletir sobre uma questão destacada por Foucault de que as verdades seriam encontradas nas instituições. Os sujeitos do discurso teriam um papel essencial na construção dessa verdade por meio da instrumentalização de dispositivos de memória curatorialmente compostos, que acabariam por irrupcionar as redes de conhecimento elaboradas a partir da memória social.

Enquanto espaços a serem analisados em suas singularidades, a trajetória institucional e dos sujeitos devem ser consideradas como elementos de elaboração no processo curatorial heterotópico, visando um objetivo singular em cada contexto histórico e irrupção curatorial a ser analisada.

A informação gerada no interior desses espaços museológicos e divulgada em suas exposições pode ser relacionada às questões de sua produção, circulação e transmissão. Não se pode descartar que alguns autores preferem destacar as exposições museológicas como ferramentas comunicacionais. É importante ressaltar o caráter institucional onde se encontram inseridos a maioria dos museus, sobretudo aqueles classificados como “tradicionais” (LOUREIRO, 1996, p. 102).

Ao deslocar-se da missão dos museus da modernidade clássica pós Iluminismo e, principalmente Romantismo, onde o curador, autoridade, especialista único de uma coleção, temática, materialidade, capacidade de estabelecer ordenações e narrativas de veridicção, determina o objetivo desta pesquisa, de contribuir para perceber como, em uma espécie de despersonalização, o profissional museólogo, deixou de ser o detentor de um conhecimento especializado, capaz de nomear sua prática a partir de um conhecimento sistêmico de funcionamento não fragmentado da instituição museu, como curadoria museológica.

Embora se possa afirmar que os museólogos em diversos museus não atuam como curadores responsáveis por coleções no sentido acadêmico ou artístico, eles conhecem ou deveriam conhecer, o processo de aquisição/seleção, acondicionamento/conservação, documentação e informatização, comunicação.

Em cada uma dessas partes de uma rede desse “dispositivo”, o museólogo, ou como a pesquisa considera, profissional de museus, informação e memória, os diferentes contextos institucionais de governança devem ser considerados para compreender os museus e como esses estabelecem relações em rede ou sistemas público-governamentais.

O que estaria em questão seria a intencionalidade dos sujeitos que, por meio do seu direito de determinar o que deve ser dito de verdadeiro, ou da escolha do uso de determinadas informações, pretendem agenciar o processo de validação em que estas se tornarão conhecimento.

Caberiam também, ao refletir sobre os processos de validação, inserir questionamentos sobre as relações de força e poder que se estabelecem nos processos de constituição enunciativas. A questão informacional em uma perspectiva do saber/poder estabelece na sociedade atual um conjunto dessas relações de força dominantes e dominadas que se estabelecerão como elemento operatório entre Estado e Sistema Privado.

Seriam, então, estabelecidas duas formações, uma discursiva, a política, e uma não-discursiva, a referente às práticas, instituições e processos. Essas possibilidades enunciativas não-discursivas, que foram negatizadas na primeira arqueologia, serão positivadas posteriormente na genealogia acerca do poder.

Heterotopias dissuadem de uma centralidade da origem do pensamento, apontam para a emersão, “a tranquilidade com que são aceitos deve ser perturbada, devemos mostrar que não surgem por si só, são construções que regem o que deve ser conhecido” (FOUCAULT 1984). Essa perspectiva para analisar os processos curatoriais podem ser instrumentais pois voltam-se para as práticas dos sujeitos e não propriamente para os objetos como elementos informacionais *per si*.

Por fim, considerar a curadoria como dispositivos heterotópicos, é perceber a elaboração de narrativas ordenadoras de diferentes temporalidades – por meio de acervos – em um mesmo espaço. Entretanto, pode-se considerar além, os museus seriam locais heterotopológicos, por possuírem representações de diferentes espaços igualmente, por meio de suas coleções em reservas técnicas agrupadas e nomeadas por coletor, localização geográfica, datação, material, ou expostas em cenografias, tentativas de reconstruções do passado, que seriam ao mesmo tempo heterotópicas, comprimidas em narrativas da memória e do patrimônio.

Tal perspectiva só pode ser validada a partir do complexo entendimento da formação das coleções e como essas são sistematizadas e ordenadas nos acervos museológicos. As topologias e topias serão acionadas em meta-narrativas a partir de narrativas museológicas elaboradas por especialistas em nome da missão das instituições de disponibilizar a informatividade (FROHMANN, 2004) dos elementos simbólicos que constituem a memória e o patrimônio.

Nesse sentido, ao considerar que a prática informacional curatorial em museus constitui-se em um dispositivo heterotópico de memória, busca-se agregá-la ao campo do conhecimento com a perspectiva analítica de que esses profissionais exercem atuação curatorial por meio de uma rede baseada na informatividade e

não na informação. Estabelecendo assim diferença ontológica nos processos informacionais de curadoria em museus.

Referências

CANDIOTTO, Cesar. **FOUCAULT e a crítica da verdade**. Estudos Foucaultianos. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2010. p. 17.

Descombes, V. **Le même et l'autre - quarante-cinq ans de philosophie française (1933-1978)**. Paris: Cambridge University Press e Les Editions de Minuit, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique? **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, v. 84, n. 2, p. 35-63, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos III**. MOTTA, Manuel Barros da (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FROHMANN, Bernd. Rules of Indexing: a critique of mentalism in Information Retrieval Theory. IN: **The Journal of Documentation**. v. 46, n. 2, p. 81-110, 1990.

FROHMANN, Bernd. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 42, n.1, p. 5-7, 2001.

FROHMANN, Bernd. Documentation Redux: Prolegomenon to (another) Philosophy of Information. **Library Trends**, v. 52, n.3, p. 387-407, 2004.

FROHMANN, Bernd. The role of facts in Paul Otlet's modernist project of documentation. In: RAYWARD, W. Boyd. **European modernism and the information society: informing the present, understanding the past**. Aldershot, Hants, England; Burlington, VT: Ashgate, 2007. p. 86

HOOPER-GREENHILL, E. **Museums and the Shaping of Knowledge**, London: Routledge. 1992.

HUVILA, Isto. To whom it may concern? The users and uses of digital archeological information. **Expert Knowledge, Communication, Dissemination.** Computer Application & Qualitative Methods in Archaeology – Layers of Perceptions (CAA) 2006. p. 2-25

HUVILA, Isto. How a Museum Knows? Structures, work rules, and infratestructures of information Work. **Journal of the American Society for Information Science and Technology (JASIST)**, v. 64, n. 7, p. 1375-1387, 2013.

INGOLD, Tim. **The perception of the Environment.** London: Routledge, 2000.

LORD, Beth. Foucault's museum: difference, representation, and genealogy. **Museum and Society**, v. 4, n. 1, p. 1-14, 2006.

LOUREIRO, José Mauro M. **Labirinto de paradoxos:** informação, museu, alienação. Rio de Janeiro, 1996. 143 p. Dissertação (Mestrado)-Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

NUNBERG, G. Farewell to the information age. In: NUNBERG, G. (Ed.). **The future of the book.** Berkeley: University of California, 1996. p. 103-138.

PEARCE, Susan. **Museums, objects and collections.** Washington: Smithsonian Institution Press, 1994. p. 93.

Topinka, R. J.). Foucault, Borges, heterotopia: Producing knowledge in other spaces. **Foucault Studies**, v. 9, 54-70, 2010.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Preliminary studies for the “Philosophical Investigations”**, generally known as the blue and brown books. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

Elementos para uma estória menor do conceito de informação

Vinícios Souza de Menezes¹

1 Os vencidos informam: uma estória menor

*Nunca houve um monumento da cultura
que não fosse também um monumento da barbárie.
E, assim como a cultura não é isenta de barbárie,
não o é tampouco, o processo de transmissão da cultura.*
Walter Benjamin (1994, p. 225)

A estória que este texto traz está grafada com “e minúsculo” e tem parentesco com “o livro de estórias [*storybook*] da humanidade”, sem começo nem fim (ARENDE, 2005, p. 192). João Guimarães Rosa (2001) enuncia e grafa a “estória” à diferença da história com “h, em geral, maiúsculo” da tradição ocidental. A estória mira “o rumorzinho forte das coisas, o caminho do que houve e do que não-houve” (ROSA, 2001, p. 231). O não-acontecido da história do conceito de informação faz morada nas estórias do informe (*informis*). O informe, um entrançado de pequenas estórias informacionais, “quer saber tudo diverso: quer não é o caso inteiro em si, mas a sobre-coisa, a outra-coisa” (ROSA, 2001, p. 258), nos diz o professor Riobaldo. Nesses rastros rosianos do rumorzinho das estórias que não-houve, este texto acentua a sobre-coisa diversa do conceito de informação. Em texto comunicado, esse plano de leitura imanente foi denominado como o “sertão da palavra informação” (MENEZES, 2018a) e, como aprendido com João Guimarães Rosa (2001, p. 332), “... neste sertão, vi tudo diverso diferente, o que nunca tinha visto”. Trata-se de uma questão de perspectiva – uma diferOnça sertaneja, como formulado por Eduardo Viveiros de Castro (CASTRO, 2018a).

1 Doutor em Ciência da Informação (PPGCI IBICT UFRJ); Professor do Departamento de Ciência da Informação (UFS); Contato: menezes.vinicios@gmail.com.

Essa estória é menor pois está na língua informacional como uma estrangeira, uma estranha nas cercanias da forma (*eidōs* | *ousía*) e das formações do sentido da *pólis*. Uma estória deslocada nos refúgios da língua maior da informação, entre apagamentos e rasuras, extenuações e repressões. São Deleuze e Guattari (1977), a partir da literatura de Kafka, os inventivos criadores do conceito “menor”, intensivamente usado no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) por Solange Mostafa (2011; 2018). Deleuze e Guattari recordam que Kafka nos dizia que a literatura tem a ver com o povo e não com a história (literária), logo, a estória menor do conceito de informação aqui abordada diz respeito às memórias do povo socialmente oprimido e obliterado da história ontológica e seus traços informacionais.

Figura 1 - *La mémoire*, René Magritte



Fonte: Magritte (1948).

Mostrando os conjuntos estruturais da palavra informação, o texto expõe aspectos filológicos, ontológicos e antropológicos. Os aspectos da palavra abordados são perspectivas. Nestas operações de báscula que subvertem o termo, que desacostumam a palavra em uma lógica do equívoco, do ambíguo, pretendemos fertilizar os abandonos informes do informar, reusá-los como crianças, fazer dos abandonos, brinquedos de “desver o mundo” (BARROS, 2010, p. 449). Desta “desapropriada maneira”, aspiramos de modo menor uma abertura informe para os estudos informacionais. Para tal aventura mobilizamos a minoria qualitativa, a língua daqueles

que “estão em sua própria língua como estrangeiros” (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p.40-41), a língua menor dos “tipos marginalizados” que povoam os marginais da língua maior. Intensificar o verbo é, em língua menor, dobrá-lo (DERRIDA, 2013), rizomatizá-lo (DELEUZE; GUATTARI, 1995a), infantilizá-lo (AGAMBEN, 2008), transmutá-lo em nascimentos (ROSA, 2001), fazê-lo delirar (BARROS, 2010). O informe assinala para esta virtualidade do verbo informar, a sua imanência.

Habão, o escravocrata das Veredas mortas do “Grande Sertão”, “cumpria sua sina, de reduzir tudo a conteúdo” (ROSA, 2001, p. 519), trata-se, agora (*jetzt-zeit*), de vermos o fundo, a paisagem, “essa espécie de palimpsesto”, como manifestava Milton Santos (1996, p. 103).

2 Elementos para um relato filológico

*A filologia é a donzela que, sem precauções
dialéticas, beija na boca o sapo da práxis.*

Giorgio Agamben (2008, p. 146)

Em seu étimo, a palavra informação nasce do latim *informatio*. Expressando tanto o *informo* – dar a forma – quanto o *informis* – privação da forma, a palavra informação assinala para uma dupla direção: i) a privação da forma, expressa por palavras latinas passivo-receptivas como *informis(e)*, *informitas*, *informiter*, *informabilis*, e, ii) a doação da forma, significada por palavras ativo-emissivas como *informo*, *informas*, *informare*, *informavi*, *informatum*, *informato*. Os dois caminhos indicados pela palavra encontram-se circunscritos no prefixo latino *in-*. O *in-* é uma apropriação do latim para o prefixo grego *a-* ($\alpha-$). O alfa enquanto prefixo grego possui ao menos dois caminhos: o copulativo e o privativo. A experiência linguística ensejada pelo alfa grego duplica e intensifica as contradições que faz aparecer (BENVENISTE, 1997).

Carneiro Leão (2010, p. 216) argumenta que “o alfa copulativo realiza uma união, uma intensificação do verbo por acréscimo, fala de um conjunto.” A expressão copulativa encontra-se latinizada no prefixo *en-*, que designa um movimento de interiorização (BECHARA, 2009, p. 369). No caso do vocábulo informação, significa uma ação de interiorização da forma (*in-forma-tio*). Enquanto *en-*, informação diz enformação (GONZÁLEZ, 2011), demarca a versão canônica do “dar a forma” ou “a fôrma” a algo, transfigurar nos contornos da forma a matéria.

O outro caminho assinala para a variação privativa do alfa grego (alfa privativo). O prefixo privativo grego $\alpha-$ possui correspondência no prefixo latino *in-*, visto que os prefixos latinos *in-*, *des-*, *de-* correspondem aos prefixos gregos *a-* e *an-*

(BECHARA, 2009, p. 368-369). Desse modo, a relação privativa que dispõe a palavra *in-formatio* no latim é similar ao movimento da palavra grega *a-letheia* (verdade)². O alfa privativo relaciona-se com o âmbito da sua negação. Em seu movimento de recusa, o alfa privativo estabelece uma relação de privação com seu radical. *Aletheia* é, por excelência, um exemplo simbólico desta relação, onde o alfa privativo intensivamente desdobra-se sobre sua privação radical, a *lethe* (o esquecimento), e dela gesta e faz nascer a liberdade da verdade – recorda a coisa perdida³.

Visto que a ambiguidade constitutiva de doação e de privação mobiliza os movimentos do prefixo *in-*, passamos às questões informacionais das relações entre *in-* e *forma*. O duplo movimento que o prefixo *in-* provoca no vocábulo *informatio* não é desconhecido, nem interpretativamente novo no campo da Ciência da Informação. Em algumas ocasiões textuais, Rafael Capurro anuncia essa duplicidade significativa da palavra *informatio*, todavia trilha os caminhos da tradição e do uso clássico de “dar a forma a algo” (*informo*). Capurro narra a genealogia histórica do conceito de informação sob o ponto de vista do *informo*: “*El prefijo in tiene, en este caso, el sentido de acentuar la acción pudiendo significar también negación como en el caso de informis, es decir ‘sin forma’*” (CAPURRO, 2008, p. 6). O *Thesaurus Linguae Latinae*, fonte documental basilar para os estudos latinos da Antiguidade (clássica e tardia) e do Medievo, é um dos materiais bibliográficos que fundamentam a abordagem de Rafael Capurro. Por meio desta fonte, Capurro aborda o conceito de informação através do ponto de vista maior da língua latina, que ocupou por mais de um milênio os lugares de língua mítica (religiosa), referencial (sentido e cultura) e veicular (burocrática) do pensamento ocidental (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 36-37).

No artigo “O conceito de informação”, Capurro e Hjørland reafirmam o cânone interpretativo: “o prefixo *in* pode ter o significado de negação como em *informis* ou *informitas*, mas, em nosso caso, ele fortalece o ato de dar a forma a alguma coisa”

2 Sobre o alfa privativo (*a-*) diz Heidegger (2010, p. 229), “esse é o sentido do alfa (*a-*) que compõe a palavra grega *aletheia* e que somente recebeu a designação de alfa privativo na gramática elaborada pelo pensamento grego tardio.”

3 Outro exemplo parte de Emmanuel Carneiro Leão (2010, p. 216-217), ao analisar a função do alfa privativo na palavra grega *a-mnemein*: “O alfa privativo é a força de resistência de libertação, de desprendimento dentro de um processo de prender e construir. O alfa privativo supõe a união, a afirmação, a construção, o prender e mostra que pertence a todo prender a conservação e a transformação das forças e das tensões de desprender, de desconstruir. É esta experiência de desprender, de desfazer, que Platão usa no texto [O Sofista] articulada com a partícula negativa ‘não’: ‘ele não esqueceu’ significa ‘ele apreendeu, sendo que este apreender se faz mergulhado na pluralidade de uma experiência.’”

(CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p. 156). O *informis* fica às margens do livro informacional, visto como “invisível”, como aquilo que não foi alçado ao *status* de fenômeno – o sem aspecto pois sem forma. Parafrazeando Foucault (2009, p. 143-149), no arquivo informacional o que pode ser dito é o limiar existencial das possibilidades enunciativas, ficando de fora do sistema geral de formação dos enunciados, o “que não podemos mais dizer” e/ou o “que não está na nossa prática discursiva”, no nosso caso, o informe. Todavia, trata-se de ver até que ponto é invisível a invisibilidade do visível (FOUCAULT, 2009, p. 225), isto é, “a terceira dimensão informe”, o poder e as suas relações de força (DELEUZE, 2005, p. 77-78) – o sapo da práxis.

Transportando esse cenário filológico e ontológico para uma discussão de gênero, a afirmação lacaniana desenvolvida por Barbara Cassin de que “na raiz de toda díade há a díade sexual, o masculino e o feminino”, tem na filologia do informar um exemplo ou, em termos aristotélicos a contrapelo, uma prova argumentativa – “dar a forma a algo” (princípio formal e afirmativo de atualização do masculino) e “privar a forma de algo” (princípio material e negativo de potencialização do feminino). A face marginal (feminina) no sentido do informar atende pela palavra “informe”, uma rasura inscrita na escrita antinômica da ontologia informacional. Caso concordemos com a abordagem de Cassin (2005, p. 31) de que “toda ‘escrita’ é palimpséstica”, o informe na literatura informacional é aquilo que se encontra extenuado nas margens, desclassificado na “estrutura organizacional” dos significados do vocábulo informar. Quando Bourdieu (2004, p. 99) em sua análise do senso prático das condutas cotidianas evoca uma sentença escolástica de raiz aristotélica para falar da informação – “somos guiados, isto é, ‘princípios que impõem a ordem na ação’ (*principium importans ordinem ad actum*, como dizia na escolástica), por esquemas informacionais” – o que encontra-se no jogo prático de dominação social dos “princípios de informação” (BOURDIEU, 1999, p. 110) são os esquemas de afirmação da forma “aceitável”⁴, ou seja, dos esquemas prático-classificatórios de divisão do mundo social, delineantes da visão fraturada do mundo pela “força do sentido” – ou na luta cassiniana, pela “força do sexo” –, a saber: o reconhecido e másculo princípio causador da concessão da forma. Socialmente oprimida, a informe mulher age de modo taciturno e privativo (MENEZES, 2018b).

4 “Dar forma significa dar a uma ação ou a um discurso a forma que é reconhecida como conveniente, legítima, aprovada, vale dizer, uma forma tal que pode ser produzida publicamente, diante de todos, uma vontade ou uma prática que, apresentada de outro modo, seria inaceitável (essa é uma função do eufemismo). A força da forma, esta *vis formae* de que falavam os antigos, é esta força propriamente simbólica que permite à força exercer-se plenamente fazendo-se desconhecer enquanto força e fazendo-se reconhecer, aprovar, aceitar, pelo fato de se apresentar sob uma aparência de universalidade – a da razão ou da moral” (BOURDIEU, 2004, p. 106).

Nesta “terceira dimensão do informe”, o *sem forma* pode ramificar-se ao menos em três modos de negação: i) a negação objetiva (*ouden*, nem mesmo um), ii) a negação subjetiva ou a privação/interdição (*mêden*, tudo exceto um) e iii) a denegação ou o afastamento, uma invenção significativa que indica “menos que nada” (CASSIN, 2017, p. 161-180). Barbara Cassin (2017, p. 165) sistematiza esses três modos de negação do alfa privativo na expressão grega *ouk on*, aquilo que ocorre não ser, que absolutamente não é, que não pode e não deve ser. Sob o ponto de vista dos vencedores, todo esse conjunto de repressões e negações interditaram e suprimiram às camadas rasuradas do arquivo informacional o informe, ao afirmá-lo como um dissidente morfológico do sentido único ou do “um-do-sentido” do “dar a forma a algo” (*informo*). Por outro lado, através da perspectiva menor dos vencidos, todas estas instâncias negativas miram a recusa da univocidade do sentido, que está inscrita na origem do radical da palavra informação: a forma. Na estória menor do conceito de informação, o *informe* é um preferiria-não aos avanços sistêmicos da sociedade maior – o império informacional.

3 Elementos para um relato ontológico

Eu sustento com palavras o silêncio do meu abandono.

Manoel de Barros (2010, p. 459)

Os movimentos de doação e privação provocados pelo prefixo *in-* estão diretamente relacionados às questões do sentido subscritas no radical forma. *Forma* ou *formae* são as palavras utilizadas por Cícero como tradução latina para as palavras gregas dos vocabulários de Platão⁵, *idea/eidos*, e de Aristóteles, *ousía*. Em seu movimento (im)positivo de doação, a informação constitui-se como uma donatária da forma, uma expressão do sentido. Às voltas com o sentido, este primeiro modo traz a versão interpretativa canônica que vincula a informação ao sentido. Informar é dar sentido conforme mostrado pelas diferentes perspectivas dos relatos de Maria Nélide González de Gómez (2012), Lídia Silva de Freitas (2003), Miguel Rendón Rojas (2005) e Rafael Capurro (1996; 2008). Dar a forma a algo é atribuir-lhe um sentido (*informo*). Este sentido, na ontologia fundamental, tem duas faces, em termos platônicos, o *eidos* e o *eidolon*, ou, em termos aristotélicos, o sentido e o não-sentido.

A representação do conhecimento que nasce no platonismo está associada ao método de divisão do mundo. O mundo platônico é uma composição de distin-

⁵ Para um desenvolvimento da abordagem da *forma* como *ideia* em Platão, conferir Menezes (2015).

ções: essência e aparência, inteligível e sensível, original e cópia, ideia e imagem. A possibilidade de conhecer a inteligibilidade da coisa é uma condição ontológica da partilha da forma – da ontologia do informar. Os inteligíveis dão a forma a algo e os elementos sensíveis, ao receber a ação da ideia, são apanhados pela dádiva da fundamentação, logo, são instituídos politicamente como “boas cópias”, representantes sensíveis da *Ideia*. Esplêndidas aparências e bem fundamentadas, os seres sensíveis são a imagem e semelhança da *Ideia*. A tarefa da ontologia informacional platônica é alçar ao sublime a linhagem dos semelhantes. Contudo, há um terceiro elemento em cena no mundo platônico: o Devir e seus fantasmas.

Entre o mundo inteligível e o mundo sensível há um mundo obscuro, ilegítimo e de inteligibilidade bastarda, diz-nos Platão (1992, §52b, p. 204). Entre a ideia (modelo) e as imagens (cópias), há os fantasmas (*phantasmatas*), ou, as “más cópias” – imagens sem semelhança, um puro devir sem medida (*hybris*) que escapa da ação da forma. Essas “outras aparências” são classificadas como malignas, perversas e insinuantes – informes –, pois não respeitam nem o fundamento, nem o fundado. O platonismo demarca um gesto de exclusão, onde a ontologia informacional é uma juíza cujo critério seletivo entre as boas e as más cópias representa a separação entre os seres que estão habilitados a receber a forma – os seres inteligíveis, também conhecidos como humanos – e aqueles “outros seres”, privados da forma e desterrados à condição de não-humanidade dos fantasmas – macrotermo platônico para todos os seres informes, excluídos da República (PLATÃO, 2000). Este pensamento platônico expressa a vontade de exorcizar, excluir e reprimir os simulacros, os dessemelhantes. Em outras palavras, o desclassificado simulacro, a imagem demoníaca destinada à expiação, é a diferença (fora do sentido), e a tarefa da representação é informar a ideia, dar às coisas um fundamento, uma forma capaz de excluir, eliminar e barrar toda e qualquer pretensão de diferença (*ouk on*). O ato de dar a forma algo é uma relação de força que visa reduzir o pensamento da diferença (*informis*) à identidade (*informo*).

A outra faceta da ontologia fundamental da informação encontra-se inscrita na mirada canônico-aristotélica da “decisão do sentido”⁶. Por informação entende-se

6 “Pode-se, no entanto, demonstrar por refutação [...] que há impossibilidade <de que o mesmo pertença e não pertença ao mesmo segundo o mesmo> desde que o adversário simplesmente diga algo [*an monon ti legêi*]; e se ele não diz nada [*an de mêthen*], é ridículo procurar o que dizer em resposta àquele que não sustenta discurso sobre nada [*ton mêthenos ekhonta logon*], na medida em que, em função disso, *ele não sustenta nenhum discurso* [*mêthena ekhei logon*]; pois um tal homem enquanto tal é de saída semelhante a uma planta [*homois phutôi*] [...] O ponto de partida em todos os casos desse gênero não é pedir que se diga que algo é ou não é (pois rapidamente se afirmaria que está aí a petição de princípio), mas que ao menos signifiquemos algo,

o princípio atualização do sentido. “Dar a forma a algo” é determinar uma unidade de sentido para algo, não necessariamente um ente, todavia, um significado. Que uma palavra tenha mais de um significado, não é um problema para Aristóteles (2002, §1006b 1-15, p. 147-149), desde que o significado seja limitado à uma identidade e que para cada um desses significados exista uma palavra em específico, pois a palavra “exprime um e só um significado determinado”. Trata-se de fazer da palavra um termo. Para Aristóteles e a tradição do pensamento ocidental que seguiu seus ensinamentos, não é possível, aliás, é impossível, uma palavra como informação significar simultaneamente *informo* (dar a forma a algo) e *informis* (privar a forma de algo). Aristóteles procede por sinonímia e analogia, preservando na base da sua filosofia, o princípio de identidade da não-contradição – “o mais firme de todos os princípios sem exceção” (ARISTÓTELES, 2002, § 1005b 5-30, p. 143-145). Dizer que uma mesma palavra possui mais de um significado (homônímia), é privar esta palavra do termo, negar-lhe o um-do-sentido, minorá-la em “*logos* de planta”. A decisão do sentido aristotélica funda a relação do sentido com a informação na ontologia fundamental.

Ao sustentar com palavras o silêncio dos abandonos da língua maior, a multiplicação dos significados emudecidos dissipa a unidade do sentido e torna sem discurso (*aneu logon*) os portadores da palavra informe. Ao não significarem uma única coisa, os seres informes, fora do sentido, rompem o rumo acostumado da palavra e passam a “não significar nada absolutamente”. A cifra significativa dessas vidas marginais ao sentido é a inumanidade, uma vida inqualificada (*zoé*) politicamente (AGAMBEN, 2010). Ao afixar o movimento na morfologia da palavra (prefixo) e triplamente negar os ardis do “mal do um” (CLASTRES, 1979), os seres informes ao borrarem suas fronteiras, “dementavam as palavras” (BARROS, 2010, p. 444). Ampliavam os limites do mundo através de uma imanente performance

tanto para si quanto para um outro [*sêmeinein ge ti kai autôi kai allôî*], pois isso é necessário, a partir do momento que se diz algo [*eiper legoi ti*]. Pois para o que não significa, não haveria discurso [*ouk an eiê logos*], nem se dirigindo a si mesmo nem dirigido a um outro. E se alguém aceita significar, haverá demonstração: desde então, com efeito, haverá algo de determinado [*ti hōrismenon*]. Mas o responsável não é aquele que demonstra, é aquele que sustenta o ataque, pois destruindo o discurso, ele sustenta um discurso. [...] Se [...] afirmássemos significar uma infinidade de coisas, é claro que *não haveria discurso* [*ouk an eiê logos*]; pois não significar uma única coisa é não significar nada absolutamente [*to gar mê hen sêmeinein outhen sêmeinen estin*], e se as palavras não significam, destrói-se a possibilidade de dialogar uns com os outros, e na verdade consigo mesmo: pois não se pode pensar em nada sem pensar em algo único, e se o pudermos, colocaremos então uma palavra única sobre essa coisa.” (ARISTÓTELES, 2002, IV, §1006a-1006b, p. 145-147).

da linguagem, um “falar por falar”⁷ (*logou kharin legousin*) que pelo “prazer de falar e jogar com a linguagem” (CASSIN, 2017, p. 64), expressavam-se “em pura perda” e, assim, “estoriavam” a língua, desterritorizando-a ao modo de “um construtor menor” (BARROS, 2010, p. 482), como um *bricoleur* (LÉVI-STRAUSS, 1989; AGAMBEN, 2008).

Privar a forma de algo é rumar para fora do sentido (*informis*), não ter existência discursiva – *aneu logon*⁸ (ARENDT, 2010, p. 32) ou *alogon pragma*⁹ (CASSIN, 2017, p. 91). Na versão aristotélica, ser informe é possuir um “*logos* de planta” – “*Homoios phutôi*, você é semelhante a uma planta se você fala sem significar” (CASSIN, 2017, p. 120). Nesta desclassificada classe estão os marginais, os sem discurso: mulheres, crianças, estrangeiros, monstros, escravos, animais, plantas, sofistas... Tecnicamente, a negação do sentido pode ocorrer de três modos: i) através do não-sentido, que faz par com o sentido e é orientado por ele; trata-se da órbita dialética de refutação universal descrita por Aristóteles, ou, em outras palavras, o não-sentido é o efeito do sentido que decide acerca de que alguma coisa ou tenha sentido (*informo*) ou não seja (*informis*); ii) através do fora-do-sentido, ou do *logos* de planta, a condição inumana de expressão logológica via performance, homonímia, significante e anfíbolia; iii) a denegação, ou o *ab-sen-so*, que é o furo da norma aristotélica do sentido/não-sentido causado pelo fora-do-sentido ao adentrar o território da não-contradição. Na ontologia relacional da informação ou na logologia informacional, a denegação ou a semiofagia causada por ela na estrutura da univocidade aristotélica foi chamada de *iumforme* (MENEZES, 2018a), o *i-* como privação de todo *um-*, o *i-um-forme* como um ato de “subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a n-1” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 21).

7 Sobre as associações filológicas e sociais entre a forma (**for*) e o falar (**bha*), conferir Benveniste (1995, p. 138) e Menezes (2015, p. 13-14).

8 [...] todos os que viviam fora da polis – escravos e bárbaros – eram *aneu logou*, destituídos, naturalmente, não da faculdade de falar, mas de um modo de vida no qual o discurso e somente o discurso tinha sentido e no qual a preocupação central de todos os cidadãos era discorrer uns com os outros” (ARENDT, 2010, p. 32).

9 O *alogon pragma* é uma “coisa sem *logos*”, uma “prática sem razão” (CASSIN, 2017, p. 91).

Figura II – Semiofagia da informação



Fonte: adaptado de Barbara Cassin (2017, p. 166).

Nas marginais do arquivo informacional, a cifra do informe é como a privação que aponta para o “é” que a cada vez “é outro”. O informe não é da ordem forma (sentido), nem do formato (coisa significativa). Seu verter é imanente (DELEUZE, 2004, p. 163). O vazio aberto entre o sensível e o inteligível, que por ora não é da ordem do ser nem do ente, é a vida informe – “um vago variado” (ROSA, 2001, p. 441). “Pobre de mundo e de logos ontológico”, o ser informe, desertor do sentido e da forma, entoa o seu discurso decaído e aventa na estrutura da ontologia fundamental um devir associativo. Barbara Cassin (2017, p. 166) propõe que a revolução estrutural do pensamento metafísico se dê através de uma cooptação interna do dispositivo aristotélico. Outros modos rebeldes são possíveis, fora dos contornos da máquina antropológica do Ocidente fundada pela partilha ontológica da informação.

4 Elementos para um relato antropológico

Talvez mesmo os campos de concentração e de extermínio sejam uma experiência deste gênero, uma tentativa extrema e monstruosa de decidir entre o humano e o inumano, que acabou por envolver na sua ruína a própria possibilidade da distinção.

Giorgio Agamben (2011, p. 37)

A ontologia é uma operação instauradora da antropogênese. Trata-se de um evento sempre em curso que decide a cada vez, em cada indivíduo, acerca do humano e do animal, da natureza e da história, da vida e da morte. O conceito de

informação em seu nascedouro greco-latino diz a “ação de dar a forma a algo”. Neste contexto histórico, agir significa iniciar, imprimir movimento a alguma coisa, como indicado pela palavra grega *archein* e sua tradução latina *agere*. O verbo grego *archeion* assinala ao mesmo tempo uma ação ontológica de começar e principiar algo e uma ação nomológica de comandar e governar o criado. Nota-se que, como apontado por Hannah Arendt (2010, p. 190), não se tratava do início do mundo ou de uma coisa, mas de alguém que é, ele próprio, um iniciador. Intérprete da filosofia política da Antiguidade Tardia, Arendt rememora Agostinho ao argumentar que os humanos foram criados para que houvesse um começo e, por constituírem um *initium*, são impelidos a agir. Com a criação do “homem” – e com isso as questões de gênero associadas –, vieram ao mundo os preceitos de princípio e governo, fontes das ontologias da efetividade do ser e do comando dos vivos (AGAMBEN, 2013). Ali onde as coisas começam, “homens” e deus(es) comandam (DERRIDA, 2001).

A agência de concessão de inícios é uma instituição do *anthropos* (humano) e, por *anthropos*, neste berço ancestral do Ocidente, há uma demarcação de gênero na *bíos* (vida qualificada). Ou seja, humano é, em geral, o homem, cidadão, detentor de capacidades discursivas (cidadão) e falante da “língua veicular” – língua urbana da *pólis*, da sociedade, da troca comercial, da transmissão burocrática (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 36-37). Em outras palavras, na máquina antropológica do Ocidente, humano é aquele que porta o princípio ativo da língua do sentido. Ser humano não é uma simples condição biológica, mas uma instância de determinação política – “o homem é o animal que deve reconhecer-se como humano para sê-lo” (AGAMBEN, 2011, p. 43). Por meio das tramas ontológicas ocidentais, a antropogênese se constitui e afirma que para ser humano é preciso reconhecer-se num não-humano (*informis*). Se o efeito do sentido é o ser, o não-ser é um efeito sem sentido, um mensageiro da inumanidade do homem – a condição informe de marcação em negativo da máquina antropológica do Ocidente.

“Fala, se és homem” (CASSIN, 1993, p. 32), se és um gerador de formas, caso não seja dotado de existência discursiva e só lhe “reste” corpo e matéria, como mulheres, estrangeiros e escravos, ou, num exemplo técnico, um “capricervo”, é um fora do sentido: “[em Aristóteles] o macho fornece a forma e o princípio do movimento, a fêmea, o corpo e a matéria” (LOPES, 2010, p. 90). Rafael Capurro nos mostrou como através dos latinos, dos árabes, dos islâmicos e hebreus, o pensamento de Aristóteles se disseminou nas traduções e incorporações interculturais da ontologia informacional. A abrangência panorâmica dos estudos de Capurro (2014) nos leva a identificar que através das interpretações de Aristóteles, perante as múltiplas sutilezas exegéticas dos seus comentadores, o conceito de informação manteve-se associado à dimensão noética do pensamento reflexivo (*noêsis*), ora

pela via ontológica da razão, ora pela via epistêmica do discurso. Eventualmente associado ao pensar (*te noeîn*) e ao intelecto (*nous*), a informação é um *noêma*, uma verbalização nominal por meio da qual damos *ser* ao ser, isto é, efetuamos o ser por meio do dizer. Dar a forma a algo é nomear, expressar em *noêma*, ou seja, mediante um signo de reconhecimento, as afecções da alma – escrever a natureza através das inscrições do pensamento. Em outras palavras, informar é apresentar pela via noética da razão e do discurso, o ser – “o que demarca o homem do animal é a linguagem” (AGAMBEN, 2011, p. 55). Através da realização do *nous*, o ser se diz como algo verdadeiro. E por “ser”, entende-se o “ser humano” (*anthropos*), pois, o *nous* é *idion tou anthropou* – “o próprio do homem”. Dar a forma a algo é a abertura de doação de sentido realizada (*energeia*) pelo *nous*, o princípio ativo de origem e comando (*arkheion*) das demonstrações exclusivas do homem. Portanto, informar é uma ideia noética do um¹⁰ do sentido, um privilégio humano, uma exclusividade do homem livre.

O sentido define o humano, informa-o. A obra (*ergon*) do humano é significar. Propriedade ativa do intelecto (*nous*), o ato de dar a forma a algo é obra da natureza do homem. A obra do homem é o ser-em-ato da alma segundo o *logos* (*ergon anthropou psyches energia katà logon*). Informar é uma disposição da alma. Em termos modernos, informar é um trabalho intelectual, uma herança moderna do *formare per intellectum*. Mas isto não é tudo. À diferença do homem ontologicamente significativo, cuja obra de dominação e sujeição é formar a mundanidade do humano, existe o seu simetricamente oposto, o humano sem obra (*argos*), ou, cuja obra não diz respeito aos caracteres distintivos da humanidade: pensamento, intelecto, sentido ou bem. Este humano outro, em negativo, na estrutura social e política da metafísica da colonialidade é o escravo e seus afins – seres informes (não-seres do ser). Decaído à condição informe, a obra imperfeita do escravo é o “uso dos corpos” (*he tou somatos chresis*)¹¹. Fora do *nous*, a obra do escravo é não-humana (*ergon doulou*), enquanto a do homem livre, reafirma a sua exclusividade senhorial (*ergon anthropou*): informa. A alma comanda o corpo com um comando despótico, enquanto o intelecto comanda o apetite com um comando político. Em outras palavras, a alma está para o corpo assim como o senhor está para o escravo.

10 Em Aristóteles, o sentido é identidade, posto que é “um”. Umberto Eco (2013, p. 21) argumenta, a partir da discussão dos números de Aristóteles nos *Segundos Analíticos*, que “para os gregos o um não era um número (mas a fonte e a medida de todos os outros números).”

11 “O escravo, que se define por intermédio desse ‘uso do corpo’, é o homem sem obra que torna possível a realização da obra do homem, aquele ser vivo que, embora sendo humano, é excluído da humanidade – e, por essa exclusão, incluído nela – para que os homens possam ter uma vida humana, ou seja, política.” (AGAMBEN, 2017, p. 41).

No escravo, o corpo encontra-se em uso, enquanto no homem livre, a alma está em obra segundo a razão (ARISTÓTELES, 1988, §1254b, p. 57-59).

A informação como “dar a forma a algo” (*informo*) é um ato senhorial e despótico do sentido na *oikonomia* dos humanos. Associado ao sentido, que determina se algo ou tem sentido ou não é, a informação herda do sentido ontológico a sua natureza, pois “é da natureza do sentido o fato de ser totalitário, quer dizer, reduzir a si mesmo tudo o que não é ele” (CASSIN, 2005, p. 84-85).

Por outro lado, a informação como “privar a forma de algo” (*informis*) é um uso corporal isento de obra, cujo sentido perdeu-se na multiplicidade da alteridade radical. Não partilhando das operações humanas da *poiesis* (um meio para um fim – produção), nem da *práxis* (um fim em si mesmo – agir bem), o informe é um meio sem fim, não efetua, nem realiza, só usa (*usus facti*). Informes e sem obra, os não-seres são por natureza semelhantes a escravos – um espaço vazio naturalizado na estrutura da organização social da *pólis* ocidental, pronto para ser ocupado pelas capturas das operações de colonialidade da metafísica, seus processos de escravização e seus modos análogos. Fora do sentido humano, a condição colonial dos seres informes é de não-ser, não-poder e não-saber, logo não significam, não têm discurso, não informam, não são homens.

Orígenes (185-253 d.C.), neoplatônico patrístico falando sobre a representação da “vida informe” dizia: “os animais privados de palavra são representados a conversar entre si” (*apud* AGAMBEN, 2008, p. 171). Associados à condição não-humana longe da publicização do lugar do discurso (*logeion*), as vidas marginais do *homo alalus* (homem sem fala) balbuciam nos guetos um “discurso filosófico impuro, ameaçado, bastardo, híbrido” (DERRIDA, 1996, p. 70). Eis o gesto aristotélico informacional de exclusão: “significa algo, se não és uma planta, ou, aculturado (não-grego).” (CASSIN, 2005, p. 97) Estão excluídas da humanidade as pessoas para quem as palavras dizem coisas que não têm essência (CASSIN, 2005, p. 107) – palavras que não existem (não-gregas e não-latinas), palavras sem sentido (privadas de essência e/ou com múltiplos significados), palavras incompreensíveis, com usos menores da língua, por exemplo, sem efes [F], sem eles [L] e sem erres [R], como dizia Manuel da Nóbrega (2017), cronista do descobrimento, ao entrar em contato com os Tupinambá no século 16.

O mundo quinhentista da invasão das Américas tinha Aristóteles como patrono e autoridade hegemônica de interpretação do mundo. Os cronistas do período replicavam os ensinamentos aristotélicos e diziam que os ameríndios, “esses não humanos”, falam por falar (*legein logou kharin*), não informam, privam a essência da forma com a multiplicidade dos seus dizeres. São, assim, seres informes. Sem forma ou afastado de toda relação com a forma e suas novas representações como

o Estado, os ameríndios eram sem fé, sem lei e sem rei. Deste modo, a máquina antropológica do Ocidente, em suas operações antigas e modernas, trata como seres informes, os sofistas, mas também os marginais da língua maior, as mulheres, as crianças, os estrangeiros, os escravos, os ciganos, os indígenas, os monstros, os animais. Todos aqueles que na Antiguidade foram produzidos como não-humanos a partir da animalização, como o macaco-homem, a criança selvagem, o homem-fera, o escravo, o estrangeiro, o bárbaro, mas também, são seres informes, aqueles que na Modernidade foram isolados na animalidade do humano, excluídos, foram produzidos na máquina antropológica como o homem-macaco, o judeu, o cigano, o mulçumano de Auschwitz, o negro, o indígena, o homossexual... (AGAMBEN, 2011, p. 56-58).

O *Thesaurus Linguae Latinae* (1934, p. 1474-1477) dedica um espaço maior ao *informis* do que ao *informo*. Por *informis* entende-se a alteridade ou, em outras palavras, o inimigo. O cânone ocidental legou ao informe a condição de impossibilidade do sem sentido. E para esta indisposição estrutural concedeu os predicados de sem enredo (sem história, sem retórica), de feio, torpe, amorfo, bárbaro (de língua áspera e balbuciante), incompósito e inacabado (não absoluto), infame (não erudito), bastardo (Platão) e idiota (pessoa inabilitada a falar na *pólis*). Mas não se encerra aí. A literatura latina ainda diz que o informe é feito um orador invisível (sem discurso), um corpo sem espírito (fora dos caracteres da *pólis*) e sem alma (em busca da graça de Deus), um corpo com som de natureza (de fala incoerente e com sons incompreensíveis, inarticulados¹²), um corpo maculado pelo pecado (sem ídolos ou hábitos próprios, uniformes), isto é, um herege. No que o *Thesaurus Linguae Latinae* reserva à “*matéria mundi*” (1934, p. 1477), o informe é sem unidade de mundo, confuso, inquietante e caótico. Os seres informes são metamorfos, proteiformes, monstros e bestas deformadas. Seu reino é a matéria mãe, como nos casos ameríndios de Pachamama, Maya. Semelhantes à cera, os seres informes são desprovidos de poder e avessos à sabedoria ocidental, selvagens feito as selvas – no Brasil, até a segunda metade do século 20, ainda oficialmente chamados de silvícolas – e florestas cujas formas de ensino e aprendizagem devem ser apagadas. São esses históricos predicados que a língua maior da informação atribui para os acentos intensivos do informe, sua função discordante e dissonantes.

12 “Articulado, *articulatus*, é a tradução latina do termo grego *énarthros*, que pertence ao vocabulário técnico da reflexão estóica sobre a linguagem, que influenciou profundamente os gramáticos antigos. Os gramáticos antigos, efetivamente, iniciavam seus tratados com a definição da voz, da *phoné*. Distinguiam, primeiramente, da voz confusa (*phoné synkechiméne*) dos animais a voz humana, que é, ao contrário, *phoné énarthros*, voz articulada.” (AGAMBEN, 2008, p. 68).

5 Conclusão: uma transformação demasiadamente humana

Falar da natureza não é, como todos eles acreditam, falar do ente, mas, antes, tratar o não ente; é o que não é¹³, que está em vias de brotar.

Barbara Cassin (2005, p. 17).

Sustentar com palavras o silêncio do abandono tem como exemplo, para nós, o informe. O informe é uma diferença sempre para menos – “o menor intervalo é sempre diabólico: o senhor das metamorfoses se opõe ao rei hierático invariante” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 56). Assim, estrangeiro na língua maior da informação, o informe desterritorializa a língua ao intensificar no seu devir as multiplicidades da “política dos lugares”¹⁴ e dobra em seus agenciamentos os coletivos de enunciação, faz-se *iumforme* – instiga novas perspectivas informacionais. Os seres informes “tomam para si todos os perigos que esta [filosofia] deve enfrentar, todas as condenações, perseguições e denegações que ela sofre.” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 57). O informe, de acordo com Derrida (1996, p. 17), “destinado ao inapagável”, resiste e simboliza no interior da língua maior da “Sociedade da Informação”, uma “língua menor”, em devir com as “utopias libertárias, revolucionárias, imanes” da estória menor da informação.

Por fim, este texto tem como tarefa apresentar o devir da palavra informação. Perante a história onto-epistêmica do pensamento ocidental até a modernidade, este lugar esteve alheio às relações não-contraditórias, não simbolizando nem a subjetividade do inteligível nem a objetividade do sensível. O *informis* continuou desapercibido, abandonado nas ruínas do pensamento maior. Portanto, transver esta condição é o exercício deste texto, desformar o mundo decalcado pela forma.

Fitar a infância da palavra informação, o seu balbúcio alheio ao sentido, é um exercício crítico-filológico, carregado de facticidade e historicidade. Ler o que nunca foi escrito pelo sentido é ler o livro da vida informe, as rasuras gramaticais das línguas menores sob a tábula do palimpsesto vital do nosso campo. Ronald Day (2001, p. 2) em seu livro “A invenção moderna da informação” assinala que “*the history of information is a privileged site for understanding the intersection of language*

13 Como argumentado por Cassin sob o ponto de vista sofisticado, no mundo ameríndio não há uma “diferença ontológica” que corresponda à uma distinção entre o ser e o ente. A humanidade é uma condição socialmente disseminada entre os seres e os distintos povos terranos são diferentemente humanos. (VALENTIM, 2018).

14 “*Mise en abyme* do discurso sobre *khôra* [informe], lugar da política, política dos lugares, tal seria, pois, a estrutura de uma sobreimpressão sem fundo [amorfa]” (DERRIDA, 1996, p. 35).

and political economy in modernity.” Nesta história moderna da informação, os povos ameríndios materializaram nos olhos ciclóticos dos europeus a figura informe da diferença. No debate quinhentista cujo patrono era Aristóteles, em 1557, o padre jesuíta Manuel da Nóbrega (2017) afirmou que os Tupinambá eram como homens de cera, prontos para a impressão de uma forma. Informar o gentio das Américas, dar sentido e alma ocidental ao corpo dissidente, era o projeto de outrora e agora.

Em detrimento da hermenêutica retórica do humanismo informacional, os ameríndios são comensais da forma, semiófagos devoradores da identidade do sentido (CASTRO, 2018b, p. 160). Anti-Hermes, os ameríndios xamanicamente se comunicam com a natureza e equivocam a língua maior do imperativo informacional (CASTRO, 2018b, p. 171-181). A pragmática em tom menor¹⁵ dos povos ameríndios nos apresenta que o informe, antes de uma negatividade vinculada à radicalidade do mal, fala do rumorzinho forte das coisas que não-houve nos documentos de cultura (que são também documentos de barbárie). O informe é a outra-coisa diversa possível no léxico da informação – a estória menor que me dediquei a contar. Se, na máquina antropológica do Ocidente, o sentido pensa conforme a metafísica da colonialidade e opera aos modos da colonialidade da metafísica, nos diz Deleuze e Guattari (1977, p. 32), que abandonemos o sentido, ou, na metamorfose dos costumes, transformemos ele em outro outro (CASTRO, 1986, p. 525).

Menor, senhora das metamorfoses, uma diferença sempre para menos, a língua dos informes se opõe ao rei hierático (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 56).

A língua menor anuncia o acontecer da “figura do outro”, a fala selvagem. Num alarido de vidas marginais, a fala em tom menor de Ailton Krenak (2019, p. 27) nos diz fundo: “pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história”, e, mais adiante, continua Krenak, “há quem não veria sentido na vida se não fosse informado por sonhos” (2019, p. 52). Adiar o fim do mundo é um devir Sherazade dos ameríndios, agenciado pela possibilidade de informar-se pelos sonhos. Longe de ser uma dimensão da consciência, da vigília, da razão e suas demarcações significativas e psicológicas do humano, o sentido para o pensamento ameríndio é o fora do sentido ocidental, faz parte das inconstâncias e dos deslimites dos sonhos. Como já dito por Maria Néli-da González de Gómez (1999, p. 25) de modo conceitualmente alterante, informar é operar relações. No contexto ameríndio, a informação é um operador de relações sociocósmicas. Como anunciado por Ailton Krenak (2019), as paisagens têm sen-

15 A “pragmática em tom menor” é uma formulação de Júlia Maria Costa de Almeida, em sua tese “Pragmática e agramatical em Deleuze” (1998).

tido. O rio canta, dança e se alegra com os seres que com ele compartilham vida. O rio é um parente, um avô Krenak. Perante o desconhecimento do colorido do mundo ameríndio e afrodiaspórico das Américas, chamaram nossas letras menores de realismo mágico (ou fantástico), pois não consideraram que não existe nada sobrenatural, esse extraordinário não tem limites: simplesmente, tudo é possível e natural (NIMUENDAJU, 1981, p. 18). A estória menor que me aventuro a continuar a tecer é um sonho ameríndio e, como dizem Deleuze e Guattari (1977, p.42), ter um sonho infantil é saber criar um tornar-se-menor. Parafraçando Melquíades (GARCÍA MÁRQUEZ, 2006, p. 8), o informe tem vida própria, tudo é questão de despertar a sua alma.

Finalizo deixando a palavra com a ontologia onírico especulativa de David Kopenawa descrita em parceria com o antropólogo Bruce Albert (2015, p. 390):

[cit] Para nós, a política é outra coisa [diferente do sentido]. São as palavras que escutamos no tempo dos sonhos e que preferimos, pois são nossas mesmas. Apesar de muito antigas, as palavras dos *xapiripë* sempre voltam a ser novas. São elas que aumentam nossos pensamentos. São elas que nos fazem ver e conhecer as coisas de longe, as coisas dos antigos. É o nosso estudo, o que nos ensina a sonhar. Quem não é olhado pelos *xapiripë* não sonha, só dorme como um machado no chão. Os brancos não sonham tão longe quanto nós. Dormem muito, mas só sonham consigo mesmos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O aberto**: o homem e o animal. Lisboa: Edições 70, 2011.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **Opus Dei**: arqueologia do ofício. São Paulo: Boitempo, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos corpos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Júlia Maria Costa de. **Pragmática e agramatical em Deleuze**. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

ARISTÓTELES. **Política**. Madrid: Gredos, 1988.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Loyola, 2002.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

ARENDDT, Hannah. Trabalho, obra, ação. **Cadernos de ética e filosofia política**, v. 7, n. 2, p. 175-201, 2005.

BARROS, Manoel. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística general**. Madrid: Siglo veintiuno, 1997.

BENVENISTE, Émile. **O vocabulário das instituições indo-europeias**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995. v. 2.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAPURRO, Rafael. **Apud Arabes**: notes on Greek, Latin, Arabic, Persian, and Hebrew Roots of the Concept of Information. 2014. Disponível em: <http://www.capurro.de/iran.html>. Acesso em: 19 de nov. de 2020.

CAPURRO, Rafael. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORIAS DE LA INFORMACIÓN: UN ENFOQUE INTERDISCIPLINAR, 1, 2008, León. **Anais** [...] León: Procyto: BITrum, 2008.

CAPURRO, Rafael. On the genealogy of information. In: KORNWACHS, K. J. (Ed.) **Information**: new questions to a multidisciplinary concept. Berlin: Akademie Verlag, 1996. p. 259-270.

CAPURRO, Rafael. What is Information Science for? a philosophical reflection. *In*:

VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of Library and Information**

Science: historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992. p. 82-96.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./ abr. 2007.

CASSIN, Barbara. **O efeito sofisticado**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

CASSIN, Barbara. **Jacques, o Sofista: Lacan, logos e psicanálise**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2017.

CASSIN, Barbara. Que quer dizer: dizer alguma coisa?. **Discurso**, v. 20, p. 19-39, 1993.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Araweté: os deuses canibais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Ubu Editora, 2018b.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Rosa e Clarice, a fera e o fora. **Revista Letras**, n. 98, p. 9-30, 2018a.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado: investigações de antropologia político**. Porto: Afrontamento, 1979.

DAY, Ronald. **The modern invention of information: discourse, history and power**. Southern Illinois: Southern Illinois University Press, 2001.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida... **Terceira margem**, ano 8, n. 11, p. 160-164, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago editora, 1977.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, volume 1. São Paulo: Ed. 34, 1995a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, volume 2. São Paulo: Ed. 34, 1995b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Ed. 34, 1992.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

DERRIDA, Jacques. **Khôra**. Campinas: Papirus, 1996.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ECO, Umberto. **Da árvore ao labirinto: estudos históricos sobre o signo e a interpretação**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos III**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As Ciências Sociais e as questões da informação. **Morpheus**, Ano 9, n. 14, p. 18-37, 2012.

FREITAS, Lídia Silva de. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação. **Morpheus**, ano 2, n. 2, 2003.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Cem anos de solidão**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZALEZ, Marcos. Informar versus enformar: uma competição morfossemântica com origem no português arcaico. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 15., 2011 Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v. 5, n.2, p. 7-31, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As Ciências Sociais e as questões da informação. **Morpheus**, ano 9, n. 14, p. 18-37, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. **Filosofia grega: uma introdução**. Teresópolis:

Daimon editora, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

LOPES, Marisa. Para uma história conceitual da discriminação da mulher. **Cadernos de Filosofia Alemã**, n.15, p. 81-96, 2010.

MENEZES, Vinícios Souza de. Informação, um excurso crítico-filológico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.20, n.1, p. 3-18, 2015.

MENEZES, Vinícios Souza de. A mulher como informe: uma maculatura desclassificada na tipografia do informar. **Liinc em Revista**, v.14, n.2, p. 136-151, 2018b.

MENEZES, Vinícios Souza de. O sertão da palavra informação: o informe em língua de brincar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018a. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103643>>. Acesso em: 13 maio 2021.

MOSTAFA, Solange Puntel. Leitura menor: um conceito, um acontecimento. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 6, n. 2, p. 1-10, 2018.

MOSTAFA, Solange Puntel; NOVA CRUZ, Denise Viuniski da. Por uma linguagem documentária menor. In: BOCCATO, V. R. C.; GRACIOSO, L. S. (Org.). **Estudos de linguagem em Ciência da Informação**. Campinas: Alinea, 2011. p. 69-96.

NIMUENDAJU, Curt. Fragmentos de religião e tradição dos índios Sipáia. **Religião e sociedade**, v. 7, p. 3-47, 1981.

NÓBREGA, Manuel da. **Obra completa**. São Paulo: Loyola, 2017.

PLATÃO. **Filebo, Timeo, Critias**. Madrid: Grecos, 1992.

PLATÃO. **A República**. Belém: EDUFPA, 2000.

RENDÓN ROJAS, Miguel A. R. **Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología**. México: UNAM, 2005.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São

Paulo: EDUSP, 1996.

THESAURUS linguae latinae. Leipzig: editvs ivssv et avctoritate consilii ab academiis societatisqve diversarvm nationvm electi, 1934. v.7.

VALENTIM, Marco A. **Extramundandade e sobrenatureza:** ensaios de ontologia fundamental. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.

O *devir* simbólico revisitado

Gustavo Silva Saldanha¹

1 Preâmbulo: releituras do simbólico na infonecropolítica

Da segunda vez que o encontraram carcomido pelos urubus no mesmo ambiente, com a mesma roupa e na mesma posição, nenhum de nós era suficientemente velho para lembrar o que acontecera da primeira vez, mas sabíamos que nenhuma evidência da sua morte era terminante, pois havia sempre outra verdade atrás da verdade.

GARCÍA MARQUEZ, 1975, p. 29

A apresentação desse presente texto deu-se, em sua versão íntegra, no ano de 2015, especificamente no âmbito do XVI Enancib, realizado pelo PPGCI UFPB, em João Pessoa, Paraíba, entre os dias 26 e 30 de outubro. A retomada do trabalho, sua releitura e a eleição para participação nessa coletânea que coloca em debate a filosofia e história da Ciência da Informação guardam três aspectos centrais:

a) a compreensão, meia década depois, da relevância do aprofundamento dos estudos do simbólico, da lógica à retórica, passando, necessariamente, pela gramática (como construção de símbolos para comensurabilidade), no percurso de compreensão do modo como se constituiu a Ciência da Informação e nas possibilidades de seu futuro como práxis;

b) o olhar pelo caminho percorrido, ou seja, a revisão, sem abandono das trilhas construídas, das margens de recompreensão do *devir* simbólico do campo, bem como sua “afirmação”, ou a tentativa de reconduzir a discussão para a década que já avança;

c) a evidência de um contínuo processo, no campo informacional, de desenvolvimento de perspectivas que elegem as condicionantes simbólicas, cada vez

¹ Doutor em Ciência da Informação pelo PPGCI IBICT UFRJ; pesquisador titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Contato: gustavosaldaña@ibict.br.

mais, como forma de luta epistêmica, principalmente quando nos deparamos com o crescimento de estudos (aqui, falo fundamentalmente da miríade de relevância enorme dos estudos socioculturais da Ciência da Informação nos últimos anos) orientados para a condição dos subalternizados e a procura pela igualdade social.

A travessia dos 5 anos que nos cercam desde a primeira versão, vivencia um dos mais delicados momentos políticos da história do Brasil. A lista de acontecimentos que convertem procura por uma trajetória anti-desigualdade, anti-violência e anti-racista para um modelo pautado na naturalização do desequilíbrio, no massacre como solução para os problemas sociais e no racismo como método, sintetizado, tal modelo, na necropolítica, pode ter como panorama o cronograma de acontecimentos abaixo:

a) O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, iniciado em dezembro de 2015 e concluído em agosto de 2016, tendo como pivô o Deputado Federal Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, condenado em 2017 pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, e como momento crônico a homenagem ao torturador da Ditadura Militar, oriunda do Golpe de 1964, Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, primeiro militar condenado pela prática de tortura no período ditatorial, realizada, a homenagem, pelo Deputado Federal Jair Bolsonaro no ato de seu voto a favor do impedimento da presidenta;

b) O assassinato da vereadora do Município do Rio de Janeiro, a socióloga Marielle Franco, em 14 de março de 2018, feminista eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), defensora da luta contra opressão social, contra a violência urbana promovida pelo Estado e pelo poder paralelo;

c) A prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, em abril de 2018, então líder das pesquisas de intenção de voto no Brasil para a eleição para presidência do país no mesmo ano, fruto da condenação de 2017, em primeira instância, no contexto da chamada “Operação Lava Jato”, pelo juiz federal Sergio Moro, prisão que tornou o presidenciável inelegível em agosto de 2018, abrindo caminho para eleição do segundo colocado nas intenções de voto, o Deputado Federal Jair Bolsonaro;

d) Confirmação de aceite do convite para integrar o governo do presidente então eleito, Jair Bolsonaro, ainda em novembro de 2018, por parte do juiz federal Sergio Moro, que solicita exoneração da magistratura, sendo nomeado, em 20 de novembro de 2018, para integrar o Gabinete de Transição Governamental, e, em 1º de janeiro de 2019, ministro da Justiça e Segurança Pública da Gestão Bolsonaro.

As consequências do decurso, que tanto nos remete a uma “ficção” de Gabriel García Márquez sobre a América tropical, bem como seus desdobramentos, mar-

cam a efetivação de uma necropolítica sob figurações de uma pretensa normalidade institucional e de respeito ao Estado de Direito constituído no Brasil.

Nesse cenário de destituição do respeito e da autonomia de forças minoritárias exploradas, um artifício é central: a informação; mais precisamente, a informação assim como ela é produzida, propagada e redundada nas redes sociais para fins políticos; ainda mais precisamente, a informação falsa intencionalmente elaborada e massivamente bombardeada até a extensão cibernética dos aparelhos móveis que acompanham os cidadãos em praticamente todos os momentos de sua privacidade: a hora de dormir, de acordar, de comer, de ir ao banheiro, de trabalhar; seja na solidão, na reunião com a família, na prosa com os amigos, lá está a chaga cibernética em plena dinâmica de profusão de dados, retângulo luminoso em carrossel à distância mágica do dedo desassossegado.

Hoje, relendo o percurso (do texto, das pesquisas e do país), acreditamos que uma reflexão ainda mais profunda sobre a epistemologia histórica do campo, entre Emanuele Tesauro e o Barroco, e a teoria crítica do esquema em Robert Estivals, parece-nos ainda mais emergente. Entre o “estruturalismo do simbólico” e o “pós-estruturalismo como simbólico”, muito há que se discutir na Ciência da Informação. Para nossa argumentação, trata-se de um processo de reflexão filosófica que nos leva a reencontrar o plano educacional do *Trivium* e do *Quadrivium* na formação do *ethos* informacional na Modernidade, até chegarmos ao diálogo para o mal da lógica simbólica e da simbólica retórica para a construção da gramática ad infonecropolítica. As artes da linguagem – entendidas aqui como a poética ou técnica de criação do mundo pela linguagem – podem, via uma filologia tesauriana de fundo barroco, nos fazer repensar, assim como a Retórica e a Poética de Aristotéles nos fizeram, o curso de nossas vidas, até a busca pelos esquemas críticos estivalsianos.

Esse percurso de cinco anos que se propõe reler “a ciência da informação como ciência do simbólico” conta com o aprofundamento da reflexão entre linguagem, informação e realidade, via os projetos que se “sobrepõem” em uma multilinearidade que ganha, por vezes, o formato de espiral, em torno do papel político da linguagem na seara informacional. São estes os projetos, suas agências de financiamento e datações:

i) Epistemologia histórica da Ciência da Informação e organização do conhecimento: dos fundamentos filosóficos da linguagem à teoria crítica da classificação (2019 – 2021) – sob financiamento do CNPq via Edital de Bolsa de Produtividade Nível 2 -, com foco na compreensão da formação epistemológica da Ciência da Informação como fruto de delineamentos históricos e sociais de cada espaço-tempo. A pesquisa coloca em evidência duas grandes dimensões: a) a relevância da filoso-

fia da linguagem na conformação epistemológica da Ciência da Informação (CI) que incide na Organização do Conhecimento (OC); b) a estrutura crítica aberta pela pragmática e pelos desafios sociais e culturais da interpretação do mundo propiciada pelas lentes teóricas e metodológicas da OC. A questão de pesquisa que se apresenta é: como podemos reconhecer os dilemas filosóficos históricos e o desenvolvimento sociocrítico contemporâneo da Organização do Conhecimento, no escopo da Ciência da Informação, a partir de uma epistemologia histórica? A hipótese central do projeto pressupõe a fundamentação da linguagem como estrutura histórica da configuração das futuras abordagens sociocríticas da OC dentro da CI. Os objetivos do investigação são: a) Objetivo geral: Constituir uma reflexão filosófica e epistemológica, sob a base da historicidade das ciências humanas e sociais, com foco na compreensão dos dilemas da Organização do Conhecimento no escopo da Ciência da Informação; b) Objetivos específicos: Identificar sob a interpretação crítica os pressupostos epistemológico-históricos da OC; Reconhecer as principais tentativas de constituição de teorias diacrônicas e teorias sincrônicas da OC; Discutir os fundamentos da filosofia da linguagem e sua relação com a construção da OC no escopo da CI; Interpretar os pressupostos centrais da filosofia da linguagem, e seus desdobramentos em teorias sociais e culturais, no processo de construção de uma teoria geral da CI; Discutir as condições simbólico-dialéticas de desenvolvimento de uma teoria crítica da OC no plano aplicado. O marco teórico estrutural do projeto está ancorado em quatro grandes dimensões, a) relação entre epistemologia da CI e a pluralidade teórica da OC (esta fundamentada centralmente a partir dos estudos de Birger Hjørland), b) a fundamentação epistemológica e a constituição institucional de uma dada organização do conhecimento? no contexto internacional e sua repercussão no Brasil, a partir centralmente da obra de Ingetraut Dahlberg; c) a influência da plataforma da filosofia da linguagem sob os construtos epistemológicos tanto da CI como da OC em suas mais diferentes configurações teóricas e aplicadas; d) o desenvolvimento na CI, a partir da OC, de uma teoria crítica dos gestos classificatórios, interligando as condições simbólico-dialéticas, permitindo o reencontro de estruturas históricas e contemporâneas de abordagens da CI. Os procedimentos metodológicos são sustentados pela abordagem metodológica do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein o aporte principal. O método específico selecionado, retirado do pensamento do filósofo, é a apresentação panorâmica?. A operacionalização das etapas de coleta da pesquisa se dá a partir de três perspectivas metodológicas: bibliográfica e teórico-conceitual. O passo inicial do projeto se dá a partir da identificação, do cotejamento e do estudo de fontes bibliográficas referentes aos domínios da epistemologia histórica da OC no escopo da CI e de sua epistemologia contemporânea. A segunda etapa foca-se

no estudo da reflexão sobre o nascimento, sob a plataforma da filosofia da linguagem, dos conceitos em seu movimento de emancipação, de apagamento e de permanência no campo. O corpus estrutural será retirado as principais bases de dados que repercutem a produção epistemológica da CI e da OC no Brasil e no plano internacional. Os resultados esperados respondem por produtos teórico-reflexivos e produtos sociorreflexivos..

ii) Organização dos saberes no domínio de povos e comunidades tradicionais do Brasil: linguagens, tecnologias, instituições informacionais e integração pragmática de dados (2019-2021), sob financiamento do CNPq – Edital Universal. Contextualizada nas discussões contemporâneas organização do conhecimento com foco na pluralidade dos saberes, a pesquisa realiza um estudo teórico e empírico no contexto da organização das linguagens produzidas pelo e para o domínio complexo de povos e comunidades tradicionais no Brasil, a partir do diálogo entre linguagens, tecnologias, instituições informacionais e integração pragmática de dados. A pesquisa, interdisciplinar e interinstitucional, reúne pesquisadores de três ministérios da federação, a saber, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, integrando formações acadêmicas plurais e atuações em distintos territórios do país. A questão de pesquisa é enunciada pela indagação: como podemos ampliar os potenciais de visibilidade das linguagens que instituem a vivência de povos e comunidades tradicionais no Brasil? O objetivo geral é investigar, identificar e desenvolver experiências de organização dos saberes a partir de redes sociotécnicas de coleta, análise e organização de dados sobre o domínio de povos e comunidades tradicionais no território brasileiro. Como metodologia de reflexão e de discussão, adota-se a noção de “gramática” como forma crítica de percepção da tecnologia, retirada do modelo de exercício filosófico e empírico da Filosofia da Linguagem, mais especificamente, da segunda fase do pensamento de Ludwig Wittgenstein, orientado para a “apresentabilidade” da integração pragmática de dados. A operacionalização das etapas de coleta da pesquisa se dá a partir de três perspectivas metodológicas: bibliográfica-documental, teórico-institucional e desenvolvimento de redes. O passo inicial do projeto se dá a partir da identificação, do cotejamento e do estudo de fontes bibliográficas referentes ao domínio, partindo de experiências já constituídas. A segunda etapa procura correlacionar o papel da linguagem e das instituições informacionais (bibliotecas, arquivos e museus), com vistas a identificação de centros de coleta, processamento e memória de dados. A terceira etapa visa a integração pragmática de dados em um portal na web dedicado à política de visibilização da produção de saberes, a partir da linguagem, dos povos e comunidades tradicionais no país. Como resultados esperados, almeja-se a disponibilização sintática, semântica e

pragmática de dados sobre povos e comunidades tradicionais no Brasil, ampliando os potenciais críticos de percepção das relações sociais, culturais e ambientais que transversalizam a complexidade do domínio em questão.

iii) Linguagens documentárias fluminenses para a inovação: organização do conhecimento para ciência, cultura e sociedade no Estado do Rio de Janeiro (2019-2021) – sob financiamento da Faperj – Edital Jovem Cientista do Nosso Estado – em diálogo com o projeto anterior, a pesquisa realiza um estudo teórico e empírico no contexto linguagens documentárias (classificações, terminologias, vocabulários controlados, tesouros, ontologias) produzidas pelo e para a organização de dados para ciência, cultura e sociedade no Estado do Rio de Janeiro. Parte-se do pressuposto que tais linguagens, atuando como elemento de mediação entre sujeitos, artefatos e processos, são formulações teórico-aplicadas fundamentais para o desenvolvimento e a descoberta de novos conhecimentos, integrando-se objetivamente às políticas de inovação fluminenses. A questão de pesquisa é enunciada pela indagação: como podemos ampliar os potenciais de identificação e de integração das linguagens que instituem a inovação através dos sistemas informacionais? O objetivo geral é investigar, identificar e mapear as experiências constituídas e em curso de organização do conhecimento no Estado do Rio de Janeiro a partir de redes sociotécnicas de coleta, análise e organização de dados de linguagens documentárias desenvolvidas por instituições públicas e privadas. Como metodologia de reflexão e de discussão, adota-se a noção de “gramática” como forma de percepção da tecnologia, retirada do modelo de exercício filosófico e empírico da Filosofia da Linguagem, mais especificamente, da segunda fase do pensamento de Ludwig Wittgenstein, orientado para a “apresentabilidade” da integração pragmática de dados. A operacionalização das etapas de coleta da pesquisa se dá a partir de três perspectivas metodológicas: bibliográfica-documental, teórico-institucional e desenvolvimento de redes. O passo inicial do projeto se dá a partir da identificação, do cotejamento e do estudo de fontes bibliográficas referentes ao domínio, partindo de experiências já constituídas. A segunda etapa procura correlacionar o papel da linguagem e das instituições informacionais (bibliotecas, arquivos e museus), com vistas a identificação de centros de coleta, processamento e memória de dados. A terceira etapa visa a integração pragmática de dados em um portal na web dedicado à política de visibilidade da produção de saberes com vistas à inovação no Estado do Rio de Janeiro. Como resultados esperados, almeja-se a disponibilização sintática, semântica e pragmática de dados extraídos das linguagens documentárias que representam a ciência, a cultura e a sociedade no contexto fluminense.

iv) Outras margens de fundamentação epistemológico-histórica da Ciência da Informação: um estudo a partir da *Revue de Bibliologie: schéma et schéma-*

tisation (2017 – 2018) – sob financiamento da Capes – Edital de Pós-doutorado no Exterior – a investigação se indaga inicialmente sob quais correntes epistemológicas a Ciência da Informação se constituiu como “ciência social”? Através de quais elaborações conceituais o campo informacional intentou sua singularização perante as demais epistemes de fundo sócio humano? Em que medida uma epistemologia histórica respondeu por estas elaborações discursivas até o momento? As inquietações iniciais orientam a proposta de investigação que visa à compreensão de outras “formas de vida”, conforme o léxico wittgensteiniano, nos estudos informacionais. Para reorientar esta fundamentação, iluminamos a tradição francófona da Ciência da Informação. O principal instrumento de formalização teórica da “vivência” aqui investigada está na *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*, que completa 50 anos de produção em 2018, e se apresenta como campo empírico da pesquisa. O objeto de estudo delineado pela proposta pode ser assim enunciado: a fundamentação epistemológico-histórica da Ciência da Informação a partir da produção conceitual da *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*. O seguinte problema de pesquisa se coloca: em que medida a epistemologia histórica do pensamento informacional, no contexto internacional, pode ser repensada, desde o plano econômico-político ao plano aplicado do trabalho informacional, sob outro prisma de fundamentação, que não aquele advindo da tradição anglófona? A hipótese norteadora da pesquisa é: a Ciência da Informação, tomada sob uma via epistemológico-histórica, apresenta uma margem de fundamentação singular e crítico-política radicalmente distinta, se reconhecida a partir da “forma de vida” elaborada ao longo de cinco décadas de produção ininterrupta da *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*. Os objetivos geral e específicos da investigação são: a) Objetivo geral: Reconhecer, discutir e compreender, pela via epistemológico-histórica, a fundamentação da Ciência da Informação, a partir da *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation*. b) Objetivos específicos: Reconhecer a *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation* como um ?dispositivo infocomunicacional? capaz de registrar as redes de significação de um espaço-tempo singular na fundamentação dos estudos informacionais; Mapear a rede de autores e discursos articulados na experiência discursiva da revista ao longo das suas cinco décadas; Discutir a produção conceitual do periódico enquanto processo de construção de uma vivência terminológica da Ciência da Informação no cenário mundial; Compreender o papel do pensamento sócio político da produção discursiva da revista. Articulada com o universo empírico do objeto de estudo, a pesquisa se realizará na cidade de Toulouse, onde se encontra espólio do pensamento de Jean Meyriat, fundador das Ciências da Informação e da Comunicação na França. A supervisão estará a cargo da Profa. Dra. Viviane Couzinet, responsável direta pelos estudos e

pela preservação da obra de Meyriat. Será a partir do “fundo meyratianiano” que se constituirá o exercício teórico de exploração da “forma de vida” que se manifestou na Revue. Como pesquisa teórica, baseada em uma reflexão sobre a produção do conhecimento de uma dada tradição de pensamento, os procedimentos metodológicos estão ancorados em três abordagens filosófico-metodológicas, advindas das reflexões de Bourdieu (2013, 2004, 2001), Couzinet & Marteleto (2003) e Wittgenstein (1979). Respectivamente, adotamos a “sociologia da ciência bourdieusiana”, os estudos de “dispositivos infocomunicacionais” e a abordagem da “apresentação panorâmica” wittgensteiniana. Espera-se, com o estudo, ampliar o compromisso de internacionalização e de compartilhamento de saberes da pesquisa brasileira. Acreditamos que o estudo, ao se dedicar a uma “forma de vida” internacionalmente articulada, permitirá uma exploração sócio crítica da fundamentação da Ciência da Informação, atenta às pluralidades e à diversidade teórica.

v) Ciência da Informação, Filosofia da Linguagem e Filosofia da Cultura: da epistemologia histórica informacional ao pensamento linguístico-simbólico nos estudos informacionais (2016-2018) – sob financiamento do CNP – bolsa de produtividade 2 – A pesquisa parte da questão: como podemos resolver o desafio cassireriano da passagem de uma “crítica da razão” para uma “crítica da cultura” quando apontamos para a construção de uma racionalidade pós-bibliográfica, tratada como informacional, dada entre o século XIX de Peignot-Otlet e o século XX de Otlet-Shera? A possível crítica diacrônica da cultura no escopo da epistemologia da Ciência da Informação nos remete a um dos pressupostos contemporâneos, sincrônicos, do campo: as abordagens neodocumentalistas sobre a materialidade expressas nos últimos anos apontam para uma “crítica epistemológica” dos pressupostos racionalistas, de fundo fisicalista e cognitivista. A partir das questões lançadas, identificamos a seguinte questão de pesquisa: Quais são e como podemos reconhecer os dilemas centrais presentes na epistemologia informacional quando confrontamos estes com as aporias da filosofia da linguagem e da filosofia da cultura?? O objetivo geral da investigação é: Discutir uma “arqueologia” da linguagem e da cultura na construção histórica da epistemologia informacional, bem como um “devir” linguístico-cultural contemporâneo desta teoria do conhecimento. A hipótese central do projeto pressupõe a existência de uma interdependência de aporias filosóficas de caráter linguístico-cultural tanto em uma arqui-abordagem epistemológico-histórica, de fundo diacrônico, quanto em um devir linguístico-cultural em curso, de natureza sincrônica, na epistemologia informacional. A abordagem metodológica escolhida para desenvolver a reflexão está baseada na Filosofia da Linguagem, sendo o método específico selecionado a “apresentação panorâmica”, fruto do pensamento wittgensteiniano. Como resultados esperados, almeja-se, de

um lado, a reflexão filosófica sobre as relações entre epistemologia da Ciência da Informação e filosofia da linguagem e filosofia da cultura; de outro, a reflexão crítico-bio-bibliográfica sobre as principais autoridades epistêmicas, os conceitos elementares e abordagens metodológico-teóricas de tais aproximações.

vi) Epistemologia histórica do pensamento biblioteconômico-informacional: a trama da linguagem entre instituições, conceitos, artefatos e intersujeitos (2014-2020) - De fundo teórico-histórico, o projeto tem como horizonte as dinâmicas epistêmico-históricas que permitiram e permitem a fundamentação dos estudos biblioteconômico-informacionais. Três eixos centrais, a saber, instituições, conceitos, artefatos e intersujeitos, sustentam a reflexão epistemológica, transversalizados por um elemento integrador, a linguagem. As instituições respondem pelo conjunto de manifestações das práxis do campo, como bibliotecas e escolas biblioteconômicas, que apontam para a linguagem materializada em ações sócio-políticas “formalizadas” no espaço geográfico; os conceitos dizem respeito ao conteúdo subjetivo edificado pelos traços discursivos do campo; os artefatos respondem por objetos tecidos pelos métodos e abordagens, como livros e tecnologias da organização dos saberes ? indicam a linguagem materializada em ações sócio-técnicas; os intersujeitos representam conjunto de atores sociais que vivenciam o campo, como bibliotecários e pesquisadores do domínio biblioteconômico-informacional, envolvendo suas histórias de vida e suas memórias compartilhadas a linguagem a partir das narrativas individuais de sujeitos sociais. Os procedimentos metodológicos baseiam-se na proposta dos estudos panorâmico-pragmáticos de Wittgenstein, suplementados por dois processos de coleta e análise: levantamento bibliográfico e entrevistas de história de vida. Os modos de discussão se sustentam na perspectiva gadameriana da hermenêutica e na filosofia das formas simbólicas cassireriana, com vistas à identificação de modos de compreensão do mundo biblioteconômico-informacional e de seus mecanismos de construção da realidade simbólica a partir da linguagem.

vii) Trilhar o trivium: a filosofia da Ciência da Informação na tradição filosófica da linguagem (2013 – 2016) – sob financiamento do CNPq – bolsa de produtividade 2 - As relações entre a Filosofia da Ciência da Informação (FCI) e os estudos da linguagem remontam a fundamentação do campo de estudos da informação, seja este pensado como construção histórica de longa extensão, diacrônica, aquém do século XX, seja este tomado como resultado de uma análise sincrônica, formalizado no contexto contemporâneo de desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação). Fundamentos teóricos do campo, como aqueles retirados dos estudos matemáticos da informação em Claude Shannon e Warren Weaver, respondem objetivamente pela edificação de uma linha de pensamento no cam-

po orientada para a linguagem. Em dadas tradições, esta é, na verdade, a própria corrente de fundamentação da epistemologia dos estudos da informação, como é o exemplo da chamada Science de l'information et communication desenvolvida na França, que teve como um de seus fundadores o semiólogo Roland Barthes. Neste sentido, propomos investigar as possibilidades de compreensão dos estudos filosóficos da Ciência da Informação a partir dos fundamentos das disciplinas que compõem o trivium, tendo como linha teórica de diálogo a filosofia da linguagem.

A travessia dos projetos pode ser compreendida como uma viagem pelo simbólico e suas potencialidades, ainda com inúmeras janelas a abrir e observar.

Registro aqui um agradecimento em formato de obrigação: o obrigado em português explícito. É sob a experiência de compartilhamento de histórias de vivências e de resistências do grupo de pesquisa “Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes”, que essa releitura se reconecta com a racionalidade possível que ainda nos mantém crentes na ciência. Ninguém solta a mão de ninguém. Juntos estivemos nas manifestações contra a deflagração do teatro tragicômico do *impeachment* da presidenta Dilma Rouseff. Juntos sofremos e investigamos os assassinatos discursivos de Marielle Franco. Juntos transformamos nossas direções de estudo na práxis da sociedade onde estamos inseridos. Rer a “ciência da informação como uma ciência do simbólico” é também reencontrar as parcerias que permitiram não só fazê-lo, mas, sobretudo, viver a ciência e a simbólica em tempos dedicados ao massacre como único método na infonecropolítica.

2 Primeiras considerações

Os fatos do acontecer são sempre simbólicos, pois o acontecer é sempre símbolo das leis universais que o homem, bem ou mal, capta; são símbolos da lei da alternância, são símbolos, afinal, do cósmico, com o qual, teológica e religiosamente, as religiões constroem a sua simbólica.

SANTOS, 2007, p. 148

Entre os dias 03 e 07 de junho de 2015, na Áustria, realizou-se o 4º ISIS Summit Vienna 2015 – *The information society at the crossroads: response and responsibility of the Sciences of Information*. Na ocasião, Rafael Capurro (2015) reafirmou o decurso filológico-filosófico de sua argumentação filosófica, reencontrou Aristóteles e os desdobramentos de seu *De anima*, o mesmo filósofo quem “visitara” em 1992 para afirmar ser a Ciência da Informação uma subdisciplina da Retórica

e postular a relevância dos elementos do modelo hermenêutico para os estudos informacionais. Explorando o contexto uma abordagem interpretativa, o ponto de inflexão de Capurro (2015) nos conduz ao jogo de destituição do valor ontológico da informação entre Antiguidade e Medievo, para um certo “diálogo filosófico intercultural”.

Apresentada em Viena, a atual proposta hermenêutica de Capurro (2015) – sua *information as hermeneutic as* – nos remete ao desafio cassireriano da passagem de uma “crítica da razão” para uma “crítica da cultura”. Trata-se de um modo de abordar a os estudos informacionais como fruto de constantes processos interpretativos. E como podemos, historicamente, reconhecer esta questão hermenêutica quando apontamos para a construção de uma racionalidade pós-bibliográfica, tratada como informacional, dada entre o século XIX de Peignot-Otlet e o século XX de Otlet-Shera? Uma certa “racionalidade informacional” afirma-se constituir-se em meados do Novecentos, trazendo em sua bagagem a unidade do objeto informação como marca sua “verdade”, o *onto* a conhecer.

Esta racionalidade demonstra-se condicionada, a partir de Otlet (1934), ao julgo de regularidades, mas ao mesmo tempo, desde Peignot (1802a,b), influência determinante no pensamento otletiano tanto no ponto de vista epistemológico quanto no ponto de vista geopolítico, as margens de um culturalismo vasto e crítico se apresenta, colocando em debate o “político” e o “social” a partir dos artefatos simbólicos e sua vivência. O jogo, jamais linear, anti-paradigmático, da epistemologia histórica da Ciência da Informação (CI), nos leva à possibilidade de repensar uma crítica da razão informacional também como uma crítica da cultura da racionalidade, bem como reconhecer e refletir uma crítica da cultura, no terreno do simbólico, dentro do contexto atual dos estudos informacionais.

A possível crítica da cultura no escopo da epistemologia da CI nos remete, ainda, a um dos pressupostos neodocumentalistas (provavelmente o seu principal argumento): a condição de uma materialidade expressa quando da construção da noção de informação dentro das distintas comunidades discursivas da CI. Seja advindo de um ponto de vista sociológico, seja quando oriundo de viés administrativo, seja fundado em uma estrutura tecnológica, a condicionante materialista se apresenta como forma e manifestação simbólicas. Isto também valeria para a condicionante cognitivista: estão aqui as críticas apresentadas por Buckland (1991) e por Frohmann (1992) a um possível cognitivismo sem sujeitos sociais – ou, em sem “ocorrências simbólicas”.

Reconhecidas as torções do neodocumentalismo a partir dos anos 1990, retomamos a pergunta, “Como pensar o desafio cassireriano da passagem de uma “crítica da razão” para uma “crítica da cultura”? Lançamos aqui duas hipóteses ge-

rais: a primeira, a construção do projeto bibliológico por Robert Estivals e sua participação na “terceira geração bibliológica” (ou seja, a geração que sucede Peignot e Otlet e que tem sua grande fase de produção entre 1960 e 2000). Ali, ciência e cultura se interpenetram. A segunda hipótese está na vinculação retórico-filológica do pensamento informacional na posição epistemológica de Rafael Capurro (1992). Uma espécie de reconstrução culturalista da noção de informação, partindo da linguagem, permite a compreensão da mesma direção simbólica dos estudos informacionais. Estas hipóteses estão, no decurso alinear do pensamento informacional, reunidas sob o que podemos tratar como abordagens pós-estruturalistas recentes da epistemologia da CI, apesar desta ser apenas a forma de presentificação mais declarada de tais correntes e suas aplicações.

A discussão de Ronald Day (2005) acerca das abordagens pós-estruturalistas desenvolvidas no escopo da CI chama-nos a atenção por inúmeras questões. A princípio, a dificuldade de se definir um significado comum para a gama distinta de correntes de pensamento ancorada sob a noção “pós-estruturalismo” demonstra o quadro aberto de interpretações sob os movimentos, ideias, discursos e aplicações nos estudos informacionais presentes no escopo do significante em destaque na revisão de literatura publicada no *Annual review of information science and technology* (ARIST). Autores como François Lyotard, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida são exemplos de nomes, em geral, reunidos sob a sombra de tais abordagens. Em alguns casos, Heidegger e Wittgenstein também são incluídos como parte (em certa medida, precursores) destas transformações.

O conjunto de abordagens reconhecidas por Day (2005) pode identificar, à primeira vista, a construção de um pensamento orientando para práticas sócio-culturais nas últimas décadas (principalmente anos 1990 e 2000), dada a ampliação de tal ênfase nos debates recentes dos estudos informacionais. Contudo, qualquer análise discursiva lançada sobre a discussão dayana, permite a compreensão de um devir, de um processo histórico evidenciado na epistemologia informacional, tecida em sua construção discursiva. A menção a dois clássicos trabalhos de epistemologia do campo, anteriores aos movimentos de redefinição dos anos 1960, a saber, *Social epistemology, general semantics and librarianship*, de Jesse Shera, dos anos 1950, e *Traité de Documentation*, de Paul Otlet, de 1930, demonstram que a construção dos ditos discursos pós-estruturalistas recebem um árduo desafio de enquadramento temporal.

No quadro genérico, a noção de “pós-estruturalismo” aproxima um amplo grupo de ideias e de seus autores que colocam em foco questões como linguagem ordinária, discurso, cultura, alteridade, contexto, historicidade. Interessa-nos perceber, dentro da possível dinâmica epistemológica de reconhecimento do pós-es-

truturalismo dentro dos estudos informacionais, um conceito que, por vezes, passa silencioso pela construção epistemológico-histórica da CI. Trata-se do simbolismo e sua condição na invenção e na definição de uma ciência para informação.

Day (2005) menciona apenas em dois momentos o discurso sobre o simbólico – ao tratar de questões como “economia simbólica” e da “construção simbólica do espaço-tempo”. No entanto, as indicações de Jesse Shera e Paul Otlet escondem em sua condição um panorama fundamental para se pensar o simbolismo – e, no caso da proposta dayana, a própria questão dos significados do “pós-estruturalismo” nos estudos informacionais.

Este estudo, baseado em uma epistemologia histórica (cruzamento de dois projetos de pesquisa, distintos, porém interrelacionados, a saber, “Trilhar o trivium: a filosofia da Ciência da Informação na tradição filosófica da linguagem” e “Epistemologia histórica do pensamento biblioteconômico-informacional: linguagem, instituições, artefatos e intersubjetividades”), trata-se de uma reflexão filosófica sobre as possibilidades de interpretação do que abordamos como um devir simbólico da CI, ou seja, o destino remoto e contemporâneo do campo articulado pelas questões simbólicas, em geral resultantes, hoje, de categorizações como “pós-estruturalismo”. Especificamente, encontramos nos estudos retóricos, de fundo sofístico e de natureza sistemática aristotélica, os elementos semânticos dos conceitos reunidos sobre a expressão pós-estruturalista. Nos estudos informacionais, o pensamento de Rafael Capurro anteviu, em suas revisões filológicas dos anos 1980 até 2015, tais condicionantes, voltando à Aristóteles a partir de Heidegger e Gadamer.

Martino (2007), na apresentação do “Tratado de Simbólica” de Mário Ferreira dos Santos, lembra que Aristóteles anteviu o problema do simbolismo tanto no “Organon” quanto em sua Retórica (neste caso, adicionamos a “Poética” como outra obra central do Estagirita nesta concepção). Na visão de Martino, desde o Organon, está claro que a “representação do ser localiza-se em outra esfera que não a da própria realidade” (MARTINO, 2007, p. 27). Este percurso nos leva à compreensão de um arquitevri simbólico dos estudos informacionais, perpassando a discussão de Capurro sobre a Retórica e procurando correlacioná-la com um discurso filosófico que procurou sistematizar toda a construção simbólica do homem, ou seja, o pensamento de Ernst Cassirer.

3 Simbolismo e epistemologia da Ciência da Informação

O primeiro problema que se nos apresenta na análise da linguagem, da arte e do mito, consiste em perguntar de que maneira um determinado conteúdo sensível,

*particular, pode se transformar no portador
de uma 'significação' espiritual universal.*
CASSIRER, 2001, p. 42

A amplitude e a ramificação dos estudos sobre o simbólico na CI podem ser reduzidas, se partirmos de um ponto de vista prioritário na reflexão sobre o conceito, a um pequeno grupo de reflexões. Por exemplo, se tomarmos como marco de análise apenas o ponto de vista linguístico, ou se partirmos da lógica e nela restarmos, ou, ainda, se abordarmos somente o ponto de vista sociológico, modelaríamos nosso enfoque a partir de uma perspectiva. Cumpre-nos observar, previamente, que da “Retórica” aristotélica, da “filosofia da cultura” em Nietzsche, da “retórica” em Ricoeur, do “interacionismo simbólico” em Mead e Blumer e seus desdobramentos em Vigotsky e Piaget, da “retórica literária” em Bakhtin, passando pelo “poder simbólico” em Pierre Bourdieu, o vasto campo de discussão sobre o simbolismo não obedece a uma direção precisa. Quando afirmada a “presença” do simbólico na CI, cada uma destas (além de muitas outras) fontes podem ser identificadas, reconhecidas, objetivadas. No entanto, nenhum deles apresenta as mínimas condições de fundamentar um mapa seguro do pensamento simbólico nos estudos informacionais.

O fato do “silêncio” destes estudos está, na primeira linha interpretativa de nossa investigação, na construção inacabada de um aporte positivista clássico e neoclássico dentro do campo informacional. Destacamos tal construção como “inacabada”, pois, ao contrário, abordagens epistêmico-classificadoras como aquelas lançadas por Capurro (2003) e Rendón Rojas (1996), parecem sugerir a passagem de modelos metateóricos de pensamento para abordagens “cada vez mais” culturalistas. O percurso resultaria em um afastamento do modelo positivista de conhecimento da realidade.

Ao contrário do ponto de vista de “cartografias epistêmicas” dadas entre 1960 e a década em curso, percebemos, para além do “positivismo clássico”, pautado na procura por modelos epistêmico-políticos de afirmação de uma “supremacia da ciência empírica”, o avanço cada vez mais amplo da consolidação de um “positivismo lógico”, com influência direta ou indireta do Círculo de Viena e do pensamento de segunda fase de Wittgenstein. No entanto, o que à primeira vista se apresenta como o argumento da distinção, o fato do distanciamento aos pressupostos simbolistas, na crítica epistemológica “simbólica” se inverte: em uma teoria do conhecimento baseada no simbólico, como é o caso da visão cassireriana, é exatamente a força do aparentemente “frágil” e “a-social” positivismo informacional que se estabelece a máxima de um modelo fundado no simbolismo.

A crítica de Cassirer (2004, p. 7-8) demonstra, com clareza, tal torção no seu fundamento filosófico – a partir da retórica da racionalidade extrema “o conhecimento se torna senhor do mito” apenas quando o nega e o retira de seus horizontes de reflexão. Por sua vez, o “conhecimento”, em sua etapa “positiva”, termina por se reencontrar com o “adversário que aparentemente vencera em definitivo”. Em outros termos, o percurso de “positivação” do conceito, de exclusão de todo o seu caráter simbólico (que reúne dos extratos ou “sujidades” sócio históricas), acaba resultando em nada mais do que o próprio simbólico em sua força inaugural.

A ciência só atinge sua forma própria na medida em que expurga todos os componentes míticos e metafísicos. Contudo, justamente a evolução da doutrina de Comte mostra que precisamente os momentos e motivos que ela acreditou ter atravessado já em seu início, nela continuam vivos e atuantes. **O próprio sistema de Comte, que começou desterrando tudo o que era mítico para os primórdios e para a pré-história da ciência, culmina numa superestrutura mítico-religiosa.** [...] A ciência conserva desde há muito uma antiquíssima herança mítica, à qual apenas imprime uma outra forma.” (CASSIRER, 2004, p. 8, grifo nosso)

A visão cassireriana é claramente traduzida nos argumentos de Santos (2007) acerca da construção de uma positividade do simbólico, muita das vezes como sua antítese, ou seja, como o não-simbólico.

A razão evita tanto quanto possível o que caracteriza especificamente o símbolo, para preferir o esquema abstracto. Toda criação racional dos símbolos traz sempre a sua marca. E este é sempre o motivo por que toda atividade genuinamente cerebralista na arte está fadada ao malogro. **O símbolo já nasce inane, parente, agônico.** (SANTOS, 2007, p. 145, grifo nosso)

Cassirer (2001) demonstra que tal teoria do conhecimento de fundo simbólico reorienta nosso ponto de vista sobre as distâncias entre arte e os teoremas e axiomas geométricos, por exemplo.

Aqui reina a modalidade do conceito lógico-geométrico, lá a modalidade da fantasia espacial artística: aqui o espaço é concebido como a essência mesma de relações interdependentes, como um sistema de

‘causas’ e ‘efeitos’, lá ela é compreendido como um todo, na interpretação dinâmica de seus momentos individuais, como uma unidade da intuição e de emoção. E com isso a série de configurações possíveis na consciência do espaço está esgotada ainda, porque também no *pensamento mítico* encontramos uma concepção muito especial do espaço, uma maneira de organizar e de ‘orientar’ o mundo de acordo com determinados pontos de vista espaciais, que se distingue nitidamente e de forma característica do modo como o pensamento empírico realiza a organização espacial do cosmos. (CASSIRER, 2001, p. 47)

A interpretação cassireriana aponta para a condição de que tanto o conhecimento, como a linguagem, como o mito e arte são formações que não se apresentam como “mero espelho” a refletir as imagens nele formadas, tendo como fonte um dado exterior ou um dado interior – “eles não são instrumentos indiferentes, e sim as autênticas fontes de luz, as condições da visão e as origens de toda configuração” (CASSIRER, 2001, p. 42). O convite deste modo de definir uma epistemologia do simbólico nos leva à interpretação de alguns pressupostos mais agudos de tal fundamentação.

3.1 O mergulho no simbólico

Para retomarmos a argumentação cassireriana, dialogamos inicialmente, aqui, com as visões de Mário Ferreira dos Santos (2007), em seu “Tratado de Simbólica” e Tzvetan Todorov (2014), em “Simbolismo e interpretação”, para demonstrar as condicionantes mais definitórias da construção simbólica do ser e de seus artefatos. O percurso nos interessa para reposicionar o pensamento de Ernst Cassirer e suas possibilidades de compreensão dos movimentos diacrônicos e sincrônicos de compreensão tanto da epistemologia quanto da historiografia da CI.

Para Santos (2007, p. 45), “Todos os grandes fundadores de religião foram amados, compreendidos, porque falaram em símbolos, eterna linguagem criadora”. Além disso, “[...] toda a natureza, em sua linguagem muda, expressa-se através de símbolos, que o artista sente e vive, que o filósofo interpreta, e o cientista traduz nas grandes leis que regem os factos do acontecer cósmico”.

Na “cosmologia” santosiana, a Simbólica é o “estudo da gênese, desenvolvimento, vida e morte dos símbolos”. Aqui, o símbolo é encarado como “modo de significar do ente, que se se refere a algo”. Neste sentido, símbolo é definido como “subcategoria dos seres finitos, que apresentaria características similares à de *valor*. Seria uma das *categorias intensivas*, que não se devem confundir com as *categorias extensivas* da filosofia clássica.” (SANTOS, 2007, p. 46)

Como ciência, o domínio em questão é tomado por Santos (2007) como Simbologia, ciência do símbolo, que pode ser demonstrada em sua existência a partir dos princípios escolásticos de definição disciplinar-científica, com a necessidade de apresentação de um triplo objeto: material, formal-terminativo e formal-motivo. O objeto material responde pelas “coisas finitas, reais ou ideias”; o objeto formal-terminativo, responde pela “formalidade ou perfeição considerada ou estudada pela ciência”, no caso, a “*referência simbólica*”, o “simbolizado”, ou seja, a “*significabilidade dos seres finitos, reais-reais ou reais-ideais*”; o objeto formal-motivo, responde pelo “instrumento pelo qual uma ciência considera o seu objeto formal”, no caso, o “símbolo”, o “referente enquanto tal”. (SANTOS, 2007, p. 47)

Segundo Todorov (2014), podemos começar a tecer uma visão sobre o “simbólico” a partir do estudo do “discurso”, separando-se este em “direto” e “indireto”. O escopo dos sentidos indiretos cobriria a gama de elementos que podem ser reunidos no conceito de “simbolismo linguístico” ou de “simbólica da linguagem”. Tal produção “indireta” do discurso está presente, segundo o ponto de vista de Todorov (2014, p. 14), “em todos os discursos, talvez dominando inteiramente alguns deles, e não os menos importantes: assim ocorre com a conversação cotidiana ou com a literatura”.

Para o pensamento todoroviano, pode-se identificar duas “recusas” do simbólico, vislumbradas basicamente na crítica à oposição entre um discurso direto e outro, indireto. A primeira recusa responde pela não afirmação da condição simbólica do discurso, a partir da força da relação entre sintaxe e semântica. A segunda recusa trata-se de radicalizar a relação dicotômica, afirmando apenas a condição de existência do discurso indireto (que abarcaria o discurso direto). Nos dois casos, a metáfora tem papel central: na primeira crítica, trata-se de afirmar a anulação da metáfora; no segundo tópico crítico, trata-se de afirmar, como no sentido nietzschiano que só existe a metáfora, sendo o resto ilusão. (TODOROV, 2014)

Para quem desta dicotomia, nem tão nietzschiano, nem tão semanticista, Todorov (2014, p. 17) afirma “acreditar na existência dos fatos simbólicos”. Em seu ponto de vista, faz-se necessário compreender que as diferenças radicais indicadas não reduzem o papel do simbólico no construto do real. Ao contrário, nos transporta para a compreensão de um “real” condicionado pelas formas e formações simbólicas, o que nos reconduz à Cassirer. No filósofo do *homos symbolicus* identificamos a percepção de um estado tal de realidade estabelecido por macro-formações, como arte, linguagem, mito, religião, que conformam o que é-nos dado, reconfigurando não só o aparente, mas também ele, o próprio “dado”.

3.2 Linguagem e simbolismo no pensamento cassireriano

A partir da proposta de compreensão de parte ínfima, mas não ausente de singularidade, do complexo pensamento de Cassirer, detemo-nos aqui a recordar, concisamente, alguns elementos nucleares da relação entre linguagem e simbolismo presentes na obra do autor. Isto nos leva a optar pela extração de algumas citações clarificadoras de sua elaboração conceitual. Sem elas, a possibilidade de interpretação das consequências diacrônicas e sincrônicas do pensamento informacional historicizado na Retórica, como realizado por Rafael Capurro, não fariam, em nossa visão, sentido algum – muito menos viriam portadas de sentido as correlações estruturalistas e pós-estruturalistas vinculadas aos simbólico na CI, como linhagens bourdieusianas e meadianas aplicadas à abordagem informacional.

Não nos detemos aqui na crítica anti-kantiana, mas é-nos necessária considerar na apropriação do há de Kant em Cassirer. O problema central, que nos demandaria outra reflexão, estaria na noção de “espírito” em Kant e na apropriação da mesma em Cassirer. Em poucas palavras, tentamos ver menos o pensamento cassireriano devedor do kantismo e mais o pensamento cassireriano em diálogo como o mundo do Oitocentos e do Novecentos, principalmente com a multiplicidade das possibilidades de investigação sobre a linguagem abertas neste contexto pós-kantiano. O mergulho central, deste modo, na presente apropriação do pensamento de Cassirer, está no longo estudo sobre linguagem e simbolismo, primeira parte da construção de sua “filosofia das formas simbólicas”.

O problema que se apresenta, centralmente, está, além da noção de “espírito”, em subnoções ou conceitos complementares, como “forma interna”, presentes em Cassirer e claramente devedores de Kant, porém dificultosos para uma análise da externalidade do simbólico enquanto produção coletiva e intersubjetiva, antes de subjetiva. Em outros termos, tentamos, na medida do possível, perceber em Cassirer menos a questão da condição *a priori* (o idealismo kantiano na posição da filosofia cassireriana) de uma certa “forma interna” para religião, mito, arte e ciência, e mais a construção da “forma externa” que se volta para uma “internalidade”, esta, sempre “intersubjetivada”. Parte da crítica que aqui realizamos é dada na tentativa de não ver em Cassirer uma visão cadeia do simbólico já presente no Organon aristotélico, ou seja, a noção de que as palavras faladas são símbolos de afecções da alma e, por sua vez, a escrita se constitui como símbolo das palavras faladas.

Ao lado da pura função cognoscitiva, é necessário compreender a função do pensamento linguístico, do pensamento mítico-religioso e da intuição artística, de tal modo que se torne claro como em todas elas se realiza não exatamente uma configuração do **mundo, mas uma confi-**

guração voltada para o mundo, visando a um nexos e a uma totalidade objetiva da percepção. (CASSIRER, 2001, p. 22, grifo nosso)

Cassirer não “separa” em absoluto, assim, a cultura da construção de uma atividade espiritual.

Com efeito, o **conteúdo do conceito de cultura é inseparável das formas e orientações fundamentais da atividade espiritual**: aqui o ‘ser’ somente pode ser apreendido no ‘fazer’, ou seja, na ‘ação’. Apenas na medida em que existe uma orientação específica da fantasia e intuição estéticas, passa a existir também uma esfera de objetos estéticos – e o mesmo é válido para as demais energias espirituais em virtude das quais um determinado universo de objetos adquire forma e contornos. (CASSIRER, 2001, p. 22, grifo nosso)

Reúne-se, pois, elementos como epistemologia e mitologia em um complexo inseparável por construção, apenas distinto por intenção epistêmica.

[...] apesar de toda a sua diversidade interior, **os vários produtos da cultura espiritual, tais como a linguagem, o conhecimento científico, o mito, a arte, a religião, tornam-se parte de um único grande complexo de problemas** – tornam-se múltiplas tentativas direcionadas, todas elas, para a mesma meta de transformar o mundo passivo das meras impressões, que em um primeiro momento aparentemente aprisionam o espírito, em um mundo de pura expressão espiritual. (CASSIRER, 2001, p. 23, grifo nosso)

Interessa-nos reconhecer como esta visão, mesmo com sua força neokantiana, apresenta em Cassirer (2001) diálogo pontual com os estudos sobre a linguagem e suas formas de produção do “cultural”. Em suas palavras,

Assim como a moderna filosofia da linguagem, ao buscar o ponto de partida adequado para um estudo filosófico da linguagem, elaborou o conceito da **‘forma linguística interna’**, pode-se dizer que é igualmente lícito procurar e pressupor **uma ‘forma interna’ análoga para a religião e o mito, para a arte e o conhecimento científico**. (CASSIRER, 2001, p. 23, grifo nosso)

Assim, pensamento, filosofia, ciência, tem uma fundação, antes da fundação, em relações intrínsecas e extrínsecas com, para e na linguagem.

*A ciência tem sua origem em uma forma de reflexão que, antes de poder afirmar-se e impor-se, vê-se obrigada em toda parte a entrar em contato com aquelas primeiras associações e divisões do pensamento que encontraram a sua **primeira expressão e concretização na linguagem** e nos conceitos linguísticos gerais. (CASSIRER, 2001, p. 24, grifo nosso)*

A possível passagem de uma centralidade ou prioridade kantiana em Cassirer (2001) para uma compreensão de uma realidade simbólica, ou de um espírito que está no “entremundo” das manifestações simbólicas, ou, ainda, que só acontece enquanto tal, pode ser pensado a partir do que o filósofo trata como “forma linguística do pensamento” – em seus termos, “A crítica da linguagem e da forma linguística do pensamento torna-se parte integrante do ascendente pensamento científico e filosófico. O processo típico desenvolvimento repete-se em todos os outros campos”. (CASSIRER, 2001, p. 25)

A aplicação desta cosmovisão cassiriana pode ser pontualmente esclarecida no pensamento de Santos (2007).

*Toda acção noética humana consiste em unir ou separa. Assimilação é sempre unificadora, porque ao adequar o facto ao esquema, fundiona-o intencionalmente com este. O objeto é virtualizado para actualizar, propriamente, o esquema que é afirmado. **Conhecer, portanto, é desconhecer a singularidade enquanto tal, para conhecer o conhecido. O que resta do objecto é que o objecto é do esquema.** (SANTOS, 2007, p. 144, grifo nosso)*

A relação noética estabelecida entre homem e mundo se constitui, assim, como uma espécie cassireriana de metaformação simbólica. Em outras palavras, “A construção dos símbolos tem sua raiz afectiva. A razão, ao trabalhar com símbolos, despoja-os do aspecto irracional, que é afectivo [...]”. (SANTOS, 2007, p. 145). O complexo processo de simbolização, dinâmico em sua efetivação, anima o real, o forma, conforma, disforma, transforma. Resultado imediato de tais processos, os artefatos produzidos pelo homem, “coisas informacionais” ou “coisas passíveis de informar”, máquinas de dar forma ou de prever a forma ou, ainda, de transportar a forma, tornam-se objeto de uma ciência que se estabelece na linguagem, como na visão de Capurro (1992), e se desenvolve do e para o simbólico.

3.3 Ciência da Informação e simbolismo: de Paris à Chicago, passando por Bruxelas

O ponto de vista “simbólico” nos estudos informacionais parece, à primeira impressão, representar um modelo de conhecimento fundado em uma cultura específica: o pensamento francês sugere-nos uma espécie de orientação histórica e contemporânea pontualmente mais preocupado com o conceito e com suas possibilidades de manipulação. O exame desta condição geoepistêmica nos leva, imediatamente, à noção de mediação e à sua força no pensamento informacional francês. É o caso, por exemplo, da corrente onde se encontra Jean Davallon (2007, p. 5-6). Para o autor, são necessárias as considerações ao que chama de “gestos simbólicos” nos estudos de mediação da informação, ou seja, uma “operação simbólica de instauração de uma relação entre o mundo do visitante e o mundo da ciência pela-através da exposição da ciência” e a “decisão de alargar o seu emprego [da noção de mediação] à dimensão simbólica do funcionamento midiático da exposição”.

Em um sentido histórico, a posição do simbolismo nos estudos informacionais a partir do discurso francófono torna-se ainda mais evidente: tanto em Paul Otlet (1934) como em Gabriel Peignot (1802a,b), podemos perceber os marcos simbólicos de construção do campo. Em Peignot (1802a,b) esta noção pode ser percebida, ainda que não formalmente, mas nas entrelinhas de sua visão sócio política no contexto da Revolução Francesa e em seus desdobramentos, bem como no conjunto de artefatos carregados de uma historicidade que escapa totalmente ao materialismo que o “conforma” e se estabelecem semanticamente somente com o simbolismo que os materializa. Isto pode ser visto em verbetes como “escritura”, “artes misteriosas”, “filosofia”. Além disso, na classificação da Bibliologia, Peignot (1802a) indica como ramo de um de seus domínios disciplinas, a Diplomática.

No caso de Otlet (1934), os modos de explicitação do conteúdo simbólico se manifestam em diferentes momentos e através de distintas argumentações – principalmente quando rastreamos a ampla influência de Peignot nos projetos do advogado belga. O modelo mais relevante está na própria constituição do projeto bibliográfico ainda no século XIX: a elaboração de uma política que considera o simbolismo dos artefatos do conhecimento e que promove este simbolismo ao grau mais elevado possível – “como uma religião da troca e do acesso ao conhecimento”. Não coincidentemente o imediato olhar sobre a obra otletiana observa sua devoção ao positivismo e suas “simbolizações” do racional.

Esta linhagem francesa “se consolida”, enfim, na reapropriação e reelaboração do conceito de Bibliologia pós-peignotiana e pós-otletiana. A construção do projeto bibliológico por Robert Estivals (2000, 2002, 2005, 2007) e sua participação na “terceira geração bibliológica” (ou seja, a geração que sucede Peignot e Otlet e que tem sua grande fase de produção entre 1960 e 2000) demonstra como arte e ciência

cia, conceitos científicos e ideias estéticas, formas pictóricas e fórmulas matemáticas, se relacionam de modo arqueológico a partir do simbólico. Do mesmo escopo de fundamentação da tradição bibliológica em sua terceira geração, assistimos à origem simultaneamente de uma teoria da arte e de uma teoria do conhecimento.

No entanto, as “pegadas” do simbólico na costura do pensamento informacional não tem uma cultura epistêmica única, uma espacialidade pré-constituída e isolada, em sua definição. Quando observamos os modos de construção das instituições informacionais, percebemos uma estrutura fundacional de caráter retórico-filológico que busca, como nas diferentes tradições observáveis em uma epistemologia histórica do pensamento em ciências humanas e sociais, um processo de “positivação” de seu modo de pensar e de manipular o real. Esse pensamento afasta – na verdade, julga afastar – a “condição simbólica” deste passado retórico-filológico, e funda uma escola de simbolismo pautada na positividade. É o exemplo, na passagem do enciclopedismo sistêmico peignotiano para o sistematismo métrico otletiano, ou, em termos semelhantes, a passagem de uma bibliografia textual tomada como crítica discursiva para uma bibliometria, uma bibliossociometria, no vocabulário otletiano. Na reconsideração das tradições informacionais dispersas e em desenvolvimento entre o Oitocentos e o Novecentos, encontramos, por exemplo, no pensamento estadunidense, elementos rigorosas para a abordagem simbólica.

No escopo da Escola de Chicago, identificamos em Jesse Shera (1977) o diálogo com o simbólico, para quem a linguagem humana é metafórica, tendo por essência a analogia. Deste modo, a uma dada singularidade humana se constitui a partir de sua capacidade de “conceituar a experiência e comunicar as conceituações através da representação simbólica” (SHERA, 1977, p. 10).

Assim como a necessidade de informação orienta o indivíduo, assim também orienta sociedades. É a base do comportamento coletivo, tanto quanto do comportamento individual. [...] Desse modo, **conhecimento e linguagem são inseparáveis, pois a linguagem é a estruturação simbólica do conhecimento em forma comunicável e porque é o instrumento através do qual o conhecimento é comunicado.** (SHERA, 1977, p. 10, grifo nosso).

As afirmações do epistemólogo atingem algumas aporias da filosofia da linguagem e da filosofia da cultura lançadas por Cassirer (2001) como dilemas de uma teoria do conhecimento que revisita o idealismo, sem condená-lo por completo, mas também sem restaurá-lo em sua essência.

[...] mesmo que o homem pudesse se comunicar – no caso, de indivíduo para indivíduo — através de consideráveis distâncias e de geração a geração, uma simples quebra na cadeia, e a idéia estaria perdida — talvez para sempre. **Artifícios mnemônicos**, tais como a rima, foram concebidos para auxiliar na preservação desta cadeia, mas quando muito, eles foram insuficientemente eficazes. O segundo grande passo no processo de comunicação veio quando o homem descobriu que era possível, por meio de alguma forma de **registro gráfico**, transcender espaço e tempo tornando-o independente da memória humana e do contato físico. (SHERA, 1977, p. 10-11, grifo nosso).

A construção retórica do real se estabelece aqui, de tal modo, que podemos antever as posições capurrianas, e abordar a aproximação entre Shera e Cassirer, pontuando a ocorrência de “economia” dos “valores simbólicos” sob uma filosofia sensualista – ou aplicada ao mundo das sensibilidades, materialidades, discursos, e, não, dos mentalismos:

A consciência não é capaz de, a todo momento, dedicar-se com a mesma intensidade às impressões sensoriais [...] Por conseguinte, **tudo pensamento simbólico e toda percepção simbólica constituem um ato meramente negativo: um ato decorrente da necessidade de omissão ou da obrigação de omitir.** (CASSIRER, 2011, p. 326, grifo nosso)

É também verificável, esta relação, para aquém de Shera (1973, 1966), no mencionado pensamento otletiano. Antes da expressão bourdieusiana, o projeto bibliológico do advogado belga aponta exatamente para a força da “economia dos valores simbólicos” nas práticas de organização do saberes. Em Otlet (1934, p. 419), o derradeiro objetivo da *Bibliologie* é a Cidade Bibliológica, ou *Cité mondiale*. Esta cidade é estruturada em três objetivos centrais:

1. Etre un instrument pratique pour la **coopération internationale**, dans tous domaines, à la manière dont, dans chaque pays, la Capitale facilite des coopérations au degré national; 2. Offrir l'occasion, **toutes forces unies**, de réaliser une **citée modèle** parce qu'elle serait réalisée selon un plan, en fois, et soustraite ainsi aux contingences des cites anciennes difficiles à transformer. 3. Enfin constituer une **représentation et symbole permanent de l'unité humaine.** (OTLET, 1934, p. 419, grifo nosso)

Esta visão simbólica está presente, objetivamente, ainda, em González de Gómez (1996a, 2006): das práticas da organização dos saberes, passando pelos regimes de informação, chegaríamos às políticas simbólicas. Em outras palavras, “de la fiche à la Cité mondiale” (OTLET, 1934, p. 425). Não há, pois, expressão mais simples e objetiva que manifeste a relação entre o simbolismo do projeto da Bibliologia no século XIX, a linguagem e a ética do organizador dos saberes: a partir de uma das mais minuciosas atividades bibliológicas, a elaboração de uma ficha catalográfica, microuniverso mimético de uma manifestação simbólica qualquer, chegaríamos ao urbanismo utópico do “bem estar” coletivo – “bem estar informacional” – que recairá na retórica local e-ou cosmopolita, presente nas diferentes abordagens das viragens linguísticas da filosofia, como em Wittgenstein e Habermas, mas em Capurro (1992) possibilitada a partir das visões heidegger-gadamerianas da hermenêutica, fonte de sua Angelética.

3.4 Capurro, Retórica e Simbolismo: entre Montevidéu e Stuttgart

Promovida (também) pela organização dos saberes na pólis do *Livre*, invenção mais criativa da linguagem na visão otletiana, só existente democracia, em sentido estrito, se fundada na retórica, ou seja, na coexistência paciência e conciliadora do discurso como categoria filosófica equivalente ou superior ao “ser”. Em certa medida, a travessia do pensamento e da vida de Rafael Capurro ilustra esta relação, a partir de um *hermes* informacional desvelado, entre discurso, democracia e informação.

No vocabulário de Rafael Capurro, o estrato deste “discurso” que nos interessa, a “mensagem”, conceito central da Angelética, sua teoria geral para uma ciência para informação, torna-se um dos elos para uma racionalidade democrática contemporânea. Fruto, de um lado, de sua travessia filológica à busca da palavra e, por conseguinte, do conceito “informação” (aqui, de outro lado, já em sua travessia epistemológica), encontramos em Rafael Capurro o “culturalismo” necessário para iluminar, dentro do escopo informacional, o pensamento simbólico.

Em nossa visão, temos aqui a raiz epistêmica principal dos estudos simbólicos em diferentes domínios, a constituição de uma “ciência retórica”. Em 1992, Capurro destaca a presença de um paradigma hermenêutico-retórico, ligado objetivamente ao que trata como “virada pragmática” da epistemologia informacional. O paradigma se contrapõe a outros em uma tentativa de classificação filosófica da CI, a saber, o “paradigma representacional”, o “paradigma fonte-canal-receptor” e o “paradigma platônico”.

No contexto representacionista, o qual poderíamos tratar como “mentalista” encontramos os seres humanos como observadores de uma dada realidade exte-

rior, sendo o conhecimento como aquilo que responde pela assimilação de representações mentais – homem é aqui abordado quase inteiramente como um processador biológico da informação. No modelo fonte-canal-receptor, o fenômeno informacional é considerado a partir da metáfora do canal, ou, em nosso olhar, a uma resposta aos dilemas do tratamento de dados construída a partir do mecanicismo, ou do desenvolvimento de instrumentos de processamento de dados, tendo o “usuário” como espécie de “modelo ideal” para desenvolvimento do canal. Por fim, o “paradigma platônico” busca tudo o que pode ser considerado “informação” em um estado *apriorístico*, ou seja, no contexto de uma objetivação não-humana – neste caso, o conceito de informação se estabelece como uma lei da lógica, ou seja, a partir de estatutos extramundanos, ou, ainda, como unidade ontológica. (CAPURRO, 1992)

Os modelos abordados pela classificação capurriana demonstram, em geral, uma forte figuração do “real” do idealismo ou da “crítica do real” positivista, afugentando o “sujeito” e suas “formações” fundadas no “social”. É no desdobramento da avaliação sobre estes modelos que Capurro (1992) antevê uma abordagem tipicamente inter-relacionada com a “cultura”, tomando o conceito simultaneamente em seu sentido amplo, para além do escopo informacional, como em seu sentido de fronteira epistemológica, isto é, demarcado pelo ponto de vista de constituição de uma “cultura informacional” na contemporaneidade.

A hermenêutica da qual nos fala Capurro (1992) sugere uma visão pragmática da realidade – ou uma construção sócio linguística do real a partir de um relativismo cultural. É aqui que o epistemólogo define uma “Ciência da Informação” como subdisciplina da Retórica. Seu foco está exatamente em retomar o pensamento retórico aristotélico e perceber esta condição nos estudos hoje predicados como “informacionais”.

Reencontramos em Capurro (1992, 2015) o que Todorov (2014) trata como uma “solidariedade do simbólico e da interpretação” - o “simbólico” e a “interpretação” são duas vertentes de um mesmo fenômeno, ou, ainda, que “produção” e “recepção” respondem pela mesma configuração, apesar de estarem ligadas, a princípio, a duas disciplinas diferentes, a Retórica e a Hermenêutica, respectivamente. Em nosso olhar, trata-se de reconhecer a diacronia da Retórica na construção histórica dos estudos informacionais, e a sincronia hermenêutica como método e modo de perceber e tecer o real que constituímos simbolicamente.

4. Considerações finais

*A crítica da razão transforma-se,
assim, em uma crítica da cultura.*

CASSIRER, 2001, p. 22

A partir da discussão tecida nas seções anteriores, o reconhecimento do simbólico que há na “cultura informacional” presente na epistemologia da CI resulta, em nosso ponto de vista, na “consolidação crítica da crítica” ao positivismo e ao neopositivismo dentro do campo. Porém, ao contrário da disputa entre cognição e pragmática, presente na crítica da última década do século passado, como em Frohmann (1992) e em Capurro (1992), a configuração desta “crítica da crítica” não busca a negação ou a falsa ocultação de um saber positivo dentro do campo – ou seja, não considera, a partir de uma ingenuidade de fundo paradigmático, a pretensa “superação” final do positivismo.

Como demonstra a argumentação do simbólico em Cassirer (2001) e outros pensadores do simbolismo, ao contrário do que pode sugerir, o positivismo recolhe, concentra e propaga as “forças” de um subjetivismo que tem origem e tem como foz o simbólico. Neste sentido, reconhece-se, nesta reflexão, a presença de um devir simbólico não contemporâneo, mas constante em uma epistemologia histórica da CI, que vai da potência da hora do conto nas práticas latino-americanas de divulgação científica ao desenvolvimento de sistemas documentários complexos em ambientes em rede, fruto de uma lógica simbólica cada vez mais íntima dos fundamentos da gramática e da retórica antigas.

Trata-se apenas de considera-lo, o positivismo, enquanto tal. Do mesmo modo – e como razão consequente dessa expressão –, o positivismo e neopositivismo não só não se apresentam como “passado” do campo, como “acontecem”, agora, em diferentes linhas de produção discursiva da CI (basta caminharmos pelo desenvolvimento e pelo aperfeiçoamento dos processos de otimização da recuperação da informação atualmente, em geral, “ilustramos” com terminologias culturalistas, mas centrados em “melhoramentos técnicos”, principalmente nos conceitos de “velocidade” e “portabilidade”, “interoperabilidade” e “interconectividade”). Os desdobramentos da reflexão, enfatizamos, concluem-se no reconhecimento da relevância histórica – uma arqui constituição do campo, diacrônica –, como em uma relevância em recorrente atualização – um devir permanente, fruto da presença em diversos aportes sincrônicos.

Financiamento

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

Referências

ARISTÓTELES. *Órganon: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas*. Bauru (SP): EDIPRO, 2010.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society of Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAPURRO, Rafael. **Translating Information**. In: ISIS SUMMIT VIENNA 2015. 4. 2015. Viena: Universidade de Viena, 2015. Disponível em: < <http://sciforum.net/conference/isis-summit-vienna-2015/paper/2972>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND.1991. *Proceedings...* London, Los Angeles: TaylorGraham,1992. p. 82-96.

CAPURRO, Rafael. **Epistemología y ciencia de la información**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**; Terceira parte: Fenomenologia do conhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**; Segunda Parte: O pensamento mítico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**; Primeira parte: A linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.Com**: revista de Ciência da Informação e da Comunicação do CETAC, n. 4, p. 1-34, jun. 2007. Disponível em: <http://prisma.cetac.up.pt/edicao_n4_junho_de_2007/>. Acesso em: 10 jan. 2014.

DAY, R. Poststructuralism and information studies. **Annual review of information science and technology** (ARIST), v. 39, p. 575-609, 2005.

DAY, Ronald. **The Modern invention of information**: discourse, history and power. Illinois: Southern Illinois University Press, 2001.

ESTIVALS, Robert. Theorie lexicale de la schematisation. **Schéma et schématisation**: revue de schématologie et de bibliologie, n. 52, p. 5-72, 2000.

ESTIVALS, Robert. **Le schématisme**. Noyers-sur-serein (França): Société de Schématologie et de Bibliologie, 2002.

ESTIVALS, Robert. **Le signisme**: l'histoire du schématisme I. Paris: L'Harmatan, 2005.

ESTIVALS, Robert. **Les écoles du schématisme et de la schématologie**: l'histoire du schématisme II. Paris: L'Harmatan, 2007.

ECO, Umberto. **Semiótica e filosofia da linguagem**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

GARCÍA MARQUEZ, Gabriel. **O outono do patriarca**. 2. ed. São Paulo: Record, 1975.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens: questões epistemológicas, consequências políticas. GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Orgs). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EdUFRN, 2006. p. 29-84.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Comentários ao artigo “Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia”. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 44-56, set./dez. 1996a;

MARTINO, Luís Mauro Sá. A arquitetura dos símbolos. In: SANTOS, Mário Ferreira dos. **Tratado de simbólica**. São Paulo: É Realizações, 2007. p. 11-42.

FROHMANN, Bernd. The power of images: a discourse of images: a discourse

analysis of cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992

OTLET, Paul. **Traité de documentatation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelas: Editions Mundaneum, 1934.

PEIGNOT, G. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802a.

PEIGNOT, G. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo II. Paris: Chez Villier, 1802b.

RENDÓN ROJAS, M. A. Un Análisis filosófico de la Bibliotecología. **Investigación Bibliotecológica**, v. 10, n. 20, p. 9-15, jan./jun. 1996.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Tratado de simbólica**. São Paulo: É Realizações, 2007.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SHERA, Jesse. Toward a theory of librarianship and information science. **Ci Inf.**, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.

TODOROV, Tzvetan. **Simbolismo e interpretação**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

50

Realização



Cooperação



Cooperação
Representação
no Brasil



ESTA OBRA É PARTE DA COLEÇÃO PPGCI 50 ANOS E FOI
COMPOSTA EM MINION PELO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO
TUTORIAL DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ EM
SETEMBRO DE 2021.

“Esta obra é fruto de duas dimensões: uma diacrônica, outra sincrônica. A diacronia que nos acolhe em sua longa tradição provém da tradição ibictiana em epistemologia e história da Ciência da Informação. Criadora do primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* de América Latina e Caribe no campo, a “escola de pensamento” fundada na e para as ações teórico-aplicadas no território informacional resultou em gerações de dissertações e de teses, e produções científicas derivadas das mesmas, desde 1970, orientadas para questões como correntes filosóficas, conceitos disciplinares, interdisciplinaridade, epistemologia histórica da Ciência da Informação. No plano da sincronia, o livro é o resultado do encontro histórico desse diálogo a partir do evento que integrou as comemorações, em 2020 e 2021, do jubileu da Ciência da Informação em nosso macro-continente. Trata-se do ‘Simpósio Internacional de Filosofia e História da Ciência da Informação.’”

Gustavo Saldanha

EM COOPERAÇÃO

